

AGOSTO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#)

Helga Silveira

[Conselho de Edição](#)

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

[Editado por](#)

Development Workshop Angola

[Endereço](#)

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#) cedoc.dwang@angonet.org

[Com apoio de](#)

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

[Disclaimer](#)

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 O “Luxo” da cidade mais cara do mundo	1
1.2 Urbanização para os ricos, despojo para os pobres	2
1.3 Estatísticas de Angola e seis países vizinhos	3
2. MICROFINANÇAS	5
2.1 Mulheres com crédito e formação transformam pescado	5
2.2 Microcrédito beneficia processadoras de peixe	5
2.3 Sol lança Conta poupança para recém-nascido	5
2.4 Quando salário atrasa a vida fica no Quilápi	6
2.5 Cunene forma candidatos ao crédito	7
2.6 Executivo reforça crédito e garantias	7
2.7 Banco HIL está disponível para apoiar agro-pecuária	8
2.8 Executivo analisa primeiro ano dos Mecanismos de Financiamento	9
2.9 Financiamento superior a Kz 14 milhões aprovados no âmbito do Angolano Investe	9
2.10 Acesso ao financiamento bancário mais facilitado	11
2.11 Fundo de Crédito emite garantias	11
2.12 Seca dificulta reembolso do crédito bancário	12
2.13 Jovens estão a criar pequenos negócios	13
2.14 Fracasso de centenas de empresas do BUE	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 A “recarga” do dia	15
3.2 Mercado simulado e barato	16
3.3 Ultimato na Macambira marcado por multas aos desobedientes	17
3.4 Armazéns do Benfica só com dinheiro	18
3.5 Angola (ainda não) Investe	18
3.6 Armazéns da Macambira vão ser Demolidos	19
3.7 Fiscais assaltam “casas de processo”	20
3.8 Taxistas especuladores de preços	21
3.9 Fabrico de adobes à beira-rio prejudica a natureza	22
3.10 Economia informal	23
3.11 A revolução no Comércio	24
3.12 Petro toma Feira Popular de Luanda	24
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	26
4.1 Apenas três empresas públicas viram as contas homologadas sem reservas	26
4.2 A Cica defende transparencia no OGE	26
4.3 Ministro das Finanças já trabalha para o OGE de 2014	27
4.4 Finanças e governos provinciais avaliam as necessidades globais	27
4.5 Governadores provinciais aprendem novos métodos	28
4.6 Orçamento é feito com base em programas	28
4.7 Proposta do OGE fica concluída no próximo mês	29
4.8 Os desafios do Fundo Soberano Angolano	30
4.9 Angola passa a maior investidora estrangeira na bolsa portuguesa	31

4.10	Estatísticas de Angola e seis países vizinhos	32
------	---	----

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 33

5.1	Angola preside conferência sobre Grandes Lagos	33
5.2	Bornito de Sousa sugere autarquias em 2015	33
5.3	Comissão Administrativa da Cidade de Luanda soma e segue	34
5.4	Bloco Democrático exige descentralização e autarquias em Angola	35
5.5	Autarquias só mesmo em 2015	36
5.6	Criada Associação dos Moradores da Vila Alice	36
5.7	MPLA reestrutura-se em Luanda	36
5.8	AMANGOLA já tem direções municipais e distritais	37
5.9	PRS tem dúvidas sobre autarquias	37
5.10	Descentralização está em marcha	38
5.11	INE prepara censo nas zonas recônditas	38
5.12	A participação na vida pública é também uma questão de cidadania	39
5.13	Autarquias devem dominar próxima sessão legislativa	40
5.14	CNE e intervenção do MAT	41
5.15	Partidos não se entendem	42
5.16	MAT encerra conferências sobre poder local	43
5.17	Fórum dos municípios e cidades	44
5.18	UINTA já tem lei sobre autarquias	44
5.19	Experiências autárquicas	45
5.20	O poder local as autarquias e a sua dimensão material	46
5.21	Galo negro apresenta anti-projecto sobre autarquias	48

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 50

6.1	Imobiliária decepciona clientes	50
6.2	Residências do Zango 3 e 4 à margem da lei	50
6.3	Avaliadas obras no município do Chinjenje	52
6.4	Fim das escolas precárias no Zaire	52
6.5	Cunene forma candidatos ao crédito	53
6.6	Casas para professor em fase de acabamento	54
6.7	Escom conclui edifícios SKY Center nove anos depois	54
6.8	Especialista defende vias únicas para autocarros	55
6.9	Mais moradias para os jovens do Cunhinga	56
6.10	Bem-vindo à centralidade de Cacuaco	56
6.11	Governo critica morosidade na construção de moradias	58
6.12	Projecto vende casas cara e sem qualidade no Zango, EX-militares "Fulos da Vidk com Lakeni"	58
6.13	Juventude deve dar valor aos feitos de combatentes	59
6.14	Mercado imobiliário reanima-se em Angola	59
6.15	A centralidade do Kilamba não foi pensada com os angolanos, assim como o Dundo	60
6.16	Urbanização para os ricos, despojo para os pobres	61
6.17	Moradores revoltados com as casas da Juventude	63

7. TERRA 65

7.1	Comunidade "Iraque-Bagdad" denuncia	65
7.2	Governo põe fim à entrega de casas e dá terrenos	65
7.3	População do Margoso vai ser evacuada	67
7.4	A mais ninguém será dada casa por construir casebre de chapa	67
7.5	Terrenos no centro da cidade opõem grupo Valentim à Valéria Tours	68
7.6	Vandalização governamental de Luanda	69
7.7	Casas do Zango foram recusadas	69

7.8	José Tavares aborta demolições no Margoso	70
7.9	Moradores do Margoso exigem condições no Zango 4	70
7.10	Invasão de terra preocupa camponeses de Bom Jesus	71
7.11	Mais de 200 famílias em perigo iminente	73
7.12	Gestão das terras deve ser racional	74
7.13	Entre a “alta política” e os margosos	74
7.14	Indemnização aos camponeses do novo aeroporto de Luanda “em banho-maria”	75
7.15	Venda ilegal de terrenos combatida no Cuanhama	76
7.16	Desalojamento anulado para os moradores	77
7.17	Os buracos no asfalto do Huambo	77
7.18	Um calvário Margoso	79
7.19	Urbanização para os ricos, despojo para os pobres	81
7.20	Governo prepara terreno para vítimas das calemas	82
7.21	Luanda não precisa mais de macambiras no centro	83
7.22	PPHS expulsa cinquenta e seis fiscais sabotadores de terrenos nos Zangos 3 e 4	84
7.23	Administração Municipal de Belas Mostra-se impotente para derrubar obra ilegal no Kífica	85
7.24	O poder do estado diante do inquilinato	85

8. SERVIÇOS BÁSICOS

88

8.1	Furos de água abastecem o Lubango	88
8.2	Energias e Águas	88
8.3	Esgotos a céu aberto danificam o asfalto das ruas.	88
8.4	Furo de água atenua a seca	89
8.5	"Água para Todos" no Cunene	89
8.6	Aumenta despesa em energia e água	89
8.7	Balneários públicos em Luanda só em 2014	90
8.8	Moradores da Ingombota limpam valas de drenagem	91
8.9	Projetos que estão a ser levados acabo pelo INADEC	91
8.10	Ruas da Comissão do Cazenga 11 entupidas" com dejectos	92
8.11	Técnicos da EPAL acusados de garimpar água	94
8.12	Já morreram dez angolanos	94
8.13	Obras centradas no sistema de drenagem	95
8.14	Comunidade do Zanga já consome água potável	95
8.15	Reforçado o abastecimento de água	96
8.16	Abastecimento de água será aumentado até 2017	96
8.17	Os rios caudalosos que correm nas ruas de Luanda	97
8.18	Ramiro e Benfica recebem energia eléctrica	97
8.19	Expansão dos Sistemas de água para Zaire e Kwanza Sul	98
8.20	Maka do Lixo sem solução sustentável	99
8.21	Ministro na Conferência sobre Águas	99
8.22	No sector da Energia e Água define novas estratégias	100
8.23	EPAL perde o controlo pela distribuição do mesmo	101
8.24	Gestão de recursos hídricos	101
8.25	Moradores de costas viradas com a Administradora	103
8.26	Projectos do sector avaliados na Huíla	103
8.27	Furos de água nos Gambos minimizam efeitos da seca	104
8.28	Produção de água aumenta em Luanda	104
8.29	Rua 12 de Julho transformada num rio de esgotos	104
8.30	Alunos devem cuidar da higiene escolar	105
8.31	Casas de anho escolares: Podres, infectas e perigosas	105
8.32	Casos positivos	106
8.33	Cinco mil kwanzas para higiene de cada sala	107
8.34	W.C. putrefactos afectam aprendizagem	108
8.35	Uma seca eterna?	109

9. GÉNERO E VIOLENCIA 110

9.1	Moradores pedem exoneração do comandante	110
9.2	Baixa o índice de crimes	111
9.3	Polícia desconhece origem das armas de fogo	111
9.4	Procurado com o negócio de armas entre protectores e criminosos	112
9.5	Sambizanga com altos índices de violência	113
9.6	"Cacuaco é urna das cinco áreas mais críticas"	114
9.7	Meliantes matam sem remorsos	114
9.8	Kapalanga no epicentro do crime	115
9.9	Armas por recolher são triunfo do regime	116
9.10	Nos Mulenvos, bandidos é que manda	117
9.11	Violações e homicídios nos subúrbios de Luanda	118
9.12	Onda de agressoressexuais	119

10. AMBIENTE 121

10.1	Ruas da Comissão do Cazenga 11 entupidas" com dejectos	121
10.2	Técnicos da Epal acusados de garimpar água	122
10.3	Obras centradas no sistema de drenagem	123
10.4	Reunião no Cunene definiu estratégias	123
10.5	Calemas deixam 100 famílias sem-abrigo em Porto-Amboim	124
10.6	Calemas desabrigam 500 pessoas	124
10.7	Aldeias de Cabaia e Egipto Praia foram inundadas pelas altas calemas	125
10.8	Mina de Cuango envolta por mar de problemas	126
10.9	Citadinos preparam-se como podem	126
10.10	Prevenção é pouco levada em conta...	127
10.11	Governo prepara terreno para vítimas das calemas	128
10.12	Falta de água e alimentos tiram dignidade aos habitantes do Cunene	128
10.13	Animais e pessoas consomem água turva.	129
10.14	Drama da seca e fome continua na Huila e Cunene	130
10.15	Uma seca eterna?	132

11. IMIGRAÇÃO 134

11.1	Autoridades migratórias repatriaram estrangeiros	134
11.2	Estrangeiros são expulsos	134
11.3	Angolanos detidos por auxílio à imigração	134
11.4	Executivo tenta evitar "força" de angolanos na Zâmbia	135
11.5	Imigrantes ilegais expulsos do Zaire	136
11.6	Imigração ilegal embaraça o Executivo	136
11.7	Polícia reforça controlo nos postos fronteiriços	137
11.8	Vetada tentativa de entrada ilegal de estrangeiros	137
11.9	Angola quer conclusão do repatriamento	138
11.10	Comunidade estrangeira no mercado angolano	138
11.11	MINARS "procura" refugiados na Zâmbia	140
11.12	Estrangeiros "engolem" angolanos	140
11.13	Polícia trava entrada ilegal de estrangeiros	141
11.14	Imigração ilegal facilita proliferação de seitas	142
11.15	Polícia combate ilegais	143
11.16	Efectivos combatem a imigração ilegal	144
11.17	Para combater a imigração no mar devemos potenciar a marinha com meios aéreos para uma melhor fiscalização.	144
11.18	Polícia pede colaboração da população	146
11.19	Estrangeiros capturados de surpresa no Mártires	146

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 O "Luxo" da cidade mais cara do mundo

*Semanário Folha 8
10 De Agosto de 2013*

Decerto, determinado estrangeiro que nunca esteve em Angola e, em particular, em Luanda, ao ouvir que a capital do País é a cidade mais cara do mundo imagina que este território tem aquilo que uma cidade normal precisa e algo mais: transportes públicos à sobrar e conforto inigualável, comunicações interminais, ruas limpinhas e sem buracos, balneares públicos cheirosos e a sobrar, praias limpinhas, prostíbulos organizados, assim como hotéis e similares acolhedores. Não é no entanto, o caso. Pior do que abundar, muitos destes serviços não existem.

A situação dos transportes públicos é o que se sabe. Apenas estrangeiros provenientes de cidades com uma oferta semelhante, suportariam esperar pelo autocarro, nas paragens, sem saber a que hora de facto passaria. Assim como muitos luandeses, poucos não serão os estrangeiros que não suportariam a enchente e empurrões dos nossos autocarros, assim como a "canvuansa" dos taxistas e das kupapatas.

A qualidade das viaturas das empresas de táxis (que é cada vez melhor" seriam a solução, não fosse o reduzido número. Um número reduzido muito por culpa do mau estado das vias, sobretudo secundárias e terciárias que também são uma das características da cidade mais cara do mundo. Decerto, muitos dos estrangeiros que se aperceberam da liderança de Luanda, entre as cidades mais caras do mundo, não fazem ideia que, em tempo chuvoso, grande parte torna-se intransitável tanto para piões como para os meios rolantes.

Uma realidade que, conjugada a excessiva poeira, provocada pelo excesso de zonas areais, exige muito banho que, no entanto, por vezes, pode estar comprometida pelo défice de produção e distribuição de água na cidade. Certamente as pessoas que hospedam-se em hotéis de primeira sentem pouco a problemática da falta de água tal como de energia, mas não se pode descurar os estrangeiros que ficam em casas alugadas e ou particulares, assim como em

unidades hoteleiras ou similares que enfrentam estes problemas que não são poucas.

No que diz respeito a limpeza é o que se sabe. Apesar de não se estar a enfrentar os piores cenário, um estrangeiro que, eventualmente, chegue, neste momento, pela primeira vez em Luanda, nos dias de hoje, facilmente concluirá que existe elevado défice na limpeza e saneamento básico. Para muitos que conhecem a cidade consideram o excesso de lixo e deficitário saneamento básico como "as piores coisas de Luanda", com classificou a cubana Marta Granido, lembrando tratar-se da razão do paludismo em Luanda e no País.

Só no Hospital David Bernardino, o único centro de pediatria de referência da capital do País, estima-se que o paludismo mata 1 crianças/dia. Tal como unidade para atender aos petizes, a capital do País também tem apenas uma unidade para atender aos queimados. Como consequências, as duas têm estado abarrotadas. No que diz respeito, aos hospital outro cenário, decerto despertaria a atenção de muitos estrangeiros.

O facto de inúmeras pessoas pernoitar defronte dos hospitais onde encontram-se hospitalizados os respectivos familiares. As entidades defendem tratar-se de uma atitude desnecessária, enquanto os familiares apresentam várias dificuldades. Uns dizem que por falta de dinheiro de táxi para suportar as viagens constantes de e para o hospital, enquanto outros apontam como razão a eventual necessidade de irem procurar por algum fármaco em falta na unidade hospitalar.

Verdade é que trata-se de urna situação que muitos estrangeiros não esperariam encontrar na cidade mais cara do mundo. O mesmo poder-se-á falar nos inúmeros mercados nas vias públicas, assim como a péssima relação entre vendedoras ambulantes e agentes da polícia e fiscalização. Muitas foram as vezes, por exemplo, que estrangeiros não hesitaram em sacar máquina fotográficas e ou telemóveis com intuito de registarem cenas de pancadarias contra as zungueiras. "É verdade que isso (mercados em locais públicos) cria mal aspecto à cidade e não é bom para o saneamento básico, mas a porrada também não deve ser a melhor via, o Governo deve encontrar uma solução melhor", defendeu o brasileiro Josué Marques. Os luandenses, no entanto, conhecem a razão desta situação: falta de espaços mercados oficiais.

Estes são, de resto, algumas das características da cidade da capital. Um território de praias lindas, mas sujas. Um território onde, no entanto, as praias tendem a desaparecer em virtude da privatização das

mesmas. O português João Carlos lamenta o facto e lembra que, devido uma situação parecida em Portugal, em 2005, então ministro do Ambiente português, Nunes Correia fez o despacho acabando com as praias privadas. "É urgente que se tome uma medida semelhante em Luanda caso contrario se vai acabar com um dos valores da cidade", argumentou. Uma cidade que, como todas as outras, tem muita coisa interessa te como são os casos (Miradouro da Lua e a Ilha do Mussulo que concorrem 27 para as 7 maravilhas do País. No entanto os "luxos" desagradáveis sobrepõe-se a estas, sobretudo porque retira muito do valor das maravilhas da cidade mais cara do mundo.

1.2 Urbanização para os ricos, despojo para os pobres

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

O José Agostinho Quiteque, de 31 anos, representa a terceira geração da uma família nascida no Bairro Margoso, no Distrito da Maianga, em Luanda. O bairro, aninhado na encosta entre a zona urbana do Prenda, o Bairro Azul e a Avenida Revolução de Outubro, será demolido para dar lugar a um projecto de urbanização para ricos.

A família Quiteque tem mais de 50 anos de vivência no bairro. O patriarca Agostinho Chiteque, natural do Kwanza-Sul, teve ali o seu primeiro filho há 52 anos, na primeira casa de madeira que construiu, precisamente no local onde hoje é a Clínica do Prenda. As autoridades coloniais concederam-lhe outro terreno, um pouco mais abaixo, onde construiu uma casa definitiva, em alvenaria, e ali se fixou até à sua morte, há quatro meses, aos 81 anos de idade. Teve quatro filhos, todos nascidos no Margoso. No quintal, então com espaço suficiente, construíram-se quatro anexos para acomodar os filhos e suas respectivas famílias.

O primogénito Manuel teve oito filhos, naquela comunidade familiar. Por sua vez, o seu primogénito José teve três filhos, no mesmo local, constituindo assim a quarta geração dos Quiteques no Bairro Margoso.

José Agostinho Quiteque é hoje um dos membros da comissão de moradores para a defesa do realojamento condigno daqueles que serão expulsos do Margoso devido ao novo projecto de urbanização. A 14 de Agosto passado, pouco mais de uma centena de moradores, maioritariamente mulheres, perfilharam-se na Avenida Revolução de Outubro, ao raiar do dia, para protestar contra o que seria a data

marcada para as demolições do bairro. Altas entidades governamentais, militares e policiais acorreram ao local para constatarem a razão da manifestação, pacífica e ruidosa, numa das principais artérias de Luanda, que se prolongou até perto do meio-dia.

"Passámos três semanas sem dormir, com o pesadelo das máquinas que viriam à noite ou de madrugada demolir as nossas casas, como é prática do governo", explica Manuel Paulo, de 26 anos, nascido no Margoso.

A ordem para a demolição das primeiras 150 casas, marcada para 14 de Agosto, foi transmitida aos moradores pelo director do Projecto de Requalificação do Bairro Margoso, Baixo Prenda e Chabá, António Teixeira João.

Foi também António Teixeira João quem telefonou pessoalmente ao comando policial do distrito da Maianga para providenciar os efectivos necessários para a operação, segundo um comandante local. O mesmo oficial referiu que normalmente é o comando-geral da Polícia acional quem ordena as esquadras policiais a acompanhar as demolições.

Outro oficial da Polícia Nacional, presente no local, aceitou, a pedido da comissão de moradores, ver as imagens das chamadas "casas evolutivas", no Zango, onde as famílias deverão ser realojadas. As "casas evolutivas", assim denominadas pelos arquitetos do executivo do presidente José Eduardo dos Santos, são edificações de dimensões exíguas, sem acabamentos, que têm sido construídas em bairros de realojamento na zona de Luanda (Zango, Viana e Panguila) e também em alguns municípios de Malanje. Disse apenas: "Estou sem palavras. Façam uma manifestação pacífica e não agiremos".

A Brigada Canina da Polícia Nacional, enviada ao local, manteve os cães nas viaturas. Até o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general Zé Maria, sempre lesto a pressionar a repressão de manifestantes, teve atitude diferente. Conversou com uma moradora, Marisa, que lhe entregou um dossier sobre a posição dos moradores, as convocatórias recebidas pelos visados e fotos do local de realojamento no Zango. Em seguida, retirou-se do local.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACIL), general José Tavares, deslocou-se ao local, quando soube do protesto, e organizou uma reunião com os moradores, a quem transmitiu o seu desconhecimento sobre quaisquer ordens governamentais para as demolições.

No mesmo dia, o porta-voz da CACIL, João Dombaxi, revelou à 1V Zimbo que António Teixeira João não tinha autorização para ordenar as demolições. "Concluiu-se que houve algum equívoco em alguém não mandatado para o efeito ter determinado o realojamento da população do Margoso para o Zango", disse Dombaxi.

O porta-voz referiu também que a CACIL concluiu que "não há condições para que as populações possam ser transferidas para a altura para o Zango, em virtude de, segundo os populares, não existirem condições e infraestruturas para o efeito".

"A zona de realojamento não tem água, energia eléctrica, escolas, postos médicos. Esses governantes são desumanos, querem acabar connosco que somos pobres", denuncia José Agostinho Quiteque.

O membro da comissão de moradores nota ainda a falta de condições de habitabilidade das casas onde deverão ser realojados.

As casas evolutivas têm duas divisões exíguas, uma para quarto e outra para casa de banho. "Cada morador tem de rebocar as paredes interiores, cimentar o chão, instalar sanita na casa de banho e construir a cozinha e sala", explica José Agostinho Quiteque.

Na zona do Zango, para onde deverão ser transferidos os moradores do Margoso, fora da cidade de Luanda, encontram-se já muitas famílias desalojadas da ilha de Luanda. Desde há quatro anos que vivem em casebres improvisados de chapas, papelões e outros materiais. As tendas que lhes haviam sido entregues pelo governo, como moradias, rasgaram-se e deterioraram-se com o passar do tempo.

VIDA URBANA PARA RICOS

A 25 de Março passado, o governador de Luanda e primeiro secretário do MPLA na provincial, Bento Bento, presidiu a uma reunião sobre o processo de requalificação do Margoso e Chabá. Os ministros da Construção e do Urbanismo e Habitação, entre outros dirigentes, participaram do encontro. Na ocasião, o coordenador do projecto, Mateus Morais de Brito Júnior, revelou à imprensa o destino do Margoso e Chabá: "Vamos tirar todos aqueles casebres e transformar num bairro nobre, com equipamentos sociais. O que estamos a discutir agora é como desalojar e realojar a população que vive naquela zona".

Mateus Morais de Brito Júnior é o vogal da empresa Vida Urbana S.A., a quem o governo atribuiu a concessão da zona a demolir. Brito Júnior foi ministro da Construção, deputado do MPLA e,

actualmente, exerce a função de administrador não-executivo do Jornal de Angola.

A Vida Urbana Limitada foi criada em 2002 pela advogada Paulette Maria de Moraes Lopes. Em 2009, a empresa transformou-se em sociedade anónima e passou a designar-Viva Urbana S.A. Aumentou o seu capital de 450,000 kwanzas para 1.8 milhão de kwanzas, na altura equivalente a US \$20,000. Paulette Lopes passou a deter 80 por cento do capital, enquanto os seus sócios Hélia Maria Bernardo Miguel, Mara Geovana Contreiras Cirilo de Sá, Djamilia Sousa Pinto de Andrade e José de Carvalho Tavares ficaram nominalmente com cinco por cento cada. O cidadão norte-americano George Wesley Sherrell é o presidente do Conselho de Administração da referida empresa.

Como é possível que uma empresa desconhecida, sem qualquer historial de construção civil digno de registo, ganha uma empreitada desta dimensão, sem concurso público, e que envolve o desalojamento de perto de 3,000 famílias?

No entanto, George Wesley Sherrell, é também administrador de uma outra empresa, nominalmente propriedade da advogada Paulette Lopes, a Kworum Capital, Limitada.

No seu website, a Kworum Capital é apresentada como uma empresa bancária de investimentos fundada por um grupo de banqueiros internacionais e gestores experientes. A empresa dedica-se principalmente à captação e realização de financiamentos para projectos comerciais e de infraestruturas em Angola, através de parcerias com bancos locais e internacionais. Também investe em empresas na África Austral e Ocidental.

Maka Angola irá investigar, nas próximas semanas, as empresas Vida Urbana e Kworum Capital, a sua relação com o poder e a sua capacidade de influenciar o despejo arbitrário dos moradores do Margoso e Chabá, de forma desumana.

1.3 Estatísticas de Angola e seis países vizinhos

Semanário Continente
30 De Agosto de 3013

Angola e Congo Brazzaville têm ainda uma baixa percentagem de Gasto em Saúde como Percentagem do PIB, segundo a tabela os valores não chegam aos 4%.

No grupo de países em estudo Angola tem a taxa de Mortalidade materna mais alta. Significando que em

cada 100.000 nascimentos, 610 mulheres morrem em Angola.

A África do Sul representa o país com menor taxa de mortalidade Materna. A Zâmbia apresenta a pior Esperança de Vida, equivalente a 48 anos. Angola apresenta a segunda pior Esperança de Vida ao nascer com 52 anos. Com 61 anos de vida o Botswana tem a Esperança de Vida mais elevada do grupo. Na África do Sul morrem menos crianças com menos de 5 anos, enquanto que a RDC e Angola têm as taxas de Mortalidade em crianças com menos de 5 anos das mais altas. A África do Sul embora tenha o maior Gasto Público per capita em Saúde apresenta a segunda maior taxa de Mortalidade em Adultos. A Mortalidade em Adultos não reflecte só as condições sanitárias, pois muitas vezes estão relacionadas com a criminalidade, e acidentes de trânsito.

A Zâmbia e a África do Sul lideram o grupo em termos de Mortalidade em Adultos.

A RDC gasta apenas 13 Dólares Internacionais por Habitante em Saúde, enquanto que o Botswana gasta 823 Dólares Internacionais por Habitante em Saúde.

Angola embora já gaste 155 Dólares Internacionais por cada Habitante em Saúde tem 54,3% da sua população a viver com menos de 1 Dólar/dia. A Zâmbia tem a maior percentagem da população a viver com menos de 1 Dólar com 64,3 %.

A África do Sul tem o maior Gasto em Saúde como Percentagem do PIB equivalente a 8,2%, tendo também a menor percentagem de Pessoas Vivendo com Menos de 1 Dólar Internacional (26,2%).

OBS:

INTL \$: Dólar Internacional é uma unidade monetária comum que tem em conta o diferente poder aquisitivo relativo das diferentes moedas, as cifras expressas em dólares internacionais se calculam a partir das Paridades do Poder Aquisitivo (PPA), que são factores de conversão das moedas que reflectem as diferenças de preços entre países (OMS,2006).

2. MICROFINANÇAS

2.1 Mulheres com crédito e formação transformam pescado

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

ELEVAR o RENDIMENTO familiar é o objectivo perseguido por Maria Tomás, de 28 anos, que na comunidade de Cabo Ledo, no município da Quissama, em apenas dois meses beneficiou de um curso de processamento de pescado e um de micro-crédito.

Esta mulher, que exerce a actividade de transformar peixe fresco em seco e meia-cura há cinco anos, revela que com os conhecimentos adquiridos e o montante disponibilizado vai fazer crescer o negócio e consequentemente a renda familiar.

"Faço parte de um grupo de cinco mulheres que recebeu 250 mil kwanzas para continuar a trabalhar e, depois de dois meses, começamos a devolver o dinheiro que nos foi emprestado", garante Maria Tomás.

Donata Afonso, de 44 anos, é outra senhora que viu no crédito concedido no sábado, 27, pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), numa parceria com o Ministério das Pescas, a alternativa para melhorar a vida.

"Acho que com este gesto o Estado e outras entidades nos ajudam a melhorar a nossa vida. Anteriormente trabalhávamos com pouco dinheiro mas a partir de agora estamos em condições de avançar e trabalhar com mais recursos", referiu Donata.

Já Verónica José Salvador, de 35 anos, que aprendeu a escalar peixe na praia por força da necessidade de sustentar o primeiro filho (agora já são quatro crianças à sua guarda), faz deste ofício o seu ganha-pão. O micro-crédito atribuído tem um prazo de reembolso de dois anos.

"Com o micro-crédito vou trabalhar.

Não servirá para dar ao marido, mas para ajudar na escola das crianças. O apelo que deixo às mães é que escalem em condições o peixe e não o façam mais na areia para podermos ter peixe de boa qualidade", enfatizou.

Numa cerimónia sem grande pompa, a ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, acompanhada do

homólogo namibiano, Bernhard Esau, procedeu à atribuição de micro-crédito às 60 mulheres processadoras de pescado, repartidas em 12 grupos de cinco, perfazendo um total de três milhões de kwanzas. A iniciativa é sequência de uma acção formativa do Centro de Formação Pesqueira ali localizado.

"As mulheres, quando pedem um empréstimo, normalmente reembolsam o financiamento. Temos aqui criadas as ferramentas para as mulheres começarem o seu pequeno negócio", sublinhou Vitória Neto quando se dirigia ao colectivo de mulheres beneficiárias, alertando-as para a necessidade de proporcionar um produto de qualidade.

"Agora as condições higiénicas, de trabalho e de organização são boas. Impõe-se a criação de cooperativas porque isoladamente não é possível obter grandes rendimentos. A união faz a força", disse a ministra.

2.2 Microcrédito beneficia processadoras de peixe

Jornal Expansão

02 De Agosto de 2013

Um grupo de 60 mulheres que se dedicam ao processamento e comercialização de peixe na comunidade de Cabo Ledo, no município da Quissama, em Luanda, beneficiou de microcrédito, num montante de três milhões de kwanzas. As beneficiárias representam 12 grupos, de cinco mulheres cada, que durante dois meses e meio (de 6 de Maio a 25 de Julho) frequentaram o curso intensivo sobre "Boas Práticas de Higiene" e sobre "Boas Práticas de Processamento", no Centro de Apoio à Pesca Artesanal de Cabo Ledo. Cada grupo recebeu da ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, 250 mil kwanzas, numa cerimónia testemunhada pelo também ministro (das Pescas e Recursos Marinhos da Namíbia, Bernhard Esau, e pela administradora municipal da Quissama.

2.3 Sol lança Conta poupança para recém-nascido

Jornal Expansão

De 02 de Agosto de 2013

O Banco Sol lançou esta semana, em Luanda, a "Conta Poupança" para recém-nascidos, onde os encarregados de educação podem depositar 100 kwanzas mensalmente para os seus bebés. O acto de

lançamento, decorrido à margem da. Inauguração de uma dependência da instituição bancária, nas instalações da maternidade Lucrecia Paim, foi presidida pelo ministro da Saúde, José Van-Dúnem. Segundo o ministro, a "Conta Poupança", por um lado mostra uma preocupação com o futuro das crianças, por outro, indica que o dinheiro é um recurso escasso e que tem que ser valorizado.

2.4 Quando salário atrasa a vida fica no Quilápi

Jornal Acapital

03 De Agosto de 2013

Ambrósio Pedro, um trabalhador e estudante universitário contou à nossa reportagem que foram necessários apenas dois meses de atraso salarial, para ficar endividado durante um ano. "Sou funcionário público e estudante universitário. Tenho uma carga de responsabilidades acrescida, porque, para além dos quatro filhos meus, sou o responsável de meus seis irmãos", explicou.

"Sou professor, infelizmente, a pro- fissão que exerço é associada a atrasos constantes nos salários", acrescentou e nota que por via disso, volta e meia "somos obrigados a entrar em greves.

Segundo ele, viver com a esposa, os filhos, e ser responsável pelos irmãos com um salário base de 120 mil kwanzas, a viver numa casa de renda, pagar a Faculdade, o colégio dos filhos, a escola dos irmãos, para além das despesas com a alimentação, sem dúvidas, não resta espaço para manobra. "E, quando há atrasos salariais consecutivos, o lema é estarmos constantemente endividados, pois que, se não suprimos as contas decorrentes do meu ordenado, as dívidas sobem, expondo-nos a viver sob risco de pressão das cobranças", prosseguiu.

Pedro paga na faculdade uma propina de 28 mil kwanzas, a que se acrescem 10% de multa quando falha o tempo estabelecido pela instituição. O mesmo diz acontecer com as propinas escolares, para não falar dos problemas com o senhorio da residência onde mora que, frequentemente, quando os atrasos são constantes, ameaça terminar o contrato.

"Não digo que é falta de sensibilidade da parte do senhorio. É que ele ar- rendou a casa onde vivo que é de dois quartos, uma sala, cozinha, despensa e casa de banho, para poder arrecadar verbas para ele viver, arrendando outra, a menos preço. Então, quando o meu salário atrasa, ele, também, passa fome", explicou Ambrósio Pedro que já está endividado em

cinco mil dólares norte-americanos, (USD), por ter pedido emprestado cerca de dois USD, a vários vizinhos. "Pedi cerca de dois mil USD, para poder manter a vida da família na normalidade. Devia pagar em 15 dias, mas o salário atrasou dois meses e hoje devo cerca de cinco mil USD por causa dos juros", ilustrou.

Por sua vez, António Azevedo, trabalhador da TCUL, considerou que o atraso reiterado de vencimentos que se verifica em determinadas empresas, produz efeitos que não atingem apenas à esfera patrimonial do empregado, diante do comprometimento da sua subsistência e de sua família, uma vez que o trabalhador fica, também, limitado na sua capacidade de contrair obrigações financeiras com terceiros e de honrá-las nos prazos predefinidos.

Em sua opinião, a condição de empregado inibe a exigência imediata do pagamento dos salários em atraso, porquanto de tal acto poderia resultar retaliação por parte da empresa, pondo em risco a própria relação laboral, e o seu único meio de sobrevivência.

"O atraso salarial em quase todas as empresas é constante, principalmente para aquelas que não têm cunho com o Estado. E, o que preocupa é que não há, aparentemente, legislação que coloca um termo a isto", concluiu.

Bernardo da Silva, é empregado de uma empresa de saneamento básico, em Luanda. Vence 18 mil kwanzas. Sem mulher nem filhos para sustentar, sonhava desenvolver o seu modo de vida com aquilo que ganha.

Para o jovem, os atrasos e falta de regulamento entre as empresas e os trabalhadores, fazem com que certos trabalhadores abduquem do salário. "O meu salário serve apenas para pagar as propinas escolares. São quatro mil kwanzas por mês. Ainda assim, mesmo a usufruir 18 mil kwanzas, não consigo pagar, com regularidade, porque tenho dificuldades em contabilizar os meses que são pagos pela empresa, pois, às vezes dão um intervalo de três ou quatro meses de atraso", afirmou.

"O salário atrasa sempre, por isso é que todos os meses entram e saem trabalhadores".

2.5 Cunene forma candidatos ao crédito

Jornal de Angola
05 De Agosto de 2013

Os empreendedores que solicitarem um financiamento junto do Balcão Único de Empreendedor (BUE), no município do Cunhama, têm agora de passar por uma formação técnica ministrada pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), antes de receberem o empréstimo.

O coordenador do BUE de Cuanhama, Paulo Simões, disse na sexta-feira, em Ondjiva, que a formação se destina a municiar os empreendedores de importantes instrumentos para que possam gerir melhor os seus negócios.

Os projectos para financiamento no BUE foram temporariamente suspensos, uma vez que decorre a reestruturação dos balcões e do quadro de pessoal, para a adopção de mecanismos viáveis para o regresso ao crédito.

"O projecto está a sofrer uma reestruturação que passa, necessariamente, pela concessão de crédito apenas pessoas com competência certificada e que tenham beneficiado de uma formação dos parceiros BUF", explicou Paulo Simões.

O coordenador acrescentou que esta situação vai fazer com que se à introdução de novas aplicações informáticas e se adopte um novo modelo de trabalho na análise e concessão de crédito.

Nesta altura, cerca de 3.700 processos aguardam financiamento a nível do município do Cuanhama, no quadro do "Crédito meu negócio, minha vida", enquanto 221 jovens já receberam crédito. O BUE tem como objectivo prestar serviços aos cidadãos que pretendem constituir micro e pequenas empresas, assim como regularizar a situação de empreendedores e comerciantes que trabalham no mercado informal dos comerciantes precários no meio rural. O objectivo é avaliar o impacto da concessão do crédito aos micros e pequenos empresários.

O inquérito consta de 48 perguntas a cerca de 3.412 pessoas que exercem a actividade comercial de forma precária, em diferentes mercados informais e estabelecimentos singulares do Cunene.

O governador provincial, António Didalelwa, referiu que, com o inquérito, a ser desenvolvido nos municípios de Cuanhama, Curoca, a macunde, Cahama, Cuvelai e Ombadja, se pretende consolidar

o programa de micro-crédito, em função da realidade local.

António Didalelwa disse ainda que, para o êxito do Programa de Combate à Pobreza, vai ser necessário um estudo científico, inspirado na realidade das comunidades, com vista à obtenção dos rendimentos necessários para a satisfação das necessidades da população.

Comércio precário

Os inquiridores comerciais, supervisores e instituições bancárias participam, em Ondjiva, num seminário de formação no quadro do incremento de um inquérito junto.

2.6 Executivo reforça crédito e garantias

Jornal de Angola
08 De Agosto 2013

O Programa Angola Investe aprovou, até ao momento, 101 financiamentos em linhas de Crédito Bonificado e já disponibilizou 44, num total de mais de 14,6 mil milhões de kwanzas concedidos. De acordo com um comunicado do Ministério da Economia, foram aprovados projectos em 16 das 18 províncias com financiamentos disponibilizados em 12 delas.

Os programas de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN) e ao Crédito Agrícola de Campanha alcançaram valores semelhantes, na ordem dos 14.334 milhões de kwanzas e 15.322 milhões de kwanzas, respectivamente. Inicialmente, foram lançadas duas iniciativas - Linhas de Crédito Bonificado e Garantias Públicas de Crédito - que têm estado a ser executadas em conjunto com os principais bancos nacionais desde Junho de 2012.

A terceira iniciativa consistiu no Fundo Público de Capital de Risco, que no final de Junho foi capitalizado com cerca de 50 milhões de dólares (cinco mil milhões de kwanzas) para estimular o desenvolvimento de projectos competitivos no sector produtivo, na fase inicial de desenvolvimento.

Adicionalmente, o Orçamento Geral do Estado (OGE) tem cabimento dos 200 milhões de dólares (20 mil milhões de kwanzas) para o Programa Angola Investe deste ano, valor que será reforçado no próximo ano com fundos adicionais.

Os projectos aprovados no Programa Angola Investe obedeceram aos procedimentos de aprovação de crédito dos bancos aderentes e ao cumprimento

dos critérios de elegibilidade, demonstrando a viabilidade do negócio, e o seu impacto no aumento do emprego e na diversificação da economia nacional. O Ministério da Economia considera, no comunicado, que os bancos têm sido cruciais para financiar a economia nacional e são parceiros privilegiados do Estado e dos empresários no desenvolvimento e diversificação da economia angolana. O Programa Angola Investe tem uma abrangência que "vai além da vertente de facilitar o acesso ao crédito", porque inclui iniciativas de apoio à economia nacional, como a desburocratização dos processos de abertura e licenciamento de empresas, apoio aos sectores bandeira, fomento ao consumo da produção nacional, com a campanha "Feito em Angola", e o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio -sublinha o comunicado. o âmbito do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio foi lançada a rede do Balcão Único do Empreendedor (BUE), que é um novo paradigma de relacionamento do Estado com os empresários e com os diversos homens de negócios em cada município do país.

O sucesso desta rede BUE, indica comunicado, levou à melhoria em duas posições de Angola no ranking "Doing Business" de 2013.

O comunicado sublinha que "existe uma vontade do Executivo em continuar com os seus esforços diários, em conjunto com as restantes entidades parceiras, em particular com os bancos aderentes, na implementação dos programas para o fomento do sector empresarial privado e desenvolvimento da capacidade produtiva do país, pelo que foram preparados novos memorandos para renovação do compromisso com os bancos na concessão de crédito".

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) inaugurou ontem cinco novas agências em simultâneo no mercado angolano, duas das quais marcam a estreia absoluta da operação do banco na província do Kwanza- Sul (Waku Kungo) e Bié (Cuito). Com a abertura das outras agências, o BESA reforça a sua cobertura geográfica nas províncias de Luanda e Bengo, onde três novas agências iniciaram actividade nas zonas do Quicuxi, Cash& Carry Nova Vida e Panguila.

Depois de ter anunciado a abertura, a 5 de Julho, de sete agências (Lubango Center, Avô Cumbi, Viana Park, Posto CFB Lobito, Catete, FILDA e Cacucaco) o BESA afirma estar a prosseguir, assim, o plano de expansão da sua rede de balcões, que prevê aumentar a sua cobertura geográfica, para estar cada vez mais perto dos seus clientes.

O objectivo do BESA é chegar a todo o país, ao final do presente ano, com cerca de 70 agências abertas e outros seis centros de empresa operacionais. Para acompanhar o seu plano estratégico de crescimento, o banco vai recrutar acerca de 300 pessoas entre 2013 e 2014, reforçando a sua aposta na formação profissional e qualificação dos seus recursos humanos.

O banco afirma que a expansão é resultado do reconhecimento da necessidade de uma nova abordagem junto do mercado, para acompanhar "a nova fase, profundamente dinâmica, da economia angolana e da indústria bancária em Angola", com o que definiu ser uma nova estratégia de actuação, na qual "a proximidade com os clientes é uma prioridade".

2.7 Banco HIL está disponível para apoiar agro-pecuária

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2013

O presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Comércio (BIC), Fernando eles, garantiu a disponibilidade de sua instituição para conceder crédito a operadores do segmento agro-pecuário da região sul do país.

Em declarações à Angop, durante a 108 Feira Agro-pecuária da Huíla, Fernando Teles explicou que o fim das importações de alimentos, fundamentalmente carne, passa pelo apoio financeiro aos pequenos criadores, para que aumentem os rebanhos.

"A Huíla tem alguns dos maiores fazendeiros de Angola, ainda assim precisamos de mais gado e da eliminação das doenças que afectam os animais, aumentar o efectivo, pois há milhares de pequenos produtores com 30 e 40 cabeças que devem ser apoiados, principalmente com vacinas, e o programa Angola Investe é a grande matriz", sustentou o presidente do BIC.

Fernando Teles realçou que a relação entre o BIC e os criadores é muito boa", uma vez que este banco concedeu crédito a quase todos os empresários do sul de Angola. O bancário esclareceu que, em todo o país, o crédito neste segmento está estimado em cerca de 20 mil milhões de kwanzas.

Para o gestor, o banco está disponível para aumentar a concessão de crédito à agricultura e pecuária, desde que os interessados apresentem projectos

viáveis, credíveis e que sejam de facto pessoas que conhecem a actividade.

"O BIC sempre esteve presente e apoiamos esta causa. Eu próprio tenho uma fazenda na Huíla há 18 anos. Por isso, acompanho isso com muita ênfase, porque a solução do país passa por deixar de importar bens produzidos cá, mas para que isso seja uma realidade é preciso que haja mais agricultura e pecuária operacional", sublinhou.

O gestor pediu aos produtores do sector agro-pecuário para terem contacto com programa "Angola Investe", porque novos projectos foram aprovados e os juros são bonificados, devendo para o efeito informarem-se junto dos bancos.

A Feira Agro-pecuária da Huíla encerra no domingo e vai ser marcada por leilões de gado e colóquios sobre bovinicultura de carne.

2.8 Executivo analisa primeiro ano dos Mecanismos de Financiamento

Semanário Independente
10 De Agosto de 2013

Consciente do papel das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), no desenvolvimento de uma economia diversificada e sustentável, o Executivo angolano desenvolveu um programa com iniciativas específicas orientadas para as MPMEs que actuam nos sectores produtivos - o Programa Angola Investe, em que uma das suas vertentes consiste na facilitação do acesso ao crédito para as MPMEs, considerado um pilar crucial para o desenvolvimento.

Inicialmente lançadas duas iniciativas-linhas de crédito bonificado e Garantias Públicas de Crédito - que têm estado a ser implementadas em conjunto com os principais bancos nacionais, desde Junho de 2012. Num segundo momento foi lançado uma terceira iniciativa que consiste num fundo público de capital de risco - oFACRA, que no final de Junho de 2013 foi capitalizado com cerca de 50 milhões de dólares para estimular o desenvolvimento de projectos competitivos no sector produtivo na sua fase inicial.

Até à data, um ano após o início da operacionalização da iniciativa de Linhas de Crédito Bonificado, foram aprovados 101 financiamentos, dos quais 44 foram já disponibilizados, perfazendo um total de mais de 14 milhões de kwanzas aprovados e mais de seis milhões de Kwanzas disponibilizados. Esses financiamentos, refere, demonstram, adicionalmente, uma vasta dispersão nacional, existindo já projectos com

financiamentos aprovados em 16 das 18 províncias nacionais e projectos com financiamentos disponibilizados em 12 delas.

Explica que todos esses projectos tiveram que passar pelos critérios e procedimentos de aprovação de crédito de bancos aderentes e cumprir os créditos de elegibilidade do programa, demonstrando a viabilidade do projecto e o seu potencial impacto para o aumento do emprego e da diversificação da economia nacional.

Os números mostram o considerável sucesso do programa: O Programa Angola Investe alcançou valores bastante elevados de créditos concedidos, assegurou uma extensa abrangência territorial nos valores concedidos e inaugurou um novo paradigma de interacção entre o Estado e o sistema financeiro.

O Executivo refere que em comparação com os números atingidos por outros programas de facilitação de acesso ao crédito, o Programa Angola Investe, que já aprovou mais de 14 mil milhões de Kwanzas, alcançou valores semelhantes ao PROAPEN (Programa de Apoio ao Pequeno Negócio) e ao Crédito Agrícola de Campanha, que concederam 14.334 milhões de Kwanzas e 15.322 milhões de Kwanzas, respectivamente, isto apesar da maior exigência de qualidade e de rigor dos projectos aprovados no âmbito do Angola Investe.

Finalmente, o programa inaugurou um novo paradigma de parceria e de coordenação do Estado com o sistema financeiro, em que foi possível injectar crédito na economia não apenas por via dos bancos estatais, mas de todo o sistema financeiro, o que se constituiu como um modelo que pode ser utilizado de forma recorrente no futuro.

De igual modo, foram já preparados novos Memorandos para renovação do compromisso dos bancos na concessão de crédito e dinamização do Programa, sendo que adicionalmente estão previstos no Orçamento Geral do Estado 200 milhões de dólares para o programa em 2013, valor que será reforçado em 2014 com fundos adicionais adicionais.

2.9 Financiamento superior a Kz 14 milhões aprovados no âmbito do Angolano Investe

Jornal o País
16 De Agosto de 2013

Já foram aprovados mais de Kz 14 mil milhões de financiamentos no âmbito das linhas de crédito bonificado contempladas no programa Angola

Investe, dos quais Kz 6 mil milhões já foram disponibilizados. Estes montantes correspondem a 101 financiamentos aprovados, sendo que 44 financiamentos já foram disponibilizados. Por outro lado, e do ponto de vista da dispersão do programa pelo território nacional, refira-se que existem já projectos com financiamentos aprovados em 16 das 18 províncias nacionais e projectos com financiamentos disponibilizados em 12 delas. De acordo com uma nota divulgada pelo Ministério da Economia, 'estes números mostram o considerável sucesso do programa: o programa Angola Investe alcançou valores bastante elevados de créditos concedidos, assegurou uma extensa abrangência territorial nos valores concedidos e inaugurou um novo paradigma de interacção entre o Estado e o sistema financeiro'.

Millennium lidera financiamentos aprovados

O Banco Millennium é a instituição envolvida em 39 dos 101 financiamentos aprovados, seguindo-se o BCI (15 aprovações), BFA (13), BPC (11), BIC (8), Caixa Totta (4), Bai e BNI (3 cada um dos bancos), BESA e Sol (2 financiamentos cada uma das instituições) e o Keve (1 financiamento). OBPC e o BCI encabeçam a lista dos bancos aderentes ao programa no que respeita aos financiamentos disponibilizados, assumindo, cada um deles, 10 financiamentos, seguindo-se o Millennium (9), o BFA (7), o BIC (6) e o Caixa Totta (2). Foi contudo o Millennium que, até agora, disponibilizou um maior volume de financiamento (Kz 1.976 milhões), à frente do BPC (Kz 1.413 milhões), BIC (Kz 1.333 milhões), o BCI (Kz 1.064 milhões), o BFA (Kz 154 milhões) e o Caixa Totta (Kz 120 milhões).

O Ministério da Economia compara o desempenho obtido pelo Angola Investe com o registado por outros programas de facilitação de acesso ao crédito, concluindo que o programa alcançou valores semelhantes ao PROAPEN (Programa de Apoio ao Pequeno Negócio) e ao Crédito Agrícola de Campanha, que concederam Kz 14,334 milhões e Kz 15.322 milhões respectivamente, 'isto apesar da muito maior exigência de qualidade e de rigor dos projectos aprovados no âmbito do Angola Investe'. O Ministério da Economia salienta ainda 'a vasta abrangência territorial dos financiamentos concedidos', a qual 'demonstra a elevada capacidade do Programa em desenvolver a globalidade da economia Angolana e em mitigar as desigualdades existentes', assim como o facto de o programa ter inaugurado um 'novo paradigma de parceria e de coordenação do Estado com o sistema financeiro', permitindo injectar crédito na economia não apenas através dos bancos públicos mas de todo o sistema financeiro.

Fundos adicionais em 2014 Entretanto, [já foram preparados novos memorandos para renovação do compromisso com os bancos na concessão de crédito e dinamização do programa. O Angola Investe conta com uma dotação de USD 200 milhões inscrita no OGE para este ano, valor que, de acordo com o Ministério da Economia, 'será reforçado em 2014 com fundos adicionais'.

O Ministério da Economia recorda que o alcance do Angola Investe vai para além da facilitação do acesso ao crédito, incluindo iniciativas de apoio à economia nacional 'como a desburocratização dos processos de abertura de empresa e de licenciamento, como o apoio aos sectores bandeira, como o fomento ao consumo da produção nacional ("Feito em Angola"), e como o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), entre outras'. Adianta ainda que, no âmbito do PROAPEN foi lançada e reforçada a rede nacional de BUE (Balcão Único do Empreendedor), 'cujo sucesso na implementação levou à melhoria em duas posições de Angola no ranking Doing Business de 2013'.

Registe-se que o programa Angola Investe, no âmbito da facilitação do acesso ao crédito às empresas de menor dimensão, microempresas e PME, lançou duas iniciativas, as linhas de crédito bonificado e as garantias públicas de crédito, que vêm sendo implementadas em conjunto com os principais bancos nacionais desde Junho de 2012. Mais recentemente foi lançado, ainda no âmbito do programa, um fundo público de capital de risco (o FACRA), o qual, no final de Junho deste ano, foi capitalizado com cerca de USD 50 milhões com vista a estimular o desenvolvimento de projectos competitivos no sector produtivo na sua fase inicial de desenvolvimento.

No contexto do programa e através do crédito bonificado o Estado bonifica os juros de modo a que o valor máximo da taxa de juro efectivamente pago pelas micro, pequenas e médias empresas não exceda 5%. Quanto ao crédito concedido com recurso aos bancos as taxas de juro acordadas não deverão superar a taxa Luibor a 6 meses acrescida de um spread de 3% no caso das médias empresas, a taxa Luibor a 6 meses acrescida de um spread de 4,5% no caso das pequenas empresas e a taxa Luibor a 6 meses acrescida de um spread de 6% no caso das microempresas. O prazo máximo de reembolso é de 7 anos e o período de carência de capital de pelo menos 6 meses. O Fundo de Garantia de Crédito cobre até 70% do capital mutuado, sendo de 2% a comissão paga pelo agente económico.

2.10 Acesso ao financiamento bancário mais facilitado

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2013

O Programa Angola Investe financiou 45 projectos empresariais, em três províncias, dos sectores da indústria transformadora, agricultura e serviços de apoio à produção, assegurou o técnico do Ministério da Economia, Laércio Cândido, na cidade do Lubango, quando prestava esclarecimentos aos empresários locais.

O evento promovido pela Associação Agro-Pecuária, Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL), no âmbito da realização da Expo-Huíla 2013, foi orientado pelos administradores do Fundo de Garantia de Crédito (FGC), INAPEM e técnicos do Ministério da Economia.

"Até 14 de Agosto do ano em curso, o programa Angola Investe aprovou 150 projectos, 45 dos quais receberam os financiamentos nas províncias de Luanda, Bengo e Huíla", disse.

Segundo Laércio Cândido, dentre os projectos aprovados destacam-se 21 no sector da indústria transformadora, 15 na agricultura, sete de serviços de apoio à produção e dois na área de matérias de construção civil.

O técnico sénior assegurou que o Programa está a ser aplicado em parceria com 20 bancos que operam em Angola e conta com um montante de 15 mil milhões de kwanzas. Ao dissertar sobre o tema "Iniciativas do Executivo de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas e de Fomento ao Empreendedorismo para a Diversificação da Economia - Programa Angola Investe", Laércio Cândido considerou oportuna a interacção com os empresários. Os empresários precisam de acompanhar a evolução desta iniciativa do Programa Angola Investe para sentirem os benefícios e cobrarem os incentivos e apoios previstos por lei com os juros bonificados e garantias de Estado, disse.

O administrador do Fundo de Garantias de Crédito, Silvano Araújo, que dissertou sobre o tema "As Garantias Públicas e o Acesso ao Financiamento para os Negócios", disse que o programa foi concebido para acelerar o processo de diversificação da economia.

"O Fundo de Garantia de Angola surge em função das necessidades do Executivo face às metas e aos objectivos do plano nacional de desenvolvimento de

criar um sistema público de garantias", sublinhou o administrador.

Silvano Araújo esclareceu que a maior parte das micro, pequenas e médias empresas sempre tiveram dificuldades em aceder ao crédito via banco, por falta de garantias, e o fundo vem colmatar esta lacuna.

Certificação

Para beneficiar das bonificações e garantias que vão até 70 por cento do financiamento, as empresas candidatas devem ter capital angolano igualou superior a 75 por cento, apresentar o certificado do INAPEM que a classifica como micro, pequena ou média empresa. O reembolso do empréstimo vai até sete anos e o limite das taxas de juro são de seis por cento para as micro, 4,5 por cento para pequenas e três por cento para as médias empresas. Porta de entrada ao financiamento.

O Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas é a porta para que os empresários tenham acesso ao financiamento do Programa Angola Investe, conforme garantiu o administrador da instituição, Jaime Fortuna. O administrador Jaime Fortuna, que dissertava sobre o tema "O Papel e Responsabilidade do INAPEM no Programa Angola Investe", justificou que os empresários, para terem acesso ao financiamento precisam de um certificado que é passado pela sua instituição.

O certificado é passado mediante uma formação que o empresário ou empreendedor recebe para estar habilitado a começar um micro, pequeno ou médio negócio. Além da formação que a instituição facilita, o INAPEM também presta trabalho de assessoria e acompanhamento aos empreendedores no sentido de não fracassarem. Para o presidente de direcção da AAPCIL, António de Lemos, Angola Investe é um programa completo, porque além do dinheiro garante a capacitação dos beneficiários e assegura os riscos. O líder empresarial António de Lemos considerou o encontro é oportuno e de mais-valia, porque muitas das dúvidas que os empresários tinham sobre os procedimentos de acesso ao Programa Angola Investe foram dissipadas.

2.11 Fundo de Crédito emite garantias

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2013

O Fundo de Garantia de Crédito criado em Maio de 2012 já emitiu 57 garantias desde Dezembro do ano passado tendo por base o programa "Angola Investe", tendo dez sido concedidas a empresários da

província da Huíla, informou o administrador Silvano Araújo.

Falando no fim da palestra "Redução de custos/Certificação das empresas e produção", o responsável disse tratar-se de uma ferramenta criada após identificação de dificuldades, constatadas pelo executivo nos empresários de micro, pequenas e médias empresas, em acederem ao crédito.

Silvano Araújo esclareceu que se pretende a criação de um sistema de garantia de crédito com o surgimento de sociedades afins, no sentido de permitir apoio contínuo aos micro, pequenos e médios empresários e por isso não basta apenas trabalhar directamente com o programa "Angola Investe".

Por este motivo, esclareceu, realizou-se a palestra, com o intuito de elucidar os empresários sobre o que são as garantias públicas e como podem facilitar o acesso ao financiamento.

De igual modo, referiu o gestor, fez-se referência a algumas questões colocadas relativamente aos sectores enquadrados, quem pode aceder ao Fundo de Garantia de Crédito e de que forma.

Por este motivo o administrador do Fundo de Garantia de Crédito reforçou a necessidade de os empresários terem de procurar mais informações sobre o programa "Angola Investe" com objectivo de prepararem-se melhor, procurando igualmente a assessoria do INAPEM, que possui consultoria e informação gratuita ou comparticipada.

2.12 Seca dificulta reembolso do crédito bancário

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2013

A seca que assolou o país, com maior incidência para as províncias do sul de Angola, está a dificultar o reembolso do empréstimo bancário concedido às associações e famílias de camponeses, conclui o relatório da UNACA-Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola, apresentado em Luanda.

Os níveis de produção agrícola em Angola, no período 2012/2013, estiveram abaixo do previsto, devido à estiagem que se registou em todo o território nacional, refere o relatório. O presidente da UNACA-Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola, Paulo Vime, disse que os camponeses têm registado níveis baixos na cobrança de quotas em

todas as províncias. Por isso, o responsável recomendou aos presidentes das associações para fazerem esforços visando a sua aplicação. As federações devem dialogar com os Governos Provinciais e continuar a trabalhar para elevar os valores concedidos aos camponeses e negociar a extensão do período de reembolso.

"Esta medida visa facilitar a aquisição de apoios do Executivo, das organizações nacionais e internacionais. A agricultura familiar em Angola é uma das vias que contribui para o aumento e a melhoria dos rendimentos dos camponeses, reduzindo cada vez mais os índices de pobreza", referiu.

Plano estratégico

De acordo com o documento a- apresentado no Encontro de Balanço da UNACA, que decorre em Luanda, a zona litoral do país foi a mais afectada, devido aos sucessivos ciclos de estiagem que se registaram, tendo em conta que a agricultura, além de ser sazonal, depende essencialmente das chuvas. Em função das perdas causadas pela estiagem, disse a direcção da UNACA, foi traçado um plano estratégico de médio prazo que visa reflectir sobre os problemas da organização que afectam o desenvolvimento das actividades ligadas ao sector camponês, fazendo com que a participação dos associados nos programas sobre o combate à pobreza não seja prejudicada pela falta de condições técnicas, materiais e financeiras.

Constam ainda do programa da UNACA o processo de requalificação e criação de uma cooperativa modelo em cada província de Angola e a mobilização dos associados a participarem activamente no plano estratégico para revitalização da alfabetização, aprovado pelo Executivo angolano para 2012/2017.

Em relação ao movimento cooperativo, a organização indica que continua a crescer em todo o país e actualmente estão registadas 8.713 associações de camponeses, 715.739 associados, entre os quais 371.747 são mulheres, 2.113 cooperativas agrícolas com um total de 279.227 membros, dos quais 137.844 são mulheres.

O Encontro de Balanço da UNACA abordou "a vida interna da organização, funcionamento das organizações de base, avaliação da estratégia do pagamento de quotas, e o Crédito Agrícola de Campanha".

A Presidente da UNACA da província do Cunene, Teresa de Jesus, informou que a estiagem afectou a produção agrícola das famílias camponesas e impediu o reembolso do crédito de campanha.

"O reembolso do crédito foi quase nulo porque a produção agrícola teve uma grande quebra", argumentou Teresa de Jesus.

Abílio Ukuassapi, presidente da UNACA no Huambo, referiu que a província obteve uma produção significativa de milho, feijão, mandioca e hortícolas. Em contrapartida, o crédito ajudou os camponeses a aumentarem a sua produção. A média de reembolso situou-se em 60 por cento.

2.13 Jovens estão a criar pequenos negócios

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2013

A primeira fase do programa "Crédito Jovem" na província do Kwanza-Norte beneficiou 427 jovens, organizados em 64 cooperativas e associações, que receberam um total de 28 milhões de kwanzas do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

O director provincial da Juventude e Desportos, Manuel Martins, disse que, desse valor, já foram reembolsados mais de sete milhões. A segunda fase do programa, já em curso, abrange 31 O cidadãos, organizados em 65 cooperativas, para os quais foram disponibilizados 59 milhões de kwanzas. Manuel Martins lamentou a falta, há mais de seis meses, de informações do BPC, sobre o reembolso pelas cooperativas beneficiadas, de forma a sensibilizá-las a honrar os seus compromissos.

Revelou que no bairro Catome de Baixo, arredores da cidade de N'dalatando, foram já erguidas 45 das 100 residências sociais programadas para os jovens.

"Essas casas foram sorteadas em Dezembro de 2008 e os jovens efectuem os pagamentos com normalidade no Banco de Poupança e Crédito, desde 2009", sublinhou Manuel Martins, acrescentando que aguardam informações do Ministério da Juventude e Desportos para o arranque da segunda fase do projecto.

2.14 Fracasso de centenas de empresas do BUE

Semanário Factual

De 10 a 17 de Agosto de 2013

Dyalungana Rogério Ambrósio, jovem empreendedor considerou a abertura do BUE como umas das prioridades dos jovens darem início a sua própria vida financeira no pós guerra, mas que tal oferta não resultou em retorno positivo, pelo facto dos beneficiados não possuírem ferramentas suficientes, como Know-how e prática legal no ramo.

Alimenta-se a esta ideia as declarações do consultor do ministro da Economia, Licínio de Vaz Contreiras ao afirmar que apenas três em cada cem empresas criadas em Angola está a funcionar um ano depois da sua criação facto que faz situar a taxa de empreendedorismo, nos 32%.

Em declarações a imprensa o consultor do responsável pelos assuntos económicos no Governo explicou que os problemas que colocam a taxa de sucesso das novas empresas nos 3,3% giram à volta dos constrangimentos existentes no país, nomeadamente o excesso de burocracia no licenciamento das empresas, as infra-estruturas deficientes nas áreas da água, falta de capital humano qualificado para operar a empresa, energia eléctrica, estradas e telecomunicações, e ainda o fraco apoio do Estado na compra de bens e serviços no país.

O economista revelou que a taxa de empreendedorismo de 31,9% é alta, mas o problema está na taxa de sucesso, que está a volta do 3,3%, isto é, de 100 empresas que abrem no fim de um ano apenas três resistem a pressão do mercado empresarial.

Para ele, estes handicaps estão identificados e estão a ser combatidos, através do programa Angola-Invest, que desde 2012 já financiou 99 projectos, cujos 30 projectos já têm valores desembolsados, visando assim, facilitar o acesso ao crédito ligados à agricultura, agro-industrial e indústria de material de construção civil, que estão distribuídos em várias províncias.

Benvindo Correia Coordenador do Projecto BUE (Balcão único do Empreendedores) sublinhou que os dados alcançados desde a criação do BUE, há cerca de um ano, são bastante animadores. As pessoas beneficiárias vão desde as denominadas zungueiras, quitandeiras, roboteiros e engraxadores que passaram a ter a possibilidade de regularizarem a sua situação comercial junto de instituições oficiais.

Depois de algumas revisões no Projecto BUE aquele responsável fez saber a imprensa, que o projecto está a sofrer uma reestruturação, a nível superior que passa, necessariamente pela concessão de créditos apenas a pessoas que tiverem competência certificada, isto é, tenham beneficiado de uma formação, que será dado pelos parceiros BUE.

O nível superior, ou nível de experiência pensa e ser a componente formação necessária para os potenciais empreendedores, como uma ferramenta de extrema importância, para que esses possam saber gerir os seus negócios. Os nossos futuros empreendedores poderão receber o financiamento desde que possuam formação para tal ", argumentou.

Domingas Tute de 40 anos de idade foi vendedora ambulante, hoje ela é responsável de um estabelecimento de venda de cosmético, e considera a tarefa árdua, pois já não consegue retirar o rendimento mensal, tão pouco a média dos valores financeiros há sete ou nove meses, que ela recebeu do Balcão Único do Empreendedor no município de Luanda.

O Projecto BUE visa a construção de 161 balcões em todo o território nacional, neste momento, encontra-se já nas 18 províncias do país.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 A “recarga” do dia

Revista Vida

02 De Agosto de 2013

Actualmente, a proliferação da venda ambulante de mandioca com ginguba em várias artérias de Luanda resulta da procura constante dos consumidores desses produtos. As vendedeiras atraem a atenção dos transeuntes levantando os sacos e gritando como: "carregador! carregador! recarga que não demora!" São estes e outros pregões que se podem ouvir nas paragens de táxis, bombas de combustível e em locais de maior concentração de pessoas, como nas entradas dos centros comerciais e supermercado. A VIDA foi à rua e ouviu os testemunhos das vendedeiras e dos consumidores.

Esta actividade é exercida maioritariamente por mulheres provenientes das províncias do Uíge, Malanje e Bengo.

Segundo a Vendedeira Kiala Maria, de 50 anos, que tem a sua bancada nas bermas da estrada adjacente às bombas do Zamba 2, "essas hortícolas são consumidas desde o tempo dos nossos ancestrais, com o propósito de o aparelho de reprodução do homem e aumentar o leite nas mulheres em fase de amamentação.

A procura já é uma constante e faz aumentar a oferta, não pela quantidade do produto, mas pela expansão do negócio.

Cada porção de cada item de aproximadamente 200 gramas, vendidas em sacos de plástico, custa 100kwanzas, mas o mais usual é o saco de um quilo.

As pessoas que mais compram são do sexo masculino. De acordo com Liliana Mavinga de 23 anos, que faz praça na rotunda do Camama, e vende e consome "carregador" gosta de sentir efeito que diz ser diferente no homem e na mulher. E que a mandioca aumenta o prazer sexual no homem.

O investimento é de dois mil kwanzas e o rendimento diário é também de dois mil, o que perfaz cerca de 60 mil por mês, segundo Tia Zélia, uma vendeira de mandioca com ginguba já conhecida dos seguranças das cercanias do bairro Dona Xepa, ao Benfica, que trabalha de manhã e a tarde.

"Vendo o negócio todo no período da manhã, mas para tal percorro longas distâncias de um bairro para outro, das paragens 4^s escolas, de entradas de supermercados e em qualquer local onde haja concentração de pessoas".

A maior parte delas compram os produtos no mercado do Katintom, da Praça Nova, do Kikolo e do Eskwanza.

As hortícolas vendidas nos mercados supracitados são provenientes com maior predominância na província do Uíge, Cuanza Sul e Bengo. Alguns relatos indicam também as províncias de Malanje e Cuanza Norte.

Mito ou realidade, quanto ao efeito propalado do "carregador"? João Lutuvavela, de 30 anos, é segurança e diz que consome o "carregador" há mais de 15 anos. "Eu sou do Cuanza Norte e desde sempre comi isso. Antes sentia uma pequena excitação, mas agora a recarga já não me estimula para a actividade sexual, mas acredito que aumenta a quantidade do esperma porque quando como noto que o esperma fica mais branco", declarou Lutuvavela.

Quanto aos "carregadores" ou "recargas" a VIDA ouviu jovens entre os 15 e os 22 anos de idade.

A maioria diz não sentir o efeito estimulante como contou Sampaio Aguiar de 17 anos, na ponte do Zamba 2, distrito Samba. "Eu não tenho problema de erecção mas uso estimulantes afrodisíacos porque assim me sinto mais forte para satisfazer melhor as parceiras, sobretudo nas noites de 'tchilo'; quanto ao carregador nunca senti nada que me estimulasse, mas os 'kotas' dizem que carrega mesmo, por isso é que eu comprei de quatrocentos", disse.

Felícia Jacinto que estava ao lado pediu para também participar da conversa. Começou a contrariar Sampaio: "admitimos que não é preciso ser-se um médico para fazer que tudo por excesso tem consequências nefastas e, o nosso amigo aqui, se continuar nesta rotina poderá não ter uma vida sexual saudável porque ele ainda é muito jovem. Felícia conta que ela também consome a "recarg" normalmente pelo facto de ser alimento natural.

Nas bombas de combustível do bairro Dangereux encontramos mais duas vendedeiras de mandioca crua e ginguba o famoso "carregador" que acederam em falar à VIDA.

Lídia Afonso, de 21 anos, de idade vende várias raízes que ela diz serem afrodisíacas, como o "timbatimba", o "jolamiongo", etc. Bem ao lado do passeio que separa a estrada estava a sua bacia de "carregador". Lídia É da província do Uíge e tem três filhos. O

local que é impróprio para vendas e explica: "eu vendo esses negócios há quatro anos é e dele que sustento a minha família."

Conta ainda que os filhos nasceram saudáveis por causa do carregador que ela consumia durante o período de gestação.

CARREGADOR

O carregador é a composição de dois produtos hortícolas: a mandioca crua e jinguba. Não existem casos relatados cientificamente que comprovam a tal eficiência no aumento do estímulo e do prazer sexual. Mas contem nutrientes benéficos para a saúde humana.

De acordo com o livro "Inaandra A qualidade de vida" de Isabel Fontes (Pesquisadora de alimentação local e de qualidade de vida), a mandioca é uma excelente fonte de energia, pois é constituída, basicamente, de amido. É uma das principais fontes de carboidratos sobretudo nos países tropicais. Possui vitaminas e sais minerais, como cálcio, ferro, fósforo e vitaminas B e C. É uma boa fonte de fibras vegetais, que auxiliam na circulação intestinal.

A mandioca, praticamente não possui gordura. Como não possui glúten, o seu consumo é vantajoso pelas pessoas portadoras de doença celíaca.

Já a jinguba tem uma forte importância económica na indústria alimentar. Conforme as variedades, tem uma grande quantidade de lípidos e proteínas.

A jinguba também é moída para cozinhar vários pratos de culinária local e utiliza-se para a fabricação de óleo de cozinha.

3.2 Mercado simulado e barato

Jornal O país

02 De Agosto de 2013

Se em situações normais, os clientes da Macambira se dirigiam para esse local comercial a qualquer hora do dia para comprar produtos de suas necessidades, no penúltimo dia do mês de Julho a operação exigia muitas cautelas, pois tudo tinha de passar pelos bofieiros para não chamar a atenção da fiscalização, que cobria quase todo perímetro.

"Hoje os clientes têm de falar connosco, senão não conseguem fazer compras", gabou-se Manuel António «elo» de 24 anos de idade, tendo revelado que só ele e seus colegas de ofício é que conseguem passar-se

por ajudantes de carregamento, enquanto compravam dos armazenistas certas mercadorias.

Os bofieiros da Macambira, como são tratados esses intermediários, já tinham acordo do género com os lojistas, que não hesitavam em vender fosse o que fosse, para verem seus armazéns vazios.

Nelo contou que, em dias normais de ajuda aos fregueses, saía da Macambira com cinco mil Kwanzas, porém, até antes das 12 horas de Terça-feira, 30, já tinha o dobro desta quantia.

"Estamos a pedir 500 Kwanzas por cada compra de uma viagem", revelou, salientando que, se os produtos exigirem buscas repetidas, o preço se vai multiplicando a cada regresso.

Com o encerramento da Macambira, elo diz que a sua vida vai complicar, pois daí dependia o eu sustento.

Outro bofieiro que lamenta o facto da mudança dos armazenistas é Francisco Xavier Caála de 38 anos que, nesse dia, se viu obrigado a carregar mercadorias dos armazéns para os contentores.

"Estou a fazer o último dinheiro com o carregamento de sacos para os camiões, porque, a partir de amanhã, penso em voltar para a pedreira.

Xavier afirmou que, desde Segunda-feira, 29, os lojistas decidiram baixar o preço dos produtos, para despachar as cargas.

A título de exemplo, citou que um saco de 50 quilogramas de açúcar estava a sair a dois mil Kwanzas, sendo que quem comprasse mais de três, fá-lo-ia a um preço ainda inferior.

Matias Sebastião, 37, não é bofieiro, mas revendia produtos comprados nos armazéns, principalmente quando estes encerravam as portas.

Este tipo de trabalho, na Macambira, era maioritariamente desempenhado por mulheres, não admirando que Matias só estivesse há oito meses no ofício." este curto espaço de tempo, consegui resolver muita coisa na minha vida, mas agora terei de começar a fazer contas para gerir os lucros", calculou o morador do Cazenga, que não se acha disposto a ir para o Benfica.

A clientela era outra classe que se mostrava muito aflita. o local, moviam-se de um lado para outro a procura de uma loja aberta, a fim de fazerem as últimas compras na Macambira.

3.3 Ultimato na Macambira marcado por multas aos desobedientes

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

Embora soubessem que na Terça - feira, 30 de Julho, deviam manter as portas dos armazéns fechadas, certos comerciantes da Macambira ainda tentaram vender algumas mercadorias, segundo eles, para diminuir a carga a transportar, mas foram surpreendidos pela fiscalização, que os acusou de desobediência às ordens superiores, ao ponto de lhes ter apreendido os referidos produtos.

É o caso do gerente do armazém Carlucha, Gapinal Francisco Goumar, que justillcou a infracção alegando solidariedade ao pedido insistente dos clientes.

"Nós estávamos a arrumar as caixas de carne fresca, os clientes chegaram e pediram muito favor para lhes vender algumas, então muito rápido lhes demos, fundamentou, acrescentando que o processo de arrumação dos produtos aos contentores não parou por causa disso. Adiantou também que as orientações superiores ditavam o esvaziamento dos armazéns num período de tempo que ia de 30 de Julho até 15 de Agosto, dia em que se supunha terão início as demolições.

Entretanto, sabe-se que, quando foram notificados pela primeira vez, no princípio de Julho, aos armazenistas tinham sido dados dez dias, um prazo que, depois de revisto a pedido destes, se adiou para o fim do referido mês.

Quanto à apreensão dos seus produtos, considerou a medida como muito exagerada, uma vez que, segundo ele, os fiscais só deviam controlar as vendas nos armazéns.

A polémica entre os inspectores e o gerente da Carlucha aconteceu no quintal da loja, onde estava colocado um contentor da empresa, no qual os trabalhadores voluntários depositavam produtos da instituição' começando pelos frescos.

Contactado por O PAÍS para se debruçar sobre o assunto, o chefe da equipa da fiscalização destacada no local, que aceitou apenas falar sob anonimato, classificou a acção do responsável da Carlucha como uma violação às ordens superiores.

"Este acto denota desobediência grave e uma autêntica violação às ordens dadas, por isso apreendemos os produtos que, depois de avaliada a qualidade, já que se trata de uma mercadoria de difícil

conservação, vai ser encerrada em contentor", disse, orientando imediatamente a seu colega que se apressasse a arranjar um cadeado, a fim de consumir a sentença imposta ao armazenista.

Importa referir que os agentes da inspecção estavam bem Identificados, trajando uniformes azuis-escuros, onde para além de Fiscalização se podia ler a sigla I ADEC, algo que obrigou o entrevistado a esclarecer que dentro da equipa havia especialistas do Instituto Nacional de Defesa ao Consumidor para avaliar a qualidade dos produtos.

Para demonstrar que ele e a sua equipa não exageraram na pena aplicada, ante às reclamações constantes de Gapinal Francisco Goumar, pediu o bloco de factura, com o qual pretendia provar a actuação feita.

Aliás, era este o tratamento aplicado a todos armazéns que fossem notificados, razão pela qual esta reportagem encontrou algumas direcções com as portas encerradas ao público.

"As nossas portas têm de estar mesmo bem encerradas, porque basta a fiscalização notar um pequeno movimento de pessoas actua logo", explicou, referindo-se à fiscalização pelo fisco de que foi a alvo a área de facturação da sua empresa.

De acordo com ele, os fiscais chegaram e pediram para falar com o responsável do caixa, a quem pediram blocos de nota. A intenção era verificar as datas registadas nos documentos.

"Quando verificaram que não havia facturas de Terça-feira, 30, retiraram-se para as instalações a seguir, onde teriam encontrado clientes a saírem com recibos de compra e referidos produtos", esclareceu, alegando que o vizinho teve muitos problemas.

Instado a responder sobre a violação do acordo, segundo o qual nesse dia não devia vender nada, o comerciante respondeu dizendo ter sido esta a medida mais fácil que encontrou para se desfazer das despesas financeiras que envolve o carregamento de seus haveres.

"A empresa não tem dinheiro para alugar um camião, porque os meus trabalhadores exigiram que lhes pagasse os dois meses adiantados, então achámos melhor despachar. Já algumas coisas para não termos muita coisa a levar", revelou, tendo garantido que estava disposto a pagar a multa imposta.

3.4 Armazéns do Benfica só com dinheiro

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

Uma das questões que alguns comerciantes da Macambira, ouvidos por este jornal, colocaram como condição da sua passagem para os armazéns da comuna do Benfica foi a modalidade de entrada nas novas instalações a seu favor.

Para eles, as cargas só passarão ao novo destino se a instalação não exigir custo, pelo menos até ao final deste ano.

Como justificação alegam já ter pago o arrendamento para todo ano de 2013, defendendo, por isso, um cadastramento justo por parte do Ministério do Comércio, de modo a entrarem sem exigências financeiras.

Caso contrário, conforme fizeram questão de referir, preferem passar para espaços pertencentes às suas organizações ou arrendar outros de sua conveniência. Aliás, segundo constatou O PAÍS, uma boa parte das lojas fazem parte de organizações com muitas representações em Luanda.

"Para além de ser um lugar muito isolado, dizem que será necessário pagar, é por isso que a nossa empresa optou por não ir lá, mas, sim, para outros armazéns que nos pertencem", confirmou o gerente da loja da Atlas Group, Paulo Dinis, dizendo que dispõem de outros entrepostos no Hoji-Ya-Henda, Cazenga, na Petrangol e na Terra nova.

Paulo Dinis assegurou que a Atlas Group pagou o arrendamento para o ano todo, razão pela qual propôs que lhes seja devolvido a diferença, para se poderem capacitar dos novos desafios,

Quem também está preocupado com o arrendamento pago é Domingos Mendes dos Santos, chefe adjunto do armazém, pertencente às organizações City Moves, que possui outras representações na zona das Pedrinhas, Terra nova, e na FTU.

"A medida certa seria vendermos tudo até antes de 31 de Dezembro, assim não gastaríamos muito e acabaríamos de beneficiar da nossa renda paga", declarou, sublinhando que não era o arrendatário que estava a desfazer-se do acordo, mas, sim, o patrão.

Alberto Nunes, fiel de armazém da Goumar, que tem outras dependências no São Paulo e Cazenga, reclamou sobre as condições do novo espaço. "Eu fui lá ver os novos armazéns e devo dizer que as condições não estão bem criadas", protestou,

argumentando que, para ser assim, era melhor devolver o dinheiro do tempo que resta.

Contactado, Quinta-feira, 1, o responsável do Centro de Documentação e Informação (em) do Ministério do Comércio, Ramiro Matos, desmentiu a posição dos armazenistas segundo a qual os novos armazéns não reuniam condições adequadas, alegando que essas instalações tinham sido construídas com base nos novos padrões de centros comerciais.

Por causa disso, avançou o chefe do cm, ao novo espaço só iriam os grossistas da Macambira que estivessem dispostos a arrendar ou comprá-los.

"Quem não tiver capacidade de arrendar ou comprar, está fora de questão", concluiu Ramiro Matos, que não aceitou determinar o número de comerciantes que já aderiram ao plano do Ministério do Comércio.

Em relação aos prazos, o dirigente confirmou que até ao dia 15 de Agosto teriam de retirar tudo dos armazéns da Macambira, sendo que desde o dia 30 de Julho já estavam proibidos de vender qualquer produto.

3.5 Angola (ainda não) Investe

Jornal Expansão

02 De Agosto 2013

Angola Investe, programa de apoio às micro-pequenas e médias empresas, aprovou 56 processos de crédito pelos bancos que aderiram ao Programa, tendo sido já disponibilizado o financiamento de 15 projetos, num total de 2.647 milhões de Kwanzas. A informação é oficial e foi divulgada com o memorando do desempenho da actividade do executivo no 1º trimestre publicado no Jornal de Angola de 15 de Julho de 2013.

O memorando não faz qualquer juízo de valor sobre os resultados da execução do Angola Investe até ao momento, mas é possível chegar lá, ou pelo menos ficar com uma ideia, comparando os montantes de crédito que o programa prevê com os montantes executados até ao momento.

De acordo com a síntese do programa de apoio ao desenvolvimento de MPME apresentada pelo ministério da Economia em Janeiro de 2012, cito, "a bonificação de juros, permite lançar linhas de crédito no valor de 1.550 milhões de dólares (financiamento dos rios e declarações. Aquando da apresentação do programa foi prometido que seria feita a divulgação do progresso do programa todos os meses.

Feitas as contas com as reservas referidas, concluímos que em um ano e meio de programa os créditos desembolsados, cerca de 5 mil milhões de kwanzas ou 50 milhões de dólares, representam apenas 3,2 por cento dos 1550 milhões de dólares da linha de crédito prevista no programa para quatro anos, até 2015. Uma taxa de execução baixíssima que, no mínimo, não deveria deixar ninguém conformado, muito menos o pai do programa.

Mas não parece ser esse o caso. Respondendo a preocupações de empresários durante o Fórum Económico do Kwanza que decorreu no início de Junho, Abrahão Gourgel considerou que "a cifra [à data, 76 projetos apresentados e 19 financiados] não é insuficiente porque reflete o estágio inicial em que se encontra o programa".

Um argumento que não convence. Na síntese de apresentação do programa refere-se expressamente que "é crítica a e (te crédito é mais ou menos claro, o mesmo não sucede com os dados da execução. O memorando do executivo não esclarece se os financiamentos dos bancos no âmbito do Angola Investe de 2.647 mil milhões de Kwanzas foram concedidos no 1º trimestre de 2013 ou desde o início do programa. Falando no dia 4 de Julho de 2013 no Uíge, o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, não, terá sido muito mais claro. "O valor total dos investimentos já conseguidos [no âmbito do Angola Investe], até há duas semanas atrás, era de cinco mil milhões de Kwanzas", garantiu o ministro citado pela Rádio Nacional de Angola. A RNA titulóu no seu sítio que "o programa Angola Investe já financiou um total de 88 projetos, avaliados em cinco mil milhões de Kwanzas", mas fiquei com dúvidas sobre se os cinco milhões de kwanzas não se referem apenas aos projetos com desembolsos efetuados, cujo número é necessariamente inferior aos 88.

Declarações recentes de Licínio Contreiras, consultor do ministro da Economia, parecem dar-me razão. Em entrevista à Angop, durante a FILDA, Contreiras afirmou, sem referir montantes, que até à presente data [18 de Julho de 20(3)] os bancos aprovaram 99 Project os no âmbito do Angola Investe, dos quais 30 já têm valores desembolsados. Cruzando o memorando do executivo com as declarações do ministro e do seu consultor não andarei longe da verdade se disser que, um ano e meio depois do lançamento do Angola Investe, os bancos que aderiram ao programa aprovaram cerca de 100 projetos, dos quais mais de 30 já receberam financiamento, num total de cerca de cinco mil milhões de kwanzas. Um parêntesis para dizer que não compreendo que, para conhecer o balanço do Angola Investe, tenha de andar a cruzar relatório de ação do programa em 2012". Dir-me-ão que 2012 foi

um ano atípico, nomeadamente por causa da realização das eleições e as consequências que isso tem sobre a máquina do Estado mais orientada para a promoção dos "feitos" do Governo e do MPLA, mas não me convencem. Quando o Angola Investe foi apresentado não se sabia que havia eleições em 2012?

A culpa da baixíssima execução do programa não morre solteira. Os empresários queixam-se da burocracia excessiva. O governo não enfia a carapuça e transfere a culpa para os bancos pela velocidade lenta e indesejada imprimida às solicitações dos empresários angolanos. Os banqueiros também sacodem a água do capote e garantem que o principal problema está na falta de viabilidade económica dos projetos apresentados.

Este jogo do empurra não serve a ninguém. Acredito que, tal como nos problemas conjugais, a culpa dos problemas do Angola Investe é, um pouco, de todas as partes envolvidas. Por isso, meus senhores entendam-se! A bem do País.

3.6 Armazéns da Macambira vão ser Demolidos

Angolense

09 De Agosto de 2013

Este sábado a vila Alice deve despertar diferente. É que com a proibição das vendas nos chamados armazéns da "Macambira", por determinação do Ministerio do Comercio, no quadro da reorganização e disciplina na rede comercial do país, o trânsito devera estar fluido sem os transtornos causados pelo comercio.

A ministra do comércio, Rosa Escorcio pacavira de matos visitou recentemente o ex-completo têxtil nelito soares, e constatou a desordem existente, tendo aproveitado para esclarecer os comerciantes sobre a medida que tomou. Os comerciantes dos armazéns da Macambira têm espaços reservados no mercado abastecedor do Benfica, onde deverão instalar-se no período de quinze dias.

O mercado abastecedor do Benfica oferece aos grossistas quatro blocos-naves. cada nave tem sete metros de altura, uma área de 1.250m². Há um escritório central, refeitório e balneário para o pessoal da estiva, reservatório com capacidade para 120.000 litros de água, guarita para o corpo de segurança, gabinete para o chefe do posto de comando, espaço livre na ordem de 1,5 hectares.

Segundo apuramos, os armazéns da Macambira poderão a começar ser demolidos no dia 15, sendo o

espaço posteriormente colocado a disposição da comissão administrativa da cidade de Luanda, no quadro da requalificação de algumas zonas da capital do país.

A ministra do Comércio visitou as obras em curso na sede administrativa do centro de Logística de Distribuição (CLOD) de Viana e os Armazéns de recolha, lavagem e calibragem de produtos Agro-pecuários, comprados diretamente aos camponeses.

Recentemente, Rosa Pçavira afirmou que o programa denominado PAPAGRO vai passar pelos pontos de concentração instalados nas províncias. Vamos ter uma unidade bancária em cada ponto de concentração. O camponês vende o produto e recebe o dinheiro, explicou, acrescentando que posteriormente, os produtos serão encaminhados para os armazéns de Recolha, Lavagem e Calibragem de produtos Agro-pecuários foram apontados pelo Ministério do comércio como as principais ações para este ano.

As autoridades administrativas da província de Luanda, admitem um cenário ainda mais dramático para todos os comerciantes que efectuam o comércio grossista nas zonas urbanas da cidade capital.

Os armazéns existentes no casco urbano tem sido descritos há vários anos pelos técnicos do governo da província de Luanda como as principais fontes dos engarrafamentos que se registam no centro da cidade, e dos enormes amontoados de lixo produzidos diariamente em muitas zonas.

Se recordamos, foi com base nisso que o ex-governador, Simão Paulo, exonerado em 2004, ensaiou uma primeira fórmula com o mesmo propósito não foi bem sucedido na altura.

Tudo aponta que o processo de transferência dos armazéns para periferia, particularmente nos municípios de Cacuaco e Viana, vai seguir a sua marcha. Essa ofensiva está associada ao projecto de requalificação urbana e o melhoramento do saneamento básico na urbe Luandense, informações apuradas pelo IN indicam que também serão incerrados “provisoriamente” os estabelecimentos localizados na rua Korando Lando, Vulgo Gagajeira, no Rangel.

Nestes municípios assistiu-se igualmente ao fecho dos entrepostos das pedrinhas durante três dias, para a limpeza dos locais e das zonas adjacentes. So foram abertos depois do período estipulado pela administração local. Encontram-se ainda fechados outros empreendimentos semelhantes no bairro Hoji ya Henda, município do Cazenga. Tratam-se dos

armazéns localizados nas ruas do Funchal, Cajada Velha, Nocal, Sanat Cruz Caniço, N’gola Kiluange e outros adjacentes a paróquia de Santo António.

Do Rangel ao km-30

A zona do km -30, em Viana foi a área escolhida para a transferência dos armazéns chineses, paquistaneses, malianos, senegaleses, e outros que praticam a venda grossista nos armazéns situados nas ruas de Korando Lando (Gagajeiras) e das Pedrinhas, no distrito urbano do Rangel.

Vamos transferir os armazéns para espaços afastados do centro da cidade num processo legal porque no casco urbano não se poderá exercer actividades contentorizadas ou grossistas que tem contado com o apoio da Aliança Comercial dos empresários de Luanda (ACEL) na consciencialização dos comerciantes que actuam naquela área da cidade capital.

A administração do Rangel também não tem uma data concreta para execução do plano do governo provincial, mas a transferência para o km-30 em Viana será bem vinda.

3.7 Fiscais assaltam “casas de processo”

Semanário Continente
23 De Agosto de 2013

Ana António Francisco (Mãezinha), uma das prejudicadas pela acção, afirmou ao Continente que foi retirada do quintal de processo (casa onde se guarda negócio), três balões de fardo, tendo custado cada, noventa mil Kwanzas, perfazendo duzentos e setenta mil Kwanzas. A mesma referiu que, tão logo sucedeu o caso, foi-lhe dada a conhecer por telefone através de um dos indivíduos, que trabalha na referida casa de processo. Por sua vez, Arminda Baltazar (Dalém), também, uma das vendedoras, informou a este semanário que no lugar onde guardava os seus artigos, lhe foi retirado, pelos mesmos agentes da fiscalização, mercadoria avaliada em três mil dólares. A mesma diz que vende no mercado, sendo a única forma encontrada, por ela, para o sustento dos cinco filhos que tem, sem marido.

Já Rosa Luís Salvador disse terem-lhe levado dois balões de fardo, tendo custado cada, sessenta mil Kwanzas.

Por seu turno, Esperança Francisco, também uma das vendedoras de fardo, declarou que foi-lhe retirado um balão no valor de oitenta e cinco mil

Kwanzas, bem como a roupa que estava dentro do saco, sem, no entanto, avançar os custos, por não saber ao certo a diversidade da mesma, na sua avaliação.

Uma outra que também teve a mesma desgraça foi Ana Afonso, vendedora de tapetes. A mesma revelou que foi-lhe roubado artigos no valor de três mil dólares. Por outro lado, explicou que todos esses produtos não são da sua pertença, porquanto são sócias entre ela, sua cunhada e sobrinha, sendo o referido negócio a única esperança para o sustendo de suas famílias.

Emília Essenje (Luisinha), vendedora de calçados no mesmo mercado, com lágrimas nos olhos, ao saber que já não tem onde esperar para obter algo, para o sustento da sua família, vendo o seu negócio sumido, explicou que lhe foi retirado três balões de calçados de fardo equivalente a cem mil Kwanzas.

Enquanto isso, Laurinda Manuel (Tia Linda), mãe de cinco filhos, vendedora no mesmo mercado, lamentou o facto de lhe terem retirado sete caixas de calçados no valor de oitenta e cinco mil kwanzas .

Teresa Francisco conhecida por (Teté) como é carinhosamente chamada, não só pela sua família e vizinhos, mas também pelas colegas vendedoras teve a mesma desgraça, e disse ter perdido três balões de fardos, levados pelos fiscais.

Natária, vendedora de vestidos de noiva, explicou que foi-lhe levado todo negócio, avaliado em vinte mil dólares. Desapontadas com a situação, no dia seguinte, sábado, foram à administração do Rangel, para reclamar, ao que foram mandadas voltar segunda-feira. No referido dia, postas defronte à administração, contaram, que foram escoraçadas sob ameaça de armas de fogo. Insatisfeitas com a acção da Administração do Rangel, exigem a devolução de tudo quanto lhes foi retirado.

As mesmas adiantam que alguns dos fiscais são meliantes, citando, o exemplo, dos indivíduos conhecidos por Bruno e Bebé. Segundo elas, esses são gatunos, uma vez quando aos mesmos falta dinheiro, recebem as pastas das pessoas que passam, retirando delas os telemóveis e outros objectos, sendo muitas das vezes assistidos por pessoas que os vêem a vendê-los a outras pessoas. Explicaram ainda que o facto aconteceu em duas áreas, nomeadamente, nas casas de processo dos mercados dos Congolenses e do São Paulo.

O Continente fez tudo no sentido de ouvir a administradora e o chefe da fiscalização do distrito do Rangel sobre as razões que estão na base das

represálias contra as vendedoras, mas não teve sucesso.

Diante deste facto se questiona: Os fiscais podem arrombar portas e retirar de lá bens guardados, ainda que seja negócio (Não ilícito)? A partir de que horas podem as autoridades fazer buscas a domicílios e quem autoriza? Aliás, este acto é uma busca, apreensão de bens ou roubo? Quem autorizou tal acção? Para onde vão os bens retirados das casas de processo? Como ficam as donas e de que crime são acusadas?

Ficam estas questões no ar para que se encontre uma solução. As vendedoras não podem ficar prejudicadas devido ao capricho de "sei-lá-quem", agora que estamos com a mania do Camarada "ordens superiores", porque precisa de fazer valer a sua autoridade e mostrar que está a trabalhar. Afinal a quem beneficia tal acto? Não se pretende com isso denegrir a imagem do Executivo?

3.8 Taxistas especuladores de preços

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

Mais de doze taxistas estão detidos na Comarca de Luanda, desde o passado dia 13 de Agosto de 2013, acusados de especulação nos preços estipulados, para as diferentes rotas, acordadas entre a Associação de Taxistas e o ministério dos Transportes.

Os infractores foram apanhados em flagrante delito, quando cobravam entre 200 a 300 Kwanzas, significando um aumento de mais de 100%, do estipulado, aos clientes, que na falta de opções, tinha de abrir os cordões a bolsa. Foi face as muitas reclamações que o Comando Geral da Polícia nacional, em, associação com a Polícia Económica, colocou na rua vários ramos da corporação, que incluiu, Ordem Pública, Unidade Canina, PIR etc, que conseguiram arrecadar para os cofres do Estado, cerca de Kwz2.858.000,00 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil Kwanzas), resultante de multas.

Dos automobilistas e motociclistas multados, entre os dias 07 e 13.08, noventa e nove foram por uso de telemóvel, durante a condução, 63 casos por estacionamento em locais proibidos, 75 pela ausência do uso do capacete, 53 por desobediência ao sinal luminoso, etc.

Foram ainda apreendidas 63 viaturas, das quais, 38 por falta de licença de aluguer, 7 por caducidade dos documentos, no casco urbano e peri-urbano, enquanto nas estradas nacionais, números 100 (Ramires) e 230 (Cacuaco), foram multados 35

automobilistas, por excesso de velocidade, tendo sido dois deles, sido detidos e encaminhados para o Tribunal da Ingombota, onde foram julgados em processo sumário e condenados a pena de 90 dias de prisão efectiva por condução ilegal.

3.9 Fabrico de adobes à beira-rio prejudica a natureza

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2013

O fabrico de adobes ao longo do rio Muembeje, que no passado era tido como um dos principais cartões postais da cidade de Ndalatando, no Kwanza-Norte, ganhou contornos alarmantes. A actividade Junto àquelas águas, nos últimos 15 anos, tornou-se a principal fonte de sustento de dezenas de famílias.

As zonas próximas à entrada do Centro de Investigação Agronómica do Quilombo e do bairro Sassa são as mais prejudicadas pelos jovens fabricantes de adobes, na sua maioria desempregados e sem apoio familiar.

Os jovens dizem que a actividade, apesar de árdua e desgastante, pode ser considerada rentável e honesta. E o que defende José Adão, de 20 anos, que vende o produto ao preço de 25 a 30 kwanzas, dependendo do seu tamanho.

O jovem disse à nossa reportagem que os adobes, normalmente são comprados em grandes quantidades, podem ultrapassar mil peças, tendo em conta a envergadura das obras em que são aplicados.

O negócio é apenas realizável no tempo seco, uma vez que na época chuvosa os adobes são constantemente desfeitos, referiu.

"Temos muitos compradores, o que torna rentável o negócio, daí que haja sempre vontade de continuarmos a fazer mais blocos de adobe, apesar do esforço que exige", confessou José Adão. Francisco Duarte, 19 anos, outro fabricante de adobes, disse que esta prática é a sua primeira actividade laboral e apesar do pouco tempo em que está envolvido no negócio, fabricou até agora mais de 1.200 peças.

Com a venda dos adobes ganhou mais de 30 mil kwanzas, que investiu na compra de chapas de zinco, materiais escolares e no sustento da família, composta por ele, pela mãe e irmãos menores.

Francisco conta que o negócio permite-lhe estudar e ajudou-o numa formação profissional na área de alvenaria. Diz que quando tiver um nível de

escolaridade aceitável vai largar os adobes, para evitar problemas de saúde.

Combate das autoridades

Quanto ao combate das autoridades administrativas, o jovem é a favor. "Não deploro a atitude coerciva da administração municipal em retirar-nos deste local em prol da protecção do ambiente."

Apesar de defender esse combate, o jovem Francisco apela às autoridades para indicarem outro espaço em que possam continuar a trabalhar, uma actividade que garante sustento de dezenas de famílias.

"Com este trabalho, ficamos a vida toda ocupados e sem tempo para cair nas bebedeiras e nos roubos, como acontece com muitos outros jovens", disse.

O chefe de departamento do Ambiente da direcção provincial do Urbanismo, Gaspar João de Barros, referiu que a problemática do fabrico de adobes em locais impróprios é antiga e que, ape ar dos vários trabalhos de sensibilização feitos pela administração municipal e o seu departamento, a população da região insiste nesta prática.

Consequências da prática

O responsável referiu que o Governo Provincial está a desenvolver acções em vários domínios para a devolução do cenário que o rio apresentava antes, pois actualmente constata-se a morte de várias espécies animais aquáticas e terrestres, como os pequenos peixes, sapos, lagartos, cobras, gafanhotos, ratos, dentre outros.

A situação pode contribuir para a origem de vários problemas ligados à diminuição da matéria orgânica dos solos, que leva ao seu enfraquecimento, além do desaparecimento das várias espécies vegetais mais abundantes, disse.

A actividade pode também retirar a qualidade da água usada para a irrigação dos vários produtos existentes a nível do Centro de Investigação Agronómica do Kilombo.

O chefe de departamento advogou a necessidade dos vários jovens se enquadrarem nos programa de formação profissional, ministrado pelo INEFOP, de forma a adquirirem uma profissão e serem inseridos no mercado do emprego ou optarem pelo empreendedorismo. O chefe de secção dos Serviços Comunitários da Administração Municipal de Cazengo, Manuel Macongo, frisou que com a ajuda de efectivos do Comando da Polícia Nacional se tem tentado dissuadir os jovens de continuarem tal prática.

"Retiramos, por várias vezes, os jovens das áreas mais críticas utilizadas para o fabrico de adobe, mas com a ausência da polícia eles voltam ao local", disse.

3.10 Economia informal

Jornal Economia

30 De Agosto 2013

Angola esteve sujeita a um choque de desindustrialização muito grande, depois da independência em 1975, sendo que, a produtividade foi um dos segmentos onde aconteceram maiores estragos, ineficiência económica, desemprego e sobrecarga do Estado, porque a maior parte das empresas na altura eram estatais e sobreviviam à custa de transferências financeiras do Orçamento Geral do Estado, podes originaram o aparecimento rápido do sector informal. Dizer mesmo que conheceu um crescimento acelerado e diversificação económica impressionante nos últimos tempos, desde os sectores dos transportes (táxis) ao comércio ambulante, resultante também de um fluxo de migração muito grande, com o surgimento das cantinas e outras formas de microcomércio. Por um lado, como consequência do longo período de conflito armado que viveu o país e dos efeitos das distorções geradas pelo sistema centralizado e estatizado de organização económica, sobretudo no período de transição para economia de mercado, como sabemos os mecanismos económicos nas economias centralizadas são pouco dinâmicos ou até mesmo estáticos.

Estes fatores facilitaram o crescimento das actividades comerciais parciais ou totais realizadas à margem do quadro legislativo e regulamentar vigente em Angola. é muito significativo, embora não hajam dados reais e concretos sobre o volume da massa monetária a circular neste mercado (informal), mas todos sabemos que é bastante elevada e significativa. Sabe-se também que a curto prazo este seja responsável por proporcionar a subsistência a uma larga maioria da população, pese embora não se poder fechar os olhos às consequências negativas que a informalidade económica acarreta para o crescimento económico e social do país, porque as receitas não cobradas pelo Estado, representam dinheiro que não será canalizado para o bem-estar geral da população. Em termos gerais, limita a função redistributiva das receitas públicas, as empresas que operam no sector (informal), tal como as cantinas e outros comerciantes preferem guardar grandes somas monetárias em casa, por alegarem lentidão dos bancos, retiram liquidez do sistema financeiro, inviabilizando a obtenção de capital por -parte de outros empreendedores e contribuindo para uma das

mais sérias dificuldades com que se deparam as pequenas e médias empresas (PME) a escassez de capital para financiamento das suas actividades. Não permitem gerar riqueza. S6 para repararmos que, segundo dados do Inapem, a contribuição das micro, pequenas e médias empresas no Orçamento Geral do Estado em execução é de apenas 6 por cento, bastante reduzida. Podemos dizer mesmo que é uma das piores do mundo. Por um lado, e por outro lado, a recente experiência provocada pela crise económica e financeira mundial e o impacto directo que teve sobre a economia nacional, o crescimento do PIB que, até então, era umas das que mais crescia a nível do mundo, estagnou devido à redução do preço mundial do petróleo e a um abrandamento da produção nacional de petróleo, decorrente da queda das receitas petrolíferas, a principal fonte das receitas do Estado, que contribui com um total de 80 por cento das receitas fiscais, teve impacto na economia não petrolífera devido a uma redução do consumo privado, cortes nas despesas públicas acumulação de atrasados significativos às empresas nacionais, muito em particular do sector da construção, atrasando o processo de reconstrução nacional.

Tudo isto veio demonstrar a vulnerabilidade da nossa economia a choques externos. Como a tomada de medidas enérgicas do executivo, consciente da importância das MPME's no desenvolvimento de uma economia sustentável permitiu a aprovação de um conjunto de diplomas, designadamente: a criação do PERT (Programa Executivo de Reforma Tributária), com o objectivo de resolver o problema da ineficácia do nosso sistema fiscal e aumentar as receitas fiscais não petrolíferas pelo alargamento da base tributária, racionalizar incentivos, aumentar o controlo com o pagamento de impostos voluntários e combater a evasão fiscal, a criação da lei das micro pequenas e médias empresas, com o objetivo de fomentar a economia privada na simplificação de práticas administrativas, de regulamentação e de facilitação do acesso aos mercados e a novas oportunidades de negócios, bem como de formalização de parcerias visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços. empresas nacionais, muito em particular do sector da construção, atrasando o processo de reconstrução nacional. Tudo isto veio demonstrar a vulnerabilidade da nossa economia a choques externos.

A tomada de medidas enérgicas do executivo, consciente da importância das MPME's no desenvolvimento de uma economia sustentável permitiu a aprovação de um conjunto de diplomas, designadamente: a criação do PERT (Programa Executivo de Reforma Tributária), com o objetivo de resolver o problema da ineficácia do nosso sistema

fiscal e aumentar as receitas fiscais não petrolíferas pelo alargamento da base tributária, racionalizar incentivos, aumentar o controlo com o pagamento de impostos voluntários e combater a evasão fiscal, a criação da lei das micro pequenas e médias empresas, com o objetivo de fomentar a economia privada na simplificação de práticas administrativas, de regulamentação e de facilitação do acesso aos mercados e a novas oportunidades de negócios, bem como de formalização de parcerias visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

3.11 A revolução no Comércio

Jornal O PAÍS
30 De Agosto de 2013

A concretizar-se as ações em curso no Ministério do Comércio muitas coisas poderão mudar o país, cujas influências poderão ser sentidas noutros domínios.

A introdução de um novo alvará, único e intransmissível, não é certamente a notícia que muitos esperavam. Há muito que se transaccionava este documento em muitos pontos do país, podendo um único servir para dezenas ou centenas de outros. Serviam para abrir negócios em vários locais.

Foi durante muito tempo o mecanismo que muitos comerciantes, europeus e africanos, utilizaram para facilmente entrarem no apetecível mundo dos negócios em Angola.

Num mesmo bairro ou município de Luanda podia-se encontrar o mesmo alvará replicado e o seu verdadeiro detentor nem sequer sabia que possuía mais uma filial algures.

Mas, a revolução no Comércio, como apelidou o nosso colega Luís Faria nesta edição, também tem outros contornos agradáveis, como a transferência de alguns armazéns para a periferia de Luanda.

Entre estes constam principalmente aqueles que vendem produtos perecíveis e a presença em algumas zonas tornou-se um factor de estrangulamento. Muitas das vezes são estes comerciantes, assim como os pequenos retalhistas e vendedeiras ambulantes que se reúnem à sua volta, que contribuem para o surgimento de amontoados de lixo, engarrafamentos e até mesmo na obstrução de algumas vias na cidade capital.

Tenho sido de alguma forma crítico em relação às várias comissões criadas para apurarem determinadas situações e os resultados nunca são vistos. Mas, acredito que a saída de alguns destes grossistas da

área dos perecíveis esteja associada ao mesmo grupo de trabalho criado através de um despacho presidencial para se apurar o estado em que se encontravam algumas infra-estruturas nos municípios do Cazenga, Rangel e outras partes da capital.

Na realidade, só não via quem não queria. As grandes superfícies, formadas por empresas que durante muitos anos tinham alavancada a indústria deste país, foram transformadas em porto-seco, com dezenas de contentares frigoríficos onde são vendidos os frangos, coxas de galinha, peru e carnes de outros animais, muitos deles de origem duvidosa.

Por exemplo, foi assim na Makambira, onde hoje já se assiste um trânsito fluido. Poderemos ter o mesmo cenário noutros pontos, como nos Congolenses, Viana, Cazenga e não só.

Por outro lado, importa aqui felicitar a atitude do Ministério do Comércio em não desencadear uma guerra com os vendedores ambulantes. Uma frente que foi aberta há vários anos por muitos dos governadores que passaram por Luanda.

Recordo-me que recentemente alguém se lembrou de dar um ultimato, prometendo que deixaria a cidade limpa em pouco tempo, o que infelizmente não aconteceu.

A nova estratégia que consiste em criar cartões para os jovens vendedores ambulantes, que terão uma cor diferente em cada município, com vista a organizar e disciplinar a venda ambulante nas ruas da capital poderá também trazer algum rendimento ao Estado.

3.12 Petro toma Feira Popular de Luanda

Jornal Acapital
31 De Agosto de 2013

Feira Popular de Luanda, acoplada ao campo do Catetão, adstrito ao clube desportivo Petro de Luanda, sobreviveu às muitas tentativas de demolição ou requalificação que, ao longo dos anos, já levaram muitas suas congéneres, tais como a Feira Ngoma, o mercado do Kinaxixi, a praça Beato Salú e mesmo algumas zonas da Ilha, para não citar outras.

Todos esses lugares tinham algo em comum. Locais de venda. Mas a peculiaridade deles era outra. Representavam paradas de encontro para muito boa gente que, no afã de se desfazer um pouco da rotina do dia-a-dia, aos fins-de-semana, por exemplo, acorriam a esses espaços para degustar "kitutes" da terra.

Até há pouco tempo, pelo menos ao nível do casco urbano da capital do país, só restava a Feira Popular que, no entanto, até prova em contrário, ver-se é definitivamente encerrada neste fim-de-semana. É que segundo se sabe, os feirantes foram avisados pela gerência do espaço, a GEFI, no sentido de, até sábado, 31 de Agosto, recolherem todos os seus pertences e abandonarem a Feira.

Embora soubessem que mais dia, menos dia, isso teria que acontecer, uma onda de descontentamento instalou-se entre os feirantes, tendo mesmo originado um aparente braço-de-ferro entre eles e seus dirigentes. Segundo apuramos, de fontes não oficiais, o novo dono do espaço é o Petro de Luanda que, no entanto, manteve-se sempre longe do desenrolar dos acontecimentos.

A última vez que os comerciantes desta Feira foram notificados para abandonarem o recinto, foi em Dezembro do ano transacto. Como em quase todas as situações do género, as modalidades usadas para o efeito não caíram na graça dos visados. É que tal como no passado, desta vez também fala-se em indemnizar cada vendedor.

Mas estes entendem que antes de qualquer outro passo tendente para a sua saída, deve-se accionar o processo de indemnização e, só depois encerrar. E é justamente aqui onde está o pomo da questão. A ver vamos como as coisas ficam, porém é dado adquirido que, os feirantes estão de pedra e cal na sua posição. Negociar primeiro as indemnizações e só assim, fazer as malas.

Félix Alfredo Manuel, 36 anos, vende na feira há quatro anos. Disse que o encerramento da FPL constitui para si e companheiros, uma grande preocupação, sobretudo, porque nem sequer os autores da decisão, indicam um sítio alternativo. Por isso, em vez de sensibilizados, estão desmoralizados.

"É a preocupação de toda malta jovem que trabalha aqui. Para além de retroceder os nossos negócios, deu-se pouco tempo para deixarmos o local", reagiu Manuel.

"O tempo dado para o encerramento da Feira é curto. Estamos preocupados. É o caso mais sério que temos", lastimou, numa alusão aos prazos que lhes foram estipulados, isto é, de 20 a 31 de Agosto.

Na óptica dos populares, caso isso não funcione, o mais sensato seria, no mínimo, indicar-se um espaço aos feirantes para continuarem a sua actividade comercial.

Na FPL estão instalados quase todo o tipo de negócio com maior predominância para o da

restauração e o da comercialização de sapatos e vestuário. Os que vendem em tendas, segundo um dos nossos interlocutores, pagam uma mensalidade de dois mil kwanzas, à Administração, acusada, entretanto, de passividade.

"Pagamos uma quota de dois mil kwanzas por mês, mas não sabemos onde se tem aplicado esse dinheiro. Temos motivos para reclamar, porque não estamos aqui de favor.

Pagamos impostos", agudizou.

Gerente de um restaurante, Manuel Lussuca Dias disse que os feirantes estão mais preocupados por não saberem qual será o destino de cada um. "Não sabemos ainda para onde vamos", abriu-se Dias cujo restaurante que gere paga uma cota de 30 mil Kwanzas ao fim de cada mês.

A dona Sofia Ebo, 54 anos, ocupa o seu restaurante na FPL há 15 anos. Para ela a situação é muito complicada, "Daqui sai o sustento para os meus filhos, netos e, o pagamento dos estudos deles", observou, mas acredita que haverá alguma indemnização só que, "o valor pretendido é muito abaixo; se comparado com aquilo que muitos investiram na construção dos seus locais".

Ainda assim ela defende que, em vez da indemnização, um espaço seria melhor, para pessoas da idade dela que, como frisou, já não conseguem um lugar no mercado de trabalho.

"Se querem indemnizar tem que ser de acordo com o que as pessoas gastaram. Não como se está a ouvir. Cem mil ou 150 mil kwanzas. Seria melhor se nos dessem um espaço", exclamou. Os critérios oficiais a que obedecerá a suposta indemnização não são conhecidos, entretanto, "pelas bocas das pessoas, sabe-se que, quem paga 20 mil Kwanzas mensais, terá uma indemnização igual a dois anos, multiplicada por 20 mil Kwanzas".

A nossa reportagem apurou o quanto se paga em quotas mensais. Assim, os feirantes instalados em tendas pagam uma mensalidade de dois mil Kwanzas, as barracas, consoante o tamanho, vão desde os cinco mil kwanzas aos 10 mil kwanzas e os restaurantes chegam aos 30 mil kwanzas.

O ancião Domingos Cristóvão Neto disse que no local, desde 1978, existiu sempre feira, até que, em 1995 foi reinaugurada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos e baptizada de Feira Popular de Luanda.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Apenas três empresas públicas viram as contas homologadas sem reservas

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

Vinte e nove empresas do sector empresarial público das 54 que apresentaram contas do exercício económico de 2012, representando cerca de 60% do total, viram os seus processos de prestação de contas homologadas e aprovadas pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, que procedeu, nesta segunda-feira, em Luanda, à sua homologação, depois de o Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), ter validado as mesmas.

Segundo dados avançados na cerimónia pelo director do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), Henda Inglês, 54 empresas remeteram à instituição que dirige a prestação de contas, sendo que cinco delas o fizeram fora do prazo. Na sessão compareceram 49 empresas, sendo que só 29 tiveram as contas homologadas ou viram o seu processo aprovado, tendo sido ainda emitidos 47 avisos de inconformidades. 36 Empresas não remeteram os documentos, 51% apresentam ou estão em situação residual ou paralisadas.

Henda Inglês revelou ainda que entre as empresas que mais se destacaram na eliminação das reservas o realce vai para a TAAG, CFB, BPC, Abamat, Instal, SOPIR e Imprensa Nacional, enquanto as empresas Instal, ZEE e EDEL- Ep, passaram no exame' sem reservas. No processo de homologação das empresas públicas participaram 20 empresas de auditoria que auditaram as contas.

Na cerimónia de homologação, que contou com presença dos ministros de tutela, foram homologadas no sector da agricultura a CAFANGOL e a SOPIR a primeira homologada com reservas e a segunda aprovada com reservas. No sector da comunicação Social a Angop, Edições Novembro-Ep, a RNA e TPA viram as suas contas homologadas com reservas. A Imprensa Nacional, tutelada pelo Conselho de Ministro passou com reservas, a INSTAL foi homologada sem reservas' assim como a ZEE. No sector da energia e águas, a Empresa de Água e Saneamento de Benguela - Ep, a EDEL,

EPAL e a EASL- empresa de Água e Saneamento do Lobito também foram homologadas. Na banca foram homologadas as contas do BPC, do BCI e, no sector segurador, a ENSA

Além disso, foram ainda homologados os relatórios e contas das Endiama e Ferrangol, no sector de Geologia e Minas, ao passo que a Sonangol foi homologada com reservas, isto no sector dos petróleos.

O sector dos Transportes é o que viu homologada o maior número de empresas com destaque para os CFB, CFL, CFM, EPC-empresa portuária de Cabinda, EPL-empresa portuária de Lobito, TAAG, UNI-CARGAS, Abamat e Sécil Marítima. A ENAD também viu homologadas as suas contas com reservas.

4.2 A Cica defende transparencia no OGE

Jornal Manchete

09 De Agosto de 2013

O coordenador Nacional do Projecto de Monitoria Social do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA) defendeu nesta quarta-feira, 7, em Luanda, transparência no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o combate à fome e à pobreza no país.

Segundo o responsável, que falava no encontro aberto para membros do Executivo, Sociedade Civil, Igrejas e pessoas interessadas na matéria, é importante que a igreja começa a interferir directamente naquilo que é o OGE, no sentido de evitar aquilo que tem existido como esfaqueamento dos fundos públicos.

Lembrou que o CICA apresentou dois relatórios de monitoria social realizada nos municípios de Negage, província do Uíge; Cubal (Benguela) e Celas (Kwanza-Sul) respectivamente. Acrescentou que os dois relatórios permitem que as igrejas no país conheçam melhor a distribuição das receitas para o bem-estar do cidadão que reside no território nacional. Salientou igualmente que os relatórios de monitoria social são referentes aos anos de 2011 e 2012, e foram considerados como base de consultas para o OGE.

"O programa integra o investimento público e o programa municipal integrado do desenvolvimento rural e o combate a fome e a pobreza", disse.

Por outro lado, o bispo reformado da Igreja Metodista Unida, Dom Emílio de Carvalho, disse que se alguém possui bens e veja o seu irmão a sofrer e

não consegue o ajudar, este indivíduo não está necessariamente a servir a Deus.

"Temos que ajudar as pessoas necessitadas, porque ter bens e não oferecer aos outros é mesma coisa que estarmos a praticar a injustiça", ressaltou. De acordo com o prelado, as igrejas congregadas no CICA devem transmitir as melhores maneiras de contribuir para o crescimento económico, social e político do país, sobretudo exercendo o bem mediante o próximo.

Por seu turno, a secretária geral do CICA, Deolinda Dorcas Teca, sublinhou que o objectivo do certame é para que a igreja esteja cada vez mais envolvida dentro das políticas que permitem fiscalizar melhor as receitas distribuídas nos diferentes sectores do Executivo a nível das empresas públicas.

Ressaltou que a realização deste encontro permitiu analisar os orçamentos atribuídos para as distintas instituições do Estado, e desta maneira melhorar positivamente a intervenção da própria igreja naquilo que é a convivência em harmonia de todos os intervenientes da sociedade angolana sem desqualificação dos outros membros.

4.3 Ministro das Finanças já trabalha para o OGE de 2014

Semanário Continente
09 De Agosto de 2013

Para evitar as dificuldades vividas com o Orçamento Geral do Estado do ano em curso, o que levou o mesmo a ser aprovado parcialmente e por conseguinte o país a viver de planos de caixa mensais, o ministro das Finanças deu o pontapé de saída na preparação para o próximo OGE.

Fontes afirmam que Armando Manuel preferiu adiantar para evitar que tudo seja feito às pressas, e que possa acontecer o mesmo que no orçamento de 2013. Assim sendo, a semana que finda foi fértil em grandes movimentações no Ministério das Finanças, onde Armando Manuel e o seu staff, receberam, no Palácio das Finanças, para discussão e acertos do orçamento de 2014, os ministérios de maior orçamento, ou seja os super-ministros, em primeira instância e depois os restantes ministérios. Foi uma semana há muito não vista nos corredores do centro de decisão financeira do país, recheado de ministros e seus mais directos colaboradores, secretários gerais e outros.

O tiro da largada foi dado com o ministro das Relações Exteriores, tendo em conta a necessidade da melhoria, cada vez mais, da imagem de Angola no

exterior, a responsabilidade com os consulados e embaixadas.

Também de início esteve o ministro dos Transportes, visto que o país, nesta fase de reconstrução, está empenhado na melhoria das vias de comunicação, com reabilitação e construção de novas estradas, caminho-de-ferro, aeroportos e multiplicação aos transportes públicos que ainda regista algum défice.

Soubemos também que os ministros do Interior e da Defesa já andaram pelos corredores do MINFIN, tendo os mesmos sentado com Armando Manuel, onde os seus staffs trabalharam para que tudo esteja pronto a tempo.

De lembrar que a publicação em 'Diário da República (DR) do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2013 sem os anexos relativos aos quadros de despesa e receita foi considerada ineficaz, mas que também ressaltaram que as eventuais irregularidades que poderão resultar da sua execução serão sanadas logo que o documento seja publicado na íntegra no DR, graças à inclusão de uma cláusula de retroactividade do OGE a 1 de Janeiro.

Situações desta natureza e outras são, com certeza, o que se espera serem sanadas com esta nova dinâmica que Armando Manuel esta a implementar, pois, esta iniciativa vai permitir com que todo trabalho ligado à projecção e a consequente aprovação do OGE (preparação, apresentação na Assembleia Nacional, nas comissões de especialidades e por fim a sua aprovação), por formas a que o mesmo possa ser aprovado na generalidade a tem o e hora.

4.4 Finanças e governos provinciais avaliam as necessidades globais

Jornal de Angola
10 De Agosto de 2013

Os ministros das Finanças, Armando Manuel, e da Administração do Território, Bornito de Sousa, abordaram esta semana com os governadores provinciais e representantes de departamentos ministeriais aspectos inerentes à elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014.

O encontro, realizado no salão nobre do governo provincial de Luanda, visou a avaliação das necessidades globais que os governos provinciais e os departamentos ministeriais apresentaram ao Ministério das Finanças, no quadro da nova metodologia de elaboração do orçamento.

Em declarações à imprensa, o secretário de Estado para o Orçamento, Alcides Safeca, lembrou que a

nova metodologia aprovada pelo Executivo, através do Decreto Presidencial n.º 906/13, de 28 de Junho, incorpora o orçamento preliminar e as necessidades globais.

“O Ministério das Finanças avaliou as necessidades apresentadas agora está a realizar encontros com os governos provinciais e departamentos ministeriais para a definição da despesa possível, no âmbito do quadro fiscal de médio prazo”, realçou.

Alcides Safeca frisou que as preocupações apresentadas são gerais, porquanto todas as províncias têm muitos problemas, embora cada uma tenha suas especificidades.

Por sua vez, a governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, disse que as necessidades identificadas são imensas, mas assegurou que vai ser feito aquilo que metodologia que a metodologia orienta, para se ter um orçamento possível e que possa suprir, paulatinamente, os problemas básicos até 2017.

Para só, as prioridades para a província prendem-se com o programa das despesas correntes, que incorpora a assistência social, com realce para a merenda escolar, kits escolares, melhoramento da habitação nas zonas rurais, entre outros.

4.5 Governadores provinciais aprendem novos métodos

Jornal de Angola
10 De Agosto de 2013

Os ministros das Finanças, Armando Manuel, e da Administração do Território, Bornito de Sousa, abordaram quinta-feira com os governadores provinciais e representantes de departamentos ministeriais aspectos inerentes à elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014.

O encontro, realizado no salão nobre do Governo Provincial de Luanda, visou a avaliação das necessidades globais que os Governos Provinciais e os departamentos ministeriais apresentaram ao Ministério das Finanças, no quadro da nova metodologia de elaboração do orçamento.

Em declarações à imprensa, o secretário de Estado para o Orçamento, Alcides Safeca, lembrou que a nova metodologia aprovada pelo Executivo, através do Decreto Presidencial n.º 906/13, de 28 de Junho, incorpora o orçamento preliminar e as necessidades globais.

"O Ministério das Finanças avaliou as necessidades apresentadas e agora está a realizar encontros

com os Governos Provinciais e departamentos ministeriais para a definição da despesa possível, no âmbito do quadro fiscal de médio prazo", realçou.

Alcides Safeca frisou que as preocupações apresentadas são gerais, porque todas as províncias têm muitos problemas, embora cada uma tenha as suas especificidades. A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, disse que as necessidades identificadas são imensas, mas vai fazer tudo para ter um orçamento que possa suprir os problemas básicos até 2017.

As prioridades para a província prendem-se com o programa das despesas correntes, que incorpora a assistência social, com realce para a merenda escolar, escolas e melhoramento da habitação nas zonas rurais.

4.6 Orçamento é feito com base em programas

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2013

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2014 permite a avaliação das acções do Governo e o direccionamento dos recursos para as áreas prioritárias e facilita a compreensão pela Assembleia Nacional do destino dado às receitas arrecadadas em relação às despesas.

De acordo com as instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2014 e o respectivo manual, aprovados pelo Decreto Presidencial n.º 106/13, de 28 de Junho, a metodologia de elaboração do OGE para 2014 introduz procedimentos novos, como o "orçamento preliminar" e a "necessidade de limite de despesa".

O primeiro é um instrumento do processo de preparação do OGE elaborado com base na avaliação dos programas e actividades segundo uma escala de prioridades que permitem atingir os objectivos políticos máximos, médios e mínimos.

A necessidade de limite da despesa é solicitada ao Ministério das Finanças pelos Órgãos do Sistema Orçamental (órgãos de soberania, ministérios, governos provinciais, serviços de Inteligência, Procuradoria-Geral da República, Comissão Nacional Eleitoral e demais órgãos do Executivo), através da Plataforma Informática do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), para a elaboração da proposta orçamental das respectivas unidades orçamentais.

Sistema Orçamental

Contrariamente aos anos anteriores, os limites a observar pelas unidades orçamentais são estabelecidos com base nas necessidades de limite da despesa apresentadas pelos Órgãos do Sistema Orçamental.

Os limites da despesa de funcionamento e de apoio ao desenvolvimento (programas específicos) dos Órgãos do Sistema Orçamental são determinados com base nos grandes objectivos nacionais e sectoriais do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e na necessidade do limite de despesas indicado no SIGFE.

Os limites de despesa das unidades orçamentais são estabelecidos pelos titulares de cada Órgão do Sistema Orçamental, com base na proposta de limites elaborada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento e Estatística ou órgão equivalente.

Na semana passada, os ministros das Finanças, Armando Manuel, e da Administração do Território, Bornito de Sousa, abordaram com os governadores provinciais e representantes de departamentos ministeriais aspectos ligados à elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2014, no quadro da nova metodologia.

Orçamentação por programas

Recentemente, o Ministério das Finanças realizou em Luanda um seminário sobre a metodologia para a elaboração do OGE para 2014, durante o qual o ministro Armando Manuel afirmou que a nova opção permite olhar o orçamento ao nível central e ter uma visão territorial, para o nível provincial, quebrando o ciclo de "orçamentação por unidade orçamental". Segundo Armando Manuel, o ciclo de orçamentação por unidade é incompatível com a metodologia do "orçamento por programa", metodologia que passa a ser adoptada a partir de 2014.

A adopção da "metodologia da orçamentação por programas", salientou Armando Manuel, visa a melhoria dos padrões de eficácia e eficiência da despesa pública e incentiva a uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos.

Estes objectivos específicos, frisou o ministro, estão centrados na redução da pobreza e numa gestão física e financeira baseada em resultados.

Além das melhorias nos procedimentos que vêm sendo utilizados, acrescentou o ministro, a "metodologia do orçamento por programa" introduz novos processos, entre os quais, o "orçamento preliminar" e a necessidade do "limite da despesa".

Introduz, igualmente, a obrigatoriedade de informação por parte das unidades orçamentais ao Ministério das Finanças pelos utilizadores do Certificado de Identificação Fiscal (CIF), habilitados para procederem à validação das propostas orçamentais.

O ministro realçou que o resultado esperado da nova metodologia é obter um orçamento que reflecta as políticas públicas previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e uma melhor eficácia e eficiência do gasto público e transparência fiscal.

"É exigido de todos um grande esforço para que na elaboração do Orçamento Geral do Estado se tenha como princípio basilar o ajustamento da despesa pública, visando diminuir o défice orçamental", concluiu o ministro das Finanças, Armando Manuel.

4.7 Proposta do OGE fica concluída no próximo mês

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2013

O Executivo prevê concluir a 30 de Setembro a proposta consolidada do Orçamento Geral do Estado para 2014 e a respectiva proposta de Lei. O facto vem expresso no comunicado de imprensa tornado público ontem, em Luanda, no final da primeira sessão ordinária do Conselho Nacional de Concertação Social.

Em reunião orientada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, na Cidade Alta, os membros do Conselho tomaram conhecimento do calendário das acções relativas à elaboração do OGE 2014, e das actividades desenvolvidas durante o primeiro semestre deste ano, no âmbito da reforma tributária. O trabalho incidiu no reforço das medidas de potenciação a curto prazo da receita e o desenvolvimento das acções relativos à aplicação das reformas estruturais.

No primeiro semestre, o Executivo alargou o programa de expansão da reforma tributária às províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Cuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Namibe e Uíge. O Conselho foi informado sobre o memorando sobre o processo de elaboração da legislação do Sector Empresarial Público, designadamente a Lei de Bases do Sector Empresarial Público recentemente aprovada pela Assembleia Nacional, o Regulamento da Lei de Bases do Sector Empresarial Público, o Estatuto Remuneratório do Gestor Empresarial Público e dos Membros dos Órgãos de Fiscalização

das Empresas do Sector Empresarial Público e o Estatuto do Gestor Público.

Os diplomas visam tomar a gestão do Sector Empresarial Público mais eficiente, por via da definição de critérios e de normas orientadoras para os gestores, e da regulação das relações do Estado com as empresas públicas. No domínio da Administração Pública, os membros do Conselho Nacional de Concertação Social apreciaram um memorando sobre o estado da revisão da Lei Geral do Trabalho, documento que pontualiza o estado de execução do Plano de Acção aprovado para o efeito.

Com base no plano, foram desencadeadas várias acções de formação e de apresentação pública do anteprojecto de Revisão da Lei Geral do Trabalho aos responsáveis da Administração Pública Central e Local do Estado e aos representantes dos parceiros sociais em todas as capitais provinciais.

Os membros do Conselho foram também informados sobre as acções no domínio da formação profissional em curso nos sectores formal e informal da economia, com a realização de cursos especializados e ajustados à população-alvo, de modo a dar respostas qualitativas e quantitativas à procura.

A estratégia de execução dos programas de formação assenta em pressupostos que permitem a qualificação de técnicos a curto e médio prazos. Em 2013 foram realizados 67 cursos para 27.818 formandos em 539 centros de formação, dos quais 135 tutelados pelo INEFOP.

Ajustamento salarial

O Conselho foi informado sobre o pagamento de retroactivos e o ajustamento salarial dos docentes, de acordo com as categorias onde foram enquadrados, bem como sobre o reajustamento das categorias da carreira dos docentes, técnicos e especialistas do sector da educação.

Quanto ao Programa de Empreendedorismo na Comunidade e à construção de Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços Municipais de Emprego, foram formados mais de 400 jovens nas disciplinas de empreendedorismo, elaboração de planos de negócios, fiscalidade, entre outras, nos municípios de Wako Kungo, Uíge, Tombwa, Catete, Ganda, Dondo, Matala, Cacuaco, Viana e no distrito urbano do Cazenga.

Os parceiros sociais felicitaram o Executivo pelo espírito de diálogo aberto e a metodologia adoptada para a discussão em todo país do Anteprojecto de Revisão da Lei Geral do Trabalho.

O secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viage, disse ontem que a central sindical trabalha num conjunto de propostas e contribuições para o enriquecimento da nova Lei Geral do Trabalho. "A nova Lei Geral do Trabalho deve ir ao encontro do que entendemos ser a mobilidade da força de trabalho, flexibilização da contratação de mão-de-obra, e a tipologia de subsídios a serem pagos no futuro, sobretudo no caso de despedimentos sem justa causa", disse Manuel Viage no final da sessão ordinária do Conselho Nacional de Concertação Social.

O líder sindical realçou os debates públicos do Anteprojecto de Revisão da Lei Geral do Trabalho, salientando que o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social deve, nos próximos tempos, trabalhar na valorização de todas as contribuições que estão a ser apresentadas pelos parceiros sociais e por outras entidades interessadas na revisão do diploma. "Trabalhadores e empregadores têm agora a oportunidade de esgrimirem os argumentos e oferecer contribuições necessárias antes de o anteprojecto se tomar em projecto", afirmou Manuel Viage.

Pauta aduaneira

O presidente da Associação Industrial Angolana (AIA), José Severino, afirmou que a nova Pauta Aduaneira, que entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014, vai permitir mais investimentos, criação de empregos, poupança de divisas e diversificação da economia nacional. No final da sessão ordinária do Conselho Nacional de Concertação Social, José Severino manifestou-se preocupado com a Lei do Sector Empresarial Público por não distinguir empresas estratégicas das de menor porte e responsabilidade.

Para José Severino, as exigências com Sonangol não devem ser colocadas para uma empresa como o Porto do Lobito ou de Cabinda.

4.8 Os desafios do Fundo Soberano Angolano

Semanário Agora

09 De Agosto de 2013

A Principal aposta do Fundo Soberano de Angola (FSDA) deve ser a hotelaria, defendeu o professor Manuel Ennes, à margem de um seminário sobre economia e gestão, realizado no início da semana na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (FECUAN).

Apesar de destacar a importância de se abarcar todos os sectores de actividade, para evitar desequilíbrios, o especialista considera que o investimento no segmento hoteleiro deve ser entendido como estratégico, em função dos indicadores desta indústria, apontada como uma das mais promissoras de África.

Manuel Ennes adiantou ainda que, atendendo às características de qualquer Fundo Soberano - que se apresenta como um instrumento para apoiar o desenvolvimento e a sustentabilidade das gerações futuras -, a equipa de trabalho deve ter uma visão periférica forte para a sua aplicação.

Só assim, antecipa o especialista, se conseguirá dar uma utilização real ao FSDA, evitando-se que o conceito de Fundo Soberano e a sua função social sejam deturpados. A este nível, o académico lembrou que independentemente da origem, os fundos têm como atribuição o desenvolvimento de grandes projectos estruturais, desde a titularidade, concepção, implantação, operacionalização e manutenção, prevendo ainda a participação no capital de empresas.

No caso concreto do FSDA, Ennes aponta que "deve ter flexibilidade para atender todos os sectores, não obstante vir a priorizar o hoteleiro". Ao mesmo tempo, o professor defende que "deve integrar. Pessoas capazes de perceber a sua aplicação, associada ao risco, para que evitem a deturpação do conceito e a sua funcionalidade". Isto sem esquecer que as reservas tem de ter capacidade para responder às necessidades de desenvolvimento nacional.

Estabilização e desenvolvimento

Além da aposta directa na hotelaria, Manuel Ennes lembra que o Fundo pode alargar os investimentos a áreas de apoio ao sector hoteleiro.

Por outro lado, o facto de o Fundo estar a ser lançado a partir do superavit petrolífero chama a atenção para a necessidade de diversificar as áreas responsáveis pelo crescimento desta reserva.

O docente do Instituto Superior de Economia de Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UIIL) reforçou a ideia de que os fundos públicos aplicados neste mecanismo devem beneficiar todos e apostar em sectores estratégicos. No entanto, Manuel Ennes reconheceu que ainda que o turismo em África seja um sector de futuro, os interesses do Estado são superiores.

"OS fundos soberanos têm duas vertentes fundamentais: uma de estabilização e outra de desenvolvimento", explicou. "O de Angola, com base no que me apercebi, faz mais uso do segundo caso,

em termos de funcionalidade aplicada", continuou, acrescentando que "uma das vertentes do fundo soberano nos últimos anos tem sido a do desenvolvimento". O académico referiu ainda que inicialmente os fundos soberanos eram muito direccionados para a questão da aplicação financeira e da sua utilização.

Gestão presidencial

Questionado sobre a gestão do mesmo, envolvendo o filho do Presidente da República, Manuel Ennes lembrou que a escolha pode até conferir maior responsabilidade a José Filomeno dos Santos, que é o presidente do conselho de administração do FSDA.

"Cresce a responsabilidade por ser filho do PR e não vejo qualquer problema", disse, frisando que como estamos ainda em fase de lançamento é cedo para falar-se de transparência "OS fundos devem ter transparência externa e interna para que os países onde são aplicados, em jeitos de investimento, aceitem-nos sem reservas", sublinhou, lembrando que nos dias que correm ainda se coloca muito a questão da segurança nacional, quando um país quer investir noutro. M.C.

4.9 Angola passa a maior investidora estrangeira na bolsa portuguesa

Jornal Expansão
23 De Agosto de 2013

O Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS) apreciou, na sua primeira sessão ordinária, realizada nesta terça-feira, 20, a metodologia de elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 e questões ligadas ao Programa Executivo de Reforma Tributária (PERT).

Um comunicado distribuído à imprensa refere que a metodologia de elaboração do OGE para 2014 prevê maior envolvimento dos parceiros sociais e dos gestores das unidades orçamentadas no processo da sua preparação, com vista a obtenção das contribuições no tocante às prioridades a integrar no m Orçamento. Na sessão, orientada pelo Vice-presidente da República, Manuel Vicente, foi avançado a data de 30 de Setembro próximo para a conclusão da proposta consolidada do OGE e respectiva proposta de Lei.

No âmbito da reforma tributária, os membros do CNCS tomaram conhecimento do andamento das actividades desenvolvidas no decurso do primeiro semestre deste ano. Os membros do Conselho analisaram o alargamento do programa de expansão

da reforma a 13 províncias, designadamente Berigo, Benguela, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kuando- Kubango, Luanda, Lunda Norte e Lunda Sul, Malanje, Namibe e Uíge.

A reunião passou também em revista o processo de elaboração da legislação para o sector empresarial público e o sector se recusa nos casos de fraudes.

Aliás, o sector está ciente de que o número de casos é cada vez maior, garantindo que estão a ser dados passos no sentido de inverter ou controlar a referida tendência. Uma aposta a sério, porém, impõe estudo pormenorizado do fenómeno, e a estatística é uma das ferramentas indispensáveis ao combate ao crime. Desta feita, depreende-se, a falta de números deixa a entender que o sector apenas se prepara para iniciar o combate ao fenómeno.

Enquanto isso, resta ressaltar o crescimento do sector espelhado no aumento do volume de prémios, que passou de cerca 644 mil USD para cerca de 1 milhão USD, entre 2009 e 2012. A razão de o Expansão abordar as fraudes nos seguros é, portanto, apelar às seguradoras e demais intervenientes do sector no sentido de actuarem na antecipação ao fenómeno, de facto.

4.10 Estatísticas de Angola e seis países vizinhos

Semanário Continente

30 De Agosto de 2013

Angola e Congo Brazzaville têm ainda uma baixa percentagem de Gasto em Saúde como Percentagem do PIB, segundo a tabela os valores não chegam aos 4%.

No grupo de países em estudo Angola tem a taxa de Mortalidade materna mais alta. Significando que em cada 100.000 nascimentos, 610 mulheres morrem em Angola.

A África do Sul representa o país com menor taxa de mortalidade Materna. A Zâmbia apresenta a pior Esperança de Vida, equivalente a 48 anos. Angola apresenta a segunda pior Esperança de Vida ao nascer com 52 anos. Com 61 anos de vida o Botswana tem a Esperança de Vida mais elevada do grupo. Na África do Sul morrem menos crianças com menos de 5 anos, enquanto que a RDC e Angola têm as taxas de Mortalidade em crianças com menos de 5 anos das mais altas. A África do Sul embora tenha o maior Gasto Público per capita em Saúde apresenta a segunda maior taxa de Mortalidade em Adultos. A Mortalidade em Adultos não reflecte só as condições

sanitárias, pois muitas vezes estão relacionadas com a criminalidade, e acidentes de trânsito.

A Zâmbia e a África do Sul lideram o grupo em termos de Mortalidade em Adultos.

A RDC gasta apenas 13 Dólares Internacionais por Habitante em Saúde, enquanto que o Botswana gasta 823 Dólares Internacionais por Habitante em Saúde.

Angola embora já gaste 155 Dólares Internacionais por cada Habitante em Saúde tem 54,3% da sua população a viver com menos de 1 Dólar/dia. A Zâmbia tem a maior percentagem da população a viver com menos de 1 Dólar com 64,3 %.

A África do Sul tem o maior Gasto em Saúde como Percentagem do PIB equivalente a 8,2%, tendo também a menor percentagem de Pessoas Vivendo com Menos de 1 Dólar Internacional (26,2%).

OBS:

INTL \$: Dólar Internacional é uma unidade monetária comum que tem em conta o diferente poder aquisitivo relativo das diferentes moedas, as cifras expressas em dólares internacionais se calculam a partir das Paridades do Poder Aquisitivo (PPA), que são factores de conversão das moedas que reflectem as diferenças de preços entre países (OMS,2006).

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Angola preside conferência sobre Grandes Lagos

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

A República de Angola assume em Dezembro próximo, para um período de dois anos, a presidência da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), em substituição do Uganda, detentor desde 2011.

De acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores, a decisão saiu da sexta Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo daquela Conferência Internacional, que terminou nesta Quarta - feira, em Nairobi, Quênia.

O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, participou na reunião, em representação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Durante os trabalhos da sexta Cimeira' os participantes analisaram os relatórios do Comité de Ministros da Defesa da Região dos Grandes Lagos e do facilitador das negociações entre a RD Congo e o Movimento M23, bem como da Conferência Interministerial sobre o Grau de Implementação do acordo quadro referente à paz, segurança e desenvolvimento da República Democrática do Congo (RDC) e da Região dos Grandes Lagos.

No fim, os chefes de Estado e de Governo ou seus representantes presentes na sexta Cimeira Extraordinária aprovaram uma declaração sobre a situação de segurança na região dos Grandes Lagos e no Leste da RDC.

A declaração contém 20 pontos, destacando-se o apelo à rápida conclusão do diálogo entre o Governo da República Democrática do Congo (RDC) eoM23.

O documento final reitera o apelo ao M23 para parar com a guerra que leva a cabo contra o Governo da RDC.

Entretanto, Angola vai acolher a próxima cimeira ordinária da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), agendada para Dezembro deste ano, soube-se Quarta-feira, em Nairobi

(Quênia), no término da sexta cimeira extraordinária desta organização regional.

Angola participou no encontro de Nairobi com uma delegação multi-sectorial chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, em representação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A cimeira manifestou o seu apoio às conversações de Kampala entre o governo da RD Congo e o Movimento M23, tendo apelado às partes a concluírem o mais rapidamente possível acordo de paz.

Os Chefes de Estado e de Governos ou seus representantes reafirmaram o seu apoio ao mandato da Brigada de Intervenção, com vista a se por fim às forças negativas, em conformidade com a resolução da CIRGL e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A RD Congo e o Rwanda foram encorajados a prosseguir com as discussões bilaterais, tal como o fizeram antes da actual crise, na busca de confiança e cooperação entre si, enquanto o Sudão e o Sudão do Sul foram exortados a manter os mecanismos de entendimento para resolver de forma bilateral e pacífica os seus diferendos.

Constaram igualmente das recomendações, a mobilização de recursos para a gestão dos programas e projectos de desenvolvimento regional e a promoção de eventos culturais e desportivos, visando o reforço das relações entre os povos e a elevação da segurança, estabilidade e desenvolvimento. Integrou a delegação angolana o ministro da Defesa Nacional, Cândido Van-Dúnem, o secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, o director para África do Ministério das Relações Exteriores, Joaquim Espírito Santo, Embaixador de Angola no Quênia, Ambrósio Lukoki, e o director e coordenador da Região dos Grandes Lagos, Coimbra Baptista.

Os membros da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos São: Angola, RD Congo, Congo, República Centro Africana, Zâmbia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Quênia, Burundi, Rwanda e Uganda.

5.2 Bornito de Sousa sugere autarquias em 2015

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

O ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa, admitiu esta Quarta-feira, em

Londres (Reino Unido), que as eleições locais poderão ser adiadas para 2015 e realizadas primeiro em alguns concelhos para testar o sistema administrativo e legislativo em preparação.

Citado pela Lusa, Bornito de Sousa disse, durante uma mesa-redonda organizada pelo Instituto Real de Relações Internacionais (Chatham House), estar a terminar um relatório sobre a realização das eleições a pedido do Conselho de República.

Em 2011, este órgão consultivo do Presidente José Eduardo dos Santos, com figuras de Estado e representantes dos diferentes partidos políticos, apontou 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

"Daremos [o documento] ao Presidente e aos membros do Conselho e também irá para o Parlamento. Cabe aos partidos discutir e, de acordo com os elementos objectivos, tomar uma decisão sobre a data, não será o Ministério", sublinhou.

Porém, acrescentou, "a possibilidade de fazer um teste talvez em sobre as eleições autárquicas 2015, escolhendo algumas municipalidades e testar o sistema".

Antes de realizar eleições, referiu, existe um "conjunto de tarefas necessárias", como elaborar as leis para reger os órgãos locais, nomeadamente relacionadas com as eleições, competências e finanças, a formação de recursos humanos, preparar orçamentos municipais e delimitar circunscrições eleitorais.

"Uma das questões mais complexa neste momento", continuou, "é a organização do registo officioso de eleitores", processo que disse ter parado desde que deixou de ser responsabilidade do seu ministério.

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala disse a O PAÍS que o seu partido não se opunha a qualquer alteração da data para o pleito, desde que uma decisão do género fosse tomada em concordância com a Oposição política do país.

Por sua vez, o porta-voz do Partido de Renovação Social, Joaquim Nafóia, disse que a atitude do governo não constitui novidade e acusou o partido governamental de pretender alterar o articulado da Constituição que estipula a realização das autarquias no período que antecede as eleições gerais.

Já o porta-voz da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, vislumbra o que considera "duas linguagens contraditórias dentro do Governo", referindo que num determinado momento o secretário de Estado para Assuntos Eleitorais e Institucionais, Adão de

Almeida, condiciona as autarquias à realização do censo populacional, enquanto o ministro diz outra coisa.

"É uma diversão que o Governo está a fazer", disse, acrescentando que "é aconselhável que haja um compromisso político" de modo a evitarem-se as contradições. Esta coligação defende, aliás, que as autarquias tenham lugar antes das próximas eleições gerais "de preferência em 2015".

5.3 Comissão Administrativa da Cidade de Luanda soma e segue

Semanário Continente
02 De Agosto de 2013

Aquando da tomada de posse de José Tavares como presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, o mesmo anunciou, à margem da cerimónia, o seu compromisso com a promoção de uma governação participativa e transparente para o município de Luanda. Na referida ocasião disse, de concreto, que já existia um programa para o município de Luanda, resultante da integração dos programas dos municípios extintos por força da revisão administrativa da província. "Os problemas do município de Luanda estão devidamente identificados, todos nós conhecemos, resta agora, mais do que falar, arregaçar as mangas" disse na altura.

O desafio seguinte foi criar as condições para alojamento da CAACL e tendo sido preparado o local para a sua acomodação (na antiga instalação do IPGUL), bem como a nomeação da sua equipa de trabalho, começaram os desafios da gestão do município de Luanda.

São muitas as acções que vêm sendo levadas a cabo por este órgão, que também já é membro efectivo da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).

Os serviços de fiscalização a nível dos distritos têm registado maior desenvoltura, isto também, fruto de algumas reclamações de cidadãos que se sentiam prejudicados, quando as suas viaturas eram removidas por alguma transgressão administrativa. Os fiscais têm-se apresentado melhor uniformizados, e como novidade, brevemente, os mesmos serão portadores de TPAs (Terminais de Pagamento Automático), por formas a que se possa pagar na hora a coima pelas transgressões, caso possuírem cartão multicaixa.

Nos últimos dias, temos assistido outras actividades como o diálogo sobre a delinquência juvenil,

inauguração de escolas nos distritos, por parte do vice-presidente da Comissão, encontro com as mulheres, e agora o diálogo com a juventude que deverá acontecer em todos os distritos urbanos.

Na questão da Macambira, o Presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares esteve presente, e visitou os vários armazéns no espaço, onde garantiu estarem asseguradas as condições do local onde os comerciantes estão a ser transferidos. "Nós antes mesmo de fazer a entrega dos novos espaços, reunimos com todos os ocupantes actuais, levamos até ao novo espaço e os apresentamos, e todos eles concordaram com o espaço criado onde doravante vão trabalhar" frisou.

5.4 Bloco Democrático exige descentralização e autarquias em Angola

Jornal O País

02 De Agosto de 2013

Em comemoração do seu terceiro aniversário, o Bloco Democrático (BD) reuniu-se, no último Sábado, numa mesa redonda para debater a descentralização e as autarquias em Angola. A política do BD, com a defesa do princípio da sobreposição, tem como fim a possibilidade do cidadão escolher os seus governantes locais, incumbindo ao Estado outras tarefas de maior esforço. A gestão macro-estrutural dos domínios da economia, administração, justiça, defesa nacional, política externa, saúde, segurança social, estruturas básicas e desenvolvimento são exemplos de tarefas de responsabilidade estatal.

A política proposta pelo BD tem ainda três objectivos fundamentais que visam promover o desenvolvimento local e a boa governação, "quebrar a hegemonia política do autoritarismo e promover o pluralismo", bem como a democracia participativa e devolver Angola aos angolanos, propondo-se, por último, a combater as desigualdades e promover a justiça social.

Na mesa redonda, foi esclarecido em que consiste a descentralização, seus tipos e marcha, a base constitucional da descentralização e das autarquias, pacote de leis da descentralização e autarquias e a política do BD para a descentralização e a acção imediata para a descentralização e as autarquias.

No âmbito do pacote de Leis da descentralização e autarquias, Nelson Pestana Bona vena abordou a necessidade de se passar os princípios da constituição para a regulação da Lei, elaborando alguns projectos

de Lei, como: lei-quadro da descentralização, lei orgânica das autarquias locais, lei sobre finanças locais, lei das eleições autarquias e lei sobre o estatuto da região autónoma de Cabinda.

Bonavena realçou o projecto de lei sobre o estatuto da região autónoma de Cabinda que regula o funcionamento, os órgãos, o sistema de governo nesta região.

"O Bloco Democrático tem defendido há pelo menos 22 anos, que o caso Cabinda pode resolver-se com a atribuição do estatuto de região autónoma de Cabinda", disse Bonavena.

Segundo Pestana Bonavena, o governo, quando fez o protocolo do Namibe, reconheceu que Cabinda tem especificidades históricas, culturais, sociais e económicas próprias, e que a estas especificidades deveria corresponder um estatuto político administrativo próprio.

"Sendo assim, foi atribuído a Cabinda um documento que dava esse estatuto, porém foi uma cópia do estatuto orgânico das outras províncias. Logo, não se viu a diferença entre Cabinda perante as outras províncias.

De acordo com a Constituição vigente, no artigo 218, "espelha-se claramente que as autarquias realizam-se nos municípios, mas tendo em conta as especificidades culturais, históricas e o grau de desenvolvimento, podem ser constituídas autarquias de nível supra municipal, o que significa que Cabinda pode ser uma autarquia supra municipal, tendo o estatuto de região autónoma".

Sobre a acção imediata para a descentralização e as autarquias o BD traçou como objectivos colocar as autarquias na agenda política, estimular a iniciativa legislativa e promover uma conferência sobre a autonomia de Cabinda.

A mesa redonda realizada na sede do partido, em Luanda, debateu várias questões e clarificou os seus membros sobre todos os percursos para a concretização do seu objectivo.

A prelecção foi animada pelo secretário para os assuntos políticos do Bloco Democrático, Nelson Pestana Bonavena, e pelo vice-presidente do Partido Socialista de Portugal, José Silva, que falou da experiência autárquica no seu país.

5.5 Autarquias só mesmo em 2015

Jornal Acapital

03 De Agosto de 2013

Não parece, para já, que venha ser contrariada a pretensão do Executivo em realizar as eleições autárquicas apenas em 2015, conforme vem sendo recorrentemente anunciado pelo Ministério da Administração do Território.

Durante uma mesa redonda organizada pelo Instituto Real de Relações Internacionais, realizada no dia 31 de Agosto, o ministro de tutela, Bonito de Sousa, admitiu que daqui há dois anos as autarquias serão testadas primeiro em alguns municípios "para testar o sistema administrativo e legislativo em preparação". O governante disse também estar a terminar um relatório sobre a realização das eleições a pedido do Conselho da República.

De salientar que, quanto ao adiamento desse tipo de eleições o maior partido da oposição é de opinião que o Executivo não deve avançar novas datas sem a consulta de outros atores políticos angolanos. Quem se mostra pouco surpreendido com os pronunciamentos do ministro da Administração do Território, é o Partido de Renovação Social (PRS), que, segundo o seu porta-voz, Joaquim Nafoya, o que se pretende é "operar alterações à actual Constituição". Enquanto para CASACE, o que o Executivo pretende é "brincar às autarquias".

5.6 Criada Associação dos Moradores da Vila Alice

Jornal Angolense

03 De Agosto de 2013

Até ao final do presente mês de Agosto, será proclamada a Associação dos Naturais e Amigos da Vila Alice (ANAVA), soube o Semanário Angolense. A futura agremiação já reúne perto de mil subscritores e na semana que hoje finda, foi nomeada uma comissão instaladora, composta por Hélder Cafala (porta-voz), João Cafala, António Alfredo, Hélder Coxe, Crispim Raimundo, Marcelo Gaspar João, Osvaldo de Oliveira, Cláudio Frago e José Mesquita. De acordo com Hélder Cafala, a iniciativa surgiu da necessidade de se «resgatar alguns valores morais e cívicos que a comunidade tem perdido ao longo do tempo». «Enquanto jovens, notámos que havia necessidade de resgatar alguns valores da Vila Alice e, para tal, achamos oportuna a criação de uma associação. " mostrou o nome, descobrimos que havia já um outro grupo que tinha a mesma ideia no

passado. Alguns dos elementos desse grupo fazem agora parte da nossa ANAVA», explicou.

A associação, sem fins lucrativos, assumirá uma postura de intermediária entre as várias comissões de moradores e os órgãos do Estado que actuam no nosso bairro, como a própria administração municipal, as repartições municipais' da Saúde e a Educação.

«Por outro lado, pretendemos trabalhar muito com a juventude. Debater e contribuir na resolução de problemas como a delinquência juvenil, o alcoolismo e o desemprego», continuou Hélder Cafala. O nosso interlocutor fez saber também que a ANAVA está aberto a todo e qualquer cidadão que tenha nascido ou reside na Vila Alice, bem como outros que apreciam e apoiam o bairro.

5.7 MPLA reestrutura-se em Luanda

Jornal o País

09 De Agosto de 2013

O evento, que deverá eleger também os candidatos ao Comité Provincial de Luanda, encerra o processo orgânico de renovação das estruturas de base do MPLA iniciado entre finais de Janeiro e princípio de Fevereiro deste ano.

Durante este período, o Comité Provincial do MPLA desdobrou-se em conferências de balanço das estruturas de base na província de Luanda.

No município-sede estava prevista a dissolução dos antigos comités municipais, para darem lugar aos comités distritais, no quadro da nova divisão político-administrativa da capital do país.

Foi o caso dos comités municipais da Ingombota, Kilamba-Kiayi, Maianga, Rangel, Samba e Sambizanga agora incorporados no novo município de Luanda com a categoria de distritos.

Conforme tem vindo a noticiar o PAÍS, a conferência provincial de Luanda seria o último acto do processo orgânico das estruturas internas do MPLA que também decorreu em algumas províncias nos derradeiros meses.

O partido que sustenta o governo elegeu o município de Luanda, com sete distritos, o mais populoso, como o que vai integrar a maior parte dos quadros e dirigentes do MPLA na capital angolana sendo, por esta razão, a divisão política e administrativa que vai merecer uma atenção particular no que tange à composição e funcionamento das estruturas partidárias "pelo seu papel na preparação das

autarquias locais", no entender das habituais fontes de o PAÍS.

A província de Luanda, que fez a integração dos municípios da Quissama e do Icolo e Bengo, tem os municípios de Luanda, com sede na cidade de Luanda, de Cacuaco, com sede na cidade de Cacuaco, de Belas, com sede na cidade do Kilamba, de Viana, com sede na cidade de Viana, do Cazenga, com sede na comuna do Tala Hady, do Icolo e Bengo, com sede na vila de Catete e da Quissama, com sede na vila da Muxima.

Por sua vez, o município de Luanda tem como distritos a Ingombota, Maranga, Kilamba - Kiayi, Rangel, Samba e Sambizanga.

Tem ainda como subdivisões (comunas), a Ingombota, Ilha do Cabo, Maianga, Prenda, Kilamba-Kiaxe, Palanca, Golfe, Neves Bendinha, Rangel, Vila Alice, Samba, Sambizanga e Ngola Quiluanjes.

Na circunscrição de Belas estão incorporadas as comunas de Talatona, Kilamba, Benfica, Barra do Cuanza e Mussulo. O município do Cazenga compreende o Tala Hady, Cazenga sede, Hoji ya Henda, e li de Novembro.

Integram o município do Cacuaco, a sede, com o mesmo nome, o Kicolo e a Funda.

As divisões administrativas de Mbaia, Viana sede, Zango e Calumbo fazem parte do município de Viana.

O município de Icolo e Bengo passou a incorporar as comunas de Catete, Cabiri, Bom Jesus e Cassoneca.

Finalmente, o município de Quissama passou a compreender a comuna Demba-Chio sede, Mumbondo e Quixinge.

5.8 AMANGOLA já tem direções municipais e distritais

Jornal Correio

08 à 15 De Agosto e 2013

Com efeito, um encontro de constituição do núcleo municipal do Cazenga da AMANGOLA decorreu nesta quarta-feira, 7, na presença do administrador local Nataniel Narciso.

No final da reunião, na qual tomaram parte 72 individualidades, Avelino João Agostinho foi eleito para o cargo de delegado municipal da associação. Na mesma sessão, Francisco Miguel foi eleito responsável pelo programa de defesa e divulgação da

Constituição da República, Euclides João, chefia o programa de desenvolvimento do corpo de voluntários e Carlos Gomes, é o responsável pela promoção da acção social e ocupação dos tempos livres dos munícipes o Já Antónia Bonga foi eleita responsável pela emancipação económica social e combate ao desemprego, ao passo que Cardoso Joaquim lidera o programa de segurança comunitária.

Note-se que no pretérito dia 2, sob o lema 8'untos fazemos Angola', foi igualmente eleita a delegação da AMANGOLA em Luanda, chefiada por Mário Adriano João, da qual fazem parte outros seis membros para as distintas áreas de atuação. Na mesma altura, foram igualmente empossados delegados distritais da associação, no Sambizanga, Samba, Maianga, Rangel e no distrito da Ingombota.

A AMANGOLA, presidida por Job Capapinha, que já foi governador de Luanda, é uma associação de âmbito nacional que aglutina pessoas singulares nacionais e estrangeiras. Ela desenvolve as suas ações em todo o país e junto das comunidades angolanas no estrangeiro sob o lema 8'untos Fazemos a Nação'.

5.9 PRS tem duvidas sobre autarouicas

Jornal Manchete

09 De Agosto de 2013

No entanto, o líder da bancada parlamentar daquela formação política, Benedito Daniel, avisou que o seu partido não irá tolerar qualquer fraude nessas eleições. O político, que falou para a Voz da América, disse reear que "as autarquias não irão resolver nada". "Se o autarca depende de uma ordem superior, depende de um órgão e não de quem o eleger, ele vai cumprir as ordens superiores", sublinhou.

Benedito Daniel pensa que enquanto no país existir um único órgão de soberania a subalternizar os demais a confusão em Angola jamais terá fim.

"Em Angola só há um órgão de soberania, o Executivo, todos os outros, parlamento, os Tribunais são subsidiários," disse.

"As leis passam por conveniência, não se cumpre as leis inclusive a constituição e isto faz com que Angola seja um país corrupto, alienado e irresponsável," disse. O também secretário-geral do Partido de Renovação Social garante que o seu partido não vai pactuar mais com espectros de fraude nas autarquias. "Nós não queremos mais eleições autárquicas fraudulentas," disse.

5.10 Descentralização está em marcha

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2013

O processo de desconcentração e descentralização administrativa, iniciado em 2001, permitiu a transferência de atribuições e competências aos órgãos da administração local do Estado e transformar os governos provinciais e as administrações municipais em unidades orçamentais capazes de ter um papel determinante na execução de projectos sociais e comunitários.

De acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território, a propósito do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, que se assinala hoje, a criação dos Conselhos de Concertação e Auscultação Social ao nível provincial, municipal e comunal reforçou o sentido inclusivo de participação dos cidadãos e da sociedade civil no destino das comunidades locais através do acompanhamento e contribuição ao seu desenvolvimento económico.

As acções do Executivo, sublinha o documento, direccionam-se também para o cumprimento dos acordos globais, como o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em áreas como o combate à pobreza, a protecção e assistência aos grupos mais vulneráveis, a promoção e igualdade do género, a sustentabilidade ambiental, entre outros.

O comunicado refere que os resultados alcançados com os diversos programas, sub-programas e acções com incidência local, nomeadamente, o Programa Integrado de Combate à Pobreza e de Desenvolvimento Rural, o Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde e da Educação, o Programa Habitacional de Construção de 200 Fogos por Município, são a base para a negociação da elevação de Angola de "País de Baixo Rendimento" para "País de Rendimento Médio".

Enquadram-se ainda no mesmo esforço o Programa "Água para todos", o Programa "Angola Jovem" e o Programa "Angola Investe" de promoção de pequenas e médias empresas, entre outras acções.

5.11 INE prepara censo nas zonas recônditas

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2013

A coordenadora provincial do Instituto Nacional de Estatística (INE), no Kuando-Kubango, anunciou

que estão criadas as condições técnicas e humanas para o arranque das actividades de reconhecimento cartográfico, mobilização e sensibilização da população sobre a importância do censo nas zonas de difícil acesso.

Débora Ferro fez este anúncio durante uma reunião com os membros do grupo técnico do INE e do governo local, com vista à apresentação do plano de actividades sobre a preparação e importância do censo geral da população e do reconhecimento cartográfico.

A coordenadora sublinhou que, para o êxito das actividades iniciadas na terça-feira, na comuna de Jamba Cueio, estão mobilizados dez agentes cartográficos e dois helicópteros da Polícia Nacional, entre outros meios logísticos.

Esta operação, com fim previsto para 29 de Setembro, para além da comuna do Jamba Cueio, vai abranger as localidades do Tchinguanja e Vissati (município do Cuchi), Tchipundo e Luiana (Rivungo), Cujamba-Dima e Catengo (Mavinga), Kandonga, Kayoko e Kalenguessa 1 e 2 (Cuito-Cuanavale), entre outras áreas de difícil acesso.

Débora Ferro salientou que a nível da província um total de 931 bairros de fácil acesso já foi alvo de reconhecimento cartográfico, mobilização e sensibilização da população sobre a importância do censo geral, uma actividade que vai ser realizada em todo o país em 2014. O vice-governador da província para o sector económico, Ernesto Kiteculo, disse que o censo populacional é um instrumento que os governos utilizam para direccionar melhor os principais serviços sociais básicos às populações, sobretudo aquelas que vivem nas zonas mais recônditas.

A partir do censo pode-se saber quantos postos de saúde, hospitais, escolas, habitações, estradas, toneladas de alimentos, entre outros, são necessários para atender às necessidades de uma certa localidade. Ernesto Kiteculo reconheceu que esta é uma missão muito difícil e reque a participação de todos os cidadãos, porque "ainda há pessoas que desconhecem a importância do censo populacional".

5.12 A participação na vida pública é também uma questão de cidadania

Semanário Agora

16 De Agosto de 2013

Do conjunto de artigos da constituição de um estado de direito democrático destacam-se, numa perspectiva de cidadania, os que consagram a participação do indivíduo na vida pública, não apenas nos processos eleitorais, no que toca a democracia representativa, que é importante, mas não determinante para a consolidação de um Estado desta natureza e para a realização sócio-política e económica dos cidadãos e da sociedade em geral. O artigo S2" da Constituição (CRA) estabelece o direito de participação na vida política e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, e de ser informado sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, nos termos da Constituição e da lei.

Participamos em três pleitos eleitorais, 92, 2008, 2012 e no plano da democracia representativa, vamos caminhando, com esta ou aquela limitação, própria de um processo de aprendizagem, em princípio, irreversível, porque nos vamos convencendo que, todos nós, nos poderemos realizar, materialmente em democracia, num Estado de direito. Urge reflectirmos sobre o grau de participação directa do cidadão, sobre a democracia participativa.

O legislador ao referir-se a vida política, estou em crer que não pensou apenas na vida político-partidária, mas na política no sentido lato, destacando o movimento sócio-político em geral, tal qual o sentido de "negócios públicos", conforme expresso no n.º 1 do artigo 21.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948. Este direito/dever de cidadania vai dos assuntos políticos aos económicos, passando pelo social, com destaque para a saúde, educação, cultura, ambiente e o desporto. A participação do cidadão na vida pública, de forma individual ou colectiva na vida, assume um papel importante, na concessão e execução das políticas públicas que, pelo facto de serem da responsabilidade última dos políticos, a quem foram, legitimamente, conferidos poderes para tal, não falta a intervenção, entenda-se consciente, do cidadão e não apenas motivada por meros entusiasmos para não dizer euforias políticas (também há o direito à euforias políticas), pelo contrário, o bom senso aconselha a motivação para tal, já que hoje, os níveis de exigências são maiores e a opção por uma certa responsabilização colectiva, no que se refere as concepções e execução das

políticas públicas, parece-me ser algo que dê mais garantias futuras a quem exerce o poder político e um teste para quem, legitimamente, pretende fazê-lo.

No que se refere a execução das políticas públicas, há que realçar que a participação do cidadão na vida pública também passa pela não condescendência perante práticas contrárias aos nobres propósitos que levam os poderes públicos a produção de leis, criação de instituições, programas tendo em vista a criação de meios para assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos, a promoção do bem-estar e a solidariedade social, como obrigações do Estado, previstas no artigo 21.º da CRA. Em regra, os objectivos previstos com a concessão de dezenas de programas não são alcançados em pleno também por razões subjectivas ligadas a má conduta social e ética de uma gente que para benefício próprio, em prejuízo do colectivo, não medem os meios para atingir os seus fins egoístas. De alguns agentes públicos, em vários níveis, sem escrúpulos aos "zelosos" funcionários bancários, vão chutando para o lado a palavra de ordem de Neto "o mais importante é resolver o problemas do povo", dando o ar da sua "graça" no meio da desgraça de milhões.

Lamentavelmente é que muitos de nós vai pactuando com tal situação, numa cumplicidade "conveniente" e em alguns casos humilhanamente aguardando ou lutando pelas sobras da corrupção, por vezes tentando "combater" com práticas também corruptas como autênticos moralistas sem moral. Todos temos o dever político e moral de não dançar a música da depredação social ou ajudar os seus maestros. É difícil, doloroso emocional e materialmente, mas não impossível. A lei e a moral estão ao lado de quem assim age! Haja coragem individual e colectiva.

A participação directa do cidadão na vida pública poderá, sem menosprezo ou tentativas de restringir a acção, os direitos de participação política (em regra em marchas, comícios e outras acções do género) das maiorias (quantidade), constituir um meio para maior intervenção qualitativa ou melhorar o aumento da qualidade de participação dos cidadãos, com intervenção nas várias especialidades. Isto passa, necessariamente, pelo afastamento das tendências de exclusões ou auto-exclusões, o reconhecimento da opinião contrária e que, em democracia o debate contraditório é em todo salutar, desde que feito de forma urbana, sem nos esquecermos que a arrogância e petulância também é uma forma de inurbanidade. A indiferença pode ser uma manifestação de cobardia intelectual e a insensatez leva-nos a ver má fé, em

todos os actos daqueles de quem não perfilhamos do seu posicionamento político-social, o que é mau, contraproducente. Isto não afasta a nossa determinação na defesa de valores que entendemos serem os mais consentâneos com a convivência harmonioso entre os homens e a justiça social. Os espaços públicos devem ser tomados, sem receios, como as preferências para o debate de ideias e após debates, os decisores políticos transformarão a vontade colectiva em lei, para fazer cumprir e ser cumprida.

A intervenção pública, a vários níveis, para além do âmbito da democracia representativa, do mero exercício do direito de voto, poderá contribuir para a redução das reticências colocadas por alguns cidadãos relativamente a idoneidade do voto e dos processos eleitorais, quando alegam que o seu voto tem o mesmo peso que o do lupem arruaceiro ou do golpista de colarinho branco, e que face aos valores morais e éticos que defendem, jamais alguns dos deputados do seu partido teriam assento na nobre casa das leis. Uma forma de atenuar estas "frustrações" é complementar a democracia representativa com a participativa referida na parte final do n.º 1 do artigo 2.º da CRA, sendo as eleições autárquicas, dada a natureza do poder que delas emergem, uma forma mais aproximada da participação directa do cidadão.

O direito de ser informado sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, rr 1 do artigo em análise, assume-se, em última instância, como factor motivador desta participação dos cidadãos na vida pública, bem como informar com objectividade e verdade, salvo casos de informação restrita, que dada a sua natureza não podem ser de domínio público, nos termos da lei. Creio que não temos um Edward Snowden. Entendo que o caso deste jovem americano deve ser objecto de estudo pelos juristas e não só.

Parece-me que o legislador constituinte pretendeu com o n.º 2 do artigo 52", ponderar o direito patente no n.º 1 com o dever de todo o cidadão cumprir e respeitar as leis e de obedecer às ordens das autoridades legítimas, dadas nos termos da Constituição e da lei e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais. Em busca do equilíbrio!? Cumprir e fazer cumprir a Constituição e a lei, uma questão de bom senso, uma questão de cidadania !!!

5.13 Autarquias devem dominar próxima sessão legislativa

Jornal o País

16 De Agosto de 2013

Correu o pano sobre a primeira sessão legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional e de um modo geral os partidos políticos ali representados não têm motivos para se darem por felizes de todo, face à incapacidade de fazer passar as suas propostas e ideias, diante da esmagadora maioria do MPLA.

Ainda assim, mais do que a satisfação pelo sentimento do dever cumprido, a CASA-CE, com oito assentos na bancada, tem um pertinente reparo feito pelo presidente do grupo parlamentar, o deputado André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau".

"Fomos a única bancada que apresentou um anteprojecto de Lei na assembleia Nacional", disse com algum orgulho, esclarecendo que todos os demais documentos discutidos e aprovados provieram do Executivo e "surripiadas" a paternidade pelos deputados do partido melhor representado na casa das leis.

O projecto de Lei em referência é o da regulamentação da criação dos Fundos Públicos, chumbado, entretanto, "contrariando os pareceres dos economistas e juristas do MPLA" das comissões especializadas que aconselharam a aprovação na generalidade, segundo revelou o deputado André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau".

Segundo o parlamentar da CASA-CE, o argumento evocado é que alguns artigos do regimento interno da Assembleia nacional relativos à capacidade das bancadas proporem debates e aprovação de Leis, seriam inconstitucionais, tendo o MPLA pretendido levar a reboque as demais forças políticas num eventual pedido de fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional, que não encontrou o respaldo dos partidos da oposição.

Entre as linhas de força da acção da CASA -CE, foram sublinhadas a preparação e discussão do OGE para o próximo ano, com o foco na afectação de verbas aos sectores prioritários definidos como sendo a educação e a saúde, sem descuidar a segurança e assistência social a quem no passado contribuiu para a economia do país e o sector produtivo.

Na segunda linha vem, segundo o líder parlamentar da CASA-CE a questão das autarquias. "Temos em perspectiva a realização das autarquias em 2015 e será necessário preparar a Lei que presidirá esta actividade", frisou o parlamentar para quem já uma

certa concertação com as outras forças políticas para se alcançar este objectivo.

O facto de até agora não se ter avançado em relação ao poder local, no entendimento do parlamentar, decorre de clara falta de vontade política para o efeito, referindo como bons exemplos, o facto de Moçambique e Cabo-Verde, dois países como menos recursos que Angola, mas que resolveram este problema sem quaisquer celeumas.

Além disso, a CASA-CE pugnará pela aprovação de leis que tenham relação directa com as condições de vida da sociedade, podendo vir a prestar urna particular atenção à nova Lei Geral do Trabalho em debate.

Rematando, o parlamentar promete uma bancada combativa, dinâmica, estudiosa, corajosa e produtora de mais projectos de leis.

Consta das prioridades do maior partido da oposição no início da próxima sessão legislativa da actual legislatura a apresentação ao parlamento do referido documento, assim como a exigência da sua realização nas datas que forem negociadas.

Segundo o presidente da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, "a UNITA rejeita a tese de que não há competências para a realização das eleições autárquicas".

A agenda deste partido para próximo ano, reserva ainda a definição clara do salário mínimo nacional, assim como a transmissão televisiva dos debates parlamentares, de modo a garantir o direito à informação à sociedade que deverá ser exigido de forma reiterada. A UNITA vai igualmente propor a realização de "debates mensais sobre assuntos de carácter nacional como a corrupção, demolições e outros de cariz internacional".

A agenda da UNITA para o próximo ano, está também inscrita a abordagem sobre a corrupção que será concretizada com a exigência de "esclarecimentos sobre o estado da corrupção", ao mesmo tempo que se baterá por urna maior respeito da constituição.

Este partido, segundo o líder da bancada parlamentar do PRS, Benedito Daniel, entende que os parlamentares, sobretudo do partido no poder se mostram inibidos nos debates parlamentares e este estado mental é arrastado até ao momento do voto.

Por esta razão vai inscrever na sua agenda para o próximo ano, a alteração do regimento interno para que fique consagrado o voto electrónico, assim como

a transmissão televisiva dos debates das sessões parlamentares em directo.

Na verdade, será a retoma de uma proposta já avançada, mas que não teve pernas para andar. Além das autarquias, os renovadores sociais também vão introduzir na agenda a institucionalização da Alta autoridade Contra a Corrupção e o competente Tribunal para julgar estes casos.

A revisão da Lei Eleitoral e a institucionalização de um Tribunal para dirimir os conflitos advenientes dos processos de votação também constam da agenda para o próximo ano legislativo.

o domínio produtivo e financeiro, o PRS vai propor a transformação do actual Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas em banco de crédito para "dar mais vida ao empresariado nacional".

a vertente social, é entendimento de Benedito Daniel, líder da bancada parlamentar do PRS, "que o Executivo deve assumir juridicamente as famílias com mais de seis filhos e o último deve ser tutelado pelo Estado".

5.14 CNE e intervenção do MAT

Semanário Agora

16 De Agosto de 2013

Com a excepção do MPLA, os partidos políticos entendem que o Ministério da Administração do Território é um órgão estranho aos actos conducentes à realização das eleições autárquicas. Deste modo, consideram que as recentes intervenções do ministro Bornito de Sousa violam as competências atribuídas à CNE.

Para a CASA-CE, o MAT é um departamento ministerial que auxilia o titular do poder Executivo e, por essa razão, não tem qualquer poder de intervir em actos eleitorais.

Quanto à actual estrutura da CNE, Ndonga Nzinga disse que o seu partido está de acordo com o actual figurino da CNE. O porta-voz da FNLA lembrou que essa composição resultou de um debate democrático realizado na anterior legislatura, sendo que a lei estabelece que esta CNE deve vigorar até 2017. Neste sentido, Ndonga Nzinga sublinha que a estrutura está perfeitamente legal, embora as representações sejam proporcionais. "Houve um trabalho conjunto e chegou-se ao consenso de que este seria o figurino que deveria ter", concluiu.

O PRS discorda. Para este partido, a questão não se prende somente com a composição da CNE, mas

também com o modo de actuação deste órgão. Joaquim Nafoia avançou que nos termos da Constituição a CNE deveria ter uma actuação independente. "Mas infelizmente já demonstrou que não o é", lamentou.

Já Sebastião André, da CASA-CE, é de opinião que o actual figurino da CNE não se coaduna com os ideais de um Estado Democrático e de Direito. O político defende uma revisão legislativa, sobretudo no que concerne à estruturação da CNE, de modo a adequá-la ao actual momento político. Isto porque a CASA, por exemplo, não participou das discussões que levaram à aprovação da actual estrutura.

Gradualismo

O princípio do gradualismo, consagrado no art. 2420 da Constituição, poderá ser o principal ponto de discórdia entre a oposição e o partido no poder, durante a próxima legislatura.

Bornito de Sousa afirmou recentemente, em Londres, que as eleições deverão ser realizadas de forma gradual. Isto é, priorizando os municípios que, segundo o MPLA, reúnam condições para o efeito.

Para o partido no poder, o gradualismo tem que ver com as diferenças existentes entre os municípios, do ponto de vista demográfico e geográfico.

O ministro tem evocado este princípio, considerando que nem todos os municípios têm uma produção local capaz de permitir a sustentabilidade das autarquias, do mesmo modo que nem todas as municipalidades têm um substrato populacional que justifica a realização das eleições autárquicas.

Segundo o entendimento do MPLA, os municípios mais fracos devem permanecer sob tutela do Estado até que se desenvolvam e possam realizar eleições autárquicas.

Mas a oposição não vai na conversa. Para a UNIT A, o princípio do gradualismo plasmado na Constituição não inibe a realização das eleições em simultâneo.

Do lado da FNLA, Ndonga Nzinga adianta que qualquer justificação neste sentido está eivada de má fé, na medida em que as diferenças entre os municípios foram resolvidas pela própria Constituição.

De acordo com este político cuja opinião é corroborada quer por Alexandre Sebastião André, da CASA-CE, quer pelo porta-voz do PRS, Joaquim Nafoia, ao consagrar eleições autárquicas, intra-municipais e supra-municipais, o legislador teve em

conta que nem todas as municipalidades podem realizar eleições autárquicas por si. "O ministro Bornito de Sousa está a servir de pivô, apresentando álibis sem cabimento, que visam dilatar o tempo, de modo a fazê-lo coincidir com as eleições gerais em 2017", referiu Nafoia. O responsável do PRS acrescenta que não existem no mundo dois municípios com características ou potencialidades iguais. Para o político, os exemplos vêm de Portugal e Moçambique, cujas autarquias funcionam apesar das disparidades entre municípios.

A oposição é unânime em considerar que se forem realizadas eleições autárquicas nos moldes defendidos pelo MPLA serão violados vários princípios: da universalidade das eleições, da igualdade de direitos e o da isonomia. Ou seja, de que todos são iguais perante a lei.

5.15 Partidos não se entendem

Semanário Agora

16 De Agosto 2013

Com a discussão sobre as eleições autárquicas na ordem do dia, o Agora foi conhecer a posição das principais forças políticas do país sobre este dossiê. O resultado é uma amálgama de pontos de vista, que divergem sobretudo no que respeita ao calendário e estrutura da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), enquanto órgão constitucionalmente incumbido de organizar, controlar e realizar escrutínios.

As dissonâncias centram-se ainda no princípio do gradualismo plasmado nas disposições transitórias da Constituição (art.242º), assim como na intervenção do Ministério da Administração do Território em actos eleitorais

UNITA

A UNIT A, na voz da deputada e constitucionalista Mihaela Webba, entende que o país está em condições de realizar eleições autárquicas no próximo ano, devendo para o efeito a Assembleia Nacional trabalhar no sentido de aprovar o pacote legislativo de suporte às mesmas.

Mihaela Webba, citada por uma rádio local, entende que há dinheiro e capacidade humana para que o processo avance sem mais subterfúgios. "Temos tudo para que essas eleições sejam realizadas. Se não o forem, estamos todos a incorrer numa omissão da Constituição".

Para a constitucionalista, partido no poder não quer realizar eleições autárquicas por reear a perda de influência. "Não quer que sejam realizadas as eleições

autárquicas em 2014 por temer o esvaziamento dos poderes que actualmente são conferidos aos administradores municipais e comunais", referiu. "Sabemos que se forem realizadas estas eleições, o administrador municipal será um mero representante do governador no município, assim como o administrador comunal o será em relação ao administrador municipal."

PRS

Em sentido oposto ao 'Galo Negro', o Partido de Renovação Social, PRS, defende que não há condições objectivas nem subjectivas para que o escrutínio se concretize no próximo ano.

O porta-voz dos renovadores, Joaquim Nafoia, entende que falar de eleições autárquicas nesta altura é como provocar uma tempestade num copo de água. "Os partidos da oposição praticamente não existem, embora diga isso pertencendo eu mesmo a um partido da oposição.

Por isso, quanto à realização de grandes actos, como é o caso das autarquias, considero que não há no país oposição que possa fazer frente ao MPLA, devido à falta de democratização interna e de união destes partidos".

Neste sentido, o político acrescentou que, para que as eleições autárquicas sejam um sucesso é necessário que as próprias forças da oposição se democratizem internamente e promovam uma cultura de coesão no seio da oposição, de modo a evitar que se digladiem entre si.

FNLA

Ndonda Nzinga, porta-voz da FNLA, discorda da opinião de Joaquim Nafoia, mas alinha na esteira da UNIT A, segundo a qual as eleições autárquicas devem ser realizadas já.

Para Ndonda Nzinga, o país tem meios suficientes e funcionais para que se concretize quanto antes a votação. "Temos uma Comissão Nacional Eleitoral que está estruturada em todos os municípios e comunas. O MPLA não tem porquê adiar as eleições. A FNLA, quer que elas sejam realizadas o mais tardar em 2014".

CASA-CE

Por seu turno, a CASA-CE, na voz de Alexandre Sebastião André, optou por uma postura cautelosa, considerando, no entanto, que sempre que o homem quer realizar algo pode fazê-lo, na medida em que compete a ele próprio criar as condições para isso. Sebastião André disse que a sua formação política

aponta como horizonte temporal para a votação o ano de 2014. "Este seria o período ideal, porque mais adiante teremos a tarefa de preparar as eleições gerais, que serão realizadas em 2017", finalizou.

MPLA

No centro da discussão sobre o calendário eleitoral autárquico, o MPL discorda uma votação em 2014. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, entende que as eleições só podem ser realizada em 2015. Ainda assim, tem dúvidas, devido ao atraso das leis que deverão suportá-las. "Ainda não foi aprovado o pacote eleitoral para as autarquias, nem temos lei de financiamento das mesmas. Portanto é ainda prematuro falar das autarquias.

5.16 MAT encerra conferências sobre poder local

Jornal o País

23 De Agosto de 2013

o ciclo de conferências sobre experiências autárquicas internacionais, iniciado no passado mês de Maio do ano em curso, encerrou nesta quinta-feira, em Ondjiva, província do Cunene, no âmbito da preparação do processo de autarquias em Angola.

Promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), as conferências tiveram como objectivo dar a conhecer as experiências autárquicas relevantes ao nível internacional para extrair lições e boas práticas e realizar uma análise comparativa para contribuir no processo de descentralização angolano.

De acordo com o assistente técnico para o desenvolvimento institucional do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), Silvestre Pinocas, o processo contou com a experiência de Cabo-Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e do Uganda, países têm relevância internacional no processo das autarquias locais.

O responsável que falava à margem do acto de encerramento do VI e último ciclo de conferências transmitido por especialistas ugandeses, disse que o evento decorreu em 12 províncias.

Entretanto, considerou positivo processo, no qual verificou-se a participação massiva e intercâmbio de ideias, relacionadas com o contexto local, de modo a dar seguimento ao processo das eleições autárquicas em Angola.

Durante o certame orientado pelo secretário de Estado para Administração a Local, Cremildo Paca, os participantes abordaram aspectos relacionados

com o "Pacote legislativo", "Sistema fiscal e de financiamento", "Desenvolvimento económico e social", "Recursos humanos e formação" e "Multiculturalismos e territorialidade".

Participaram da conferência vice-governadores e administradores das províncias do Cunene, Huíla e do Namibe, deputados, membros do Governo, representantes da sociedade civil e eclesiásticas, autoridades tradicionais, entre outros.

5.17 Fórum dos municípios e cidades

Semanário Agora

23 De Agosto de 2013

O CONSELHO DE MINISTROS esteve reunido na passada quarta-feira sob direcção do Presidente da República, e entre várias decisões, aprovou a institucionalização do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola.

Não se sabendo ainda muito bem qual será o papel desse Fórum e se no contexto político que se avizinha, com o funcionamento das autarquias, não será um mecanismo de concertação que corre o risco de se descontextualizar, a decisão deve merecer algum destaque, embora quase tenha passado despercebida. É que, ao longo de todos esses anos, sentiu-se um certo vazio no diálogo a esse nível, que não tendo qualquer poder decisório, é importante para troca de ideias, de projectos e para aferir até o grau de desenvolvimento que determinadas regiões vão atingindo, a quase exclusão de outras, algumas das quais, por paradoxo são detentoras de grandes mananciais de riqueza, situação geradora de alguns conflitos que a não serem considerados, podem dar lugar a outros de maior dimensão.

Por outro lado, é preciso ter em conta que o nível de competências no interior, hoje melhorou consideravelmente. O Governo tem investido na construção de infra-estruturas e de forma regular, na formação dos administradores municipais e comunais, o que tem permitido também da parte desses servidores, melhor domínio das muitas ferramentas que facilitam a gestão administrativa, o cumprimento de leis e de regras, algumas até básicas em obediência à normas estabelecidas pelo poder central. Mas, convenhamos, isso não chega. É necessária a alocação de mais recursos, maior encontro com os problemas e a realidade de cada localidade, que escapa, muitas vezes, até aos próprios governadores, também como resultado da prática de gestão centralizada ou pessoalizada, em desrespeito aos demais membros da governação,

designadamente, directores provinciais que são transformados em meros executores de despachos.

Por via desse Fórum, é claro que, abre-se assim mais uma porta para o diálogo abrangente com aqueles que mais directamente interagem com as populações, conhecem as suas necessidades, levam-nas a 'quem de direito' mas acabam por não merecer o devido respaldo. Não são conhecidos. Criado esse mecanismo, é bem provável que, com o seu funcionamento regular, se encurtem ainda algumas distâncias, se conciliem interesses mas, é claro, se for priorizada a concertação e não as diferenças políticas que na nossa convivência, atrapalha o exercício de unidade nacional.

Algumas experiências de descentralização na redução das assimetrias ao nível de algumas regiões do centro e sul do país foram realizadas no passado. Acabaram no entanto por não sobreviver, não propriamente porque não existia sustentação mas sim, porque nalguns sectores do poder central, criou-se uma espécie de ciúmeira política e administrativa, ou um certo medo de que, o potenciamento dessa concertação e desenvolvimento regional poderia atizar algumas tendências separatistas. Logicamente, exageros que o tempo só veio demonstrar, que foi prejudicial para a acção de quem governa.

A ver vamos no que essa decisão vai dar mas, até que se veja alguma luz lá no fundo do túnel, as forças vivas dos municípios e cidades de Angola sabem que terão, daqui para frente, um Fórum que, não sendo a tábua de salvação para os problemas que se vivem, pode servir para denúncia ou abordagem urbana do que está mal e melhoria do que vai bem, na defesa dos interesses do todo nacional.

5.18 UINTA já tem lei sobre autarquias

Jornal o País

23 De Agosto de 2013

A UINTA apresenta à sociedade o seu projecto de Lei Orgânica de Organização e Funcionamento do Poder Local, nos dias 29 e 30 deste mês, na Assembleia nacional, apurou OPAÍS de uma fonte no grupo parlamentar deste partido.

Segundo a fonte deste jornal, pacote legislativo que regulará o poder local comporta, além da mencionada Lei Orgânica e Funcionamento do Poder Local, a Lei das Autarquias, em fase de conclusão, a Lei da Tutela Administrativa que vai regular o regime administrativo das autarquias e a Lei do Regim

Jurídico dos Detentores de Cargos Autárquicos que estão em fase de conclusão.

Esta postura do maior partido na oposição vem, por esta via, exercer alguma pressão sobre um assunto que, ao nível do Executivo, tem tido uma abordagem não muito concreta sobre o timing das eleições autárquicas. Recentemente, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, admitiu numa entrevista a um jornal britânico que as eleições autárquicas poderiam ser realizadas apenas em 2015, contrariando o que a Constituição dispõe, no entendimento de pessoas versadas no assunto.

Uma das razões evocadas foi a falta de um pacote legislativo para regular não só a realização das eleições autárquicas, como também o próprio funcionamento do poder autárquico no país.

Quanto à abrangência das eleições autárquicas a todos os municípios, tudo indica que prevalecerá o princípio da gradualidade espelhada na Constituição da República de Angola, não havendo possibilidades de violá-la.

Nos meios políticos impera a ideia da realização das eleições autárquicas antes das próximas eleições gerais em data a ser negociada entre os partidos políticos, segundo fizeram saber algumas vozes de partidos na oposição.

5.19 Experiências autárquicas

Jornal de Angola
27 De Agosto de 2013

Angola está envolvida num processo de consolidação da democracia. Nos termos da Constituição, Angola é um Estado democrático de direito, e isso implica particularmente o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.

Os angolanos viveram desde 1992, ano em que se realizaram as primeiras eleições multipartidárias, e acontecimento que marcou a nossa vida nacional e que atraiu a atenção da comunidade internacional, um período de muita aprendizagem em termos de democracia.

Os angolanos souberam, mesmo em circunstâncias adversas, como a guerra movida contra as instituições do Estado democrático de direito, conviver na diferença de projectos políticos e de opiniões, que se manifestava na casa das leis, a Assembleia Nacional. Mesmo no período de guerra, foi possível assegurar o funcionamento das instituições democráticas, para espanto da comunidade internacional.

Passados mais de 20 anos sobre as históricas eleições multipartidárias, e depois de termo ido às urnas em 2008 (legislativas) e em 20 12 (eleições gerais), preparamo-nos para organizar eleições autárquicas.

Aprendemos ao longo destes anos a respeitar o poder que é exercido por quem obtenha a legitimidade mediante processo eleitoral livre, respeitando-se a vontade do povo expressa nas urnas. Daqui a algum tempo vamos ter em Angola eleições autárquicas, no âmbito da organização democrática do Estado com base no princípio da descentralização administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local.

A sociedade tem-se preocupado, e ainda bem, em saber, de forma aprofundada, as questões relativas às autarquias locais, cabendo às entidades competentes promover acções que vão no sentido de esclarecer as populações sobre a natureza, estrutura e funcionamento do poder local.

Já foram tomadas algumas iniciativas destinadas a abordar assuntos relativos à descentralização administrativa, o que tem levado muita gente a perceber melhor uma realidade nova no nosso país, a qual se consubstancia no exercício da autonomia local. Amais recente iniciativa foi a realização de uma conferência sobre experiências autárquicas em Ondjiva, província do Cunene, tendo sido abordada a realidade do Uganda em termos de descentralização administrativa.

O estudo de outras experiências autárquicas visa a obtenção de subsídios que possam ajudar a conceber para Angola um modelo que se adapte à nossa realidade. O Ministério da Administração do Território está a organizar conferências sobre experiências autárquicas para servirem de apoio à implementação do poder local em Angola.

Como disse Ovídio Pahula, professor de Direito e formador do Instituto de Formação da Administração Local (IF AL), a procura de experiências de outros países "é um valor acrescentado aos esforços do Governo para a efectivação da institucionalização do poder local. Não se trata de copiar modelos, porque cada país tem as suas características e especificidades, mas numa perspectiva de estudo comparado, creio que essas experiências são muito importantes".

A descentralização administrativa constitui um assunto que tem merecido a atenção especial do Executivo, o que se compreende, tendo em conta as repercussões da institucionalização do poder local na vida das populações e porque é necessário concretizar preceitos constitucionais que mandam

institucionalizar o poder local. Disse o professor da universidade ugandesa de Makelele, Kulumba Mohad, que a descentralização é um projecto da população visando reduzir a carga central nos diferentes domínios da vida política, económica e social. Afirmou ainda aquele académico que, no quadro da descentralização, "o povo toma decisões porque conhece os seus problemas."

Ao optar-se pelo estudo de realidades africanas sobre o poder local, as autoridades angolanas podem pretender, não só conhecer a larga experiência de países do nosso continente, mas também saber como podem institucionalizar autarquias num contexto de diversidade etnolinguística. E pois acertada a opção feita, sem prejuízo do estudo de realidades de países de outros continentes, até porque quanto mais soubermos sobre o que se passa em todo o mundo ao nível da descentralização administrativa, estaremos em melhores condições de construir o nosso modelo, aproveitando-se o que de melhor há no domínio da organização autárquica.

As autarquias locais são uma questão que vai certamente suscitar muito debate. Isso é bom para a democracia. A nossa Constituição estabelece a participação das populações na vida política e um amplo debate sobre a descentralização administrativa é uma ótima ocasião para se colherem contribuições da sociedade civil para o enriquecimento, por exemplo, dos instrumentos legais que hão-de ser produzidos sobre o poder local.

5.20 O poder local as autarquias e a sua dimensão material

Semanário Angolense

30 De Agosto de 2013

A missão do poder local é observar diligentemente as necessidades mais prementes dos cidadãos, nos locais da sua residência, e utilizar com eficácia os recursos colectivos para garantir-lhes saúde, educação, moradia, trabalho, segurança e boa qualidade de vida. Eis aqui a transcrição e a interpretação sobre o que o ordenamento jurídico de Angola estabelece. Sendo de dimensão universal passamos nas próximas linhas as reflexões de um autor brasileiro, Ladislau Dowbor, «estamos acostumados a que a intervenção do cidadão sobre a transformação social se dê através de dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e, em menor escala, o eixo sindical-trabalhista.

O primeiro tem como instrumento central a eleição de representantes, e como palco de luta o parlamento e as estruturas executivas do Governo. O segundo, utiliza o instrumento que constitui a negociação

empresarial e a greve, e tem como palco a empresa, visando a apropriação mais equilibrada do produto social. Penetrou muito pouco ainda na nossa consciência a importância de um terceiro eixo que surge com força, que tem como instrumento a organização comunitária, e como espaço de acção a aldeia, o bairro, o município, o chamado "espaço local", o espaço de moradia.

De certa forma, o cidadão que vive numa aleia ou num bairro que não lhe agrada pensa em mudar de aldeia, de bairro, ou de cidade, mas não pensa muito na sua possibilidade e direito de intervir sobre o seu espaço de vida, de participar na criação de uma qualidade de vida melhor para si e para a sua família.

Na Suécia, o cidadão participa em média de 4 organizações comunitárias. Na Venezuela, surgiu com força o movimento de "vecinos". Na Colômbia generalizou-se a organização comunitária nas "veredas". Os exemplos encontram-se por toda a parte, numa verdadeira explosão de organizações que se caracterizam pela gestão participativa do espaço local.

Na cidade de São Paulo, no Brasil, constituiu-se em 2008 uma rede de cerca de 500 organizações da sociedade civil, denominada Nossa São Paulo. Durante a fase preparatória em 2007, foram-se agregando as comunidades, e 14 comissões elaboraram um sistema de 130 indicadores de qualidade de vida da cidade. Conseguiu-se aprovar uma lei que muda a Lei Orgânica da cidade: doravante, o prefeito eleito terá 90 dias para se comprometer com resultados quantificados. O programa municipal já não será do prefeito, que diz "meu programa", e sim o programa da cidade. Inspirado no exemplo de "Bogotá Como Vamos", esta experiência consiste na reapropriação das políticas pela comunidade. Ao gerar transparência na política local (democratização das informações), e ao democratizar os processos decisórios (participação da sociedade civil, descentralização em nível de sub-prefeituras) o movimento está introduzindo uma outra forma de gestão. Várias cidades estão seguindo o mesmo caminho no Brasil.

Piraí é uma cidade pequena do Estado do Rio de Janeiro. O prefeito da cidade, mobilizou um pesquisador do desenvolvimento local, Franklin Martins, para gerar um processo de inclusão digital na cidade. Um sistema público municipal de acesso internet banda-larga generalizado tornou as pequenas empresas locais muito mais produtivas, ao liberá-las dos tradicionais atravessadores. Qualquer empório compra após consulta na internet, buscando melhores preços, e passa a ter mais clientes. É uma desintermediação do ciclo económico. Os pequenos

produtores de tilápia hoje vendem a pele ao Japão, aproveitando a conectividade da internet. Uma pessoa que tem um problema para resolver comunica via internet, em vez de tirar o carro da garagem: são os bits que viajam, não as pessoas. Nas escolas públicas, cada criança recebe um lap-top, e numa aula de geografia acessa o google-earth para visualizar a região estudada. Gilberto Gil, o artista-intelectual-político, ao visitar a experiência, já se propõe a construir a ponte entre a conectividade, a educação e a cultura. Trata-se, aqui também, de uma apropriação das transformações pela própria comunidade.

O cepticismo quanto à importância estratégica dos mecanismos participativos no nível local ainda é grande. É comum a visão de que a organização comunitária que luta por uma casa de saúde ou pela canalização de um córrego, desaparece necessariamente porque apenas tenha obtido a sua reivindicação.

Esta visão está evoluindo gradualmente para a compreensão de que as comunidades estão simplesmente aprendendo a participar da organização do seu espaço de vida, e de que o processo está mudando profundamente a forma como nos organizamos como sociedade, na medida em que assegura a transição de uma democracia representativa, exercida a cada quatro anos na boca da urna, para uma democracia participativa e permanente.

É bom dizer que também em torno da ideologia do poder local formou-se uma concepção simplificadora, de solução universal na linha das tecnologias alternativas, do pequeno, do comunitário. Dar a devida importância ao espaço local e à participação não significa que este mecanismo possa assegurar o conjunto dos equilíbrios necessários ao nosso desenvolvimento. Mas no conjunto este "terceiro eixo" está abrindo um espaço político profundamente renovador na nossa concepção de democracia. A descentralização que o poder local permite tem igualmente uma dimensão administrativa extremamente concreta, a dimensão da simples racionalidade no uso dos recursos disponíveis, e na economia dos nossos esforços.

A nossa tradição nos leva a privilegiar as economias de escala.

Quando pensamos em empresas que de certa forma simbolizam para nós o desenvolvimento moderno, vemos escalas de produção muito elevadas, como é o caso de empresas automobilísticas ou de eletrodomésticos, o gigantismo da IBM ou dos grandes bancos. É a confiabilidade do gigante. E realmente, não se pode produzir carros baratos em fundo de quintal.

O que em geral desconhecemos, é o custo do gigantismo, que os economistas chamam de "deseconomias de escala", e que resultam em grande parte dos crescentes custos administrativos à medida que uma empresa ou uma administração se tornam maiores.

Por outro lado, como o gigantismo das empresas as leva em geral a produzir em massa, de forma muito padronizada, perde-se na produção de grande escala a flexibilidade de resposta ao que é realmente necessário para os diferentes indivíduos ou grupos que compõem a sociedade.

A alternativa que surgiu com força e hoje ganha impacto, é o conjunto das propostas em torno do "small is beautiful" - excelente livro de Schumacher traduzido no Brasil como "o negócio é ser pequeno" da tecnologia alternativa, da pequena produção, do espaço local em contraposição ao espaço nacional ou internacional.

Colocada como alternativa, a opção tem pouco sentido: o que tem sentido, é entender o que deve ser feito em grande escala, e como deve ser controlado, e o que deve ser feito em pequena escala. O que deve ser centralizado e o que deve ser descentralizado, de forma que o conjunto das nossas actividades responda efetivamente ao que queremos.

A necessidade de descentralizar e de democratizar a nossa sociedade resulta dos problemas que temos de enfrentar. Se o objetivo principal fosse – como foi uns tempos atrás - maximizar a produção de automóveis e criar aparências externas de país desenvolvido, é provável que realmente poderíamos manter um sistema centralizado. Mas o nosso problema não é produzir mais automóveis e construir mais transamazônicas.

O nosso problema, como vimos, é o da dramática polarização entre ricos e pobres, que está tornando este país simplesmente ingovernável, e o drama ambiental nas cidades e no campo. E isto nos obriga a medidas muito concretas e pragmáticas. Neste plano, é indiscutível que aproximar o poder de decisão e de controlo sobre os processos e desenvolvimento, das pessoas que arcarão com o benefício ou o prejuízo, e que estão portanto directamente interessadas nos resultados, constitui simplesmente boa política administrativa.

Vimos acima a transformação demográfica profunda que atravessa o país, com o êxodo rural e a intensa urbanização. Vimos igualmente a dramática concentração de renda que acompanha este processo, formando minorias ricas e poderosas, e generalizando a pobreza, além dos dramas dos córregos poluídos,

habitações de risco e outros problemas ambientais diretamente ligados à concentração de renda.

A articulação destes dois processos urbanização e concentração de renda, constitui o peno de fundo sobre o qual devemos procurar as nossas alternativas de desenvolvimento.

No campo, permanecem os fatores de empobrecimento da população. O Brasil tem cerca de 370 milhões de hectares de boa terra agrícola, e lavra cerca de 70 milhões somando a agricultura temporária e a permanente. Com isso, mantendo a esmagadora maioria das terras agrícolas como reserva de valor, totalmente improdutivas ou com uso simbólico através da chamada pecuária extensiva. O relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano, dando um exemplo das aberrações da concentração de renda na América Latina lembra que no Brasil "os 2% de maiores proprietários de terras controlam 60% da terra arável, enquanto 70% de famílias rurais estão sem terra ou quase sem terra".

O êxodo rural explode nos centros urbanos, e se manifesta em particular nas novas periferias, que crescem com ritmo extremamente elevado - taxas superiores a 10% são frequentes sem que as administrações locais tenham possibilidade de lhes garantir saneamento, escolas e outras infraestruturas. É bom lembrar a potência deste movimento. Cidade Tiradentes, por exemplo, um bairro da Zona Leste de São Paulo cresce com uma taxa de cerca de 7% ao ano. Tem 190 mil habitantes, dos quais 120 mil em idade ativa. Um censo dos empregos existentes contou apenas 2.400 postos de trabalho.

Esta urbanização violenta e caótica, associada a uma grande miséria que resulta da concentração de renda, coloca a administração municipal na linha de frente da nova geração de problemas económicos e sociais que se avolumam nos países em desenvolvimento.

Esta pressão explode nos municípios, enquanto os escalões superiores continuam com a sua dramática inoperância, e os mecanismos de financiamento seguem ritmos e burocracias completamente absurdos. Aprofunda-se assim a contradição entre os problemas que temos de enfrentar, e a estrutura centralizada de Estado que herdamos».

5.21 Galo negro apresenta anti-projecto sobre autarquias

Jornal O país

30 De Agosto de 2013

A novidade que vem proposta no ante-projecto da UNITA está relacionada com a autonomia local para Cabinda e para Luanda diferenciada dos demais municípios, porque este partido entende que estas circunscrições administrativas "devem ter estruturas supra-municipais como a constituição estabelece", segundo disse, a O PAÍS, a deputada e jurista Mihaela Weba.

Este assunto consta da proposta sobre "o Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local" tido pela fonte como o mais importante projecto de Lei que foi ontem ao primeiro debate público numa das salas da Assembleia Nacional.

Com esta atitude, a UNITA, segundo a deputada Weba, quer que "termine uma vez por todas a omissão constitucional de não existir legislação sobre o poder local tal como a Constituição impõe desde 1992".

Outros projectos, cujo debate deve acontecer mais tarde têm a ver, designadamente, com "as Autarquias Locais, o Estatuto dos Detentores de Cargos Autárquicos e sobre as Finanças Locais".

A jurista da UNITA esclareceu que ante-projecto em questão, apresentado por ele próprio, define as balizas da realização da concretização do que está constitucionalmente consagrado.

Ela disse que o legislador (da Constituição angolana) "entendeu que o poder local em Angola teria esta tripla dimensão: autarquias locais e autoridades tradicionais e outras formas de participação de cidadãos. Nós tentamos concretizar este projecto", afirmou.

A deputada angolana anunciou que já estão prontos os ante-projectos sobre a Tutela Administrativa para as Autarquias Locais "porque a natureza das autarquias locais é que faz-nos crer que há necessidade de existir tutela administrativa, tal como a Constituição estabelece em termos de regra".

Quanto ao ante-projecto que estabelece o regime jurídico dos detentores de cargos autárquicos, a parlamentar disse que o mesmo define o estatuto os direitos e deveres.

Em Setembro a UNITA pretende realizar mais duas conferências sendo uma sobre as autarquias locais e outra sobre o poder tradicional.

"Possivelmente faremos a divulgação, já ao nível do site do grupo parlamentar da UNITA, dos anteprojectos todos para recebermos as contribuições durante todo o mês de Setembro para os cidadãos", anunciou.

A UNITA pretende que os projectos tenham uma participação "o mais ampla possível".

"Queremos que a partir de hoje os Cidadãos passem a reflectir sobre estas questões do poder local e a institucional idade do poder local, as regras que são necessárias. O grupo parlamentar da UNITA está aberto à cidadania e pretende a maior participação dos cidadãos na elaboração do pacote legislativo".

Resta saber se esta iniciativa vai colher a simpatia do MPLA, o partido que detém a maioria parlamentar.

Sobre o assunto, a deputada da UNITA reconheceu que, em termos ideológicos, a UNITA tem uma postura e pensamento completamente diferente do MPLA.

Ainda assim, ela defendeu que "qualquer patriota que jura cumprir e fazer cumprir a Constituição não pode estar contra uma iniciativa como esta".

Weba manifestou a intenção do seu partido de tentar uma agenda de consenso, mas advertiu que se tal tentativa não resultar o seu partido irá "utilizar outros mecanismos como é o caso de uma manifestação".

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Imobiliária decepciona clientes

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

OS CLIENTES DA IMOBILIÁRIA Jefran encontram-se insatisfeitos com a má prestação de serviços da empresa. Entre as principais reclamações está o atraso na entrega das residências, a falta de comunicação entre as partes e as fissuras nas paredes das casas recém-constituídas.

A última reclamação, apresentada através do caderno de reclamações disponível na recepção da empresa, foi efectuada no dia 11 de Julho por um cliente que já beneficiou de uma casa num dos projectos. Agora alega ter recebido uma residência que apresenta diversos problemas estruturais.

A terceira cláusula do contrato assinado com os clientes, que aborda a questão dos prazos e condições de entrega do imóvel, estabelece que a construtora deve concluir todos os acabamentos e efectuar a entrega até 120 dias a contar do prazo da assinatura do contrato. O comprador tem 30 dias para fazer uma breve visita.

"Há dois meses que recebi a minha residência e já apresenta uma série de problemas de rachaduras nas paredes, o chão do quintal está danificado e a cozinha também tem algumas coisas estragadas", frisou um morador. "Mesmo fazendo as reclamações, quando os prazos passam, a empresa nada faz pelos clientes e a defesa do consumidor nunca passou por lá", diz.

Os preços das moradias variam de 100 a 120 mil dólares norte-americanos e encontram-se disponíveis para os cidadãos de todas as partes do país.

Por outro lado, a nossa fonte garantiu também que depois de ter celebrado um contrato para a aquisição de uma residência numa das várias vilas erguidas, escolheu uma casa que depois teve de ser comercializada para outro cliente.

Na tentativa de ver resolvidas as suas reclamações, os moradores e clientes reúnem-se constantemente com os responsáveis da empresa para apresentar as queixas. Mas o presidente da imobiliária, Francisco Simão, e a directora do gabinete jurídico são, segundo a nossa fonte, arrogantes durante o atendimento aos clientes insatisfeitos.

"Sempre que reclamo por um direito só me deparo com a arrogância dos responsáveis", contou, acrescentando que o prazo estipulado para a entrega da residência terminou e ainda não viu a moradia contratada.

O pagamento do imóvel normalmente é variável, pois há clientes que pagam em duas prestações, uma de 80 por cento do valor e outra de 20 por cento.

Por sua vez, a directora do gabinete jurídico da instituição reconhece haver um atraso na entrega das obras, devido a factores climáticos e à morosidade na retirada do material de construção das alfândegas.

Tânia Monteiro disse que a Jefran tem aberto um caderno de reclamações e o gabinete jurídico está disponível para que os clientes possam apresentar as suas reivindicações. Mas avança não existir mau atendimento.

"No meio de tantos clientes é normal que existam alguns insatisfeitos, mas este ano houve muita chuva e não poderíamos desperdiçar o material. Há também clientes que não cumprem com os prazos de pagamento e nós temos estado disponíveis para negociar", salienta.

A Jefran é uma empresa de engenharia e construção civil voltada para a área do comércio de habitações e encontra-se no terceiro ano de existência.

6.2 Residências do Zango 3 e 4 à margem da lei

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

FRUTO DE UMA denúncia chegada à redacção deste órgão, o Novo Jornal esteve no Zango 4, onde já se encontram edificadas perto de 50 residências do tipo T2, e outras no Zango 3 de modelo geminadas com características similares, enquadradas naquilo que o PPHS definiu como sendo residências "tipo evolutivas" ou de custos controlados, destinadas às famílias necessitadas ou sinistra das que estão a ser desalojados em distintos pontos de Luanda.

MODELO DE CASA EVOLUTIVA

O chefe de departamento do PPHS, Marco Pinho, referiu-se à tipologia dessas residências como resposta imediata aquele programa está a dar para poder acudir o maior número de famílias que se encontram a viver em zonas de risco ou que estão ainda em tendas.

Sendo que "nessas casas com custos controlados tende-se a diminuir o máximo do espaço, uma vez que quanto menor for o número de metros quadrados do espaço de cobertura da casa mais barato é o custo".

"São casas de modelo evolutivo, que não comportam inicialmente todos os compartimentos. É um modelo que apenas compreende uma sala, quarto e casa de banho, e a posterior o próprio beneficiário vai desenvolvendo a sua casa, como projecto de arquitectura já existente que naturalmente é acompanhado por nós, a que chamamos de "auto-construção dirigida", esclareceu Marco Pinho.

Confrontado com o facto se estão salvaguardados aspectos que têm aí que ver com a natureza e características das famílias destinatárias das residências, como, por exemplo, o número do agregado familiar, Marco Pinho alegou que, mesmo tendo em conta esse número referencial das famílias, não é possível satisfazê-lo a cem por cento/Tem-se em conta o agregado, mas infelizmente não se consegue cumprir a cem por cento. Se assim não fosse, aí teríamos de ter outras tipologias, além desta tipologia evolutiva que são as T2, mas infelizmente este é o que temos para o contrato de construção existente", salientou.

RESIDÊNCIAS FORA DOS PADRÕES

Recolhidos que foram os dados no terreno, a nossa reportagem procurou um subsídio técnico da Ordem dos Arquitectos de Angola, tendo conversado com o seu presidente, Victor Leonel, sobre a realidade constatada no Zango 4 sobre as residências T2, enquadradas no modelo de "residências evolutivas". Victor Leonel, que afirmou que para qualquer projecto de residência é preciso aliar o facto ao grupo alvo, reprovou o referido modelo por este estar longe daquilo que determina o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU).

"Quando se projecta para famílias é preciso ter em conta a realidade da família angolanas, que anda à volta das cinco/seis pessoas. Nós sabemos que não é normal nós termos dois ou três filhos, Mas suponhamos que tenhamos só três é preciso ter a sorte de serem todos do mesmo sexo. O mínimo para uma família deve ser pelo menos três quartos", referiu.

Para o arquitecto, a primeira pergunta a colocar é quem fez o projecto. "Se for angolano tem que conhecer o REGEU. Mesmo que fosse um estrangeiro tinha que conhecer o regulamento de construção em Angola. Tem que conhecer as nossas leis.

Há a lei mais profunda, que só os técnicos é que conhecem, mas para um projecto deste é preciso que o técnico conheça o REGEU", enfatizou.

Para o presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola, a solução para este caso poderia passar por uma construção em "banda contínua", ou seja, sem deixar espaço na zona lateral dos lotes onde estão a ser erguidas as referidas residências.

O REGEU determina que residências tipo corrente (normais) tenham no mínimo dez metros quadrados para a sala e quarto, contrários aos nove das residências do Zango 4. Uma outra violação regista-se na área de residência e na área de compartimentos que, de acordo com o estipulado para as T2, devia ter um total de 72 metros quadrados. Os valores de espaço das residências até agora já edificadas não chegam aos 50 metros quadrados.

"Reprovava se for para albergar uma família, porque não serve para uma família tradicional angolana. Serve eventualmente para um estudante, para uma pessoa que está a começar a organizar a sua vida e não para uma família, Para família se exige mais espaço. Sem contar com a dimensão do lote. A ideia de residências evolutivas está bem, mas o espaço do lote não", concluiu.

Dez famílias numa residência Questionado sobre se existem neste momento famílias que estão a ser alocadas numa única residência, conforme denúncia, Marco Pinho disse acreditar que seja possível existirem casos do género, mas que se trata de situações provisórias, de pessoas que estavam em tendas e em zonas de risco ou que saíram da zona do bairro Dangereux, que viviam numa linha de água que foram de lá retiradas.

No entanto, a acompanhar a equipa de reportagem deste jornal esteve o coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, que denunciou um caso a que chamou de flagrante violação do direito à privacidade no Zango 3, onde dez famílias, oriundas" do bairro da Camama, recentemente desalojadas, encontram-se a residir numa mesma residência do tipo T2.

"São situações como estas com que a SOS Habitat tem estado a conviver", desabafou o activista, enquanto mostrava à equipa de reportagem a realidade das famílias que ali habitam. "Outras são casas muito pequenas, de um quarto e uma sala e casa de banho, com dimensões muito pequenas. Que reflectindo acabam por ser vários direitos que são aqui violados relacionados com esse tipo de habitações que o governo acha que está a dar às pessoas para poder resolver o problema da habitação social", acrescentou.

De acordo com o coordenador da 50S Habitat, como consequência dessa situação, constatada recentemente no terreno pela sua organização, há chefes de família que se vêem obrigados a pernoitar fora das casas para permitirem que as mulheres grávidas e crianças possam passar a noite dentro delas. "Estamos no tempo de frio, está a chegar o tempo de chuva. Como é que fica a situação?", questionou.

UMA REALIDADE RECORRENTE

"São situações recorrentes", afirmou Rafael Morais, referindo-se a uma situação prevalecente também no Panguila, de famílias oriundas do bairro Favela. "A situação agora piorou porque o número cresceu. Agora são dez famílias que estão numa única casa, no Zango 4. Posso convidar as entidades a visitarem essas famílias. Elas quando reclamaram sobre a forma como estavam a ser distribuídas as casas, os camiões basculantes despejaram as coisas e foram-se "" embora, sem um diálogo com essas famílias", afirmou, intrigado.

"Essas casas que estão a surgir no Zango, no tempo do colono, chamávamos sanzalas. É uma habitação e é um meio onde a pessoa vai habitar. Mas tratando-se do governo que está dar tem que ser uma coisa melhorada. Um lugar onde as pessoas se sintam melhor. Agora não pode dar o governo dar uma coisa que parece que foram essas mesmas famílias a fazer J; com poucos recursos, como se do nível deles se tratasse. Se o governo é que está dar tem que melhorar no mínimo essas condições", aconselhou.

Num relatório recentemente publicado, a SOS Habitat apresenta os avanços e recuos daquilo que são as actividades feitas pelo governo angolano em relação à habitação e à terra. Apresentou igualmente algumas denúncias como os casos das dez famílias no Zango 3 e 4, assim como a situação do bairro "Areia Branca", que, segundo afirmou, deixou famílias ao relento, com pessoas que estão actualmente a deambular pelas ruas, havendo já relatos de casos de morte.

6.3 Avaliadas obras no município do Chinjenje

Jornal de Angola
03 De Agosto de 2013

A evolução da construção de 112 das 200 casas previstas para o município do Chinjenje, na província do Huambo, está dentro dos parâmetros preconizados pelo Governo Provincial, de acordo com o vice-governador para o sector das infra-

estruturas. Kalunga Kissanga referiu à Angop, no final de uma visita efectuada à referida circunscrição, a rapidez que está a ser imprimida pelas construtoras envolvidas na obra de impacto social.

De acordo com o vice-governador, dez dos referidos imóveis a cargo da empreiteira Wayanga, vão ser entregues dentro de 60 dias, ao passo que outros 40, erguidos pela Georgi, ficam concluídos dentro de três meses. Em relação aos restantes 40, a cargo da empresa Norte Investi, e 20 da Changai, Kalunga Kissanga garantiu que vão ficar concluídas dentro de 30 dias.

O vice-governador garantiu que Governo Provincial honrou todos os compromissos financeiros.

6.4 Fim das escolas precárias no Zaire

Jornal de Angola
04 De Agosto de 2013

Crianças são transferidas para instituições condignas o governador do Zaire, Joane André, anunciou quarta-feira, na cidade do Soyo, que a maioria das crianças que estudam em condições precárias vai ser transferida para as novas escolas, que estão a ser erguidas nos municípios da província.

Joanes André salientou que as autoridades pretendem acabar com a situação de crianças assistirem a aulas em salas improvisadas, numa altura em que decorrem obras de construção e reabilitação de várias escolas e salas. Antes do início do próximo ano lectivo, prometeu, elas vão ser enquadradas nas escolas em construção, mesmo que as infra-estruturas não sejam inauguradas.

Neste momento, decorrem as obras de construção, reabilitação e ampliação de estabelecimentos Garra, Mongo Soyo e das escolas nº 8, do I ciclo do ensino primário e do 11 ciclo do ensino secundário, estas duas últimas no centro da cidade. O futuro mercado do Soyo, com capacidade para mais de 500 vendedores, e as 16 casas da juventude, com 80 por cento de execução, são outras obras de realce que decorrem naquele município do Zaire.

Para constatar o grau de execução destas obras, o governador, acompanhado do secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia, João Teta, visitou as obras do campo multiusos, na localidade de Quitona, onde vai ser igualmente erguido um estádio de futebol para 7.500 espectadores.

Joanes André disse estar satisfeito com a execução das obras que visitou' principalmente pela forma

célere como decorrem, o que dá garantias de que sejam concluídas nos A direcção provincial da Educação do Huambo passou a contar com uma base de dados, que visa facilitar a gestão de quadros do sector na província. O director provincial da Educação, Manuel Sampaio do Amaral, disse que o projecto começou em Junho de 20 12, com encontros com os professores de todos os municípios e recolha de fichas individuais que culminaram com a reconfirmação dos já existentes.

O responsável admitiu que se tratou de um processo longo e que sempre acreditou no êxito do projecto, que se tornou realidade com a instalação da base de dados para o sector da Educação da província.

O representante da empresa Casca Technologies, que se encarregou da montagem da base de dados, Adérito Kassolongo, afirmou que a instalação do sistema vai fazer diminuir as demoras que se registam na aquisição de declarações e outros documentos nos diversos estabelecimentos de trabalho, uma vez que não se perde tempo a vasculhar os arquivos em busca do nome de um trabalhador.

O sistema instalado possibilita encontrar dados do funcionário, com destaque para o número do agente, início de funções, categoria, tempo de serviço, habilitações literárias e facilita também a procura de nomes de trabalhadores reformados. O vice-governador Guilherme Tuluka disse que com a tecnologia montada O governador provincial do Zaire, Joanes André, lançou no Soyo um projecto habitacional para a Construção de 400 casas do tipo T- 3, na futura urbanização denominada Kinanga Makavala. O projecto, a ser financiado pela Sonangol-EP, é erguido num prazo de dois anos, numa área de 100 hectares, a cerca de 20 quilómetros da vila do Soyo. Além de habitações modernas, o projecto prevê ainda a construção de uma escola com 15 salas de aulas, hospital para 25 camas, maternidade, armazéns, parques infantis, campo multi-usos e um parque de estacionamento.

As obras são executadas pela construtora OMATAPALO e fiscalizadas pela LTR, Serviços e Consultoria. Joanes André, também engenheiro e construção civil, disse que acredita que as obras são concluídas nos prazos previstos e aconselhou a criação de uma central de betão no local.

"É um projecto tecnicamente bem concebido, mas aconselhamos o alargamento do lote para possibilitar ao futuro proprietário a construção de anexos, tendo em conta a realidade africana de família alargada", sublinhou.

O governador provincial destacou a responsabilidade social da Sonangol, traduzida na construção de casas para minimizar as dificuldades da população, realçando as da nova centralidade, para a qual estão o que vai minimizar as dificuldades que os habitantes, com destaque para a juventude local, enfrentam.

O administrador executivo da Sonangol, Mateus de Brito, considerou o início das obras como a concretização de um contributo da empresa à acção social do Executivo para o bem-estar da população.

"O Executivo, no fim do processo negocial do projecto Angola I LNG, em 2007, orientou a Sonangol e suas parceiras, a Chevron, BP, ENI e a Total a disponibilizarem um determinado valor para projectos sociais no município do Soyo, para o bem-estar das populações locais", recordou.

Mateus de Brito pediu ao empreiteiro o cumprimento dos pra os contratuais e o respeito pela qualidade das obras para acomodar condignamente os futuros residentes do Kinanga Mavakala.

6.5 Cunene forma candidatos ao crédito

Jornal de Angola
05 De Agosto de 2013

Os empreendedores que solicitarem um financiamento junto do Balcão Único de Empreendedor (BUE), no município do Cunhama, têm agora de passar por uma formação técnica ministrada pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), antes de receberem o empréstimo.

O coordenador do BUE de Cuanhama, Paulo Simões, disse na sexta-feira, em Ondjiva, que a formação se destina a municiar os empreendedores de importantes instrumentos para que possam gerir melhor os seus negócios.

Os projectos para financiamento no BUE foram temporariamente suspensos, uma vez que decorre a reestruturação dos balcões e do quadro de pessoal, para a adopção de mecanismos viáveis para o regresso ao crédito.

"O projecto está a sofrer uma reestruturação que passa, necessariamente, pela concessão de crédito apenas pessoas com competência certificada e que tenham beneficiado de uma formação dos parceiros BUF", explicou Paulo Simões.

O coordenador acrescentou que esta situação vai fazer com que se à introdução de novas aplicações

informáticas e se adopte um novo modelo de trabalho na análise e concessão de crédito.

Nesta altura, cerca de 3.700 processos aguardam financiamento a nível do município do Cuanhama, no quadro do "Crédito meu negócio, minha vida", enquanto 221 jovens já receberam crédito. O BUE tem como objectivo prestar serviços aos cidadãos que pretendem constituir micro e pequenas empresas, assim como regularizar a situação de empreendedores e comerciantes que trabalham no mercado informal dos comerciantes precários no meio rural. O objectivo é avaliar o impacto da concessão do crédito aos micros e pequenos empresários.

O inquérito consta de 48 perguntas a cerca de 3.412 pessoas que exercem a actividade comercial de forma precária, em diferentes mercados informais e estabelecimentos singulares do Cunene.

O governador provincial, António Didalelwa, referiu que, com o inquérito, a ser desenvolvido nos municípios de Cuanhama, Curoca, a macunde, Cahama, Cuvelai e Ombadja, se pretende consolidar o programa de micro-crédito, em função da realidade local.

António Didalelwa disse ainda que, para o êxito do Programa de Combate à Pobreza, vai ser necessário um estudo científico, inspirado na realidade das comunidades, com vista à obtenção dos rendimentos necessários para a satisfação das necessidades da população.

Comércio precário

Os inquiridos comerciais, supervisores e instituições bancárias participam, em Ondjiva, num seminário de formação no quadro do incremento de um inquérito junto.

6.6 Casas para professor em fase de acabamento

Jornal de Angola
07 De Agosto de 2013

Professores e funcionários da Educação da comuna da Gamba, município de Nharea, província do Bié, terão melhores condições de acomodação em seis residências do tipo T2, cujas obras estão em fase de acabamento.

O administrador da comuna da Gamba, Raimundo Elalo, disse que está prevista a construção de mais moradias em Chilembó e Lombule, igualmente com a finalidade de conceder habitação condigna aos professores. Raimundo Elalo apelou aos professores

a cumprirem I horários de trabalho, sublinhando que a assiduidade e pontualidade têm influência na melhoria do aproveitamento académico.

Na comuna da Gamba estão matriculados 3.421 alunos desde elasse de iniciação até à nona elas se, em 46 escolas orientadas por 135 professores.

6.7 Escom conclui edifícios SKY Center nove anos depois

Jornal Expressão
09 De Agosto de 2013

O empreendimento Sky Center foi dado na última semana de Julho como concluído, após nove anos de obras de construção e quatro desde a inauguração da primeira fase que se resumiu na inauguração, em 2009, do conhecido edifício da Escom no alto do monte do Kinanixi ao Miramar, em Luanda.

A segunda e última fase consubstanciou-se na construção das três torres, ora inauguradas que oferecem um total de 160 fracções para escritórios, com áreas que variam entre os 60 e os 600 m² mais 91 unidades de habitação de tipologia T3eT4. Os quatro edifícios ocupam uma área de construção de 150 mil dos quais 105 mil acima do solo e 45 mil abaixo do solo, correspondendo a oito pisos abaixo e 24 acima do solo.

"Inegavelmente é um projeto arrojado que constitui, até ao momento, um dos maiores investimentos privados no imobiliário em Angola" argumenta a direção da Escom, proprietária do empreendimento.

Num futuro próximo uma galeria comercial já designada "Sky Gallery", vai acolher espaços nobres da restauração e grandes marcas internacionais de reconhecido prestígio mundial. Atualmente, acolhe o restaurante e o bar mais "in" de Luanda, o Onn Dah e o Doo Bhar, que se juntam a outras marcas e serviços.

"Com a sua conclusão, o mercado imobiliário fica mais bem servido, seja no nicho de escritórios, como na habitação e também na comercial", defende a direção da Escom.

Todos estes serviços serão suportados por mais de mil lugares de estacionamento, 34 elevadores (oito em cada edifício) com capacidade para transportar mais de 400 pessoas em simultâneo e ainda 8 escadas rolantes.

Segundo uma nota da direção da Escom Imobiliária o empreendimento resultou de um investimento de cerca de 650 milhões USD dos quais 500 milhões

USD foram investidos nas últimas três torres ora concluídas. A referida nota não menciona os preços das áreas postas à venda. Mas, a primeira torre foi comercializada ao preço de 7500 USD por metro quadrado.

Dada a dimensão e qualidade dos novos projetos questão a ser implementados nessa cidade, a referida direção acredita que pode dizer-se que o Sky Center será o grande centro de negócios de Luanda.

O empreendimento está equipado de tecnologia moderna, com autonomia própria em termos de energia, suportada por oito geradores de grande potência. Toda a construção, desde a escavação e contenção periférica até à conclusão final, foi da responsabilidade da construtora Teixeira Duarte. O financiamento deste empreendimento foi da responsabilidade do Banco Espírito Santo de Angola (BESA) e para a sua construção participaram cerca de 1200 trabalhadores.

Atualmente o grupo Escom é um dos maiores promotores imobiliários a atuar no mercado angolano. Tenciona também iniciar estas atividades na República do Congo. A construção do edifício Escom, em Luanda, foi o seu primeiro projecto imobiliário no País onde em parceria com o grupo brasileiro Camargo Corrêa tem em construção o condomínio Acquaville os empreendimentos Samba, Costa do Sol e Talatona, em Luanda, um condomínio e um aparthotel no Soyo e projetos em Benguela e Lobito são as principais apostas do grupo. No total, a Escom conta com um portfólio de 13 Projetos imobiliários em Angola.

6.8 Especialista defende vias únicas para autocarros

Jornal o País

09 De Agosto de 2013

O especialista de trânsito brasileiro, Osias Baptista Neto, defendeu a construção de vias reservadas exclusivamente aos autocarros como uma das principais soluções para acabar com os congestionamentos que se registam em Luanda.

Estas soluções foram apresentadas durante uma palestra realizada na passada sexta-feira², realizada pela empresa de transporte colectivo Macon, no Instituto Nacional de Administração, em Luanda.

O especialista explicou que uma das alternativas mais viáveis para se ultrapassar o problema dos engarrafamentos é a segregação dos automóveis, separando os ligeiros tradicionais dos pesados. Este

processo pode ser feito com a construção de pontes e túneis independentemente do tipo de meio de transporte colectivo que será imposto.

Mas, entretanto, sustentou que a construção de pistas separadas para estes meios é a fórmula ideal para os tornar mais económicos.

"Esta opção pode levar os cidadãos a preferirem andar mais em autocarros do que nos seus próprios veículos pelo facto de virem a ter maior possibilidade de chegarem com maior rapidez aos seus locais de serviço, tendo em conta que nestas estradas só circularão os transportes públicos, o que as tornará mais fluidas", defendeu.

O especialista em planeamento e operação de transporte e trânsito apontou a cedência de prioridade aos veículos de transportes colectivos, com outra medida que pode ser adoptada para estancar este problema. No seu entender, caso se consiga fazer com que este meio de transporte circule fora dos locais de engarrafamento o Estado poderá ganhar e muito pelo facto de as pessoas chegarem mais rápidos os seus postos de trabalho, o que resultará numa maior produtividade para as empresas.

Revelou que ficou bastante surpreso pela forma ordeira como encontrou o estacionamento de viaturas nas principais avenidas de Luanda, contrariamente ao que havia constactado quando esteve em Angola pela primeira vez, há cinco anos.

O especialista apontou ainda duas medidas para contornar o congestionamento que consiste em aumentar a eficiência do sistema, compactando e priorizando a segurança das pessoas.

"Neste caso compactar consiste em meter todas as pessoas nos transportes públicos e, por outro lado, faço o compartilhamento controlado (definir determinadas áreas que podem ser usada tanto pelos transporte público como pelos automóveis privados, onde estes são obrigados a darem prioridade ao primeiro)", frisou. Acrescentou que "isso porque as 60 ou 80 pessoas que o autocarro levam valem mais do que uma ou duas que circulam nos seus carros particulares. Todos nós temos os mesmos direitos, por isso, dar prioridade ao meio de locomoção colectiva é uma questão de cultura".

Mas alertou que todo o sistema de transporte público compartilhado se não tiver uma fiscalização rígida constituída por meios humanos e electrónicos, não terá êxito.

Esclareceu aos presentes que para o Governo determinar que se dê prioridade aos autocarros em detrimento dos particulares é necessário que se façam

estudos bem fundamentados sobre a utilização destes meios e alertou para a necessidade de não aceitarem estudos similares feitos por comerciantes.

"Por favor, não aceitem estudos dados de graça por comerciantes de nenhum meio de transportes, mas optam por contratarem empresas de consultoria para fazerem os estudos detalhados que vocês necessitam. É preciso ter muita coragem administrativa e política para se fazer isso e quanto mais em crescimento se encontra o país mais se precisa dela".

Técnicos angolanos reagem

A arquitecta urbanística do Governo Provincial de Luanda, Jinla de Carvalho, contestou a tese apresentada pelo palestrante, segundo a qual a solução para o engarrafamento para a via da Samba seria a construção de uma estrada que permitisse unicamente a circulação de autocarros.

Ela alegou que para se realizar uma operação do género na Via da Samba seria preciso arregimentar uma enorme quantidade de meios técnicos e desalojar uma parte da população, por este motivo, seria mais viável descentralizar os serviços que existem na baixa de Luanda.

"Nós temos vários tipos de serviços e comércio nesta mesma zona, o que contribui bastante para que haja uma enorme quantidade de engarrafamento", opinou.

O porta-voz da Direcção acional de Investigação e Trânsito (DNVT), Angelino Serrote, revelou que para além dos aspectos acima mencionados, um dos factores que também condiciona o extermínio dos congestionamentos está relacionada com o facto de algumas empresas privadas e públicas oferecerem novos automóveis sempre que há uma renovação de mandato ou nomeação de novos membros dos corpos directivos. Em vez de primarem por um transporte colectivo para os trabalhadores.

À título de exemplo, Angelino Serrote mencionou o caso de empresas que podem muito bem transportar os seus trabalhadores numa única viatura mas que preferem atribuir uma viatura cada.

6.9 Mais moradias para os jovens do Cunhinga

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2013

A administradora do Cunhinga, Celeste Elavoco Adolfo, informou que pelo menos 32 moradias, contempladas no projecto de construção de 100 casas

destinadas à juventude do município, estão já concluídas.

A administradora assegurou que ao longo deste mês 18 outras residências estão igualmente concluídas, tendo em conta o ritmo satisfatório dos trabalhos em curso.

Celeste Adolfo, que respondia aos dirigentes do governo provincial que efectuaram uma visita de constatação para avaliar o grau de andamento das obras sociais naquela municipalidade, garantiu, para breve, a entrega de 50 residências, das 100 previstas.

A administradora Celeste Adolfo avançou também a construção, na comuna de Belo Horizonte, de um posto de saúde com capacidade para 30 camas e uma escola de seis salas de aulas, além da construção na sede municipal de um campo multiusos, assim como a construção de casas evolutivas.

A responsável precisou que são beneficiários privilegiados das infra-estruturas os jovens do município, sobretudo funcionários e quadros da Educação e Saúde.

Por outro lado, a administração do Cunhinga está a aplicar políticas que visam o fomento da produção agrícola na região, informou Celeste Elavoco Adolfo.

A responsável disse à Angop que o projecto é aplicado sobretudo nas comunidades rurais, através da cedência de campos para o cultivo, sementes, fertilizantes e créditos agrícolas de campanha aos pequenos agricultores.

A medida visa melhorar as condições de vida da população, contribuindo também para o desenvolvimento socioeconómico do país e da circunscrição em particular, segundo a administradora.

As principais culturas praticada, na região são o milho, feijão, batata-doce e rena, mandioca, abacaxi, citrinos e a criação de animais diversos, disse a administradora Celeste Elavoco Adolfo.

6.10 Bem-vindo à centralidade de Cacuaco

Jornal Acapital

17 De Agosto de 2013

Chegados à nova centralidade, nosso real objectivo, constatamos que as estruturas são, de facto, impecáveis, não obstante alguns edifícios que já apresentam fissuras.

Durante o dia, a centralidade é, exactamente aquilo que, a maioria dos luandenses procura. Calma, sossego. Mas depois de alguns metros percorridos cidade adentro, o cenário ia mudando, a pender para o mau.

Uma sequência de geradores voltou a recordar que, afinal, ainda estávamos em Luanda. Os cabos de geradores parecem adornos, cruzando o primeiro e o quarto andares. Ademais, os vários bidões vazios, desses que se usam para acarretar água, anunciavam a carência de água que lá se vive.

E não é tudo. As paredes novas já borradas com escritas, as montanhas de lixo nas ruas, vidros de janelas quebrados, deitavam abaixo a ideia de que a impecabilidade do local não duraria por muito tempo, se a mentalidade dos moradores não mudar.

O que toma a cidade tão pacata parece ser o facto de alguns moradores, afinal, deslocam-se para lá uma vez, apenas por semana para retiros. "Sobre a questão da água, a SONIP não diz nada. Trancaram as portas e pronto. Ficamos num salva-se quem puder", desabafou um morador, adiantando que agora são obrigados a fazer longas filas na Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), para ter o líquido precioso.

"O mesmo se diz quanto à energia eléctrica", acrescentou, visivelmente agastado. No entender deste cidadão, se os moradores tivessem tido conhecimento de que estes importantes bens só seriam estabelecidos meses após a ocupação das residências, talvez não estaria tanta gente a lutar para adquirir um imóvel.

Miguel Gonçalves mudou-se para a nova residência no bloco-o6 há quase dois meses, ao cabo de uma luta árdua pela aquisição da casa própria. Perdeu noites, aguentou longas filas, teve que fazer muita ginástica para conseguir a verba que o habilitava a ser um dos contemplados da nova cidade.

Contudo, o que não esperava, é que os velhos problemas dos antigos bairros de Luanda continuariam na nova cidade.

"Infelizmente, aqui nunca houve energia eléctrica. A água é fornecida só das 06hoo às 09hoo", adiantou, revelando que, por isso, é obrigado a gastar 800 kwanzas, diariamente, para comprar combustível para o gerador. "Estamos a ter muitas dificuldades para realizarmos as nossas vidas na central idade de Cacuo. Falta quase tudo sem as mínimas explicações dos responsáveis do projecto", que, segundo o interlocutor, nem aparecem.

"Não faz uma semana que agarraram um rapaz a furtar os quadros eléctricos dos apartamentos", que,

afinal de contas é um antigo trabalhador da empresa encarregue das obras da nova cidade. Outro artigo muito cobiçado pelos ladrões são os cabos eléctricos que seriam colocados nos postes de iluminação pública.

Gonçalves disse ainda que isso só tem sido possível porque falta segurança.

"Não tiveram em consideração a segurança das pessoas, não temos hospital, não, temos escola", queixou-se.

E lá íamos nós. Olhamos para os jardins. Que pena, estes começam a perder o verde. Pela falta de tratamento, tornaram-se depósito de lixo. Outrossim, as entradas das casas não habitadas, tornaram-se balneários públicos, outras residências são arrombadas. Os malfeitores defecam em tudo quanto é canto.

Seguranças desprotegidos

No extremo onde estão a ser construídos os edifícios mais modernos daquela centralidade, estão três guardas cuja guarita está por cima de um contentor. Segundo eles, há duas semanas foram invadidos por elementos desconhecidos que saquearam as loiças sanitárias, tendo quebrado algumas portas e janelas.

O fraco povoamento que torna pacata a cidade, deixa uma boa margem de manobra para os senhores do alheio. Os guardas estão desprotegidos, tanto é que não se aventuram muito.

Demos conta de que eles estavam nos seus postos mal ataviados, com um rádio de comunicação avariado, sem nenhum porrete, pelo menos para se auto-defenderem.

"Se aparecer gatuno, vou fugir, porque não tenho como me defender", foi o que nos disse um deles ao informar ainda que havia uma semana tinha sido morta uma pessoa do outro lado da vedação.

"Ninguém sabe quem foi que matou. Os chineses não querem saber da segurança, contrataram dois guardas que eram funcionários da pedreira para tomar conta da zona", afirmou.

Procuramos, in situ, contactar a Administração local, ou alguém afecto à SONIP, mas sem resultado, visto que todas as portas estavam encerradas.

Invasão paralela

Ao chegarmos à estrada que dá acesso à nova centralidade de Cacuo, um aspecto chamou-nos a

atenção. A menos de 200 quilómetros dos edifícios, vêem-se vários montes de areia e casebres de chapas que prenunciam a ocupação de terrenos por populares.

Legalmente ou não, a verdade é que número de ocupantes começa a ser preocupante. Em conversa com alguns deles, tomamos conhecimento de que os terrenos estão a ser comercializados. Tanto é que, um lote de terreno com pelo menos, 20 metros quadrados, pode custar até 800 dólares norte-americanos.

6.11 Governo critica morosidade na construção de moradias

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2013

O vice-governador do Kuando-Kubango para o sector económico, Ernesto Kiteculo, pediu aos administradores municipais do Cuito Cuanavale e de Mavinga maior rigor na fiscalização das obras em curso nas suas áreas de jurisdição.

Ernesto Kiteculo fez essa solicitação no final de uma jornada de campo nos municípios de Mavinga e Cuito Cuanavale, onde constatou os níveis de execução das obras.

Das várias obras em curso, o que mais preocupa as autoridades locais é a morosidade na construção de casas sociais, já que em alguns municípios o projecto continua por arrancar, sublinhou.

O vice-governador esclareceu que doravante a sua equipa vai constatar, em todos os municípios, aspectos que têm a ver com os cuidados primários de saúde, merenda escolar, água potável e energia eléctrica.

Ernesto Kiteculo salientou, por outro lado, que a falta de energia eléctrica pode ser ultrapassada com a instalação de energia solar nas comunas dos municípios do Cuito Cuanavale e de Mavinga.

O Governo Provincial do Kuando-Kubango enfrenta muitas dificuldades em levar combustível a estas localidades, para fazer funcionar os geradores, devido ao estado avançado de degradação das vias de acesso, disse.

6.12 Projecto vende casas cara e sem qualidade no Zango, EX-militares "Fulos da Vidk com Lakeni"

Jornal Acapital

22 Agosto De 2013

Projeto não é, ao todo reprovável, segundo os pensionistas da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (CSS/FAA), até porque em algumas províncias do país, muitos já foram beneficiados. Mas no caso concreto de Luanda, defendem que seja o Estado a subvencionar os preços da habitação destinada aos ex-militares.

Só para ilustrar, os preços da Lakeni Imobiliária vão de 77 mil a 220 mil dólares norte-americanos, para o desagrado dos interessados que defendem que sejam erguidas residências de média e baixa rendas. O maior problema reside no facto das mesmas não serem de tanta qualidade para serem comercializadas ao referido preço. Nem mesmo os 30 anos durante os quais serão liquidados os créditos satisfazem os pensionistas muitos dos quais com idades já avançadas.

Associa-se também o facto das pensões de alguns candidatos não serem "tão altas" para em tempo útil, poderem concluir com o pagamento das residências "com preços altos". "Vimos na cidade do Kilamba, onde até reside gente rica, o Executivo teve de baixar os preços quanto mais aqui?", questionou Afonso Rodrigues, Tenente-Coronel na reforma, que antevê critérios desfavoráveis aos ex-militantes com patente muito baixa.

Para ele, só um oficial superior é que pode se candidatar a este tipo de habitações. Apontou capitães e tenentes que auferem, por exemplo, 43 mil Kwanzas como os que não poderão concretizar os seus objetivos. "Se o projeto é para todos, não pode beneficiar só aqueles que já têm em detrimento dos que ganham pouco", acrescentou. Há também um contraste nisso. A maioria dos oficiais superiores já tem idade muito avançada, sendo por isso pouco provável que venham cumprir com os 30 anos, tempo determinado para a liquidação do crédito habitacional. É, essencialmente, este aspecto que levantou sérias preocupações.

De um lado estão os pensionistas jovens que receiam que venham a ser priorizados os pensionistas com altas patentes. E do outro, estes pensam que os ex-militares com menores idades serão os primeiros contemplados pelas mais de 800 residências.

Aí mesmo no Zango existe um projeto habitacional, sob auspícios da SONIP concorrido desde os

primeiros meses do ano em curso. Os preços aí aplicados não passam dos 180 mil dólares norte-americanos, por isso, os ex-militares não compreendem que só os ex-militares são que, "exclusivamente devem pagar um preço altíssimo".

Já Mendonça Aires, aconselha a Direção da Caixa de Segurança Social, a rever a situação da habitação, "porque conhece melhor a realidade dos pensionistas".

Aliás, acrescentou, basta olharmos para a generalidade das casas do Zango construídas pelo Executivo, para se ter a ideia de que os preços que estão a ser aplicados pela Lakeni Imobiliária "são injustos".

"Toda gente sabe qual é o preço real das casas", garantiu, tendo aclarado que, segundo constatações feitas por um pequeno grupo de pensionistas da CSS/FAA, a diferença é abismal. As casas que são vendidas a um valor equivalente a 30 mil dólares norte-americanos no Zango 1, 2, 3 e 4 a Lakeni estão a vendê-las a 94 mil. "São apenas três quatinhos muito apertados", sublinhou.

Seja como for, a afluência é maior, e dizem que a Imobiliária não tem culpa nisso, mas sim a CSS/FAA que celebrou o contrato. Durante o acto de apresentação do referido projeto habitacional aos candidatos que acontece todos os dias úteis, não faltam dizeres como estes: "este é o nosso dinheiro que foi utilizado na construção destas capelzinhas". Reina uma grande expectativa à volta das modalidades que a CSS/FAA vai usar para 'desbloquear' o problema da habitação dos pensionistas de si dependentes, que prometem reagir à qualquer injustiça, no que o acesso à habitação diz respeito.

A construção de residências arrancou há já algum tempo no Zango, mas ninguém sabia se estavam destinadas aos desalojados ou teria como beneficiários os pensionistas das F AA. Há coisa de um mês, embora timidamente, começaram a circular rumores sobre o início das inscrições dos candidatos à este tipo de habitações, sem, antes, terem a mínima ideia de quanto custavam e quantas são. São todos

6.13 Juventude deve dar valor aos feitos de combatentes

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2013

O secretário de Estado dos Antigo Combatentes e Veteranos da Pátria, Clemente Cunjuca, chamou a atenção dos jovens no Luena, na província do

Moxico, para os exemplos dos antigos combatentes no que toca à sua entrega à libertação da pátria.

Ao responder às preocupações do jovem no encontro provincial de auscultação, referiu que "apesar de a sua maioria ser analfabeta no período da luta de libertação nacional, disponibilizaram-se no cumprimento do dever mais nobre, que é a defesa da pátria e que culminou com a conquista da paz definitiva em 2001". Clemente Cunjuca referiu-se à importância da província do Moxico no contexto de luta de libertação nacional e defendeu que os jovens devem contribuir para a sua dignificação e preservação como baluarte das conquistas nacionais. "A província do Moxico está a crescer significativamente em todo os domínios, com a implementação dos Programas de Investimentos Público (PIP) e de combate à pobreza", reconheceu o secretário de Estado, que exortou o jovens a participarem activamente neste processo para garantirem o bem-estar de toda a sociedade.

O secretário de Estado dos Antigos Combatentes encorajou a juventude a apostar na formação académica e técnico-profissional para preservar o futuro, comprometendo-se activamente no processo de reconstrução da província e do país em geral.

6.14 Mercado imobiliário reanima-se em Angola

Semanário Agora

23 de Agosto de 2013

Mas os preços, esses, continuam salgados: a renda prime dos escritórios em Luanda é de 170 USD/m²/mês e o valor unitário 12000 USD/. No mercado residencial do primeiro escalão o valor médio de renda num apartamento 1³ na zona Morro Bento/Rocha Pinto está estimado em 4.000 USD/mês e a venda em 4.000 USD/m².

Estas e outras conclusões constam de um relatório sobre o mercado imobiliário angolano elaborado pela zenki Real Estate e datado de julho de 2013, abordando os mercados de escritório, habitação, retalho, industrial e hoteleiro. O estudo da Zenki Real Estate abrange 7 zonas: Baixa da Cidade (Baixa, Coqueiros, Praia do Bispo, Ilha de Luanda e Chicala); Zona Alta (Alvalade, Bairro Azul, Maculusso, Maianga, Kinaxixe, Vila Alice, Combatentes, valódia, Miramar, S.Paulo, Bairro Operário); Morro Bento, Rocha Pinto e Samba; Talatona; Benfica, Quifica, Camama, Nova Vida, Lar do Patriota; Viana; Kilamba e Zango.

O relatório considera que a procura por escritórios modernos continua em alta, sobretudo por parte de empresas do sector petrolífero e financeiro, tendo em consideração o elevado valor do arrendamento, proibitivo para empresas de pequena e média dimensão.

No segmento residencial, diz a Zenki Real Estate " prevalece a procura por parte da classe média, média-alta e alta angolana, assim como pelas grandes empresas multinacionais a operar no país e quadros superiores expatriados a trabalhar nestas empresas. Com o emergir de uma classe média angolana, surgem novos empreendimentos localizados fora do centro da cidade e de Talatona a preços mais baixos. Contudo, a quase inexistência de crédito à habitação concedido pelo sistema bancário tem impedido este mercado de se tornar maior e mais abrangente".

De resto, estes problemas tornaram-se muito evidentes durante a muito recente crise no processo de compra dos apartamentos das novas centralidades ao redor de Luanda, como as do Kilamba e Zango, que apesar de serem referidas no estudo não estão nele devidamente espelhadas, talvez pela proximidade destes factos.

As perspectivas de crescimento do segmento de retalho são igualmente animadoras, tanto do lado da oferta como da procura, com base nos apetites de consumo da emergente classe média que os três centros comerciais por ora existentes parecem insuficientes para satisfazer.

seis outros shoppings centres estão em construção, aparecendo recentemente neste segmento uma novidade que são os retails parks, existindo para já dois. Neste particular, o mercado é dominado por operadores de grandes unidades de distribuição alimentar e produtos de grande consumo, sendo ainda insignificante as unidades dedicadas ao comércio de artigos de luxo.

Apresentado como uma das grandes apostas do governo para dinamizar a diversificação da economia, o mercado imobiliário industrial, não obstante a presença quase absoluta da iniciativa estatal, começa a atrair promotores imobiliários privados, que vislumbram boas oportunidades de investimento em armazéns e algumas indústrias.

O mercado hoteleiro nacional, que se espera vir a ser potenciado com o recém-aprovado plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo que incorpora uma estratégia até 2020, com três pólos prioritários - Cabo Ledo, Kalandula e Bacia de Okavango - continua, por ora, concentrado em Luanda, que gera

aproximadamente 80% da receita deste sector, seguida das províncias de Huíla e Benguela.

Segundo o relatório da Zenki teal Estate " a oferta hoteleira de qualidade média e superior (3, 4 e 5 estrelas) existente no centro da cidade de Luanda é composta por 16 hotéis que integram aproximadamente 2.000 quartos. A taxa de ocupação média anual restas unidades é de 75% e preço médio de 375/USD/noite (com pequeno almoço e taxas incluídos). Estão em curso alguns projectos hoteleiros na capital do país, que visam equilibrar a oferta do sector, estimando-se que o número de quartos aumente 66% até o final do ano de 2015".

O estudo salienta igualmente o estado embrionário do mercado de investimento no país, condicionado que está pela adopção de legislação de regulação dos fundos de investimento imobiliário", marco que poderá conceder maior dinamismo e profissionalismo ao mercado de investimento imobiliário, tanto no volume das transações como na entrada de novos investidores estrangeiros.

Com os cenários de crescimento económico positivo do país, a redução da taxa de inflação e a tendência da diminuição do risco-Angola, a Zenki estima que as taxas de capitalização (yields), presentemente entre os 12 e 18%, possam finalmente baixar.

6.15 A centralidade do Kilamba não foi pensada com os angolanos, assim como o Dundo

Jornal Expansão
23 De Agosto 2013

A ordem trata dos arquitetos e da profissão, não tem capacidade de aprovar projectos. Quem tem esta capacidade são as autoridades competentes, e quem tem estas competências sabe que existe uma Ordem dos Arquitetos, podem e devem solicitar esta opinião à Ordem, não lhes vai custar nada. E que opinião tem sobre o surgimentos em massa de novos edifícios no centro da cidade?

Pura especulação imobiliária. Quem investe num edifício com intenção que seja, fundamentalmente, de serviço não irá colocar este em Viana, mas, sim, ao lado do poder económico e político, de forma a rentabilizar a infra-estrutura. E quais são os impactos possíveis em termos de sustentabilidade e deterioração da zona?

A cidade de Luanda foi pensada para 500 mil habitantes, e não para este tipo de investimentos. Ao fazer-se estes investimentos, terá de se potenciar a

água, a energia e os estacionamento, por exemplo. Há uma quantidade de coisas que têm de ser pensadas para que estes edifícios funcionem perfeitamente. O surgimento desses edifícios provoca, muitas vezes, discussão à volta da necessidade de proteger-se os edifícios históricos e culturais ...

Tem de se preservar a história. Da mesma forma que escrevemos a história das pessoas, dos lugares das coisas, temos de visualizar o que foi a história das cidades.

Sobre a preservação da história. Como gerir o conflito entre a modernização da cidade e a preservação da história? , Podemos fazer as duas coisas. É possível manter a fachada histórica e fazer o miolo completamente novo. Não precisamos de destruir completamente. Podemos usar e integrar o velho e o novo numa simbiose de manutenção ,preservação e renovação.

Para alguns, Luanda deve crescer apenas na horizontal; para outros, na vertical. O que pensa? Acho que temos de crescer nos dois sentidos. Quanto mais na horizontal crescermos, de mais quilómetros de infraestruturas vamos precisar. Há uma série de situações que devem ser vistas quando projetamos uma cidade.

Os arquitetos angolanos estão preparados para enfrentar estes desafios? Eu disse quais são os desafios, o que significa que sabemos como enfrentá-los. Temos preparação suficiente para saber qual o caminho que deveremos adoptar no futuro. Que nos ponham à prova. Em termos quantitativos, existe uma concentração em Luanda, onde estão cerca de 90% dos existentes, mas nunca senti a rejeição de trabalharem fora de Luanda. É necessário que, ao nível das províncias, haja encomendas. Neste momento, estão inscritos na Ordem cerca de seiscentos.

E o nível de solicitação dos arquitetos é satisfatório? Sinto que o profissional de arquitectura e do urbanismo não é procurado muito, porque o que é permitido construir, muitas vezes, não passa pelos canais que devem autorizar. Se passasse, grande parte dos projectos que vêm de fora não seriam autorizados - com excepção dos que o Governo encomenda, porque é soberano -, porque só deve projectar quem está inscrito na Ordem. Luanda ainda tem muitos edifícios velhos. É defensor do derrube, ou da requalificação destes edifícios? Cada edifício deve ser objecto de um estudo próprio, no sentido de definir-se pela requalificação ou destruição, porque nem sempre a situação de um é igual à do outro. Mas, de uma forma geral, sou mais apologistas da

destruição do existente para se fazer um novo, com excepção dos edifícios históricos.

Seria o caso do Kinaxixe? Sim. Era um dos únicos edifícios do País classificados como edifício pós-modernista, e a especulação imobiliária provocou a sua destruição. Acredito que o que se está a fazer naquele local poderia ser feito em outro sítio. Reconverteríamos o edifício com outro tipo de funcionalidade, mas manteríamos a sua categoria de um edifício pós-modernista. Que outros edifícios devem ser preservados? Não deveria ter sido feito o que foi feito no edifício das Finanças, que é um dos edifícios que não devem ser destruídos, assim como o do Banco Nacional e o da Alfândega. Os edifícios dos Correios e do Porto também não devem ser destruídos. Existe uma quantidade de edifícios que estão na baixa da cidade alguns são classificados, outros, não - que merecem um tratamento diferente. Só não têm este tratamento por causa da especulação imobiliária. Destroí-se um edifício destes de dois ou três pisos para construir um edifício de 25, por ser mais rentável. O que aconteceu à Dona Ana Joaquina serviria para alguns destes edifícios?

6.16 Urbanização para os ricos, despojo para os pobres

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

O José Agostinho Quiteque, de 31 anos, representa a terceira geração da uma família nascida no Bairro Margoso, no Distrito da Maianga, em Luanda. O bairro, aninhado na encosta entre a zona urbana do Prenda, o Bairro Azul e a Avenida Revolução de Outubro, será demolido para dar lugar a um projecto de urbanização para ricos.

A família Quiteque tem mais de 50 anos de vivência no bairro. O patriarca Agostinho Chiteque, natural do Kwanza-Sul, teve ali o seu primeiro filho há 52 anos, na primeira casa de madeira que construiu, precisamente no local onde hoje é a Clínica do Prenda. As autoridades coloniais concederam-lhe outro terreno, um pouco mais abaixo, onde construiu uma casa definitiva, em alvenaria, e ali se fixou até à sua morte, há quatro meses, aos 81 anos de idade. Teve quatro filhos, todos nascidos no Margoso. No quintal, então com espaço suficiente, construíram-se quatro anexos para acomodar os filhos e suas respectivas famílias.

O primogénito Manuel teve oito filhos, naquela comunidade familiar. Por sua vez, o seu primogénito José teve três filhos, no mesmo local, constituindo

assim a quarta geração dos Quiteques no Bairro Margoso.

José Agostinho Quiteque é hoje um dos membros da comissão de moradores para a defesa do realojamento condigno daqueles que serão expulsos do Margoso devido ao novo projecto de urbanização. A 14 de Agosto passado, pouco mais de uma centena de moradores, maioritariamente mulheres, perfilharam-se na Avenida Revolução de Outubro, ao raiar do dia, para protestar contra o que seria a data marcada para as demolições do bairro. Altas entidades governamentais, militares e policiais acorreram ao local para constatarem a razão da manifestação, pacífica e ruidosa, numa das principais artérias de Luanda, que se prolongou até perto do meio-dia.

"Passámos três semanas sem dormir, com o pesadelo das máquinas que viriam à noite ou de madrugada demolir as nossas casas, como é prática do governo", explica Manuel Paulo, de 26 anos, nascido no Margoso.

A ordem para a demolição das primeiras 150 casas, marcada para 14 de Agosto, foi transmitida aos moradores pelo director do Projecto de Requalificação do Bairro Margoso, Baixo Prenda e Chabá, António Teixeira João.

Foi também António Teixeira João quem telefonou pessoalmente ao comando policial do distrito da Maianga para providenciar os efectivos necessários para a operação, segundo um comandante local. O mesmo oficial referiu que normalmente é o comando-geral da Polícia acional quem ordena as esquadras policiais a acompanhar as demolições.

Outro oficial da Polícia Nacional, presente no local, aceitou, a pedido da comissão de moradores, ver as imagens das chamadas "casas evolutivas", no Zango, onde as famílias deverão ser realojadas. As "casas evolutivas", assim denominadas pelos arquitetos do executivo do presidente José Eduardo dos Santos, são edificações de dimensões exíguas, sem acabamentos, que têm sido construídas em bairros de realojamento na zona de Luanda (Zango, Viana e Panguila) e também em alguns municípios de Malanje. Disse apenas: "Estou sem palavras. Façam uma manifestação pacífica e não agiremos".

A Brigada Canina da Polícia Nacional, enviada ao local, manteve os cães nas viaturas. Até o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general Zé Maria, sempre lesto a pressionar a repressão de manifestantes, teve atitude diferente. Conversou com uma moradora, Marisa, que lhe entregou um dossier sobre a posição dos moradores,

as convocatórias recebidas pelos visados e fotos do local de realojamento no Zango. Em seguida, retirou-se do local.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACIL), general José Tavares, deslocou-se ao local, quando soube do protesto, e organizou uma reunião com os moradores, a quem transmitiu o seu desconhecimento sobre quaisquer ordens governamentais para as demolições.

No mesmo dia, o porta-voz da CACIL, João Dombaxi, revelou à 1V Zimbo que António Teixeira João não tinha autorização para ordenar as demolições. "Concluiu-se que houve algum equívoco em alguém não mandatado para o efeito ter determinado o realojamento da população do Margoso para o Zango", disse Dombaxi.

O porta-voz referiu também que a CACIL concluiu que "não há condições para que as populações possam ser transferidas para a altura para o Zango, em virtude de, segundo os populares, não existirem condições e infraestruturas para o efeito".

"A zona de realojamento não tem água, energia eléctrica, escolas, postos médicos. Esses governantes são desumanos, querem acabar connosco que somos pobres", denuncia José Agostinho Quiteque.

O membro da comissão de moradores nota ainda a falta de condições de habitabilidade das casas onde deverão ser realojados.

As casas evolutivas têm duas divisões exíguas, uma para quarto e outra para casa de banho. "Cada morador tem de rebocar as paredes interiores, cimentar o chão, instalar sanita na casa de banho e construir a cozinha e sala", explica José Agostinho Quiteque.

Na zona do Zango, para onde deverão ser transferidos os moradores do Margoso, fora da cidade de Luanda, encontram-se já muitas famílias desalojadas da ilha de Luanda. Desde há quatro anos que vivem em casebres improvisados de chapas, papelões e outros materiais. As tendas que lhes haviam sido entregues pelo governo, como moradias, rasgaram-se e deterioraram-se com o passar do tempo.

VIDA URBANA PARA RICOS

A 25 de Março passado, o governador de Luanda e primeiro secretário do MPLA na provincial, Bento Bento, presidiu a uma reunião sobre o processo de requalificação do Margoso e Chabá. Os ministros da Construção e do Urbanismo e Habitação, entre outros dirigentes, participaram do encontro. Na ocasião, o coordenador do projecto, Mateus

Morais de Brito Júnior, revelou à imprensa o destino do Margoso e Chabá: "Vamos tirar todos aqueles casebres e transformar num bairro nobre, com equipamentos sociais. O que estamos a discutir agora é como desalojar e realojar a população que vive naquela zona".

Mateus Moraes de Brito Júnior é o vogal da empresa Vida Urbana S.A., a quem o governo atribuiu a concessão da zona a demolir. Brito Júnior foi ministro da Construção, deputado do MPLA e, actualmente, exerce a função de administrador não-executivo do Jornal de Angola.

A Vida Urbana Limitada foi criada em 2002 pela advogada Paulette Maria de Moraes Lopes. Em 2009, a empresa transformou-se em sociedade anónima e passou a designar-Viva Urbana S.A. Aumentou o seu capital de 450,000 kwanzas para 1.8 milhão de kwanzas, na altura equivalente a US \$20,000. Paulette Lopes passou a deter 80 por cento do capital, enquanto os seus sócios Hélia Maria Bernardo Miguel, Mara Geovana Contreiras Cirilo de Sá, Djamilá Sousa Pinto de Andrade e José de Carvalho Tavares ficaram nominalmente com cinco por cento cada. O cidadão norte-americano George Wesley Sherrell é o presidente do Conselho de Administração da referida empresa.

Como é possível que uma empresa desconhecida, sem qualquer historial de construção civil digno de registo, ganha uma empreitada desta dimensão, sem concurso público, e que envolve o desalojamento de perto de 3,000 famílias?

No entanto, George Wesley Sherrell, é também administrador de uma outra empresa, nominalmente propriedade da advogada Paulette Lopes, a Kworum Capital, Limitada.

No seu website, a Kworum Capital é apresentada como uma empresa bancária de investimentos fundada por um grupo de banqueiros internacionais e gestores experiente. A empresa dedica-se principalmente à captação e realização de financiamentos para projectos comerciais e de infraestruturas em Angola, através de parcerias com bancos locais e internacionais. Também investe em empresas na África Austral e Ocidental.

Maka Angola irá investigar, nas próximas semanas, as empresas Vida Urbana e Kworum Capital, a sua relação com o poder e a sua capacidade de influenciar o despejo arbitrário dos moradores do Margoso e Chabá, de forma desumana.

6.17 Moradores revoltados com as casas da Juventude

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Os beneficiários do projecto "Casa da Juventude em Luanda" que receberam as chaves das, residências, em 2010, mostraram-se agastados com o Ministério de tutela por aquilo que consideram como sendo "a má qualidade das casas.

A começar pelos problemas com os tectos falsos, cuja qualidade devia ser exigida pelo Ministério da Juventude, os moradores disseram que as fossas sépticas são igualmente de má qualidade encontrando-se muitas delas com fissuras que permitem o vazamento de águas residuais e também a filtração de águas das chuvas.

"Muitas casas continuam inacabadas e outras têm as portas totalmente danificadas, não oferecendo as mínimas condições de segurança numa área situada longe do centro da cidade", declarou um dos moradores abordado por o PAÍS.

Falando na condição de não serem identificados, os residentes do Bairro da Juventude dizem ainda que o MJD vendeu -lhes casas sem as mínimas condições de habitabilidade porque muitas delas não possuem redes sanitárias, além da falta de iluminação pública nas ruas adjacentes ao bairro.

Segundo relato dos utentes, não existe qualidade nas residências erguidas em terreno pantanoso. "Quando chove é um problema sério, as águas das chuvas inundam as casas e ficamos quase sem solução de manobra. As águas entram do tecto, da porta e das janelas e criam um charco no quintal", reclamaram.

"Os moradores estão agastados com a situação", contou Jack Gonçalves (nome fictício). Segundo disse, por altura da entrega das casas, governo havia, prometido resolver problema num prazo mínimo de dois meses, mas até agora a situação continua na mesma.

O bairro necessita de escolas, hospitais, e zonas de lazer, redes técnicas com vista a dotar o projecto com infra-estruturas ligadas à distribuição de água, energia eléctrica, bem como rede de esgoto e drenagem das águas residuais e fluviais.

"Temos muitos problemas de água, energia eléctrica, e de segurança, as casas estão, inacabadas em fim". E desabafou: " não sabemos mais o que fazer, pagamos um preço alto, mas não temos condições de

habitabilidade". Moradores gastam entre 20 a 25 mil dólares

Os habitantes do bairro social da juventude em Luanda gastam mais de 20 mil dólares na substituição de alguns materiais usados na construção das residências bem como na ampliação das fossas e na troca da loiça sanitária e ainda na instalação eléctrica.

Segundo Jack Gonçalves, as tomadas, cabos eléctricos, as portas e os seus acessórios não são de qualidade duradoura. O morador ainda foi mais longe, dizendo mesmo que material usado é descartável.

"As fossas estão em condições horríveis elas são pequenas e enchem com muita facilidade, em uma semana temos de mandar esvaziar, é uma lástima. Outra questão que nos tira o sono são as obras que nunca terminam na sua totalidade", disse Simão.

"O lixo é levado no porta-malas da viatura pelas trabalhadoras domésticas até encontrar um sítio mais seguro e apropriado para o depositar. Os contentores que havia aqui foram roubados por falta de iluminação e segurança"; explicou.

Segundo os moradores, as remodelações efectuadas nas distintas residências do Projecto estão avaliadas entre 20 a 25 mil dólares. "O Ministério da Juventude e Desportos havia orientado os utentes que fizessem o levantamento do que está mal e do que está bom e entregámos tudo em pouco tempo, revelaram. Yadoné, suposto coordenador do bairro Social da Juventude, disse ter enviado o relatório ao Ministério, mas que, até ao momento, não tivera qualquer resposta.

Yadoné, disse, por outro lado, que valor cobrado pelas casas não é para jovens que trabalham na função pública e com poucos recursos financeiros. "Como é possível a alguém que ganha o salário mínimo pagar 100 mil kwanzas por mês, com as péssimas condições que as casas oferecem? Com o salário mínimo esse funcionário não terá condições financeiras para pagar uma casa neste projecto", defendeu.

O Projecto Bairros Sociais", do Programa desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos, comporta cerca de 120 casas, Construídas "no Município de Belas em Luanda. As primeiras residências foram entregues há três anos.

As casas de rés-do-chão e 1º andar, estão avaliadas ao equivalente a 170 mil dólares, e possuem um WC, três quartos, sala de estar, garagem, entre outras dependências. Os utentes pagaram 20 por cento do valor total por depósito bancário e cada mês pagam cem mil kwanzas.

7. TERRA

7.1 Comunidade “Iraque-Bagdad” denuncia

Semanário Continente
02 De Agosto de 2013

O sonho da "casa própria" parece cada vez mais longe de ser concretizada pelas mais de quatro mil famílias, que por força do martelo demolidor do GPL, em Junho de 2009, na altura sob gestão de Francisca do Espírito Santo, deitou abaixo, as residências dos cidadãos sem nenhuma indemnização, colocando ao relento as vítimas sem o mínimo de cuidados para com as populações indefesas.

Volvidos quatro anos, os sinistrados sublinham que cada dia que passa, toma-se mais um "calvário na vida", pois, argumentam; "as famílias estão cada uma entregue à sua sorte", e que não há sinais claros e transparentes do Executivo Provincial, que evidenciem que as mesmas vão ter o problema resolvido.

O descontentamento dos sinistrados, está contido num comunicado endereçado ao Governo Provincial de Luanda, que o CONTINENTE teve acesso, na qual, manifestam total descontentamento pela forma como está a ser conduzido o processo que poderá culminar com o realojamento, que segundo soube este Semanário, já terão sido acolhidas as primeiras 100 famílias, no Zango-3, em Viana. No documento assinado pela comissão, liderada por Dialundama Michel, os antigos moradores do "Iraque-Bagdad", protestam contra aquilo a que consideram de manobras e exclusão de nomes de famílias que viram as suas moradias destruídas, em 2009, e acusam o Executivo de Bento Bento, de ter oficializado uma Comissão fantasma, que na visão dos desalojados, está a excluir nomes da lista anterior, da Comissão criada por altura da destruição das residências dos populares, "afim de possibilitar a introdução de novos nomes de pessoas que nem sequer habitaram no referido bairro", refere a nota.

"É inaceitável que a Comissão dirigida por Dialundama Michel que defendeu esse caso desde o início, seja afastada no acto de distribuição das parcelas de terras, só para colocarem pessoas estranhas na área que o Governo Central disponibilizou para nós", lê-se no documento.

No mesmo documento, os moradores do antigo "Iraque-Bagdad", encaram com estranheza, a

confiança que é depositada pelo Governo Provincial de Luanda, à nova Comissão, que para lograr os seus intentos, dizem, usaram métodos inconfessos, como perseguições, calúnias aos membros da Comissão legítima, tendo dama Michel, foram informados de que, "é um caso interno que a própria Comunidade tem de resolver, caso contrário, levarão o caso à Polícia"; argumento que em nada agrada às vítimas, para quem "foi o próprio Governo Provincial de Luanda, que oficializou a nova Comissão que está sido acusados de supostamente terem furtado cerca de 30 mil dólares americanos. "Reclamamos tantas vezes ao GPL, mas até hoje não quer jogar de bons ofícios, para se acabar com este conflito", avança a nota, que alega que, das diligências feitas pela Comissão liderada por Dialuna excluir os verdadeiros necessitados neste realojamento", afirmam.

Refira-se que a nova Comissão tem a liderança de Guilherme Cabinda, coadjuvado por Alan Brino Panzo, Joaquim João, entre outros membros e controlam cerca de 5800 famílias. Os sinistrados, acreditam que a Comissão agora em frente do processo, está alegadamente a ser apoiada por pessoas influentes, "por esta razão excluíram os membros da antiga Comissão, com vista alcançar os seus intentos", acentua o comunicado, acrescentando que, caso no prazo de vinte dias, o Executivo Provincial de Luanda, não rever a sua posição e regularizar esta situação, será apresentado uma queixa ao Tribunal contra à Comissão fantasma e o próprio GPL, por ter legitimado a referida Comissão que está a inviabilizar o processo", prometem os descontentes.

No cruzamento dos factos, a nossa redacção contactou a suposta "Comissão fantasma", como é descrita pela ala de Dialundama Michel. Na sua versão, o acusado Guilherme Cabinda, negou tal pretensão, argumentando que o processo está a ser conduzido de forma transparente e, a qualquer momento as populações começam a ser atendidas. "Somos a Comissão verdadeira que viveu no Iraque-Bagdad, porquanto, não estamos a introduzir nomes estranhos, temos sim uma lista desde o princípio, na qual, serão contempladas assim que as condições tiverem criadas", disse o responsável, frisando que o Dialundama Michel, foi afastado da Comissão por conduta indecorosa.

7.2 Governo põe fim à entrega de casas e dá terrenos

Novo Jornal
02 De Agosto de 2013

O GOVERNO PROVINCIAL de Luanda, na voz do seu vice-governador para a área técnica, António

Resende, fez saber que as famílias vítimas do incêndio do dia 22; no bairro Kilombo, estão a ser apoiadas pelo Governo, com bens de primeira necessidade. Para estes agregados está já em curso a preparação de terrenos e, num curto espaço de tempo, material de construção para erguerem as suas próprias casas.

António Resende avança também que o executivo de Luanda deixará de entregar casas definitivas no processo de realojamento aos cidadãos que ocupam propositadamente terrenos em zonas de risco.

Doravante, esses moradores passarão a receber somente terrenos, chapas de zinco e outros materiais para a construção dirigida, nas novas áreas.

Na óptica do governante, essa medida visa desencorajar os oportunistas que têm estado a actuar em diversas zonas de Luanda. "Por forma a desencorajar o oportunismo de muitos cidadãos, o Governo decidiu parar de dar casas de construção definitiva e oferecer, sim, um espaço loteado, chapas, madeiras, pregos, se o beneficiário for ocupante de uma casa de chapa", esclarece.

Essa medida é dirigida aos cidadãos que insistem em construir em áreas consideradas de risco, como linhas de água, encostas, por cima de condutas, esgotos ou em zonas expressamente proibidas. Estes serão retirados e receberão materiais para erguerem residências num espaço a ser indicado pelos técnicos do governo.

VIDAS SOFRIDAS

As mais de quatro mil famílias que vivem no bairro do Kilombo, em Luanda, reclamam das dificuldades sociais que os assolam. Nos últimos tempos, o bairro foi palco de incêndios. Só este ano, dois em menos de dois meses. A população desconfia que é uma estratégia para os afugentar.

Quem visita o bairro Kilombo, na Chicala, Ilha de Luanda, depara-se com casebres de chapa e gente sofrida, a viver em condições lastimáveis. Mais acima, lançando o olhar para a frente, contempla-se uma área privilegiada, que é a Cidade Alta, zona presidencial onde residem o Presidente da República, ministros e outras entidades. Dois mundos diametralmente opostos. Tão próximos, mas tão distantes. A proximidade entre as duas zonas é separada pela estrada da Nova Marginal. E, por isso mesmo, os moradores gabam-se de serem distintos vizinhos de José Eduardo dos Santos, apesar "das desgraças que os assolam".

"Meu irmão é impressionante o nosso Presidente lá em cima e nós aqui em baixo a sofreremos. É uma

realidade difícil de acreditar. Somos vizinhos do nosso Presidente, vivemos a pouquíssimos metros, mas as realidades são completamente abismais", afirma Walter, morador na zona há 13 anos.

Quem também fala no sofrimento daquela gente é a avó Chica que, embora cansada, ainda tem força para descarregar nas palavras a miséria partilhada pelas mais de quatro mil famílias que ali vivem uma vida de extrema pobreza.

"Tudo aqui é só lixo. Queremos que Governo nos ajude a sair daqui, mas com boa acção. Não nos pode abandonar porque também somos gente deste país. Eles comem, bebem e a gente aqui a sofrer e, ainda por cima, ao relento. Assim é bom?", pergunta a avó, que reside ali há 30 anos.

A sujidade toma conta da zona e tem apanhado com as culpas dos constantes surtos de paludismo, que atingem sobretudo os mais pequenos.

"Nós aqui não vivemos bem. É doença atrás de doença. O paludismo, então, nem deixa as crianças à vontade. Aqui só vivemos por viver", desabafa Paulinha, enquanto ajeita o dia com uma garrafa de cerveja.

AO RELENTO

Com dois fontanários que dão água aos populares, o bairro não dispõe de energia eléctrica, pelo que os seus habitantes socorrem-se de pequenos geradores que, volta e meia, transformam-se em autênticas bombas, devido aos constantes incêndios.

Maria da Conceição, coordenadora-adjunta dos moradores, fala em mais de seis incêndios contabilizados entre 2011 e 2013. As vítimas mortais já ascendem a cinco. O mais recente aconteceu na segunda-feira, dia 22, por volta das 19h00, quando uma cidadã, vendedora de combustível, não obedeceu aos princípios de segurança e causou o fogo que destruiu 85 residências, sem ter, felizmente, cansado qualquer vítima mortal.

Ao relento, sem quaisquer meios de apoio, encontram-se as famílias sinistradas, com bebés recém-nascidos, enfrentando a época de frio, num ambiente de total abandono.

"Perdemos tudo nesse incêndio. Até as roupas do meu bebé foram consumidas pelas chamas. Agora estamos assim, sem nada. O Governo prometeu-nos algumas coisas e até agora não deram nada. Nem tendas", lamenta Delfina Fernando, mãe de Igor, de um mês.

"FOGO POSTO"

As consequências do incêndio, o segundo em menos de dois meses, deixaram também as crianças do Kilombo sem poder ir à escola. A coordenadora-adjunta do bairro, que também é professora de um centro de explicações, onde estudam mais de 100 crianças, lamenta a ausência dos menores nas aulas.

"Ao longo desta semana, as crianças têm faltado à escola por falta de roupa. É que o incêndio causou estragos incalculáveis ao ponto de deixar as crianças sem vestimenta. É muito triste viver esta situação, quando na verdade temos um governo que nos pode ajudar", deplora.

Os incêndios que ocorrem no Kilombo estão a ser entendidos por alguns moradores como uma forma de os pressionar a abandonar o lugar. Gertrudes Wande, residente há 12 anos, diz que há incêndios que acontecem sem justificação.

"Tem havido grupos de pessoas que põem fogo às casas para nos pressionar a abandonar a zona. Essa área é muito aliciada por pessoas que não querem que recebamos casas do Governo", atesta a mulher, evidenciando que, nos últimos tempos, têm chovido "promessas rotas" sobre a retirada destas populações.

No mesmo diapasão, o jovem Cubano afirma que "há pessoas que são pagas para pôr fogo" nas casas.

"Ainda anteontem encontrámos um jovem prestes a lançar fogo, mas por sorte ele escapou, senão devíamos enforcá-lo. Estamos fartos dessa situação", expõe.

7.3 População do Margoso vai ser evacuada

Semanário Folha 8
03 De Agosto de 2013

De acordo informações chegadas até nós, a população do bairro conhecido como Margoso, nas imediações da Clínica do Prenda, vai ser desalojada no dia 15 de Agosto, a bem ou a mal, para ser instalada ou alojada no Zango IV, ainda de acordo a mesma fonte sem as mínimas condições de habitabilidade.

Os mesmos foram avisados pelos responsáveis da operação, nomeadamente o Engenheiro António Teixeira e a Doutora Vanda Lobato que até aqui não souberam encontrar argumentos para convencer os residentes, sobretudo o porquê que terão de ser evacuados, se nenhum Ofício ou coisa do género por parte da Administração para esta área. Depois de

visitadas as casas onde supostamente serão colocados e confirmados até os militantes dos Caps 82, 38 estão a colaborar e a se posicionar do lado das vítimas, mesmo contra os princípios ideológicos e partidários.

Volta a ribalta a implicação de Tchizé dos Santos como sendo a proprietária do perímetro em referência.

Esta informação já tivera suscitado algumas convulsões logo que se soube desde 2009 que a filha do Presidente da República teria adquirido os direitos de propriedade desta feita do Famoso Catambor, na Maianga.

O grande problema, são as condições das casotas do Zango que as autoridades consideram com a maior das normalidades como casas sociais. Contrariamente ao propalado, tratam-se de cubículos, autênticas caixas de fósforos de 2 quartos, não ecológicos, de 2,5/ 2,5metros, 1 casa de banho, sem sala de estar, a cozinha é improvisada no exterior. As paredes não estão rebocadas e o chão é de pavimento aldrabado. Outro grave problema, não há escolas e a operação decorre em pleno período escolar.

A partir do momento que o alerta foi accionado, instalou-se o alvoroço na aldeia do Margoso. Cidadãos que apenas apreciavam a distância o pânico noutros, vão ter de saborear o pão que o Diabo amassa para sustentar os humildes angolanos, mais uma vez molestados, sem razões.

7.4 A mais ninguém será dada casa por construir casebre de chapa

Semanário Independente
10 De Agosto de 2013

O fundiárias do Estado que se cuidem: as autoridades vão endurecer a sua postura. Para começar, a mais ninguém vai ser dada uma casa depois de ter construído casebres de chapas em terreno proibido.

Adriano Mendes de Carvalho, vice-governador de Luanda, advertiu que as autoridades serão "duras" com as pessoas que ocupem terrenos ilegalmente para a construção de "casebres", e chamou os indivíduos que o fazem de "oportunistas".

Reiterou que existe um certo oportunismo em muitos aspectos: "O governo de Luanda conhece qual é a tática utilizada. Fundamentalmente, construindo casebres, tais indivíduos esperam poder receber casas nas zonas de realojamento".

Outra constatação é de que existem funcionários do GPL que facilitam ou promovem esse tipo de práticas, inclusive patrocinam colaboradores que a

troco de alguns tostões vão viver em casebres, declarando-se camponeses.

Para o vice-governador, a filosofia relativa ao tratamento dessas pessoas vai ser diferente, pois "se construiu um casebre de chapa, recebe chapa, barrote e prego para construir o seu casebre num outro local".

Sublinhou que o programa do governo para o realojamento, que consiste em retirar as pessoas das zonas de risco, vai continuar, daí que, "não vale a pena erguerem casebres de chapa para receberem do governo casa no Zango".

Iluminação pública

O vice-governador de Luanda para o sector político e social, Adriano Mendes de Carvalho, garantiu que serão instaladas, em breve, torres comunitárias para a iluminação pública em várias zonas de Luanda.

Adriano Mendes de Carvalho disse à imprensa que o problema da iluminação pública nas zonas periféricas da cidade capital pode começar a ser resolvido em breve, porque existem estudos para a sua materialização.

Assegurou que já existem postos de iluminação para serem colocados em algumas vias, estando a ser feita reestruturação das linhas. Por isso, disse, foram entregues responsabilidades aos vários sectores para se resolver o problema da iluminação pública.

Disse que o GPL está a trabalhar com os Ministérios da Energia, Construção e outros organismos governamentais.

"Os postos já existem, o único problema agora é estruturar, ver onde colocar as torres, porque o Ministério da Energia e a ENE já manifestaram a sua disponibilidade para resolver esta questão, e acredito que nos próximos tempos algumas vias começam a ser iluminadas", referiu.

7.5 Terrenos no centro da cidade opõem grupo Valentim à Valéria Tours

Jornal Angolense

10 De Agosto de 2013

Um terreno localizado na avenida Comandante Valódia N.º 117/9, adjacente ao aparthotel Tropicana, está no centro de uma polémica entre o Grupo Valentim Amões (GVA) e a Valéria Tours, Lda. Com uma dimensão de cinco (5) mil metros quadrados, o espaço é pertença das Organizações

Wapossoka e Nambula (OWNL), uma das empresas do Grupo Valentim Amões, e terá como sócios os irmãos Valentim (já falecido), Faustino e Prata Camela Amões.

O cobiçado terreno, segundo apurou o Semanário Angolense, está a ser usado como parque de estacionamento e assistência de viaturas da Valéria Tours, uma empresa detida por Emanuel Schoppy Calufefe, um antigo funcionário do GVA, que já foi considerado o «braço directo» do malogrado Valentim Amões. Presume-se que a ocupação do terreno, por esta empresa do ramo do turismo, terá sido feita com o consentimento de Faustino Amões, já que este alega uma falta de cumprimento por parte de Lídia Amões, que assinou em nome dos herdeiros em 2011.

Em posição oposta, a primogénita do infeliz empresário, tem outro entendimento, e alega que Faustino Amões deixou de ser sócio das OWNL a partir de 2006, altura em que cedeu os seus direitos, como resultado de um acordo de partilha de bens feito com o seu finado pai.

Tudo aponta que as hipóteses das partes chegarem a acordo são cada vez mais remotas, visto que o «braço de ferro» já dura há vários anos.

Contactado. Sobre o assunto, Gabriel Kaumba, advogado de Lídia Amões, acusa a Valéria Tours de estar ocupar o espaço de «forma abusiva e de má-fé», visto que o mesmo é propriedade das Organizações das OWNL, na qual o inditoso Valentim Amões tornou-se, numa determinada altura, o seu «único sócio». O causídico diz ter provas que atestam que Faustino Amões alienou os seus direitos, socorrendo-se para o efeito de uma «Acta Avulsa» produzida no dia 10 de Julho de 2006, na qual ele declarou que havia cedido as suas quotas.

E vai mais longe: a partir do 22 de Janeiro de 2007, o Sr. Valentim Amões tornou-se, no «único sócio das OWNL», segundo reza uma «certidão emitida pela Conservatória dos Registos da Comarcã do Huambo».

No entanto, esta afirmação é contrariada por uma outra certidão com datada posterior, à qual o Semanário Angolense teve acesso. No documento em causa, emitido pela mesma Conservatória aparecem como sócios Valentim e Faustino, cada um deles com 40%, e Prata Camela Amões com 20%.

Por sua vez, o empresário Faustino Amões admite que, em 2006, aceitou ceder as suas quotas nas OWNL, no âmbito de uma partilha de bens móveis e imóveis que tinha feito com o seu falecido irmão;

um acordo que, segundo ele, «não foi honrado na sua totalidade», já a morte inesperada de Valentim impediu o cabal cumprimento do mesmo. «Faltam ainda muitos bens por entregar», frisou. «Como é possível, o Sr. Valentim Amões ser o único sócio da empresa, quando a certidão não faz sequer referência às quotas do sócio Prata Camela Amões? Como ele conseguiu ser o único sócio, quando a própria lei não admitia sequer a constituição de sociedades unipessoais?» questiona-se. «Para ser sociedade tinha de ter mais sócios e não apenas uma única pessoa!» E conclui o seu raciocínio: «Só pode ser cambalacho!». Diz que recebeu garantias escritas de Lídia Amões, nas quais ela se comprometia a honrar a parte que faltava do acordo, tendo o mesmo sido subscrito em 30 de Agosto de 2012. Mas, «este acordo não foi ainda cumprido», Iamenta Faustino Amões. Documentos em posse do S; referem que Lídia Amões orientou o seu advogado no sentido de este cobrar à Valéria Tours uma taxa: diária de «cinquenta mil Kwanzas: (50,000.00), acrescidos do valor de 5% resultante da soma parcelar pelos cinco (5) anos de ocupação do espaço».

Em carta endereçada à empresa de Emanuel Schoppy, o seu advogado diz, em termos duros, que sua «representada [Lídia Amões não abdicará do recurso à força, pública para obrigar V. Exas a entrega forçada (00 .), não se responsabilizando pelo destino que se der aos referidos bens».

O clima de crispação é de tal sorte que o advogado da empresária não se coibiu mesmo de acusar Faustino Amões de ser «oportunista e melancólico», pois alegadamente não ter honra com a sua palavra no acordo de partilha de bens que firmara com o irmão do finado.

7.6 Vandalização governamental de Luanda

*Semanário Folha 8
10 De Agosto de 2013*

Decidimos que este TOP será publicado durante as próximas semanas até ordem superior o interdizer, tão miserável é a programação do Ministério da Cultura, que, coitado, pouca culpa tem, a não ser o de ser escravo ao serviço de um indivíduo megalómano.

«Depois de terem sido sacrificados à ganância dos promotores do progresso e serem destruídos no arranco duma campanha orquestrada pelo Executivo, os edifícios da Dona Joaquina e do Kinaxixi, depois de o Teatro Elinga ter sido enviado ad mortem aos olvidos do passado e de o liceu Salvador Correia se ter transformado em entreposto de uma empresa de

construção civil ... depois da privatização de uma das zonas ribeirinhas mais queridas dos luandenses em redor do Museu da Escravatura, uma praia lunar como raras há no mundo, depois de se ter deixado ao abandono a Rua dos Mercadores, sabe deus por que razão, a verdade é que ainda parece faltar algum tempo, muito pouco, mas haja esperança, para destruir Luanda. Por que não começar pelo Estádio da Cidadela, actual centro principal das festividades pluviométricas angolenses, verdadeira piscina cidadina quando chove e que assim passará de Catedral do futebol a Catedral do water-polo e da natação (em tempo de chuva), e, após tão miseráveis tarefas, por que não continuar a arrasar completamente o centro de Luanda, a começar pela histórica cervejaria Biker, seguindo-se o Prédio dos Correios de Angola e toda zona não modernizada da Rua Direita, numa empreitada que incluiria a destruição definitiva do Palácio de Ferro. Note-se que o projecto existe. Tenhamos paciência se este regime não for ele mesmo vítima desta modernização de "ÉME"!»

7.7 Casas do Zango foram recusadas

*Jornal de Angola
15 De Agosto de 2013*

Os moradores do bairro Margoso receberam ontem a informação da Administração da Maianga de que só são realojados quando forem criadas as condições. O realojamento estava previsto para o Zango mas rejeitaram as casas.

Os representantes dos moradores foram ontem informados, durante uma reunião com o administrador da Maianga, Manuel Marta, que o realojamento só acontece depois das condições criadas.

No dia 26 de Julho, 150 moradores do bairro Margoso, Maianga, receberam uma convocatória do Projecto de Requalificação para uma reunião com o engenheiro António Teixeira João, na qual foram informados que no dia 10 de Agosto iam ser transferidos para o Zango.

A comissão de moradores foi ver o local para onde iam ser transferidos e constataram que as condições não são das melhores. Manuela Abrantes é moradora no bairro Margoso. Como membro da comissão do bairro, disse que o problema não se resume no facto de saírem do Margoso, mas sim para onde vão ser realojados. "As casas do Zango estão inacabadas. Não há escolas próximas para os nossos filhos, nem hospitais. Nós constatamos também a falta de energia e água. Falta saneamento básico. E nessas condições, não vamos a lugar nenhum", disse.

7.8 José Tavares aborta demolições no Margoso

Semanário Agora

16 De Agosto de 2013

A história no bairro Margoso – Prenda no distrito da Maianga seria escrita com sangue se por hipótese o Governo provincial de Luanda (GPL) não recusasse da sua pretensão de demolir todas as casas daquele daquela zona. "Estávamos prontos a morrer dentro das nossas residências. Eles que viessem com os tractores para partir o que bem quisessem", disseram ao Agora alguns dos populares que se manifestaram no dia 13, terça-feira. A reacção ocorreu, em virtude de uma ameaça proferida aos munícipes por um cidadão identificado como engenheiro António Teixeira, afecto ao Gabinete Técnico do distrito da Samba que alegou que e anteontem e ontem aquelas casas seriam deitadas abaixo.

"Estou a cumprir ordens. Nos dias 14 e 15 vocês serão removidos daqui porque tenho já 150 casas no Zango 4 para vos colocar", terá dito aquele técnico afecto ao GPL o que provocou o sururu junto dos populares, alguns deles com família constituída há mais de 20 anos por aquelas bandas.

A reivindicação deveu-se às péssimas condições de habitabilidade que os moradores do Bairro Margoso encontram n visita que efectuaram às suas "hipotéticas" residências. "Aquilo não tem condições. Não h água, energia eléctrica ou escolas" disse António Gonçalves.

Este cidadão revelou a este semanário que os populares têm interesse em se mudar para o Zango. "O que queremos são habitações condignas. Aqui temos energia eléctrica, água e estamos próximos dos principais serviços como o Hospital do Prenda, há aqui várias instituições administrativas e escolares, como é que querem nos mandar para um sítio em que cada família tem direito a uma casa com um quarto, não há esgotos e as casas não têm muros. Isso não aceitamos"

Para abrandar a situação, que já começava a ganhar contornos alarmantes o presidente da Comissão Administrativa de Luanda deslocou-se ao Prenda e mandou cancelar a investida que estava marcada os dias 14 e 15, acto contínuo convocou uma reunião com 10 moradores da comissão de moradores do Prenda para acertos atinentes a mudança de todo o pessoal daquela zona.

Contactado por telefone por este jornal, no início da tarde desta quarta-feira, o engenheiro António Teixeira, disse inicialmente que não podia falar por se

encontrar reunido no Ministério da Construção, onde junto com a comissão de moradores e o edil do município de Luanda, José Tavares, para aclarar a situação de desalojamento de mais 500 famílias.

Abordado novamente pelo Agora no final do encontro, António Teixeira disse não ter autorizações para informar sobre o andamento do processo, mas fez saber que a demolição e desalojamento foi adiada "sine die".

7.9 Moradores do Margoso exigem condições no Zango 4

Jornal Manchete

16 De Agosto de 2013

O bairro Margoso, no distrito da Maianga, acordou agitado na manhã desta terça-feira, 13 do mês em curso. Cerca de 150 famílias realizaram uma manifestação para exigir da administração daquele distrito no sentido de criar, urgentemente, condições de habitabilidade no Zango 4, no município de Viana, área onde serão realojados.

A transferência dos mesmos estava prevista para esta quarta-feira, alegadamente, para dar lugar a implementação de um projecto de requalificação do bairro Margoso. O facto provocou inquietação dos moradores, depois destes, terem observado que o local proposto para a transferência, não oferecem condições de habitabilidade.

Nesse dia, os habitantes concentraram-se no local, gritando palavras de "ordem", ao mesmo tempo em que exibiam cartazes com escritas como: "O país não tem dono, Angola é de todos nós". No local notou-se a intervenção do efectivo da Polícia Nacional, não se tendo registado qualquer incidente entre a corporação e os populares. Por seu lado, o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares, que se deslocou ao bairro Margoso, disse não ter conhecimento do assunto, tendo impedido a operação de desalojamento.

Enquanto isso, Jorge Vieira, membro da comissão de moradores, disse que estão prontos a abandonar a área do Margoso, assim que estiverem criadas as condições habitacionais no Zango 4.

"Nós não queremos brigar com o Governo, nem contra as instituições do Estado, mas queremos sair com dignidade. Não estamos a exigir nada, são cerca de 150 famílias e não saem sem que as condições sejam criadas", disse o nosso interlocutor.

Por seu turno, o administrador do distrito da Maianga, Amadeu Marta, tranquilizou os populares,

garantido que o realojamento apenas será feito depois de estarem criadas as condições na área do Zango 4.

Disse ainda que o seu pelouro recebeu uma orientação da CACL, no sentido de reunir com a comunidade e os seus representantes, de forma a tranquilizá-los. "Assim que as condições forem criadas, nós iremos notificar pessoalmente os representantes dos moradores, mas estejam tranquilos que não haverá realojamento agora", assegurou.

De salientar que, a manifestação dos moradores da área do Margoso, embora de carácter social, ficou marcado como sendo das poucas que já decorreram no país, até agora, levando as autoridades a reconhecer o acto como sendo "pacífica", ao contrário das outras que não foram tidos nem achados pela Polícia, que sempre considerou os manifestantes de arruaceiros, violando os princípios plasmados na Constituição, que consagra o direito à manifestação.

7.10 Invasão de terra preocupa camponeses de Bom Jesus

Semanário Factual

De 17 a 24 de Agosto de 2013

Antónia Maleso possui uma parcela de terra nos arredores da comuna de Bom Jesus, município de Icolo e Bengo. Diariamente, aparecem gente bem posicionada a convencê-la para vender o espaço.

"Eles aparecem em nome do Governo e ameaçam apropriarem-se das nossas terras", desabafou a camponesa, salientando que "as autoridades os têm defendido contra esses usurpadores de terras".

"A situação é preocupante", confessa Carlos Kabanga, proprietário de uma parcela nas margens do rio Kwanza.

Este camponês explicou ao Factual que, no mês de Julho de 2013, perdeu uma parcela de terra. "Ocuparam a força alegando que será erguida aqui uma infra-estrutura do Governo", esclareceu acrescentando que, passados dois meses, no mesmo sítio foi construída uma mansão.

Ramos Matadi está nas mesmas condições de Carlos Kabanga. O seu espaço, nos arredores da comuna, foi recebido, à força, sem receber nada em troca.

"Os gajos disseram que são do Governo e quando dei conta, afinal eram malandros. Recorri a justiça para resolver esse problema", conta o ancião.

Esta situação, de acordo com o velho, já foi informada às autoridades da agricultura na comuna, que prometeram tomar medidas drásticas.

"Nós queremos produzir para combater a fome. Eles querem ocupar para construir lojas e mansões. A situação não pode continuar assim", queixou-se.

O técnico agrónomo Sebastião Vila confirmou a invasão de terras dos camponeses, por gente rica.

"Estamos preocupados com a situação. Tudo faremos para defendermos os camponeses", prometeu o agrónomo.

Para este técnico, a corrida a invasão de terras para agricultura, na comuna, é maior. Gente proveniente de Luanda permanece na região, todos os fins-de-semana, com o objectivo de aliciarem os camponeses.

"Já alertamos os camponeses para terem muito cuidado. A agricultura é a base fundamental para o desenvolvimento. Não podemos perder todas as terras agrícolas", defendeu.

Os camponeses da comuna de Bom Jesus denunciam, ainda, uma suposta "manipulação" das comunidades de camponeses (por investidores), que "estão a perder o acesso à terra", ao serem "ludibriados através de promessas ilusórias".

Segundo as comunidades entrevistadas pelo Factual, algumas empresas não têm respeitado os limites das suas concessões, invadindo áreas comunitárias.

Os camponeses manifestaram-se preocupados com a ocupação ilegal das suas áreas de cultivo.

"Nos somos camponeses organizados em cooperativas e necessitamos bastante da ajuda da administração local e do governo da província para aumentarmos a produção e contribuir no combate à pobreza", disse o camponês Mateus Neto.

Disse que a concessão de micro-crédito, somente através de factura pró-forma aos agricultores, tem criado alguns transtornos aos associados.

Na sua opinião, a entrega de dinheiro não deveria e pender de qualquer factura pró-forma, visto que facilitaria o agricultor pagar os que trabalham a terra. "O camponês deve ser apoiado constantemente, para continuar a produzir e garantir a sustentabilidade das famílias", Potencialidades de Bom Jesus

A expansão e diversificação do sector industrial são duas prioridades das autoridades da comuna do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, uma das 32 que compõem a província do Luanda.

Bom Jesus, com 10.097 habitantes, é hoje uma das zonas da província de Luanda com maior desenvolvimento industrial, pelo número de fábricas instaladas nos dez últimos anos.

A comuna tem, ainda, cerâmicas que produzem tijolos, telhas e louça sanitária, locais de exploração de areia e burgau e uma fábrica de blocos.

As 14 aldeias que compõem a comuna de Bom Jesus têm escolas do primeiro ciclo de ensino e na sede comunal funciona, em regime experimental, uma sala do segundo ciclo.

Bom exemplo da Coca-Cola

A fábrica de refrigerantes Coca-Cola construiu em Bom Jesus um bairro inserido no programa de apoio social através de um fundo próprio criado para o efeito.

Ao todo, são 85 casas do tipo T3, que vão servir para instalar quadros da administração comunal e outros técnicos que fazem diariamente o percurso Luanda/Bom Jesus e Catete/Bom Jesus.

Das 85 casas, disse Serafim Catari, 17 destinam-se aos funcionários que trabalham directamente na administração e que têm, muitas vezes, de percorrer longas distâncias para chegarem ao trabalho.

Foram loteados 30 hectares que estão a ser distribuídos para a auto-construção dirigida.

Como condição para se obter parcelas loteadas, os candidatos devem ser, necessariamente, residentes da comuna de Bom Jesus, ainda que tenham nascido numa outra província.

Para se evitarem a anarquia e a desarmonia na construção, a administração comunal, após um inquérito junto das populações, apresentou um modelo de casa que deve ser seguido pelos candidatos.

Água para todos

Cinquenta mil pessoas do município de Icolo e Bengo, província do Bengo, estão a beneficiar de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, no âmbito do programa do Governo angolano "Água para Todos".

O programa foi implementado na comuna do Cabiri, beneficiando pelo menos 12 mil consumidores.

O Cabiri, o programa está a beneficiar sete localidades, nomeadamente as comunidades do Banza Kitel, Mabuia, Kingongo, Honga Zonga, Cassanzo, Camuteba e sede comunal.

Os beneficiários do projecto "Água para todos" naquela circunscrição, cujo sistema tem capacidade de bombear 180 mil litros de água/horas, foram contemplados ainda com a construção de 14 chafarizes e igual número de lavandarias.

Este projecto trouxe grandes benefícios, cujo impacto diminuiu, significativamente, as longas distâncias percorridas pelas populações locais que desfrutam, actualmente, de água potável, diminuindo, desta forma, as doenças diarreicas agudas, cólicas intestinais e infecções da pele.

Está em curso a expansão da rede de distribuição de água na vila de Catete, sede municipal de Icolo e Bengo.

As populações locais consumiam água extraída das cacimbas, lagoa da Kilunda e do rio Bengo, mas com este sistema as comunidades deixaram de percorrer longas distâncias com baldes e bidões à cabeça.

"É um grande ganho, pois o programa extensivo para todas as comunas e povoações deste município vai permitir o crescimento e desenvolvimento sustentável da circunscrição", salientou uma fonte da administração municipal.

O município de Icolo e Bengo, com cinco comunas, (Bom Jesus, Cabiri, Kassoneca, Kaculo Kahango e Catete), conta com uma população estimada em 20 mil habitantes que se dedica à agricultura de subsistência e pesca artesanal.

Merenda escolar um programa em acção

Milhares de alunos no município de Icolo e Bengo têm beneficiado do programa de merenda escolar a nível do ensino primário.

A merenda tem ajudado os alunos a assimilar as matérias. A acção é desenvolvida por uma empresa Tchizelu Food's Leia (TZL, Limitada) numa parceria com a educação.

A repartição de educação assegurou terem já beneficiado 1.648 alunos das localidades de Bom Jesus, Cabiri, Kaculo Kanhango e Kassoneca desde 14 de Maio do corrente ano.

A merenda escolar é composta por papa de milho, arroz doce, papa de soja, sendo distribuído a 14 escolas do ensino primário.

Adiantou que apesar disso, a população sentese satisfeita com o gesto do governo em continuar com o projecto de merenda escolar, pois permite com que os alunos sejam mais incentivados a estudar e evita

com que os pais mandem os seus filhos a lavra em detrimento da frequência à escola.

O Bom Jesus

Bom Jesus é uma comuna do município de Icolo e Bengo. Situa-se na margem direita do Kwanza acerca de 60 quilómetros a sudeste de Luanda.

Há uma antiga fábrica de açúcar e uma recém-constituída fábrica da Coca-Cola. Além disso o novo Aeroporto Internacional de Luanda está a ser construído nas margens da comunidade.

7.11 Mais de 200 famílias em perigo iminente

Semanário Factual

De 17 a 24 de Agosto de 2013

As famílias que têm as residências erguidas neste perímetro dizem ser vítimas incessantes de capotamento de viaturas sobre as suas residências, e atropelamento de carros que por deslizarem do asfalto, e perdem travões encontrando inesperadamente centenas de familiares em qualquer período do dia, sobre estas residências.

Desde o princípio do ano até o mês de Junho mais de três contentores já capotaram ao longo deste perímetro, e cerca de 25 acidentes já foram registados pela Polícia Nacional de Viação e Trânsito, numa média de 7,2 acidentes por semana. Ao se tornar frequente estas tragédias, urge a tomada de estratégias para salvação de centenas destas famílias.

O estreitamento da via, assim como a elevação que ela sofreu acima da superfície equiparada anteriormente a das residências constituem também sinais de preocupação, pois já não se encontram distâncias entre os separadores do asfalto e as residências.

Segundo os familiares ouvidos pelo Factual, à madrugada e o período nocturno são as fases mais críticas, dada a ausência de iluminação pública, agravada pela velocidade com que as viaturas circulam naquelas imediações, situação que obriga os moradores a um pedido de socorro a administração municipal do Sambizanga.

Desde a Rotunda à entrada da Comarca Central de Luanda circulam mais de 2 mil pessoas por dia, entre crianças, trabalhadores que preferem andar a pé dado o congestionamento do tráfego automóvel e os estudantes, que frequentam a escola do primeiro ciclo a metros da Comarca.

A direcção daquela instituição escolar fez saber ao Factual, que tem sido difícil coordenar a rotina dos estudantes durante os intervalos, pelo facto destes estudantes preferirem a berma da estrada, local vasto para as suas recreações, embora perigosa, dada a imprudência dos automobilista e camionistas, que saem do Porto de Luanda.

Os responsáveis da instituição assim como os familiares convergem as ideias, de que se encontram num ponto de circulação do tráfego automóvel crítico, quer no ponto de vista de circulação de viaturas, assim como na apresentação geográfica, e não resistirão em caso de um realojamento.

A comissão do bairro Nguanha na Dimuka no Sambizanga desconhece de um possível realojamento das centenas de familiares, que se encontram em estado lastimável, por estarem expostas a estrada, assim como nas imediações da vala de drenagem, que parte da Cuca ao mar, passando no interior do município.

Além das condições críticas em que centenas de residências se encontram expostas a berma da estrada, crianças e idosos clamam por uma intervenção ambiental sobre a frequente poluição assistida na vala de drenagem com derivados dos restos químicos provenientes das empresas cervejeiras Cuca e Nocal.

Sónia Domingos de 16 anos de idade estudante da 5a classe contou ao Factual, que a sua maior preocupação é não voltar a ver os seus colegas atropelados pelos camionistas e as crianças a brincarem com químicos das empresas petrolíferas e cervejeiras, mas que não há outra solução pelo facto da vala e a berma da estrada serem os principais espaços para a recreação.

Vale recordar-lhe que nesta vala já morreram mais de seis crianças durante o primeiro trimestre, por falta de cuidados sanitários das empresas que escoam seus resíduos químicos ao mar, duas por incêndio, por uso de um produto desconhecido semelhante a água, e um por afogamento e duas crianças por atropelamento.

A Direcção Nacional de Viação e Trânsito tem diariamente destacado mais de seis efectivos ao longo deste perímetro, para regular o trânsito assim como sensibilizar e multar os infractores da lei, quando estes excedem do normal, porém é no período nocturno em que quedas de contentores e choques contra residências tem acontecido.

Vale recordar-lhe que a Administração municipal do Sambizanga há dois anos que vem efectuando um

levantamento sócio demográfico da circunscrição, com vista ao cadastramento dos moradores para a requalificação da zona a primeira pedra para a criação de infra-estruturas na zona do antigo mercado Roque Santeiro e a estabilização das encostas da Boavista e do Miramar já foram feitas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

As residências que não estiverem cadastradas não serão válidas no acto do realojamento ou de compensação de outras. O projecto visa criar áreas livres onde serão construídas as infra-estruturas de base e a posterior edificação de residências.

7.12 Gestão das terras deve ser racional

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2013

A utilização da terra deve ser feita de forma racional para promover o desenvolvimento socioeconómico, advertiu o vice-governador de infraestruturas da província do Huambo, Calunga Francisco Quiçanga.

Calunga Quiçanga fez esta afirmação na abertura do seminário sobre o Estudo da Gestão de Terras e Recursos aturais. Referiu que para atingir este objetivo é necessária uma aplicação rigorosa das políticas traçadas. "É necessário definir programas específicos de estudo de gestão de terras, para que, de forma eficiente, este recurso natural possa servir todos os que dela dependem", sublinhou. "A boa gestão da terra e dos recursos naturais contribui para o desenvolvimento social e económico do país e na solução de problemas económicos que afectam as populações", frisou.

O seminário, promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), analisou os resultados dos estudos da gestão de terras e o trabalho de investigação realizado pelo Gabinete de Estudos para a Agricultura Camponesa (GEAC), nos sectores de Ngonguinga (Huambo) e Júlia (Ecunha).

Participaram no encontro membros das administrações municipais da Caála, Bailundo e Ecunha, autoridades tradicionais, religiosas, técnicos da Extensão de Desenvolmentgrário (EDA).

7.13 Entre a "alta política" e os margosos

Semanário Agora

23 de Agosto de 2013

Além da chamada alta política, feita no parlamento e nos corredores dos grandes, médios ou pequenos partidos; além da legislação bonita muitas vezes ignorada - há um hiato onde corre um caudal de reclamações múltiplas de direitos, que emerge a espasmos, ora mais ou menos calmos como nos "debates juvenis" dos dias que correm, ora estridentes como nas manifestações anteriores; ora de resistência como dos moradores do bairro Margoso, ou simples demandas de vendedoras informais cujos bens ('balões' de mais ou menos dólares) foram levados de madrugada nas casas de "processo" (armazenamento temporário das mercadorias antes da venda) por alegados fiscais. Por caminhos diversos, a cidadania procura emergir o fim da terceira legislatura, numa cerimónia onde a marca registrada do 'sempre a subir' e "estamos todos de parabéns", associados a opacidade, demonstraram que não obstante a novel relação de forças no seio do parlamento e as janelas de oportunidade proporcionadas por novos actores, nem as oposições, nem a sociedade civil, devem restringir toda a expectativa política ao quadro parlamentar.

Já muito foi dito sobre o episódio rocambolesco e já recorrente da obstrução à cobertura jornalística das sessões da Assembleia Nacional, sobretudo pela imprensa privada, o que tem a ver com os remanescentes da cultura de segredo e bloqueio do acesso à informação pelos cidadãos, herdada da primeira e segunda repúblicas.

A história recente da actividade parlamentar onde a predominância absoluta do partido do governo, MPLA, remete as oposições para protagonismos limitados, tanto na definição da agenda como no espaço público, coloca a questão de como aquelas devem articular a intrínseca actividade parlamentar, sobretudo no domínio essencial da fiscalização e do papel escrutinador da Assembleia Nacional sobre o Executivo, com a vida pública em geral, os agentes económicos e sociais, em suma, a sociedade civil.

Um papel escrutinador que, como sabemos, é essencial á democracia não se limita ao exercício eleitoral, hoje por hoje extremamente condicionado à grelha de partida.

A cerimónia de encerramento do primeiro ano da 3.ª Legislatura foi pois marcada, como é geralmente tradicional por discursos de ocasião, cordatos, algo consensuais, bastante optimistas como sempre,

palmas, aplausos e encômios nos vários sentidos. Aliás, num formato, apenas com discursos da portavoza e do presidente da Assembleia Nacional, que não deram a oportunidade ao público de perceber as diferentes visões sobre o desempenho da casa das leis, pois os líderes das bancadas das oposições não se fizeram ouvir.

a presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, revelou-se um sobrevivente nos mares controversos da hierarquia política do partido do governo, embora tivesse aludido ao fraco nível de iniciativas legislativas dos deputados e feito apelo ao maior empenho, elogiou os trabalhos dos mesmos. Fez questão de se referir ao "aprofundamento e qualidade do debate político" - uma valoração do desempenho dos legisladores, que não sabemos se ficou devida ao aumento do contraditório face ao protagonismo da emergente CASA-CE, de uma UNITA com algumas faces novas e atitudes mais assertivas, ou a qualquer outro elemento da produção legislativa que nos tenha escapado. Bem entendido, não era aquele o momento protocolar para troca de galhardetes e mesmo o chefe da bancada parlamentar da UNITA, Raúl Danda teve oportunidade de 'elogiar aos microfones' e uma estação de rádio, os esforços de presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, no sentido de alcançar consensos que, ainda assim, viria a considerar insuficientes no âmbito das pretensões parlamentares. Para Raúl Danda este esforço consensual deveria ir além da 'lógica' das maiorias e minorias enfraquecidas existentes no parlamento. Um objectivo difícil de concretizar no seio do parlamento, se tomarmos em consideração o desempenho até aqui manifestado.

Se fossemos a avaliar por exemplo, pelos clamores que a juventude tem feito eco nas diversas reuniões do chamado diálogo juvenil as preocupações de grande parte das populações, fora do plano teórico, não tiveram ainda o devido respaldo parlamentar. Por isso importa salientar, que mesmo uma iniciativa de vulto como é o dito 'diálogo juvenil', com as suas conhecidas limitações, só foi tomada na sequência de grandes reivindicações dos jovens que saíram para as ruas.

Se é verdade que as oposições, com a campanha de expansão de implantação nacional da CASA-CE promovida por Abel Chivukuvuku, e o calcorrear da dita 'Angola profunda' patrocinada pelo líder da UNITA, Isaías Samakuva, demonstram perceber melhor que a política não se faz (só) na casa das leis, deve-se reconhecer que no fim da sessão legislativa, não obstante um formato redutor e toda a propaganda, o 'diálogo juvenil' promovido pelo governo, roubou a cena da iniciativa política. Embora

seja evidente um défice de articulação das oposições entre si e entre elas e a sociedade civil, reconhece-se que alguns partidos tentam adaptar as suas máquinas aos novos objectivos eleitorais. E para isso não podem cometer pecados capitais de ingenuidade, amadorismo ou egocentrismo, fechando-se no casulo dos fiéis do clube.

Os próximos desafios parlamentares e não só, do debate do OGE 2014, à legislação laboral ou a reforma tributária; às questões mais concretas das demolições, as novas centralidades; o primeiro emprego ou os sistemas de saúde e ensino - as oposições terão muitas oportunidades de mostrar ao eleitorado, a sua aptidão para realizar uma outra política protagonista das mudanças democráticas que todos dizem defender. Por largos consensos, pela articulação, por plataformas transversais além do quadro partidário, pela cidadania, dentro e fora do parlamento. Para que, por exemplo, a ténue mas simbólica 'vitória' dos habitantes do bairro Margoso, na sua resistência ao 'camartelo' à mercê dos vorazes apetites dos cavaleiros selvagens do imobiliário, seja mais do que um adiamento de uma triste realidade que se alastra.

7.14 Indemnização aos camponeses do novo aeroporto de Luanda “em banho-maria”

Jornal o País

23 De Agosto de 2013

Dos cerca de três mil camponeses que dizem terem visto as suas lavras destruídas apenas 42 foram realojados no Zango III e no bairro Ondjo Yetu, mas ainda não receberam as respectivas indemnizações. Algumas pessoas dizem que se viram obrigadas a construir novas casas nas imediações do novo aeroporto internacional.

Lemba Diogo, 69 anos, camponesa, faz parte das 10 famílias que ainda permanecem naquele local. De acordo com a idosa, a vida não tem sido fácil desde que perdeu a sua lavra. Hoje, ela e o esposo, para sobreviverem dependem dos filhos, algo que para eles não tem sido fácil de gerir por estarem habitados a lavrar a terra e a se sustentar.

Lemba Diogo diz que possui algumas árvores naquele espaço, mas que a qualquer momento as mesmas podem ser cortadas pelos chineses encarregues das obras de construção do aeroporto. Como indemnização pelos derrubes daquelas árvores, a idosa e os seus vizinhos recebem 10 mil kwanzas por árvore, um valor considerado por eles muito baixo.

"O governo deveria pelo menos olhar as nossas vidas, nos dá pelo menos qualquer coisa. Já estamos velhos aonde é que vamos trabalhar mais?", clamou a camponesa.

Domingas Francisco vive há 50 anos naquele local, apesar de os seus filhos terem nascido naquela povoação e que para ela representa muito mais do que um sanzala, a lavradora disse que está disposta a abandonar o recinto desde que o governo crie condições favoráveis para viver num outro bairro.

De acordo com a camponesa, antes da destruição das suas lavras a vida naquele bairro era tranquilo a, cultivavam e viviam como podiam, mas hoje o cenário é triste, porque já não há mais terreno para lavrar e as vezes dormem com fome.

"Antigamente cultivávamos e vendíamos os nossos produtos, agora dormimos com fome. Nós estamos dispostos a sair daqui, porque a viver nestas condições também estamos mal, mas não nos dizem nada. O aeroporto que será construído aqui vai ser um bem para nós todos, mas têm que nos arranjar sitio para morar", defendeu.

Domingas Francisco disse ainda que desde que a construção do novo aeroporto começou nunca nenhum governante foi ter com eles a fim de conversar com os mesmos.

"Quando estão a alojar algumas famílias não nos dizem nada, a gente assusta uns a serem levados e não nos explicam nada".

A idosa que viu a sua casa a ser queimada por elementos não identificados, acrescentou que a sua lavra tinha quatro hectares de terra. Agora decidiu construir por cima de uma montanha, que para ela é bastante perigosa devido o período da chuva que se avizinha.

Alojamento a passo de camaleão Por seu turno, Suzana da Cruz, tem a sua casa a escassos metros da rede que veda o terreno do aeroporto. Ela prefere passar o dia fora de casa, devido a falta de segurança, e por a sua residência estar na mata, por isso ela fica mais tempo do outro lado do bairro, em casa das vizinhas por ser um sítio mais movimentado.

"Ainda não nos deram nada desde que assinalaram as casas, até agora não vemos nada. As outras estão bem ai no Zango III, e nós nada", lamentou.

Por seu lado, a camponesa Adelina Sebastião disse que de tanto pensar nas suas lavras e casas teve trombose. Neste momento vive em casa da sua filha.

Segundo o coordenador da comissão de moradores daquela zona, Sebastião André, a população respeita a construção do aeroporto e apela ao Governo a criar mecanismos para alojar estes camponeses que se encontram "desalojados e desamparados". Sebastião André assumiu que naquele perímetro ainda vivem algumas famílias que esperam pelas suas respectivas casas, prometidas aquando da ocupação das terras.

"Não é verdade que dentro do perímetro do aeroporto não existe família, isso é pura mentira".

O coordenador disse também que desde 2005 que tem vindo a trabalhar com o coordenador de cadastramento do projecto, José Nicolau, e com a Casa Militar da Presidência da Republica, e que todos conhecem a realidade daquelas pessoas que vivem ai "dentro" do aeroporto.

Alguns camponeses disseram a este jornal que o alojamento destes populares só acontece quando há demolições em algumas artérias de Luanda, e quando são transferidos para o Zango dai que não vêm transparência no processo.

Aquando do lançamento da primeira pedra da nova obra, de acordo com os lavradores, o ex-ministro do transportes, Luís Brandão, disse' que todos os camponeses que foram afectados pelo projecto teriam as condições condignas e que os seus filhos teriam emprego garantido, mas tal promessa não foi cumprida até hoje.

7.15 Venda ilegal de terrenos combatida no Cuanhama

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2013

O administrador municipal do Cuanhama, Gonçalves Namueya, garantiu em Ondjiva que as autoridades vão adoptar medidas punitivas para acabar com a venda ilegal de terrenos por parte de cidadãos não autorizados.

Gonçalves Namueya, que falava durante o acto de posse dos novo responsáveis da Administração do Cuanhama, disse também ser urgente o combate às construções anárquicas e em zonas de risco e à ocupação ilegal de reservas fundiárias.

Recordou que tais práticas constituem transgressões administrativas e sobre as quais os serviços de fiscalização vão ser mais activos e implacáveis. O administrador manifestou igualmente preocupação com a transformação, por alguns cidadãos, das chanas na periferia da cidade de Ondjiva em depósito

de lixo e com as edificações frequentes sem o devido licenciamento.

"Devemos preservar, limpar e ordenar urbanisticamente as edificações da cidade de Ondjiva, que é a sala de visitas da província", sublinhou Gonçalves Namueya.

O administrador do município em que e encontra a capital da província do Cunene, anunciou, por outro lado, o início, ainda este ano, de um processo de loteamento de espaços para a auto construção dirigida, com vista a atender as necessidade da casa própria.

7.16 Desalojamento anulado para os moradores

Semanário Factual

De 24 a 31 de Agosto de 2013

Moradores do bairro Margoso, no distrito urbano da Maianga, juntaram-se na passada semana, na rotunda próxima ao hospital do Prenda, para dar visibilidade social ao seu processo de desalojamento pelogoverno provincial de Luanda.

A multidão, que não ultrapassava 200 pessoas, gritava palavras de ordem e levantava cartazes contra a sua retirada que estava marcada para quarta-feira, 14, da passada semana.

O Factual esteve no local e notou o desespero dos moradores que deviam ser desalojados na quarta-feira e transferidos para a zona do Zango 4, alegadamente para um projecto de requalificação do bairro.

A população estava concentrada num lugar gritando "o país não tem dono, é de todos nós" e expunham cartazes com as mesmas declarações. No local fazia-se presente um efectivo da Policia Nacional, sensibilizando a população.

As inquietações dos moradores residiam na falta de condições no local proposto para o realojamento, tendo o presidente da comissão administrativa da cidade de Luanda, José Tavares, afirmado que "não temos conhecimento do assunto e que antes de qualquer realojamento irão anunciar previamente aos moradores. Não se faz uma requalificação sem primeiro fazermos um estudo de campo, caso contrário a população já devia ser sensibilizada a ter de abandonar o lugar, explicar as razões e as consequências de permanecer numa zona de risco, mais ainda não o fizemos, por isso não haverá desalojamento nenhum" garantiu José Tavares.

Moradores discordam da transferência, alegando que "se pensam em nos transferir para o Zango 4 têm de criar primeiro as condições de habitabilidade, porque o processo de requalificação deve ser feito sem prejuízo da observação da dignidade da pessoa humana e dos valores de solidariedade e justiça social. As demolições devem ser conjugadas com a criação de condições mínimas e aceitáveis para o realojamento, dos cidadãos afectados e com o diálogo e o envolvimento dos mesmos nas soluções de alojamento, mas não é o que temos visto.

Pessoas com casas dignas são postas em tendas, que tipo de requalificação é esta se realmente a intenção é ajudar a população a abandonar as áreas de risco".

Por causa da manifestação, os moradores foram convidados para uma reunião com a administração distrital da Maianga, onde ficou decidido que a transferência ficava" adiada sem data prevista.

7.17 Os buracos no asfalto do Huambo

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

O Administrador do Huambo, José Luís de Meio Marcelino, afirmou a este jornal que do ponto de vista técnico e financeiro o que se tinha orçado e programado para o ano corrente está praticamente cumprido e equilibrado. As declarações de José Marcelino encerram o plano de desenvolvimento infraestrutural do município do Huambo. Teimosamente, folha 8 questiona o problema da redistribuição da energia eléctrica e da água potável na periferia. Depois de uma entrevista exclusiva com o vice-governador Guilherme Tuluca, desta vez, José Marcelino, socorrendo-se dos bairros da Chiva, Santa Iria e Sassonde, seguro de si disse: "já existe iluminação pública na Chiva, na Santa Iria, no Sassonde".

o responsável adiantou por enquanto que sua instituição vai estender a rede de distribuição, até São Pedro suburbano. Na visão de Marcelino, "É claro que nunca vamos ter todos contentes, assim como nunca os vamos ter descontentes". O responsável acredita que o agendado no orçamento tem de adequar-se as necessidades. E, as necessidades são muitas. O governante fazendo "jus" a sua experiência disse: "por exemplo se já temos um poste de transformação perto da Administração, se calhar é mais fácil, estendermos a iluminação pública aqui ao "kamili quinhentos" ou outro bairro da periferia, porque já temos a primeira condição que é a distribuição de baixa tensão, com capacidade para

fornecer". a visão do nosso interlocutor, está em jogo o ponto de vista financeiro, social, mas também a operacionalidade técnica.

SOBRE A ZUNGA

De acordo com o Administrador, boa parte de zungueiras é portadora de um Cartão de Vendedora Ambulante. "O termo "zungueira" diz que é uma pessoa que tem de andar na zunga, não é uma pessoa estática". o dizer do Administrador do município, é que a sociedade tem que reconhecer que em frente do Hospital Central não se estabeleça uma praça. A frente do mercado municipal não haja uma outra praça, por ser uma concorrência desleal, pelo facto de o vendedor do interior do mercado querer igualmente vender e ganhar dinheiro do seu produto; e como se não bastasse, paga as suas contribuições ao Estado! No entanto não é justo por exemplo quem pague: KZs 100.00 diariamente e a vender tomates. E, outra concorrente, fora do mercado que não pague (...) justificou. o seu entender estaremos a priorizar a ilegalidade e esta situação tem que ser resolvida. Está aqui a fórmula! Uma delas é a sensibilização. A guerra acabou! O país está avançando a olhos vistos, e em todos os níveis, acrescentou José Marcelino. Para ele, a educação das pessoas é um processo. É como a formação profissional.

NÃO TEMOS QUE INDEMNIZAR ILEGALIDADES

O Administrador afirmou ao Folha 8 que, os produtos que são apreendidos pelos fiscais da Administração, são entregues a uma instituição de utilidade pública (hospital ou lar dos pequeninos)." Nós não temos que indemnizar ilegalidades", disse respondendo a questão que por sinal, tem lesado homens e mulheres ambulantes do ganha - pão e não documentados. Sem querer pôr as mãos no fogo pelos seus fiscais, José Marcelino é dos que acredita que, de entre os seus funcionários (fiscais), existem corruptos que manchem o nome da instituição que dirige. Fez este esclarecimento sobretudo a vendedoras que caminham quotidianamente. Para os estáticos, os fiscais da administração da cidade do Huambo, têm a orientação de dispersar o aglomerado fora dos padrões indicados. Adiantou ainda que, da orientação dada, já não consta o confisco de produtos, até porque grande parte dos nossos fiscais, fazem-se transportar de motas e não podem levar bacias nas cabeças. O que acontece segundo José Luís de Meio Marcelino, "são situações repetitivas e aí, há obrigação de medidas mais um pouco duras". A vendedora ambulante resolve o nosso problema! Aquela senhora que passa em frente da nossa casa vendendo banana, tomate, cebola, está ligada a situação do país. São de facto ambulantes. O

governante considerou ainda de actividade ilegal, a venda de produtos pendurados em gradeamentos: como a roupa. O dirigente da Administração do município do Huambo, "a maior parte de janelas abertas da cidade, são ilegais". o seu entender, grande parte não paga impostos, e não tem Alvará. O governante promete regrar tais atitudes e está em carteira, um concerto ou debate em volta da situação.

TERRAS: TEMOS QUE DEFINIR PRIORIDADES ...

o município do Huambo tem características diferentes. Tinha sido preparado para 300, 400 mil pessoas. Hoje já tem um milhão de Habitantes. Em termos de infraestrutura, as urbanas são as mesmas. Actualmente assiste-se uma explosão de construção a toda volta. Há bairros que na altura eram zonas de lavras e hoje são bairros urbanizados, mal urbanizados. Sem querer promover a construção ilegal (...) temos que definir prioridades. E para eu definir prioridades, vou deitar abaixo a tua casa construída mal, e numa zona de risco, quando lhe possibilitar outra alternativa. Estamos conscientes a arranjar alternativas! Mas, não chega para todos. Temos que adequar os nossos mecanismos. E.. aqui a nível do município, para as pessoas que fizeram construções sem as devidas licenças, fazemos uma fiscalização e se estiver bem implantada emitimos uma licença, a pessoa em questão paga as contribuições que devia ao Estado, paga as multas em alguns casos e nós oficializamos o processo de construção.

O Administrador alertou que, aqueles que tiveram o mesmo procedimento administrativo, e que estejam em zonas onde será impossível no futuro manterem suas habitações, optaremos por emitir licenças temporárias. Por exemplo: você construiu numa zona de risco, Há 20 kms de um riacho, de uma ravina, não se destruirá a casa, emitir-se-á uma licença". Segundo ele, é tudo no sentido de o cidadão diminuir o progresso das ravinas, até que se arranje uma alternativa. Este Administrador avisa que, "a sua vida está posta em risco". Já, amanhã e depois de amanhã, a não acatar, Marcelino diz que vai tomar medidas mais violentas. Se calhar menos aceites socialmente. Mas, para não suportar despesas de óbitos, o responsável do Huambo (sede), prefere destruir habitações mal localizadas e evitar o pior (mortes); acrescentou dizendo que, custa-nos tomar este tipo de medidas. Mas é para não perdermos a sua vida e permitir que morras. Prefiro pô-lo na rua e tomar este tipo de decisão. Este tipo de actuação é que define a qualidade dos serviços administrativos. É preciso que as pessoas saibam que, de um ou de outro partido, não estamos para perseguir pessoas. Estamos todos aqui pelo mesmo fim: melhorar a qualidade de vida

dos angolanos, que sejam eles azuis, amarelos, ou vermelhos desta ou de outra tendência política. Deste ou de outro estrato social.

ADMINISTRADOR FOI ACUSADO DE RACISMO

A questão das terras e sua posse continua a gerar conflitos. Segundo informações não bem confirmadas, a instituição dirigida por, José Luís de Melo Marcelino foi recentemente alvo de acusações, (racismo) no Huambo, tendo o caso parado nas barras do tribunal. Mas questionado sobre a situação, disse: "Essas pessoas que afirmaram isso, foram condenadas e eu absolvido". "Eram 10 pessoas contra mim". "Este tipo de linguagem é tão decadente e retrograda". Acreditou o responsável que, estamos no século XXI: "brancos, pretos, mulatos, amarelos; convivemos todos os dias". Nestes termos o governante foi claro ao ter dito que: "Não há raças puras"; "No nosso país, ninguém pode dizer que eu sou preto genuíno, ou sou branco genuíno"; "Isso não existe". Para Marcelino, a mestiçagem é comum; e cada vez mais (...) os arianos puros, que se falavam antigamente, é agora uma raça em extinção. "Pessoas com este tipo de argumentação, estou com pena delas". Destapando o véu, afirmou: "Sempre vivi em Angola"; "fui militar durante 20 anos"; "sou oficial superior na reserva, acompanhei o processo todo de evolução do país"; "Em 75 quando começou a guerra aqui no Huambo, fui para Portugal e voltei 20 dias antes da Independência". Contou ainda ao F8 que, o célebre navio (NIAÇA) que transportou os últimos portugueses do Lobito para Portugal, levou-me de Luanda para Lobito, eu e minha família. Eu era pequeno na altura"; "Basta irem a minha casa, verem a minha mulher e meus filhos". "No entanto, este tipo de provocação, não argumento, prefiro não responder".

VAMOS REABILITAR 150 KMS DA VIA

"Isso é uma injustiça perguntar isso", argumentou o Administrador. "No bairro Sassonde já entramos duas vezes". "Na Santa Iria, estivemos o ano passado, requalificamos, reconstruímos com fundos da Administração, que muito nos custaram". Falando para este jornal, Marcelino garantiu terem requalificado: um monte de pontes e pontecos. E posso lhe dizer com dados geográficos, de satélites onde é que estão os buracos no asfalto do município. Neste momento no Huambo, há 59 pontes e pontecos, que estão a precisar de alguma atenção especial. Em entrevista ao F8, o governante do município sede, assegurou que o órgão que dirige reabilitará 150 kms da rede viária local. Garantiu ainda que se lhe forem já alocadas as verbas pelo

Executivo, pode fazê-lo em 3 (três) meses. À margem da entrevista, José Marcelino certificou que 1km de estrada, custa dos cofres do Estado USD 10.000.00, sem esgotos, disse o interlocutor, desde que sejam apenas uma máquina, uma terraplanagem, um pouco de inertes de qualidade.

NÃO TEMOS UM TECTO QUANTO AOS ORÇAMENTOS ALOCADOS

A sociedade civil, para além de outros integrantes do Conselho de Concertação social, entre os quais representantes de partidos políticos, participaram num encontro de género nos últimos dias. Marcelino assegurou ter tido a oportunidade de tornar público o programa do regime do MPLA, no qual faz parte sobre o Combate a Pobreza. Refira-se que Marcelino, regozijou-se pelo facto de ter vivido este momento com elementos da oposição local. O dirigente assegurou que não poderá esconder nada. É melhor andar simples, funcional, mas com a camisa e as calças que são minhas de que já paguei e não devo a ninguém. Por isso considero uma injustiça quando vocês dizem que não fizemos nada ao nível da terraplanagem. Questionado sobre a quantidade monetária que seu município recebe habitualmente, Marcelino disse que não tinha um tecto de quanto ter sido alocado para o Huambo. "O que acontece, é que as verbas que nós gerimos, estão integradas no programa de desenvolvimento geral e combate a pobreza". Até o ano passado eram 288 milhões para as capitais provinciais, (municípios sedes) e 214 milhões para os demais municípios e esta diferença ainda foi encurtada. No seu dizer, o Huambo recebe o mesmo que recebe o Mungo. O Mungo tem de 100 a 150 mil habitantes, o Huambo está com 1 milhão, mas temos de fazer as mesmas incumbências.

7.18 Um calvário Margoso

Jornal Acapital

24 De Agosto de 2013

O mais difícil é aceitar deixar um lugar onde muitas vidas se fizeram. Daí, um místico de saudosismo e tristeza nutrirem um certo ar de revolta. A residir no Margoso desde 1971, altura em que chegou à Luanda vindo da província de Malanje, João Domingos, 63 anos, sempre dedicou-se à costura.

E para provar que está aqui há anos, disse que foi neste bairro que nasceram os seus oito filhos.

"Quando cheguei aqui, não havia muitas casas. Mas, com o passar do tempo, o bairro foi crescendo. Vieram pessoas de várias províncias até se tomar no que é hoje", contou o mais velho, para manifestar o seu descontentamento, vivo aqui, nunca vivi grandes

dissabores. Salvo os pequenos furtos e assaltos como acontecem em qualquer outra parte de Luanda", acrescentou João Domingos, para quem, apesar de tudo, a requalificação do Margoso é bem-vinda, na medida em que irá mudar a cara da cidade e garantir maior conforto e comodidade aos seus futuros inquilinos, mas, também, defende a importância de se criarem, antes, condições nas áreas para onde os actuais moradores serão encaminhados.

"Eles não podem, simplesmente, tirar-nos daqui e nos mandarem para uma área onde não há sequer condições básicas para as pessoas viverem", enfatizou, receando que sejam tirados do bairro e levados para um lugar sem água, luz, hospitais nem escolas.

"Seria mau. Acho que o Estado deve mostrar alguma sensibilidade quanto às dificuldades que passamos, procurar minimizá-las, solucioná-las", concluiu.

Quem compartilha o pensamento de Domingos, é o comerciante Edvaldo Segunda, 23 anos. Entende ser da responsabilidade do Estado melhorar as condições de vida da população. Porém, "o que nós queremos, de facto, é viver com alguma dignidade".

"Queremos ser tratados como pessoas. Até porque, também contribuimos para o progresso do país", afirmou o jovem ao notar que quando chegou ao bairro tinha apenas 10 anos de idade, daí o recordar com tristeza dos bons momentos passados naquele musseque.

"Cheguei em 2000, vindo da província do Kwanza-Sul, com 10 anos. Lembro-me com tristeza o tempo em que estudava aqui no Kanguni. Saíamos daqui para ir brincar no parque Zé Dú, no bairro Azul, que infelizmente, já não existe. Sinto muito por saber que seremos desalojados", manifestou Segunda cujo combate contra os chamados musseques enclausurados no centro da cidade vai começar. Isto foi o que ficou patente depois de uma reunião que juntou numa segunda-feira, 25 de Março, em Luanda, o governador da província, Bento Bento, o ministro da Construção, Urbanismo e Habitação, o vice-governador para a área técnica, os directores provinciais do Trânsito e Mobilidade, das Obras Públicas, fiscalização, Energia e Águas, entre vários, incluindo o administrador do distrito urbano da Maianga.

No centro das atenções esteve a requalificação do bairro Prenda, com particular realce para as zonas do Margoso e Chabá. O coordenador do projecto, Brito Júnior, deu a conhecer, na altura, que o mesmo consistia na melhoria das condições da zona, transformando-a numa área nobre.

"Vamos tirar todos aqueles casebres e transformar num bairro nobre, com equipamentos sociais. O que estamos a discutir agora é como desalojar e realojar a população que vive naquela zona", enfatizou.

Lembre-se que a zona em questão alberga, actualmente, quatro estruturas sociais, nomeadamente, o hospital do Prenda, uma escola pública, um hipermercado e o dispensário de tuberculose. Entretanto, e em conformidade com o projecto, três destas vão beneficiar de obras de reabilitação, enquanto que o dispensário será erguido fora do projecto.

"Está prevista a construção de um novo dispensário, mas fora da zona habitacional. A zona do supermercado está livre, mas quem irá explorar a área terá de ter em conta a população que vive ali", frisou, acrescentando quanto à escola, que por ser um espaço grande, tem de ser melhor aproveitado.

Para o efeito, "contaremos com apoio da Educação". E quem fica com a barba de molho é, sem dúvidas, o histórico Catambor sobre o qual já muito se sussurra, receio é que os moradores do Margoso percam as casas construídas à seu bel prazer, e serem colocados nas tendas, sem o mínimo de condições.

"Aqui temos as nossas casas construídas com aquilo que cada um tinha. Não será bom que nos tirem daqui para vivermos nas tendas, onde não existem serviços, aliás, prossegue, "aqui não precisamos de percorrer longas distâncias para chegar à escola".

"Temos a escola do Nzamba-2, da Quinanga e do bairro Azul", ilustrou, referindo-se do mesmo modo quanto aos hospitais.

"Também estamos rodeados de hospitais. Temos o Hospital do Prenda, o josina Machel, enfim", há uma série de benesses que usufruem e desconfiam que lá para onde forem não as tenham.

Há semanas que o sapateiro Luís Domingos Catembo, 55 anos, está com insónias. Tudo, porque vive com o pesadelo de que a qualquer instante as máquinas virão demolir as suas casas.

Contou ao A Capital que está no bairro há 39 anos, proveniente do Kwanza-Sul, mais concretamente do município do Libolo. Reformado do Ministério das finanças, tal como seu vizinho João Domingos, acrescentou que quando chegou ao local, o bairro era ainda muito pequeno e pouco povoado.

"Cheguei em 1974. Na altura não havia muita gente. Um dos vizinhos que eu tinha era, por exemplo, o ex-integrante do agrupamento musical Jovens do

Prenda, Augusto Chacaia, o falecido Zé Cax", mostrou o morador para quem a convivência entre moradores do bairro Margoso foi sempre sadia.

Quanto às demolições em vista do bairro, o mesmo disse, argumentou que o problema não está em os moradores não quererem sair, mas sim nas condições de habitabilidade do sítio para onde se vai.

"Como vê, apesar de vivermos neste beco, ao menos, temos água e luz. Há escolas e hospitais muito próximos de nós", justificou, adicionando que de alguma forma conseguem satisfazer suas necessidades.

"Não será de bom tom o Governo nos tirar daqui e nos levar para um sítio onde não existam condições mínimas de habitabilidade", elucidou.

7.19 Urbanização para os ricos, despojo para os pobres

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

O José Agostinho Quiteque, de 31 anos, representa a terceira geração da uma família nascida no Bairro Margoso, no Distrito da Maianga, em Luanda. O bairro, aninhado na encosta entre a zona urbana do Prenda, o Bairro Azul e a Avenida Revolução de Outubro, será demolido para dar lugar a um projecto de urbanização para ricos.

A família Quiteque tem mais de 50 anos de vivência no bairro. O patriarca Agostinho Chiteque, natural do Kwanza-Sul, teve ali o seu primeiro filho há 52 anos, na primeira casa de madeira que construiu, precisamente no local onde hoje é a Clínica do Prenda. As autoridades coloniais concederam-lhe outro terreno, um pouco mais abaixo, onde construiu uma casa definitiva, em alvenaria, e ali se fixou até à sua morte, há quatro meses, aos 81 anos de idade. Teve quatro filhos, todos nascidos no Margoso. No quintal, então com espaço suficiente, construíram-se quatro anexos para acomodar os filhos e suas respectivas famílias.

O primogénito Manuel teve oito filhos, naquela comunidade familiar. Por sua vez, o seu primogénito José teve três filhos, no mesmo local, constituindo assim a quarta geração dos Quiteques no Bairro Margoso.

José Agostinho Quiteque é hoje um dos membros da comissão de moradores para a defesa do realojamento condigno daqueles que serão expulsos do Margoso devido ao novo projecto de urbanização. A 14 de Agosto passado, pouco mais de uma centena

de moradores, maioritariamente mulheres, perfilharam-se na Avenida Revolução de Outubro, ao raiar do dia, para protestar contra o que seria a data marcada para as demolições do bairro. Altas entidades governamentais, militares e policiais acorreram ao local para constatarem a razão da manifestação, pacífica e ruidosa, numa das principais artérias de Luanda, que se prolongou até perto do meio-dia.

"Passámos três semanas sem dormir, com o pesadelo das máquinas que viriam à noite ou de madrugada demolir as nossas casas, como é prática do governo", explica Manuel Paulo, de 26 anos, nascido no Margoso.

A ordem para a demolição das primeiras 150 casas, marcada para 14 de Agosto, foi transmitida aos moradores pelo director do Projecto de Requalificação do Bairro Margoso, Baixo Prenda e Chabá, António Teixeira João.

Foi também António Teixeira João quem telefonou pessoalmente ao comando policial do distrito da Maianga para providenciar os efectivos necessários para a operação, segundo um comandante local. O mesmo oficial referiu que normalmente é o comando-geral da Polícia acional quem ordena as esquadras policiais a acompanhar as demolições.

Outro oficial da Polícia Nacional, presente no local, aceitou, a pedido da comissão de moradores, ver as imagens das chamadas "casas evolutivas", no Zango, onde as famílias deverão ser realojadas. As "casas evolutivas", assim denominadas pelos arquitetos do executivo do presidente José Eduardo dos Santos, são edificações de dimensões exíguas, sem acabamentos, que têm sido construídas em bairros de realojamento na zona de Luanda (Zango, Viana e Panguila) e também em alguns municípios de Malanje. Disse apenas: "Estou sem palavras. Façam uma manifestação pacífica e não agiremos".

A Brigada Canina da Polícia Nacional, enviada ao local, manteve os cães nas viaturas. Até o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general Zé Maria, sempre lesto a pressionar a repressão de manifestantes, teve atitude diferente. Conversou com uma moradora, Marisa, que lhe entregou um dossier sobre a posição dos moradores, as convocatórias recebidas pelos visados e fotos do local de realojamento no Zango. Em seguida, retirou-se do local.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACIL), general José Tavares, deslocou-se ao local, quando soube do protesto, e organizou uma reunião com os moradores, a quem transmitiu o

seu desconhecimento sobre quaisquer ordens governamentais para as demolições.

No mesmo dia, o porta-voz da CACIL, João Dombaxi, revelou à 1V Zimbo que António Teixeira João não tinha autorização para ordenar as demolições. "Concluiu-se que houve algum equívoco em alguém não mandatado para o efeito ter determinado o realojamento da população do Margoso para o Zango", disse Dombaxi.

O porta-voz referiu também que a CACIL concluiu que "não há condições para que as populações possam ser transferi das nessa altura para o Zango, em virtude de, segundo os populares, não existirem condições e infraestruturas para o efeito".

"A zona de realojamento não tem água, energia eléctrica, escolas, postos médicos. Esses governantes são desumanos, querem acabar connosco que somos pobres", denuncia José Agostinho Quiteque.

O membro da comissão de moradores nota ainda a falta de condições de habitabilidade das casas onde deverão ser realojados.

As casas evolutivas têm duas divisões exíguas, uma para quarto e outra para casa de banho. "Cada morador tem de rebocar as paredes interiores, cimentar o chão, instalar sanita na casa de banho e construir a cozinha e sala", explica José Agostinho Quiteque.

Na zona do Zango, para onde deverão ser transferidos os moradores do Margoso, fora da cidade de Luanda, encontram-se já muitas famílias desalojadas da ilha de Luanda. Desde há quatro anos que vivem em casebres improvisados de chapas, papelões e outros materiais. As tendas que lhes haviam sido entregues pelo governo, como moradias, rasgaram-se e deterioraram-se com o passar do tempo.

VIDA URBANA PARA RICOS

A 25 de Março passado, o governador de Luanda e primeiro secretário do MPLA na provincial, Bento Bento, presidiu a uma reunião sobre o processo de requalificação do Margoso e Chabá. Os ministros da Construção e do Urbanismo e Habitação, entre outros dirigentes, participaram do encontro. Na ocasião, o coordenador do projecto, Mateus Morais de Brito Júnior, revelou à imprensa o destino do Margoso e Chabá: "Vamos tirar todos aqueles casebres e transformar num bairro nobre, com equipamentos sociais. O que estamos a discutir agora é como desalojar e realojar a população que vive naquela zona".

Mateus Morais de Brito Júnior é o vogal da empresa Vida Urbana S.A., a quem o governo atribuiu a concessão da zona a demolir. Brito Júnior foi ministro da Construção, deputado do MPLA e, actualmente, exerce a função de administrador não-executivo do Jornal de Angola.

A Vida Urbana Limitada foi criada em 2002 pela advogada Paulette Maria de Morais Lopes. Em 2009, a empresa transformou-se em sociedade anónima e passou a designar-Viva Urbana S.A. Aumentou o seu capital de 450,000 kwanzas para 1.8 milhão de kwanzas, na altura equivalente a US \$20,000. Paulette Lopes passou a deter 80 por cento do capital, enquanto os seus sócios Hélia Maria Bernardo Miguel, Mara Geovana Contreiras Cirilo de Sá, Djamilia Sousa Pinto de Andrade e José de Carvalho Tavares ficaram nominalmente com cinco por cento cada. O cidadão norte-americano George Wesley Sherrell é o presidente do Conselho de Administração da referida empresa.

Como é possível que uma empresa desconhecida, sem qualquer historial de construção civil digno de registo, ganha uma empreitada desta dimensão, sem concurso público, e que envolve o desalojamento de perto de 3,000 famílias?

No entanto, George Wesley Sherrell, é também administrador de uma outra empresa, nominalmente propriedade da advogada Paulette Lopes, a Kworum Capital, Limitada.

No seu website, a Kworum Capital é apresentada como uma empresa bancária de investimentos fundada por um grupo de banqueiros internacionais e gestores experiente. A empresa dedica-se principalmente à captação e realização de financiamentos para projectos comerciais e de infraestruturas em Angola, através de parcerias com bancos locais e internacionais. Também investe em empresas na África Austral e Ocidental.

Maka Angola irá investigar, nas próximas semanas, as empresas Vida Urbana e Kworum Capital, a sua relação com o poder e a sua capacidade de influenciar o despejo arbitrário dos moradores do Margoso e Chabá, de forma desumana.

7.20 Governo prepara terreno para vítimas das calemas

Jornal de Angola
27 De Agosto de 2013

Pelo menos 200 lotes de terreno, numa área de cerca de 60 mil metros quadrados, foram terraplanados

para ser entregues a 170 famílias assoladas por calamidades ocorridas em princípios deste mês no município de Porto Amboim, província do Kwanza-Sul.

O director provincial do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), Leandro Sanito, garantiu, em Porto Amboim, que os terrenos vão beneficiar um total de 790 pessoas adultas e 435 crianças dos bairros Torre do Tombo, Salinas e Cauíla.

Leandro Sanito garantiu igualmente que cada uma daquelas famílias vai beneficiar de uma parcela correspondente a 300 metros quadrados, destinado à construção de habitação.

Na área total já terraplanada, director provincial do INOTU revelou que vão ser ali igualmente construídas 200 habitações com todos serviços e condições de habitabilidade, além de mercados, área de lazer, jardins, vias de drenagem das águas pluviais, escolas, centros e posto de saúde.

Leandro Sanito acrescentou que decorrem trabalhos de aplicação de taças divisórias para a delimitação dos lotes e para orientar as famílias durante a construção das casas, para obrigar ao respeito dos espaços reservados a passeios e ruas.

O director provincial assegurou que os trabalhos estão acelerados e que apenas a época das chuvas pode criar embaraços ao programa. O director do Ordenamento do Território exortou as populações da província a evitarem construir em zonas de risco.

7.21 Luanda não precisa mais de macambiras no centro

Semanário Agora

30 De Agosto de 2013

A Vida em Luanda é um autêntico pesadelo, um inferno e apesar das inúmeras obras que se realizam, estamos demasiado longe da resolução efectiva dos seus e dos nossos problemas. Há sim algum charme que nos enche de orgulho nalguns pontos, como a Baía de Luanda, mas contrasta com o resto. E até mesmo Talatona, devidamente infra-estrutura da, para a qual se tinha uma perspectiva de enquadramento e desenvolvimento moderno de projectos habitacionais e de fixação de empresas prestadoras de serviços, não transmite mais do que uma imagem pálida, pouco cuidada, desarrumada mesmo, dessa vontade de avançar, que da realidade à prática vai quase que uma diferença de meio século.

As obras de melhoria e de criação ou reabilitação de vias, considerando também o rápido crescimento da densidade populacional, levam sempre demasiado tempo e nem sempre, depois de executadas, produzem os efeitos desejados. Mas, de forma geral, há muita obra parada, hipoteticamente por falta de recursos, e a demora na descentralização de serviços, predominantemente concentrados no centro de Luanda, faz com que a circulação nesse sentido crie maior desgaste psíquico, físico e material das pessoas e meios. E se serviram para resolver parte da carência habitacional, as novas centralidades, sem dúvida um grande benefício, por arrasto, ainda estão longe de constituir o fim do calvário de milhares de cidadãos, que acordando de madrugada, continuam a ter nas viaturas as suas segundas casas. Levantam-se as quatro da manhã, para chegar ao serviço as seis ou sete e encontrar um lugar para estacionar, nas imediações do serviço. Até quando esse desgaste? Infelizmente, a solução continua a ser uma grande incógnita.

Nesse quadro, o derrube dos armazéns da antiga Macambira, um conjunto de unidade que por mais de quase meio século serviu de referência para esta cidade, e a informação que dá conta que, provavelmente, a área será utilizada para a implantação de infra-estruturas integradas para a produção de artigos e meios de sustentação logística das forças armadas, assusta a população.

Essa intenção, se é mesmo verdadeira, trouxe novamente a terreiro, discussões sobre a necessidade de se defender o desenvolvimento harmonioso de Luanda. Não havendo ainda um plano director, a capital vive um pouco a reboque da sua destruição, do seu desgaste ou dos remendos que se fazem na época de cacimba, para depois voltarem para novo estádio crítico com o regresso das chuvas.

Tendo em conta essa perspectivação do futuro, a sociedade, por unanimidade não concorda com a construção de mais unidades fabris no interior da cidade, até porque na periferia existem pólos ou áreas demarcadas onde podem ser instaladas, sem criar constrangimentos quer para o seu funcionamento, quer para dos que lá trabalharem, quer ainda para a transportação das matérias-primas de sustento e do escoamento da produção.

Por outro lado, e voltando; necessidade da redução das assimetrias, da criação de postos de emprego, do aproveitamento do potencial de outras regiões no centro, sul e leste do país e até da interligação de outros factores importantes para o desenvolvimento como estradas, linhas férreas, portos, unidades de geração de energia, produção e distribuição de água e combustíveis, construir mais unidades fabris numa

zona como a da Macambira é daqueles erros crassos que só se cometem, quando ainda não se sabe bem o que se quer para o futuro.

Quem governa o país, com ou sem plano director, para o caso específico de Luanda, tem a responsabilidade de protegê-la. É difícil parar o progresso, o desenvolvimento, mas é possível idealizá-lo, esquematizá-lo tendo sempre como objectivo, fazer o melhor para que as novas gerações tenham melhor qualidade de vida, uma cidade mais arejada, e não, como está a acontecer, a caminhar-se cada vez mais para a desordem que pode descambar num dos muitos exemplos de confusão que reina na maior parte das cidades africanas e algumas asiáticas ou sul-americanas que concentram numa só área, quase toda a população de Angola.

O que Luanda necessita, é que a partir dela se tomem decisões arrojadas e combinadas com o resto do país, para travar o êxodo de cidadãos do interior, atraídos pela suposta facilidade como se progride, ou em busca de oportunidades que existem cada vez menos. Luanda não necessita de mais macambiras, nem de mais edifícios no centro. Precisa sim de espaços arejados, de mais áreas verdes, de menos carros a circularem, de maior respeito ao seu próprio património. E nesse contexto, o novo edifício da Assembleia Nacional, a sede da Sonangol, o conjunto de edifícios das petrolíferas e outras torres que estão a ser erguidas, teriam melhor sentido para lá de Luanda Sul. Essa sim, é uma visão futurista, que pode salvar a nossa 'casa comum'. Tudo resto será complicar o futuro.

Com a confusão que se instalou, que restava da Macambira, até denegria o seu passado histórico e cultural, mas também construir ali unidades industriais, só pode ser cegueira. A não ser que uma vez mais, nos estejam a confundir, ou exactamente a aguardar por essa onde generalizada de protesto, para justificar o açambarcamento daquela área, pondo na frente interesses militares, ou de militares encobertos pelo próprio poder. Que seja. Aliás, o país não é mesmo de todos...

7.22 PPHS expulsa cinquenta e seis fiscais sabotadores de terrenos nos Zangos 3 e 4

Jornal de Angola

31 De Setembro de 2013

Para o director do Programa Provincial de Habitação Social, embora se aguarda pela luz verde do Governo central, regista-se a deturpação do plano director direcionando a melhorias de condições para os

habitantes dos Zangos 3 e 4, no que diz respeito à execução dos projectos sociais, tais como, escolas, creches, jardins, campos polidesportivos, etc, e uma das razões prende-se com as ocupações ilegais feitas aos terrenos indicados para estes projectos.

São inúmeras as denúncias de populares que apontam para o surgimento de novos bairros ilegais, ou seja, consequências de obras embargadas, que são posteriormente reconstruídas nos períodos nocturnos e fins-de-semana com a protecção de vários fiscais, membros do Programa Provincial de Habitação Social.

Apurados que estão os factos, cerca de cinquenta e seis fiscais foram expulsos esta semana e esperam ser responsabilizados em Tribunal, ainda este ano, pelo que, incorrem a penas de prisão e pagamento de outras multas. Episódio recente, aconteceu no princípio deste ano, quando o Tribunal de Viana julgou cerca de quarenta e seis réus arrolados nos crimes de desobediência e assoada que tiveram lugar nos bairros de Mukula Ngola, perímetro agrícola da Sapú, Cabo Lombo, Viana e Cacuaco.

Por outro lado, o Programa Provincial da Habitação Social fez saber que tem estado a coordenar a entrega de residências sociais e loteamento de terrenos para construções autogeridas às populações desalojadas das áreas de risco vindos de diversos pontos da cidade de Luanda, e denunciou haver casos constantes de ocupações de residências e lavras de camponeses nestas áreas e a Associação de Polícias, Militares e Bombeiros Cristãos é citada como autora de algumas destas acções malélicas.

Luís Anastácio, director do PPHS, adverte que esta e outras associações não devem prejudicar as acções do Estado e nem usurparem as terras dos camponeses, assim sendo, apelou a partirem pela prática de negociação para que haja indemnização (cedência de casa) ou a compensação (compra) para se evitar os famosos conflitos de terras.

E, no decurso das suas atribuições, o Programa Provincial de Habitação Social espera ainda neste ano reassentar na zona dos Cajueiros, Zango 4, através do processo de loteamento de terrenos para construção autogerida das, cerca de quatro mil, setecentas e cinquenta famílias vindas do bairro do Iraque, zonas de risco situada no município de Belas.

O director do PPHS fez também saber que as residências de chapas que se encontram no Zango 2, isto é, na quadra D, encontram-se cadastradas para um futuro realojamento; eram inicialmente duas mil famílias vítimas das calemas da Ilha de Luanda, e actualmente o número avançou para três mil, das

quais apurou-se apenas uma lista de quinhentos casos reais, pelo que se espera impor uma rigorosa fiscalização na resolução deste caso.

O titular do PPHS aproveitou para esclarecer também que as licenças para construção têm de obedecer as regras e prioridades definidas no ordenamento urbano que respeita o crescimento dos Zangos, pelo que não há má-fé na atribuição deste documento, mas sim, o PPHS quer impor rigorosidade na obtenção, e tudo para se evitar a expansão de construções desordenadas.

Por outro lado, foi criada uma comissão técnica composta pelo Vice-Governador da província de Luanda, Programa Provincial de Habitação Social, Associação de camponeses Nguami Maka, Comissões de Moradores para resolver os inúmeros conflitos de terras nas urbanizações dos Zangos. O presidente da Associação de camponeses "Nguami Maka" José Maria, louva a iniciativa e espera que a mesma comissão técnica venha realizar na próxima semana uma visita de constatação, in loco, para acudir as diversas famílias de camponeses que se queixam sofrer de usurpação das suas terras nas áreas de Kakila, zona leste de Calumbo, por indivíduos que se identificam com o nome de altos dirigentes do Estado.

O presidente da Associação "Nguami Maka", disse estar preocupado com as condições de vida destes camponeses por não conseguirem realizar as suas actividades.

7.23 Administração Municipal de Belas Mostra-se impotente para derrubar obra ilegal no Kifica

Semanário Angolense
31 De Agosto de 2013

Moradores Kifica estão desgastados com a Administração Municipal de Belas, devido ao facto de este órgão estar a dar sinais de impotência para derrubar uma obra ilegal construída numa das vias do referido bairro.

A obra, que é pertença de um oficial superior da Polícia Nacional, conhecido por Cerqueira, localiza-se defronte às novas instalações de subestação de energia eléctrica do Kifica, numa zona que, segundo os seus moradores, constitui «um sério perigo a circulação rodoviária».

Os receios têm vindo a subir de tom, visto que a zona em causa regista um incremento de meios rolantes,

em função do aumento do número de moradores naquele bairro.

Este jornal verificou no terreno que a obra, que colide com a harmonia arquitectónica, como também tem limitado a circulação de veículos e impedido a visibilidade dos automobilistas.

Consta que a área onde a mesma está erguida seria destinada à construção de uma rotunda, que iria permitir a fluidez do trânsito automóvel e segurança rodoviária. «Felizmente, não se registaram ainda acidentes, por sorte ou excesso de zelo dos condutores», afirma um residente da área.

À boca pequena diz-se que a administradora de Belas, Joana Quintas, já tentou em determinadas ocasiões derrubar a referida obra, mas terá recuado, de forma a evitar «conflitos territoriais» com o administrador do distrito da Samba, Adão Malungo.

7.24 O poder do estado diante do inquilinato

Semanário Angolense
31 De Agosto de 2013

A ordem de transferência dada pelo Ministério do Comércio aos armazenistas e retalhistas da Macambira para a sua reinstalação na zona periférica do Benfica tem estado a gerar alguma polémica no seio da opinião pública.

Sabe-se que a mudança tem provocado uma série de transtornos económicos e sociais, mormente às pessoas directa ou indirectamente visadas: gestores, trabalhadores e público em geral tendo em conta os prazos e condições rígidas e, nalguns casos impróprias para o tipo de relação jurídica que se estabeleceu entre os empresários e o Ministério da Defesa, que subscreveu os contratos de inquilinato comercial com os comerciantes.

Esta situação, como é óbvio, potencia um ambiente de instabilidade económica e social, já que concorrer para a falência técnica (não judicial, pelo menos) dos agentes económicos e, não menos preocupante, o desemprego em massa dos trabalhadores, já muitos deles podem não conseguir manter os seus vínculos laborais em função da mudança.

Não está, obviamente, em causa a razoabilidade da ordem dada ou o seu sentido de utilidade pública, senão seríamos obrigados a concorrer para a avaliação do papel constitucional do Estado (seus órgãos e serviços) na observância dos direitos fundamentais dos cidadãos e das empresas que a estes pertencem num exercício exaustivo que nos

levaria a «desbravar» um outro texto, para além de nos apartar do caminho que pretendemos deslindar com o título encimado.

Prefere-se entender, ainda que com coimas, que há motivos aceitáveis para a tomada de decisão do Ministério do Comércio que levou ao seu acatamento «automático», num visível espírito de solidariedade institucional pelo Ministério da Defesa que assume directamente a relação de arrendamento com os ocupantes do perímetro comercial que se pretende abandonado nos prazos já difundidos pela comunicação social. Até porque o Estado, é, pelos seus actos normalmente nobres (porque tendentes a satisfazer uma maioria em detrimento dos interesses minoritários legalmente admitidos como sacrificáveis), sempre tomado por uma «pessoa de bem», e, é interessada em não prejudicar nada e nem ninguém, sem prejuízo dos questionamentos sobre a lisura dos processos que envolvem os seus actos. Partimos desse facto que confere uma suposta «presunção de inocência» sobre os actos dos agentes do Estado para nos atermos a simples análises procedimentais, muito longe da matéria de facto sobre o qual se inclinam os múltiplos direitos substantivos que podem ser decantados envolvendo as respectivas partes. E é precisamente a propósito da lisura nos procedimentos que nos prestamos em analisar o caso subiudice num exercício pedagógico-social orientado para o avivar das percepções, tanto dos operadores públicos quanto dos agentes económicos envolvidos como partes, sobre a teia de responsabilidades jurídicas que envolve a relação de modo a razoabilizar as posições das partes numa perspectiva de equidade e de justiça.

Importa assentar a teia de relações jurídicas que se impõe ao «caso Macambira», dispensadas as relações entres os armazenistas e lojistas entre si e as que se estabelecem entre os empregadores e os trabalhadores, entre outras mais que pouco ou nada interessam ao caso. Num primeiro plano está o Ministério do Comércio que orienta com os seus prazos e condições a transferência dos comerciantes. Aqui, o Estado assume a sua função natural de proporcionador de bem-estar económico e social, que no caso tem que ver com o reordenamento urbanístico-comercial (pretende que os comerciantes se instalem em zonas adequadas ao plano de ordenamento territorial da província), assistido pelo invariável poder de império (*ius imperi*), materializado com o privilégio de execução prévia contra o qual particular nenhum pode opor-se sem diluir o papel do Estado, retirando com isso a ideia construtora de uma sociedade assente no primado da lei (Direito) e na observância das liberdades individuais (Democracia). Portanto, é uma ordem

para ser cumprida. Embora se lhe questionem os procedimentos e, sobretudo, os mecanismos de compensação, cuja análise dispensamos neste texto. Num segundo plano, está o Ministério da Defesa que tem assumido uma relação de arrendamento com os mesmos comerciantes. Se o Ministério do Comércio age assistido pelo poder que lhe advém da sua qualidade de ente do Direito Público, o Ministério da Defesa assume uma relação completamente vinculada pela observância de normas do Direito Privado (Direito do Inquilinato) onde o conteúdo do contrato assumido lhe obriga a agir como um particular qualquer colocando-o inclusive no mesmo plano de obrigações e deveres em que estão os comerciantes. Não tem que impor nem mais e nem menos do que está estipulado no acordo e nem tem que agir fora de uma vontade mutuamente acordada. Portanto, está num plano em que não tem poder de agir como Estado usando o seu vasto poder de forçar a vontade dos particulares para aquém ou além dos limites do próprio contrato assumido. Ou seja, se o Ministério do Comércio é o Estado a agir com o seu poder de se impor a vontade dos particulares e como tal veiculado no âmbito do Direito Público, o Ministério da Defesa é o Estado na faceta de um particular, sem poder de impor absolutamente nada aos outros particulares (no caso os comerciantes) a sua vontade unilateral e como tal ao arrepio das normas contratuais. Concluimos assim que no «caso Macambira», os comerciantes enfrentam o Estado sob dois prismas, investido por isso, de duas facetas ou «máscaras», se preferirmos. O que, obviamente, obriga a procedimentos diferenciados da parte dos comerciantes em relação as duas entidades representativas do Estado.

Desde logo, em nenhum momento se afiguraria no ângulo dos interesses dos comerciantes questionarem ou resistirem as ordens do Ministério do Comércio. É um desastre procedimental que arrepia as mais cuidadas operações jurídicas no tratamento do caso. O Ministério do Comércio não é parte do contrato de arrendamento. E por isso, não tem que dar justificações aos comerciantes e tão pouco estes devem esperar quaisquer posicionamentos do mesmo na estabilidade da relação contratual com o Ministério da Defesa. Em rigor, tudo devia ser tratado entre o Ministério do Comércio e o Ministério da Defesa. E este, sim, seria a única entidade a lidar com os comerciantes por ser a contra-parte na relação do inquilinato comercial estabelecida. Tudo se passaria, tal como deve ser visto do ponto de vista jurídico-legal, como se a zona da Macambira, em que se encontram os comerciantes, pertencesse ao Ministério da Defesa que é, afinal, o senhorio. Diante da necessidade de desocupar o local, o proprietário (Ministério da Defesa) é a pessoa lesada de modo

directo, já que tem obrigações a observar com os seus inquilinos (tem de cumprir com os prazos do arrendamento e tem de observar integralmente o acordo com os armazenistas e os lojistas). A responsabilidade civil e as vicissitudes exigidas ou caídas aos arrendatários comerciais só podem ser assumidas pelo Ministério da Defesa. E neste caso, tenho dúvidas que uma rescisão urgente retire quaisquer responsabilidades de indemnização e de reparação de danos diversos ao Ministério da Defesa.

Na verdade, o poder de império que assiste Ministério do Comércio dispensa quaisquer obrigações negociais como as que estão a ocorrer com os comerciantes. As necessidades públicas não se compadecem com as necessidades específicas dos indivíduos e tão pouco se vergam ao tempo ou aos prazos que estes solicitam ou procuram impor, mesmo pela via das negociações. O que devia ter acontecido era que o Ministério da Defesa, na qualidade de senhorio, teria cuidado de organizar todos os mecanismos de compensação para assistir aos seus inquilinos, sob pena de sujeitar o Estado a responsabilidade civil (dever de indemnizar) pela inobservância do contrato de arrendamento com os comerciantes. Quando a ordem foi dada pelo Ministério do Comércio, a corrida para a estabilidade das condições dos comerciantes devia ser assumida pelo Ministério da Defesa e nunca pelos comerciantes, salvo se estes estiverem em condições contratuais irregulares. O que a acontecer desonera, logicamente, o senhorio de quaisquer obrigações. Ou seja, a negociação seria estabelecida entre o Ministério da Defesa e os comerciantes, estando o Ministério do Comércio equidistante ou, na melhor das hipóteses, próximo de acudir o seu «parente directo» (Ministério da Defesa) por meio da chamada solidariedade institucional prevenindo-o de assumir em nome do Estado as consequências resultantes dos prejuízos contraídos pelos comerciantes em todo o processo que impõe a urgente e prejudicial transferência.

Ironicamente, o Ministério da Defesa prefere «transferir» as suas responsabilidades negociais aos comerciantes que, não se sabe se tecnicamente desassistidos ou se contratualmente enfraquecidos, acabam «se batendo», de modo inglório, contra o Ministério do Comércio que, não sendo parte no contrato de arrendamento comercial, nada tem que ver com as suas exigências e os meandros que levaram os comerciantes a instalarem-se naquela «zona comercial» da cidade de Luanda. Essa atitude grosseiramente negligente do Estado-particular assumida pelo Ministério da Defesa só tem de o levar ao endividamento público pela miríade de obrigações de indemnizações que, certamente, vão florescer em quantidades estonteantes até ao desfecho do «caso

Macambira», Da situação assim visualizada só se pode depreender que os advogados ou consultores jurídicos ligados às partes envolvidas não se apresentam com a postura técnico-profissional exigida para um final justo e harmonizado do caso, onde o Estado deve sair menos onerado do que parece já estar e os particulares (comerciantes e tudo o resto) devem contrair o mínimo de danos possíveis. Se os comerciantes devem aguardar por quaisquer reparações de danos, devem fazê-lo na expectativa de que o Ministério da Defesa é a única e suficiente responsável pelos mesmos. Evitando, desviar-se para o Ministério do Comércio que está longe de assumir judicialmente quaisquer responsabilidades para além daquelas que se lhe impõem na qualidade de sujeito de Direito Público, no uso de instrumentos como o privilégio de execução prévia que levaram a desencadear a expropriação por utilidade pública que se verifica neste caso.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Furos de água abastecem o Lubango

Jornal de Angola
01 De Agosto de 2013

Mais cinco novos furos de água vão ser abertos brevemente nas áreas do Monte da Cheia, assim como o caminho para as aldeias SOS e o município da Humpata, com o financiamento do Banco Mundial.

O Governo Provincial da Huíla lançou na segunda-feira um concurso público, com a participação de dez empresas, para a empreitada, que vai minimizar a escassez de água em diferentes bairros do Lubango, agravada pela seca que afecta actualmente toda a região sul de Angola.

O director de Energia e Águas na Huíla, Abel Costa, disse que o Governo privilegiou a abertura de mais furos nas localidades, com uma profundidade aceitável, para contrapor o défice que se regista nas nascentes da Tundavala e da Nossa Senhora do Monte. "A abertura dos furos aumenta, naturalmente, a capacidade de abastecimento de água, a partir das principais captações da cidade do Lubango", acentuou.

Com a disponibilidade de verbas para a criação de mais centros de captação, tratamento e distribuição de água potável aos habitantes dos meios rural e urbano melhora-se a qualidade de vida das populações, realçou Abel Costa. Para aumentar a cobertura, além do programa "Água para todos", decorrem acções no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. O "Água para Todos" tem disponíveis 300 milhões de kwanzas destinados a projectos de abastecimento de água aos municípios e, só para as áreas de Quilêngues, Chipindo, Chibia, Matala, Caconda, Caluquembe e Gambos, vão ser destinados 40 milhões. Até ao início de 2011, a Huíla tinha uma taxa de cobertura no fornecimento de água na ordem dos 30 por cento, mas, até Fevereiro deste ano, a percentagem subiu para 62 por cento. O consultor do Banco Mundial junto da Direcção Nacional das Águas, Luís Ferreira, explicou ser objectivo das autoridades aumentar os furos capazes de fornecer mais de 200 metros cúbicos de água por hora e acrescentou que a empreitada fica concluída em 2014.

Os furos vão ter uma profundidade entre 100 e 180 metros e o financiamento abrange o equipamento

dos furos, tubagem, construção de casotas para os mesmos, captações e reservatórios definidos. Sem avançar o montante, Luís Ferreira disse que a abertura dos furos resulta de 11 estudos realizados junto à captação de água situada no monte da Serra da Cheia.

8.2 Energias e Águas

Semanario Angolense
03 De Agosto de 2013

João Baptista Borges é um dos ministros que tem marcado a diferença no Executivo saído das eleições pragmatismo, mas principalmente pelo domínio que tem os dados do sector que dirige.

É um dos mais complicados porque a falta de água e energia são por demais evidentes e o horizonte de resolução ainda é distante. Contudo não tem receio de abordar publicamente qualquer assunto, nem discrimina a jornalistas, como muitos dos seus colegas que só falam para uns. Sabe que é um prestador de serviço público e como "quem não deve não teme", fala com propriedade, com competência sem tabus. É uma pena que não seja uma prática respeitada pelos demais.

8.3 Esgotos a céu aberto danificam o asfalto das ruas.

Jornal de Angola
05 De Agosto de 2013

Ruas alagadas com os esgotos dos prédios são cenários que se verificam um pouco por toda a cidade de Luanda. Em alguns casos, é bem visível que as águas que correm pelas ruas são provenientes das habitações em grandes edifícios. O saneamento básico está assoreado ou mesmo destruído e as águas sujas andam à superfície.

Em alguns casos não se consegue identificar a origem de tanta água que corre pelas ruas e que vai provocando a abertura de buracos na via. É o ditado "água mole em pedra dura, bate, bate, até que fura".

Na Baixa de Luanda, a Rua 25 de Abril, via adjacente ao Posto de Polícia da Marginal, tem esgotos a correr todos os dias. O asfalto, a cada dia que passa, vai ficando cada vez mais danificado. A via já apresenta inúmeros buracos onde a água fica empoçada. O mau cheiro é permanente. A tampa do esgoto que existe na faixa de rodagem da Rua 25 de Abril está aberta e dela brota água suja para tudo quanto é sítio. A via fica alagada.

O trânsito de veículos é lento. Os peões atravessam aos pulos. Uma equipa da EPAL esteve no local para averiguar se a água que vem à superfície através do esgoto é problema de ruptura da canalização ou do esgoto de efluentes domésticos. Como a Rua 25 de Abril, existem outras ruas de Luanda que apresentam o mesmo problema.

Na Rua Fernando Bric, antiga Sousa Coutinho, ao lado da loja Samiranda, existe um esgoto que corre a céu aberto.

O mau cheiro é insuportável. Há mais de dois anos que a água do esgoto corre pela via pública e pelos passeios, que hoje estão danificados e intransitáveis. Os peões sofrem! Adérito Barreto é, funcionário há 20 anos da loja Toptech, na Rua Fernando Bric e disse que há dois anos se vive a situação. Os moradores já remeteram cartas ao Governo Provincial de Luanda a expor o problema. Em tempos houve trabalhos para minimizar a situação, mas o problema persiste, disse Adérito Barreto, quando falava do esforço dos moradores e das lojas naquela zona, em utilizarem os meios próprios para reparar os esgotos rebentados.

8.4 Furo de água atenua a seca

Jornal de Angola
05 De Agosto de 2013

Um furo de água, para aliviar os efeitos da seca que assola a região há vários meses, foi aberto na localidade de Onameva, arredores de Ondjiva, no Cunene, numa iniciativa público-privada.

Em declarações ao Jornal de Angola, o empresário Abílio Lumbamba disse que a abertura do furo, construído no âmbito do programa "Água para Todos", vai ajudar a população de Onameva a suprir algumas dificuldades que as famílias carentes enfrentam resultantes da estiagem. "A população desta área tirava água numa represa que neste momento secou, por isso decidi abrir este furo para ajudá-la", salientou.

O administrador do município do Kwanhama, Gonçalves Namweya, louvou a iniciativa do empresário, que vai aliviar o problema da seca e evitar que as populações percorram longas distâncias à procura de água.

Gonçalves Namweya sublinhou que o Governo Provincial está a executar o programa "Água para Todos" com a abertura de novos poços e a reabilitação de outros. A população do meio rural tem sido abastecida também através de camiões cisternas.

8.5 "Água para Todos" no Cunene

Jornal de Angola
06 De Agosto de 2013

O secretário de Estado da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva, considerou em Ondjiva satisfatório o grau de execução dos programas de abastecimento de água às populações da província do Cunene.

Em declaração à imprensa no final de uma visita de três dias ao Cunene, disse que a sua visita serviu para constatar de perto o evoluir das obras da conduta de água Xangongo /Ondjiva e o Programa "Água para todos" que vai permitir levar mais nas suburbanas e rurais. O rio de Estado das Águas I abordou com as autoridades mas para aproveitar melhoria hidrográfica do Cuvelai.

Durante a sua estada no Luís Filipe da Silva deslocou-se ao município de Ombadja, onde visitou as várias infraestruturas gradadas no projeto da conduta de água Xangongo/Ondjiva, centro de distribuição da Môngua e povoação Bulunganga, estação de tratamento de água de Ondjiva.

8.6 Aumenta despesa em energia e água

Jornal de Angola
07 De Agosto de 2013

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, anunciou que, de acordo com a necessidade inscrita no plano de acção do sector para o quinquénio 2013/017 e os objetivos do Executivo, prevê-se que o sector recebe 2,3 triliões de kwanzas para despesas.

Ao falar no encerramento do Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas (MINEA) realizado em Waku Kungo, Kwanza-Sul, João Baptista Borges afirmou que as acções que complementam o programa de transformação do sector elétrico visam o aumento da eficiência das empresas do sector.

O ministro manifestou a sua satisfação pelo andamento do programa "Água para Todos", por ter atingido cerca de 55 por cento do nível de execução e estar a beneficiar mais de 3,8 milhões de pessoas nas zonas rurais. A meta traçada - indicou - é atingir 80 por cento da população rural até ao final de 2015.

João Baptista Borges declarou que o Executivo aprovou um programa de reabilitação e expansão de 132 sedes municipais em todo o país, até finais de 2017, a fim de permitir que as áreas suburbanas tenham água canalizada. O participante no Conselho Consultivo, orientado por João Baptista Borge,

recomendaram a aplicação do programa de eletrificação de toda as sedes municipais e comunais, visando a melhoria das condições de vida das populações e a criação das condições para desenvolvimento económico e social de Angola, e que as empresas da ENE e EDEL aceitem o processo de instalação de contadores de pré-pagamento, como forma de aumentarem a eficiência comercial e resgatar a capacidade operacional. Recomendaram ainda a adopção do modelo de regionalização da gestão de bacias hidrográficas. Os participantes pediram regularidade na manutenção dos i-temas de abastecimento de água no meio rural, a revisão dos planos de acção do programa de "Água para Todos" para o período 2014/017 e a criação de grupos de trabalho mas sempre as do sector para refletirem sobre a constituição de conselhos que definam as prioridades de formação e as estratégias de trabalho. A semelhança do que ocorreu no OGE deste ano, concluíram que os governos provinciais devem incluir nos seus orçamentos as dotações relativas à aplicação do programa "Água para Todos", tendo como base a necessidade identificada no domínio do abastecimento no meio rural. O Conselho Consultivo analisou o Programa de Transformação do sector Eléctrico e a perspectiva de envolvimento da ENE, EDEL, Gamek, EPAL e outras, empresas públicas. A margem do Conselho Consultivo João Baptista Borge inaugurou a primeira fase de reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de água potável do bairro a Pecuária, no Waku Kungo, que também abastece outros bairros periféricos e que vai beneficiar 12.350 famílias.

O projeto, edificado pela empresa Elecnor, orça em 191,5 milhões de kwanzas, compreendendo o melhoramento na captação e adução da fonte da Lupupa, localizada a 15 quilómetros do Waku Kungo, construção de 15 chafarizes, seis centros de tratamento de água e a reabilitação da conduta adutora entre a captação e o reservatório, numa extensão de mil metros em tubo de fibrocimento.

O Ministério da Energia e Águas organiza, de 25 a 27 de Setembro, uma conferência internacional destinada a mostrar ao mundo o que está a ocorrer neste domínio em Angola e a colher experiências de outros países. Para a conferência. Foram convidados oradores da Inglaterra, África do Sul, Namíbia, Moçambique, Cabo Verde, Portugal e Cuba. A conferência coincide com uma feira internacional para a - por as potenciais idade e as obras do sector energético.

8.7 Balneários públicos em Luanda só em 2014

Jornal o País

09 De Agosto de 2013

O director do Gabinete de Estudo e Planeamento, Jacob Moisés assegurou a O PAÍS que o Governo Provincial de Luanda prevê construir alguns balneários públicos assim que o Governo central aprovar o orçamento referente a 2014.

O responsável assegura que cinco por cento do montante a ser recebido destina-se à construção das referidas infraestruturas.

"Os métodos de manutenção serão da competência de cada administração municipal tendo em conta o seu espaço geográfico, a cultura da população local, tudo depois de receber as orientações do governo provincial", acrescentou o director.

A falta de balneários, segundo a fonte do Governo de Luanda, é um problema que tem afectado seriamente a província, porque contribui para o surgimento de várias doenças e interfere na qualidade do ar que os luandenses, e não só, respiram.

Os balneários existentes na Marginal de Luanda são móveis. Foram instalados pela construtoraportuguesa Mota Engil para evitar que os cidadãos façam necessidades maiores ou menores nos jardins instalados na nova Baía de Luanda.

Um funcionário da construtora, identificado por Kikas, explicou que o uso é gratuito e a manutenção dos mesmos é da responsabilidade da Mota Engil. Nos últimos anos, populares no centro da cidade ou na periferia têm utilizado residências abandonadas' obras inacabadas, pontes, árvores, o intervalo entre viaturas estacionadas para urinar e até defecar.

Os poucos balneários que existiam, no Miramar, Mutamba e no Largo Saidy Mingas foram destruídos e nos locais onde estavam instalados surgiram novas infraestruturas.

Salve-se quem puder

Venâncio foi uma das pessoas flagradas a urinar na parede de uma casa abandonada na Mutamba. Ele defende a construção de balneários públicos para não recorrer a uma esquina da rua e mijar. "Não vou fazer xixi nas calças devido à necessidade de manter a cidade limpa", defendeu-se.

Questionado porquê razão não solicitou o wc de uma residência ou instituição nas redondezas para urinar'

o jovem respondeu que tentara algumas vezes, mas negaram sempre.

"Já algumas vezes tentei mas me negaram. Então encostar-se a uma parede ou uma árvore e urinar é a solução que resta para sentir - me aliviado", explicou.

Por seu lado, Rogério Afonso também lamentou a falta de opção na cidade capital para quem pretende urinar, embora reconheça que quem faz isso junto a uma cabine eléctrica corre o risco de ser electrificado. Segundo ele, o Governo de Luanda deve encontrar uma solução urgente, tendo em conta que a cidade possui muitas sargetas. Para ele, "é só ligar de modo que a urina e as fezes possam ir directamente ao mar e promover políticas que sensibilizem o luandense a conservar os balneários quando forem construídos".

Cesaltina da Glória é de opinião que as pessoas recorressem às residências ou instituições, nem que tivessem de pagar, porque enquanto mulher acredita que está susceptível de contrair alguma infecção ao baixar e urinar num chão onde já o fizeram outras pessoas. Mas, ela reconhece que algumas vezes foi bem-sucedida quando pretendia utilizar o wc de pessoas desconhecidas e outras não.

"Luanda por ser o centro da política e da economia do país já não pode apresentar problema desta natureza. Porque o cheiro da urina pode contribuir para doenças respiratórias", rematou Natália Patrícia.

8.8 Moradores da Ingombota limpam valas de drenagem

Jornal de Angola
09 De Agosto de 2013

As autoridades administrativas do distrito urbano da Ingombota, em Luanda, estão a realizar, desde o princípio do mês, trabalhos de sensibilização junto dos moradores ao longo das valas de drenagem do Rio Seco e da Boavista.

A intenção é levar a população a compreender e colaborar com as autoridades para o cumprimento das medidas tendentes a evitar o depósito de resíduos sólidos, evitando as inundações que possam surgir na época de chuva.

Em declarações quarta-feira à Angop, o administrador distrital adjunto para a área técnica, Sebastião de Sousa Miguel, disse que a campanha decorre em simultâneo com a realização de acções de limpeza em duas valas de drenagem e sarjetas, noutras zonas da circunscrição. Para o efeito, na parte final das valas que dão acesso ao mar, foram retiradas grandes quantidades de resíduos sólidos, incluindo

carcaças diversas. O responsável adiantou que o lixo das casas e as carcaças impedem o escoamento das águas residuais para o mar, causando inundações na época chuvosa.

Neste momento, a Elisal continua a retirar o lixo e conta com a colaboração de empresas privadas contratadas para prevenir inundações nas zonas durante a época chuvosa. A acumulação do lixo é também fonte de várias doenças. Sebastião de Sousa Miguel alerta que a administração vai tomar medidas rigorosas contra os moradores que teimam em deitar lixo e outros resíduos sólidos.

8.9 Projetos que estão a ser levados a cabo pelo INADEC

Jornal Expansão
09 De Agosto de 2013

Desde que está a frente da instituição, quais são os principais projetos que estão a ser levados a cabo pelo INADEC? Durante os 10 meses em que estamos à frente do INADEC, temos estado a trabalhar na adequação dos documentos legais que encontramos na instituição, como é o caso do Estatuto Orgânico do INADEC. Estamos também a rever a Lei n.º 15j/03, de 22 de Julho, Lei de Defesa do Consumidor, e estamos a preparar outros documentos, nomeadamente o Plano Estratégico do INADEC até 2017, um documento que vai definir as grandes linhas de acção do instituto e o Plano Nacional de Comunicação e Educação dos Consumidores. Temos estado igualmente a incrementar as ações no domínio dos estudos de mercado, que têm que ver com a análise da flutuação do comércio, análise do nível de satisfação dos consumidores para produtos específicos e serviços especializados, tudo dentro da filosofia da reestruturação do INADEC, uma instituição que tem a responsabilidade de servir-se de todos os mecanismos, instrumentos e ferramentas legais para salvaguardar a saúde do consumidor, preservar a sua vida e proporcionar o seu bem-estar. Quais são as mudanças previstas na Lei de Defesa do Consumidor, por exemplo?

Em relação à Lei de Defesa do Consumidor, ela não define algumas responsabilidades do INADEC. A lei está muito bem elaborada e tem de ser apenas revista, porque foi aprovada num contexto totalmente diferente do atual. Nesta altura, a liberalização do comércio é quase total. Por outro lado, a lei deve ser exaustivamente divulgada devido ao seu desconhecimento generalizado. Inclusivamente a maior parte dos comerciantes desconhece a existência de um documento legal que dita as suas

responsabilidades e os direitos dos consumidores. Por isso, daremos brevemente início a uma ampla campanha de divulgação da lei nos estabelecimentos comerciais, a nível da imprensa' e faremos a distribuição do folheto para que todos saibam do seu conteúdo.

À luz do novo decreto sobre o funcionamento dos institutos públicos, o que é que está reservado ao INADEC?

À luz desse decreto presidencial, o INADEC comporta cinco departamentos principais que estão inclusos nos serviços executivos da instituição. Tem também os serviços agrupados, que albergam três departamentos. Sobre os serviços executivos, temos um departamento de Formação, Publicação e Imprensa, que é o departamento que tem que ver precisamente com a educação, sensibilização e mobilização do cidadão. Portanto, toda a informação deve ser passada de forma clara, deve ser regida por um plano bem estruturado, com objectivos bem traçados, e definir-se bem o que se espera com a implementação do plano, para que realmente se possa passar uma informação correcta, que possa trazer uma mais-valia à vida do próprio consumidor e da própria instituição.

Dada a sua importância, quais são as suas atribuições suplementares?

Este departamento, para além de ter a missão de informar, tem igualmente a responsabilidade de planificar e implementar cursos, seminários, palestrar e outras acções de formação em relação aos consumidores, produtores e fornecedores de bens e prestadores de serviços no domínio-da protecção do consumidor. Tem também a incumbência de proceder à análise de imprensa, assegurar a difusão interna da informação e manter em funcionamento um centro de documentação aqui nas nossas instalações que possa servir o público. E o que se vai implementar com o desenvolvimento dos estudos de mercado?

O Departamento de Estudos de Mercados tem que ver com a pesquisa, com a sondagem do mercado de consumo, e tema competência de promover, junto das entidades responsáveis pelo controlo de mercado, o cumprimento da obrigação geral de segurança, nomeadamente através dos programas de vigilância que devem ser periodicamente realizados. Também deve analisar e diagnosticar as necessidades dos consumidores, ver o nível de satisfação dos mesmos em relação a determinados serviços ou utilização de determinado bem.

O que há de novo em relação à reestruturação do instituto? Há um departamento novo, que vem na esteira da reestruturação em curso na empresa, que é o Departamento de Vigilância, Fiscalização e Controlo de Mercado. Este departamento vai, junto dos agentes económicos, detectar as irregularidades e responsabilizar os prevaricadores pelos danos causados aos consumidores. Tem ainda competência de conferir as condições de produção e comercialização de bens de prestação de serviços, fazendo o registo de ocorrências e encaminhando-as para a apreciação superior. Pode também dar o tratamento e proceder à instrução de processos de infracção e aplicar as sanções previstas na lei, assim como pode apreender e retirar do mercado bens impróprios para o consumo. Sobre o respaldo da lei, esse departamento pode igualmente fazer a colocação de selos para a suspensão temporária da actividades num determinado departamento ou aplicar multas.

Como se tem procedido à resolução de conflitos entre o consumidor e o prestador de serviço ou fornecedor?

Em reestruturação temos ainda o departamento que é talvez o que mais interessa aos cidadãos. Trata-se do Departamento de Resolução de Conflitos da Relação de Consumo, que anteriormente se denominava Departamento de Apoio ao Consumidor e Resolução de Litígio. Tem, entre outras, a competência de assegurar aos consumidores uma justiça, acessível e pronta intervenção, bem como garantir acções destinadas a obter indemnizações das acções inibitórias. Na verdade, é um departamento que presta informação jurídica aos consumidores e demais interessados. Pode ainda prover e usar uma metodologia de resolução de conflitos extrajudicial, que é a mediação, que não é nada mais do que uma tentativa de colocar frente a frente tanto o consumidor como o fornecedor para levá-los a encontrar uma solução que seja satisfatória para ambas as partes, mas que salvguarde interesse do consumidor.

8.10 Ruas da Comissão do Cazenga II "entupidas" com dejectos

Novo Jornal

09 De Agosto de 2013

HÁ MAIS DE TRÊS meses que os moradores da Comissão do Cazenga convivem com águas paradas que deitam um cheiro nauseabundo. Pontes de pedras, de madeiras e de chapas são utilizadas como passagens pelos moradores, que se viram obrigados a improvisar para facilitar a circulação na zona.

As duas entradas principais do bairro, começando pela rua 1, já foram consumidas pela água verde que se vai espalhando pelo interior da zona. Os moradores estão desesperados e temem que a situação possa agudizar-se ainda mais com o cair das chuvas que se avizinham.

Para os munícipes, a enchente de água nas ruas 1, 2, 3, 4 e 5 deveu-se ao "mau trabalho prestado por uma empresa contratada pela administração municipal que tinha a missão de velar pelo saneamento básico e drenagem das ruas daquela urbanização.

Kilson Ferreira, de 24 anos, estudante e morador da zona há mais de 15 anos, narra ao Novo jornal o drama que se vive diariamente com a estagnação das águas. "Recentemente, estiveram cá alguns homens da administração a trabalhar para melhorar a questão da drenagem e do saneamento básico das nossas ruas. Abriram e fecharam as valas para limpeza. Mas, este trabalho não demorou e foram-se embora. Agora, a água está a inundar a cada dia que passa", relata o jovem, que teme o pior com o aumento do lixo nas águas paradas.

"Há muito lixo e as doenças também vão surgindo. As crianças, as mulheres e pessoas mais velhas caem na água quando tentam fazer a travessia nas pontes inventadas", reclama o jovem, notando que o entupimento das tubagens tem dificultado desassoreamento das águas.

Por outro lado, Kilson aponta ainda como proveniência das águas paradas outros pontos da zona, como a subestação de águas da EPAL, que fica a escassos metros da Comissão do Cazenga. "Dizem que a água vem do tanque da EPAL. Quando eles estão a limpar as tubagens, ao invés de a água ir para o esgoto mais próximo da empresa, tem feito retorno e desce para a parte baixa em que nos encontramos", explica o interlocutor, apoiado pelos seus vizinhos, acrescentando que a situação já dura há mais de três meses.

"Estamos assim desde as últimas chuvas. Antes, a água desaguava, mas, lamentavelmente, hoje já não escoa fruto do mau trabalho dos homens da administração municipal", atira o jovem descontente, que teme as próximas chuvas.

"Se a chuva encontrar esta situação, as águas vão invadir as nossas casas e temos crianças pequenas, o que poderá ser pior para nós.

As pessoas que cá estiveram, fizeram trabalhos empíricos", critica.

PESSOAS DEVEM SER RESPONSABILIZADAS

Manuel Nicolau, morador de uma zona vizinha, pede que sejam apuradas responsabilidades à empresa que efectuou o trabalho naquela circunscrição, em função do "mau resultado da empreitada".

"A empresa que esteve cá a fazer este trabalho tem de ser responsabilizada. Gastaram-se fundo públicos nesta obra, que resultaram em nada. Eram homens que trabalhavam sem uniforme e sem identificação. Mas, conhecemos o responsável que estava à frente das obras, que é o senhor Khiosa. Ele é o dono da empresa contratada pela administração do Cazenga. Agora que tudo está mal, desapareceu e ninguém mais dá a cara", denuncia o jovem morador do bairro Adriano Moreira, que faz fronteira com a Comissão do Cazenga.

O jovem, que também acredita no entupimento das valas de drenagens como causa, explica que, para atenuar a situação, a administração tem feito, diariamente, a sucção das águas. "O trabalho deles tem resultado em nada, devido ao retomo da água. Os esgotos já não estão em condições. A administração municipal vem sempre puxar a água pantanosa, durante algumas horas, e depois vão embora e tudo fica na mesma. Até há bem pouco tempo, os carros e as pessoas circulavam sem sobressaltos.

Hoje temos de atravessar pontes com o risco de cair na água, onde há urina, fezes e lixo. Isto é doença", observa o vizinho da zona.

Rufino João Duarte, de 49 anos e morador na Comissão desde 1974, recorda que o bairro "sempre foi urna boa área para viver". Nota, porém, que o problema da estagnação de águas nas ruas é antigo e que afecta os moradores "somente" em época chuvosa.

"Isto é um problema desde os anos 80, mas a água sempre teve passagem. Podia chover, com maior ou menor dificuldade, ela desaparecia toda. Agora, estamos há três meses com tempo seco, a conviver com os mosquitos e o cheiro nauseabundo", relata.

O mais velho critica igualmente as obras de "melhoramento da drenagem e saneamento que a zona observou. "Disseram que estavam a limpar as valas. Meteram passeios e agora os esgotos estão entupidos. Toda a água que vem de cima fica aqui estagnada.

Dizem que o problema está nas casas vizinhas da rua 1. Eu não acredito porque elas sempre estiveram lá. Com o entupimento das valas, os nossos carros já não têm acesso aos quintais e, como agravante, a

fiscalização leva-os por estacionarmos na rua", denuncia o cidadão.

"CASAS NÃO IMPEDEM PASSAGEM DA ÁGUA"

Alguns moradores, que têm as casas erguidas junto às valas de desassoreamento das águas, negaram que o problema das águas paradas tenha a ver com a construção das suas residências. As cidadãs, que proferiram o anonimato, convergem igualmente na ideia de que tudo se deveu ao "mau trabalho prestado pela empresa de um conhecido, de nome Khiosa, por sinal morador da zona, que desde o início das enchentes deixou de ser visto naquelas paragens".

"As nossas casas sempre estiveram aqui e nunca impediram a passagem de água. A equipa do senhor Khiosa, contratada pelo administrador, Tany Narciso, limpava o esgoto e não acabava o trabalho. As valas corno não estão totalmente protegidas, toda a areia e lixo entra no esgoto e hoje entupiu na totalidade. Agora culpam as nossas casas, Essa água vem da lagoa de S. Pedro e do tanque. O senhor Khiosa é que piorou a situação por não ter arranjado bem as manilhas", atira urna das velhas, moradora da zona limítrofe da Comissão do Cazenga, sacudindo a água do seu capote.

8.11 Técnicos da EPAL acusados de garimpar água

Jornal Manchete

09 De Agosto de 2013

Tal afirmação foi feita durante o encontro de auscultação e concertação social, realizado recentemente no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda.

Na ocasião, os jovens advogaram a criação de canais que visem dar oportunidades de emprego, no sentido de diminuir a delinquência juvenil. Os participantes ao encontro apontaram, por outro lado, as exigências feitas pelas empresas, cinco anos de experiência, como sendo dos principais obstáculos no acesso ao primeiro emprego.

No entanto, os problemas apresentado pelos jovens convergem na necessidade de se aumentar as salas de aulas, hospitais, esquadras policiais, saneamento básico, melhorias das vias de acesso e telecomunicações.

A escassez de espaços para a diversão dos jovens ou a ocupação dos seus tempos livres, formação técnico profissional e prática de desportos, constam igualmente das preocupações que afligem aquela

comunidade juvenil, que se mostrou agastado com a situação, tendo pedido a intervenção das autoridades. Este encontro foi orientado pelos ministros da Educação, Mpinda Simão, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, Secretário de Estado para o Desporto, Albino da Conceição, e do vice-governador para área política e social, Adriano Mendes de Carvalho.

Durante a sua alucução, o vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Agostinho da Silva, acalmou os jovens e fez saber que, ainda este mês, terá início no Sambizanga, a construção de mais três escolas, uma das quais com 12 salas, centro matemo infantil e uma biblioteca.

Relativamente ao fornecimento de energia eléctrica e água potável, o responsável disse estar em curso o lançamento de uma conduta que se encontra junto à Comarca de Luanda, vindo da Petrangol, com objectivo de abastecer a comuna do Ngola Kiluanje. Por seu turno, o ministro das Tecnologias de Informação, garantiu a instalação de meios tecnológicos naquele distrito, estando a aguardar apenas pela indicação, por parte da administração local, da área edial.

Já o titular das pasta da Educação manifestou a necessidade de se reforçar o sistema de inspecção escolar, com vista à apoiar as instituições, identificando as suas insuficiências.

Segundo o ministro, para um trabalho célere e eficaz dos inspectores, foram já distribuídos meios rolantes em todas as províncias do país, por forma a atingirem todas as escolas.

O debate sob o lema "Dialogar para desenvolver" reuniu jovens de vários estratos sociais e diferentes filiações partidárias, autoridades tradicionais e representantes das Igrejas.

8.12 Já morreram dez angolanos

Jornal Acapital

10 De Agosto de 2013

O médico epidemiologista da Direção Nacional de Saúde Pública, Nilton Saraiva, informou ao A Capital que, até agora, somente três províncias registaram casos da epidemia.

"Ainda não circula pelo país todo. Temos casos notificados em apenas três províncias, que são: Luanda, Kwanza Sul e Malange. Até ao momento tivemos cerca de 879 casos notificados em Luanda, um no Kwanza Sul e dois em Malange", pontualizou.

De acordo com o médico, no período de 28 de Junho ao 04 de Julho, foram registados cerca de 27 novos casos suspeitos, em Luanda, sem ocorrência de óbitos. Do total de casos, 10 foram confirmados, tendo cinco sido internados.

No entanto, prosseguiu, desde 12 de Março do ano em curso, altura em que começou a epidemia, até à última notificação feita aos 04 de Julho, está-se com um total cumulativo de 882, dos quais 681 confirmados. Registaram-se 10 óbitos, tendo 227 sido internados por serem casos com alguma gravidade.

Temos uma taxa de mortalidade controlada, baixa, que é de 1,1 %", atestou, o médico ao notar que nalgumas clínicas da capital do país também foram registados casos de dengue.

Todos estes dados só se vão conseguindo graças as acções de recolha de informação epidemiológica de forma activa que consistem em cada unidade de saúde que registre um caso.

8.13 Obras centradas no sistema de drenagem

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2013

As vias secundárias e terciárias de Luanda estão a ser alvo de uma intervenção destinada a melhorar a drenagem das mesmas para acautelar a época chuvosa que se aproxima, disse a directora provincial do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

Rosária Kiala, que deu este esclarecimento durante uma visita de campo do secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, adiantou que está a ser feito tudo para acautelar a questão do escoamento das águas pluviais das ruas e prevenir eventuais inundações.

"Estamos a trabalhar para poupar a população de constrangimentos derivados do acumular de águas pluviais durante a época chuvosa, com a conclusão da drenagem destas vias", disse.

Para ser mais concreta, referiu a situação de ampliação dos 13 quilómetros das estradas Camama-Luanda Sul e Golfe-Camama, que estão a ser alvo de acções de conservação relacionadas com as redes técnicas de água, energia e esgotos.

Na estrada Camama-Luanda Sul as obras seguem no eixo da Utanga até ao condomínio dos Cajueiros, com a instalação de toda a rede técnica e terraplenagem, enquanto na estrada Golfe-Camama

as obras estão confinadas junto ao Hospital Geral, para o mesmo efeito.

Esta acção vai permitir melhor fluidez do trânsito automóvel, uma vez que vão passar a ter mais faixas de rodagem, ou seja, três em cada sentido, acrescentou.

O director dos Serviços Comunitários da administração municipal de Viana, Bunga Filipe, disse que os trabalhos de limpeza nas valas de drenagem devem ser contínuos, para que os espaços permaneçam sempre limpos, de modo a permitir uma melhor fluidez das águas no tempo chuvoso.

Escoamento das águas

Em declarações à agência de notícias Angop, explicou que as valas de drenagem, por serem vias que permitem o escoamento das águas das chuvas que se acumulam na superfície do terreno, devido normalmente ao excesso de precipitação que ocorre nesta época, devem ser limpas antes das chuvas. No Município de Viana, a administração está a limpar as valas que se localizam junto da Igreja Católica, das Gembas e do Capalanga.

A vala de drenagem da vila sede tem sido limpa com frequência, mas para o êxito da drenagem devem ser concluídas as estradas 11 de Novembro e Hoji-ya-Henda, que se encontram em obras desde Julho do ano passado. Enquanto isso, a vala de drenagem das Jembas constitui a via de passagem que transporta água para a Igreja Católica, culminando na Vila Nova, onde se situa uma bacia de contenção que evita a inundação.

Bunga Filipe garantiu que o trabalho de limpeza vai continuar. "Pensamos que nas próximas chuvas não vão registar-se casos graves de inundações no município", acrescentou, ao mesmo tempo que pediu à população para colaborar na limpeza do saneamento básico, que considerou uma componente importante de qualquer sociedade.

8.14 Comunidade do Zanga já consome água potável

Jornal de Angola

12 De Agostos de 2013

As comunidades de Quirima do Meio e Embondeiros, no sector do Zanga já dispõem, de água potável, depois da instalação de um sistema de captação e tratamento.

O projecto, com execução de 30 dias, foi desenvolvido pela Administração Municipal de

Cazengo, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza e vai beneficiar directamente 980 pessoas.

Guilherme Rodrigues, responsável da empresa encarregada das obras, disse que foram construídos três fontanários e duas lavandarias com seis torneiras cada.

O sistema implantado na Quirima do Meio possui 90 metros de profundidade e um reservatório para cinco metros cúbicos de água, enquanto o da comunidade do Embondeiro tem 70 metros de profundidade e um tanque de armazenagem para dez metros cúbicos.

O vice-governador do Kwanza-Norte para o sector social, Alberto Kipungo, que inaugurou os sistemas, anunciou a contínua criação de projectos que garantam o fornecimento de água em boas condições para a população.

O soba de Quirima do Meio, João Kawaco, reconheceu que a concretização destes projectos vai aliviar o sofrimento das mulheres que percorriam diariamente um quilómetro até ao rio Kamuaxi, em busca de água.

A autoridade tradicional pediu a instalação de moagens de fuba de bombo, a reabilitação da picada que liga aquela localidade ao Canzondo e a execução de projectos de iluminação pública.

8.15 Reforçado o abastecimento de água

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2013

Pelo menos cinco mil, dos oito mil habitantes que compõem o município do Ambriz, província do Bengo, já consomem água potável, anunciou o administrador Januário Bernardo.

Para o próximo ano está prevista a ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, para abranger mais pessoas. Januário Bernardo assegurou ao *Jornal de Angola* que a sua jurisdição vai igualmente, também a partir do próximo ano, proceder à requalificação das vias secundárias, terciárias e ruas, para dar uma nova imagem à vila.

Entre as prioridades da Administração destaca-se, ainda, a extensão da luz eléctrica aos bairros periféricos e à nova urbanização, onde já se encontram 700 habitações. A par destas, o projecto inclui escolas, campos desportivos, jardins, parques de estacionamento, arruamentos, áreas de lazer, centros comerciais e unidades sanitárias.

As obras de construção das casas sociais criaram 120 empregos directos, com maior realce para angolanos residentes no município do Ambriz, além de empregar 30 cidadãos vietnamitas. Além disso, vai ser criado um centro de formação profissional voltado para a construção de embarcações.

De acordo com J anuário Bernardo, as autoridades pretendem ampliar o leque de cursos, com o objectivo de absorver um maior número de formandos, de acordo com as necessidades da região. A zona conta com um centro móvel e os beneficiários receberam formação nas especialidades de electricidade, canalização, alvenaria, carpintaria, serralharia e agricultura.

Serviços de saúde

Os munícipes da vila piscatória do Ambriz dispõem agora de serviços de saúde melhorados, graças à reabilitação, ampliação e apetrechamento do hospital municipal, em curso. Com capacidade para internar 32 doentes, a unidade dispõe de serviços de pediatria, obstetria, ginecologia, farmácia, laboratório de análises clínicas, medicina geral e novos serviços de oftalmologia, RX, estomatologia e hemoterapia.

Após a sua entrada em funcionamento, os cerca de 17 mil habitantes da vila deixam de percorrer 127 quilómetros até Caxito para receberem assistência médica especializada.

No Ambriz existem 11 unidades sanitárias, sendo um hospital municipal, igual número de centros de saúde e nove postos médicos.

O município possui uma população calculada em 17 mil habitantes, que se dedica sobretudo à actividade agrícola e pesca artesanal.

8.16 Abastecimento de água será aumentado até 2017

Jornal Correio

08 De Agosto de 2013

O programa "Água para Todos", cuja implementação teve início na província da Huíla, já proporcionou água potável a cerca de três milhões de pessoas.

O programa que está a ser desenvolvido pelo Executivo angolano tem aumentado de modo significativo o grau de cobertura do abastecimento de água potável ao meio rural que passou de 22 por cento em 2009 para 44 pc em 2011. No meio urbano o grau de cobertura passou de 33 pc para 56 pc, no mesmo período.

Tendo em conta a importância de que se reveste a melhoria do abastecimento de água à população, quer a dos centros urbanos quer a do meio rural, esta continuará a constituir uma das grandes prioridades do Executivo, tendo em conta os benefícios de natureza económica e social que este serviço proporciona.

A oferta "per capita" do consumo da água, por pessoa por dia, está estimada em 100 litros, meta que o Executivo pretende atingir, logo que se implemente o projeto integral até 2017, segundo o diretor nacional de Águas e Saneamento do Minea. A "per capita" é que 100 por cento da população urbana consome 90 litros por hora e 80 por cento da população periurbana 80 litros por hora.

No domínio da gestão dos recursos hídricos, durante o período compreendido entre 2009 e 2011, foram desenvolvidas ações conducentes à elaboração de planos gerais de aproveitamento de duas bacias hidrográficas e foi criado o Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, bem como a atualização dos planos diretores de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais de várias sedes municipais. Procedeu-se à expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água de várias localidades e teve início a implementação do programa de desenvolvimento institucional do sector das águas no sentido de criar-se empresas, numa parceria público-privada.

8.17 Os rios caudalosos que correm nas ruas de Luanda

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2013

Uma avaria nas condutas de água na Rua da Missão, Kinaxixi, deixou alagadas, grande parte das ruas da Baixa de Luanda. Ontem a água corria como um rio caudaloso na Rua da Missão. Descia do Kinaxixi a céu aberto e foi uma bênção para os lavadores de carros.

Para que a água não fosse totalmente desperdiçada, aos lavadores de carros associaram-se crianças que aproveitavam para brincar e tomar banho. Algumas donas de casa iam enchendo baldes para consumo doméstico.

Um dos seguranças da Clínica Meditex disse à nossa reportagem que a água começou a correr a partir das quatro horas da madrugada. Por volta das oito da manhã chegou uma equipa técnica que "avaliou o problema". A avaliação foi lenta, porque ao início da

tarde autênticos rios continuavam a correr com grande caudal, pelas ruas da Baixa.

A nossa reportagem encontrou trabalhadores da EP AL na "nascente" do rio, mas nada podiam fazer. Um deles disse que tinham de esperar a chegada das máquinas para começarem o trabalho.

O segurança Américo Morais informou ainda que esta é a segunda ruptura das condutas de água na Rua da Missão em pouco tempo. Na primeira, a água ficou a verter durante uma semana. Luanda tem uma rede de abastecimento de água ao domicílio velha e podre. Esse é um problema que só se resolve quando for mudada. Outro problema pode resumir-se nesta frase: deixa correr o marfim! E assim que as águas de Luanda se perdem.

E enquanto as ruas se transformam em rios, as torneiras ficam secas e quem quer água tem de recorrer aos candongueiros, que esses estão sempre prontos a fornecer.

8.18 Ramiros e Benfica recebem energia eléctrica

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2013

Os municípios da comuna dos Ramiros e parte do Benfica têm agora disponível uma nova subestação da EDEL. Os moradores dessas zonas que viveram durante longos anos com a energia dos geradores, agora têm como conservar os frescos, ouvir rádio e ver televisão, sem cortes.

Manequim, um menino de quatro anos brinca no baloiço feito de cordas amarradas a um tamarineiro. O quintal pertence à vizinha Lurdes que naquele dia largou cedo da venda, para testemunhar a ligação de energia domiciliar. Foram 22 anos às escuras que terminaram naquele dia. "Foi muito sofrimento", disse Lurdes Mateus que agora tem energia da rede.

A casa de Manequim fica a 50 metros da casa de Lurdes Mateus. Mas lá ainda não existe luz. Cláudia Geraldo, mãe do pequeno, disse que "os homens que faziam a ligação dos cabos não vieram aqui, não sei porquê".

Na casa de Cláudia Geraldo está a inscrição "61 EDEL". Mas a instalação não foi feita. Continua a depender dos vizinhos para conservar alimentos e ver televisão.

Rosa Tomás é moradora há dois anos no bairro dos Ramiros e diz que o martírio de dormir às escuras passou: "não me lembro de um dia ter o televisor ou

a arca ligados. Agora já não preciso ir ao mercado todos os dias para comparar comida e vou poder assistir às novelas".

Lurdes Manuel é comerciante no mercado do Ramiro onde vende frescos e, como referiu, "agora vou aproveitar a luz para conservar os produtos. Já não vou mais pagar 200 kwanzas às pessoas que têm arcas para guardarem as minhas mercadorias".

Escolas sem energia

As escolas do ensino primário e secundário localizadas no bairro dos Ramiros ainda estão a ser abastecidas por geradores. Feliciano Filipe, funcionário da Escola 2068, disse que o gerador só é ligado para a área administrativa.

Para as aulas noturnas, a escola recebe energia eléctrica do gerador do Instituto 2069. Feliciano Filipe disse que quando o gerador "pifa" a escola fecha à noite. "Já chegámos a ficar sem lecionar durante meses", disse. Apesar da escola ter um posto de transformação logo à entrada, os cabos que ligam à nova subestação não passaram por lá.

"Ficamos sem saber porque razão as duas escolas continuam fora do quadro da distribuição da energia da rede", lamentou.

A estudante Carla Juliana frequenta a nona classe e contou à reportagem do Jornal de Angola que já chegou a ficar um mês em casa por falta de energia na escola.

Embondeiro da violência

Os moradores da Rua 18 do Ramiro têm um problema. Há no bairro um grande embondeiro onde à noite se juntam marginais que aterrorizam os moradores e praticam actos de vandalismo. "Eles fazem assaltos e as mulheres são violadas", conta a jovem Carla Cassueca. A zona ainda não tem energia e os moradores não sabem porquê.

João Luciano é pedreiro e lamenta o facto da distribuição de energia não abranger todo o bairro. E sugeriu à Administração Municipal para prestar mais atenção à iluminação pública.

"Nos meses anteriores já registamos aqui muitos assaltos e violações e tudo por falta de iluminação pública. Ouve quem tivesse a ousadia de escrever numa tábua a proibir as pessoas de circularem na zona do embondeiro fora de horas", explicou.

Manifestação de mulheres

Um grupo de 20 mulheres dirigiu-se à subestação da EDEL para junto dos responsáveis saber das razões que fizeram com que as suas casas fossem excluídas do fornecimento da energia da rede.

Entre as manifestantes estava Teresa José, 32 anos, moradora na Rua 17. A sua casa não teve acesso à energia. Mas na rua, todas as outras têm. "Os senhores que estavam aqui a trabalhar passaram pela minha casa e quando os interroguei garantiram-me que voltavam e até ao momento nada", disse, pedindo à EDEL para rever a situação.

Mãe de quatro filhos, Teresa garante que não descansar enquanto não vir energia em sua casa. Engrácia Paulo disse que a ideia da manifestação não foi atrapalhar o trabalho da EDEL, mais sim chamar à atenção de que o trabalho foi mal feito. "Vivemos aqui há muitos anos e não podem colocar as nossas casas fora do sistema normal", concluiu.

EDEL garante ligações

O director do projecto Chiang, quarta fase, Ornar João Mecupale, disse que a EDEL está a montar oito novas subestações e 126 postos de transformação na província de Luanda. O investimento ultrapassa os 177 milhões de dólares.

Neste momento estão quatro subestações concluídas: Caop em Viana, Morro Bento na Samba, Filda no Cazenga e a dos Ramiros no município do Belas.

"Em fase de conclusão estão as subestações do Benfica, Kinaxixi, Cacuaco e a do Morro da Luz", disse. Estas subestações vão permitir que haja ligações domiciliárias a 56 mil novos clientes, estando até ao momento a beneficiar 37 mil.

Na zona dos Ramiros, para além dos quatro postos de transformação já existentes e que beneficiam 2.500 famílias, estão em curso mais seis.

Omar João Mecupale revelou ainda que a subestação do Ramiros tem apenas um transformador e está em condições de aumentar a potência caso as condições assim o exigirem. Hermenegildo Tibério, operador da subestação, disse ao Jornal de Angola que a nova subestação tem 32 quilómetros de linha

8.19 Expansão dos Sistemas de água para Zaire e Kwanza Sul

Jornal Correio

22 à 29 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou, quarta-feira, em Luanda, vários contratos de empreitadas para a

reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água no Toniboco, província do Zaire, e na cidade da Gabela, Kwanza Sul. As empreitadas terão a duração de 12 meses, prevendo-se, ainda no município de Torniboco, a reabilitação e construção de novos chafarizes, com os respectivos ramais de distribuição, bem como a execução de 60 novas ligações domiciliárias. Na cidade da Gabela, o projeto prevê, dentre outros trabalhos, a construção da nova rede de distribuição de água potável, fontenários, centros de distribuição de água e ramais domiciliários para o atendimento a mais de 150 mil habitantes. Foi aprovado, ainda, um contrato de empreitada para a reabilitação e reforço da potência do Aproveitamento Hidrelétrico de Luachimo, na província da Lunda Norte. A obra terá a duração de 37 meses e uma vez concluída, proporcionará uma maior disponibilidade de energia elétrica às localidades do Dundo, Chitato e arredores da Lunda Norte e a diversas localidades das províncias da Lunda Sul e do Moxico.

8.20 Maka do Lixo sem solução sustentável

Jornal Acapital
22 De Agosto de 2013

Reocupado com os efeitos da greve nas principais empresas de recolha de lixo, o Governo da província de Benguela terá feito o que pôde para amainar os ânimos de quem sofre com os incumprimentos, ao viabilizar o pagamento de dois meses de salários, mas não afugentou os fantasmas de uma nova paralisação nas próximas horas. O Executivo de Isaac Maria dos Anjos continua sem uma solução sustentável, capaz de dar resposta ao caderno reivindicativo que a Vista, a Ambiáfrica, a Ambitec e a Sanágua, seus parceiros, têm em mãos há já duas semanas. Haverá sossego até terça-feira, 06, conforme indica o teor dos «acordos de cavalheiros», afigurando-se como uma incógnita o período subsequente.

Não será, portanto, surpresa nenhuma se as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta voltarem a registar um cenário como o que estas imagens documentam. No último final de semana, consumado que estava o cruzar de braços nas quatro operadoras, os depósitos de lixo rebentavam pelas costuras, acabando as cidades do litoral, tidas como as mais limpas do país, por ficar com focos de resíduos sólidos que faziam lembrar os momentos mais críticos da sua história recente.

Ainda longe de que a greve viria a ser suspensa, a Administração Municipal de Benguela pegou nos seus meios para remover os resíduos em pontos

considerados bastante críticos, tendo a operação, acompanhada ao pormenor pelo administrador local, Leopoldo Muhongo, passado por alguma; zonas da periferia. O trabalho, que abrangeu também a área urbana, permitiu minimizar alguns estragos, embora, diga-se em abono da verdade, muito aquém daquele que é executado por empresas mais bem equipadas do ponto de vista técnico.

Em breves declarações ao A Capital, Leopoldo Muhongo explicou que as Administrações Municipais são obrigadas a agir sempre que confrontadas com situações do género. «Devemos trabalhar em prol dos munícipes», resumiu.

Já o secretário para os assuntos Jurídicos do Sindicato Provincial da Saúde, Administração Pública e Serviços, Custódio Kupessala, confirmou o pagamento de ordenados nas empresas Sanágua e Ambitec, que tinham seis e três meses em atraso. «Não se sabe quando serão pagos os salários ainda em falta», assinalou o sindicalista, que diz esperar da Vista e da Ambiáfrica um pronunciamento sobre os pedidos.

8.21 Ministro na Conferência sobre Aguas

Jornal de Angola
23 De Agosto de 2013

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, participou em Duchambe, República do Tadjiquistão, na Conferência Internacional de Alto Nível sobre Cooperação no domínio da Água, que terminou ontem.

João Baptista Borges discursou na sessão de abertura, na terça-feira, tendo destacado os projectos que o Executivo está a levar a efeito no âmbito do combate à pobreza e para a melhoria das condições de vida das populações dos centros urbanos e das áreas rurais.

O ministro destacou o Programa Água para Todos", que tem como objectivo garantir o fornecimento de água potável a 80 por cento da população até 2015.

Destacou igualmente a elaboração do Plano Nacional de Água, instrumento que vai permitir uma avaliação e compatibilização dos diferentes usos, quer em termos de abastecimento doméstico, em quantidade e qualidade, quer na agricultura e produção hidroeléctrica, tendo sempre em atenção a componente ambiental.

João Baptista Borges defendeu que a água deve constituir um factor de união entre os povos e não de discórdia. Como exemplo, destacou a cooperação

com a República da Namíbia, relativamente ao fornecimento de água potável e irrigação das áreas fronteiriças, bem como à elaboração dos estudos de projectos conjuntos para a produção de energia.

Realçou a cooperação de Angola com os países da SADC e da África Central na gestão das bacias hidrográficas, tendo destacado as (bacias) do Cunene e Kuvelai, com a República da Namíbia, do Okavango com a Namíbia e o Botswana, do Zambeze com a Namíbia, Zâmbia, Botswana, Zimbabwe, Malawi, Moçambique e Tanzânia. João Baptista Borges aproveitou a oportunidade para anunciar a realização da 1ª Conferência Internacional de Energia e Águas em Luanda, nos dias 25 e 26 de Setembro deste ano.

A Conferência Internacional de Alto nível sobre Cooperação no domínio da Água foi aberta pelo Presidente do Tadjiquistão, Amamoli Rahmon.

No encontro, foram discutidos temas como a cooperação no domínio da água para o desenvolvimento humano e para o ecossistema, a cooperação transfronteiriça no domínio da água e elementos catalisadores da cooperação no domínio da água.

O Executivo elaborou um programa de reabilitação e expansão da rede de abastecimento de água que vai beneficiar 132 sedes municipais com água canalizada. O Conselho de Ministros apreciou recentemente um programa de transformação do sector que tem como finalidade estabelecer e executar um novo figurino institucional para o sector eléctrico.

O titular da pasta do Ministério da Energia e Águas revelou que as necessidades inscritas no plano de acção do sector para o quinquénio 2013-2017 são estimadas em 2,3 triliões de Kwanzas, até ao final de 2017. João Batista Borges disse recentemente que o programa "Água para Todos" atingiu 55 por cento do nível de execução e está a beneficiar mais de 3,8 milhões de pessoas nas zonas rurais. A meta até 2015 é alcançar 80 por cento das comunidades do meio rural.

8.22 No sector da Energia e Água define novas estratégias

Jornal Economia

23 De Agosto de 2013

O sector da Energia e Águas está a ser objeto de mudanças, visando a sua profunda modernização, com vista a dar resposta às exigências do dinamismo económico do país. É nesta conformidade que desde

Outubro de 2012, está em curso o programa alargado de melhorias no sector, liderado pelo Ministério da Energia e Águas, em cumprimento do Decreto Presidencial 256/11 de 29 de Setembro, denominado Programa de Transformação do Sector Eléctrico (PTSE)

Este projeto tem como principal foco a organização e a funcionalidade, que resultarão na criação a partir do mês de Janeiro de 2014, de três novas entidades empresariais no sector eléctrico, nomeadamente a de produção, a de transporte e de distribuição. Estas empresas garantirão a correta regulação do sector, através do reforço de capacidades do Instituto de Regulação do Sector Eléctrico (IRSE).

A vertente de transporte de electricidade terá o monopólio do Estado, enquanto a da produção e distribuição serão celebrados contratos em regime de parcerias público-privadas, funcionando com uma autonomia financeira e administrativa. O Irse terá a tarefa de regular o sector eléctrico, iniciativa que inclui a definição de tarifas e modelos de transferência de receitas entre os diferentes atores do sistema.

Na vertente de produção, será criada uma empresa resultante da fusão dos activos da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) e o Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (Gamek). Quanto ao transporte, a empresa a ser criada terá como função a gestão das linhas de alta tensão e do sistema. Por fim, será igualmente criada uma empresa destinada à distribuição, resultante da fusão de alguns activos da ENE e da Empresa de Distribuição de electricidade de Luanda (EDEL).

Aproveitando o "know-how" do Gamek, alguns activos desta empresa servirão para a constituição de uma empresa dedicada à construção das grandes obras de engenharia do sector eléctrico, com realce para os projectos estruturantes, como são os casos das barragens e mini-hídricas.

O projeto atrairá investimento privado e incrementar o fornecimento de electricidade com fiabilidade a todas as regiões, melhorando o bem-estar da população e o desempenho da economia. Segundo o plano de acção do PTSE, com a implementação deste projecto será garantida também a qualidade e a eficiência operacional das empresas públicas, assim como a criação de um modelo tarifário justo e a eficiente de modo a reduzir a subsidiação estatal e a combater às ineficiências.

O programa prevê também a criação de condições para que os investimentos feitos pelo Estado sejam

eficientemente realizados e permitam o retorno desejado.

Nas redes de distribuição, deverá ser equacionada a possibilidade de atribuição de. Concessões numa base de acções orientadoras, que contemplem a definição clara do modelo de atracção de investimento privado e o respectivo enquadramento regulatório, a evolução progressiva de tarifas que assegurem a redução da subsidiação de tarifas ao cliente final e a uniformização de preços em todo o país.

O projecto incentiva a geração complementar por produtores independentes e concessionários, através da obrigatoriedade de compra de energia eléctrica pela concessionária da distribuição. A iniciativa incentiva também o desenvolvimento de empresas privadas de montagem de equipamentos e componentes de energias renováveis e eletrificação rural. Está prevista também assegurar as condições de participação exclusiva de empresas nacionais na eletrificação rural e na expansão das redes de distribuição, além da promoção de contratação de prestação de serviços para gestão de centrais (operação e manutenção).

O programa prevê a obrigatoriedade de transferência de conhecimentos como forma de assegurar a fiabilidade e a continuidade do fornecimento ao mesmo tempo que se garante o prolongamento da vida útil dos equipamentos. A redução temporária de impostos na aquisição de equipamentos e na produção de energia, criação de um mercado local sustentável para fornecimento de equipamentos e materiais eléctricos para eletrificação rural e priorizar a sua aquisição constam também do Carteira de investimentos

O valor global estimado para o período 2013/2017 é de cerca de 2,8 triliões de kwanzas (29,16 mil milhões de dólares), sendo 212 mil milhões de kwanzas (23,21 mil milhões de dólares) para o sector da energia e 571 mil milhões de kwanzas (5,94 mil milhões de dólares) para o sector das águas, correspondendo a 79 por cento e 21 por cento do valor global, respectivamente. A carteira de investimentos contempla cerca de 1,4 triliões de kwanzas (14,57 mil milhões de dólares) para os projectos estruturantes do subsector eléctrico; 376 mil milhões de kwanzas (3,92 mil milhões de dólares) são destinados aos projectos estruturantes do subsector águas.

- Cerca de 482 mil milhões de kwanzas (5,02 mil milhões de dólares) serão destinados aos projetos prioritários e outros em curso, do subsector elétrico; 320 mil milhões de kwanzas (3,33 mil milhões de dólares) destinados aos projetos de eletrificação rural e 195 mil milhões de kwanzas (2,03 mil milhões de

dólares) destinados aos projetos prioritários e outros em curso, do subsector das águas.

8.23 EPAL perde o controlo pela distribuição do mesmo

Semanário Independente
24 De Agosto de 2013

Uma avaria nas condutas de água na Rua da Missão, no sentido Kinaxixi-Mutamba, deixou alagadas grande parte das ruas da Baixa de Luanda. Na semana finda, a água corria, como um rio caudaloso, na Rua da Missão e os técnicos já punham mãos à obra. Para que a água não fosse totalmente desperdiçada, aos lavadores de carros associaram-se crianças que aproveitavam para brincar e tomar banho. Algumas donas de casa iam enchendo baldes para consumo doméstico. Um dos seguranças da Clínica Meditex disse à nossa reportagem que a água começou a correr a partir das quatro horas da madrugada. Por volta das oito da manhã chegou uma equipa técnica que "avaliou o problema". A avaliação foi lenta, porque ao início da tarde autênticos rios continuavam a correr com grande caudal, pelas ruas da Baixa. A nossa reportagem encontrou trabalhadores da EPAL na "nascente" do rio, mas nada podiam fazer. Um deles disse que tinham de esperar a chegada das máquinas para começarem o trabalho. O segurança Américo Morais informou ainda que esta é a segunda ruptura das condutas de água na Rua da Missão em pouco tempo. Na primeira, a água ficou a verter durante uma semana. Luanda tem uma rede de abastecimento de água ao domicílio velha e podre. Esse é um problema que só se resolve quando for mudada. Outro problema pode resumir-se nesta frase: deixa correr o marfim! É assim que as águas de Luanda perdem-se. E enquanto as ruas se transformam em rios, as torneiras ficam secas e quem quer água tem de recorrer aos candongueiros, que esses estão sempre prontos a fornecer.

8.24 Gestão de recursos hídricos

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2013

A gestão dos recursos hídricos e respectivas estratégias para tornar a água acessível às populações, ao serviço do desenvolvimento e progresso, constituem prioridades do Executivo Angolano.

Felizmente, o território nacional é coberto por inúmeras bacias hidrográficas, realidade que faz de Angola não apenas uma região privilegiada como também renova desafios. O repto desdobra-se na

compatibilização dos diferentes usos que a água envolve, nomeadamente no abastecimento doméstico, na agricultura, bem como na produção de energia eléctrica. Em todas estas esferas, o Executivo privilegia a observância das regras ambientais, enquanto condições sem as quais não temos garantias de desenvolvimento e progresso sustentáveis. As reformas actuais estão a corrigir muitos dos constrangimentos e insuficiências relacionadas com o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, em todo o país.

O sector das águas em Angola encontra-se em profundas mudanças e a aprovação do Plano Nacional de Águas de Angola, há mais de dois anos, proporciona ao país um instrumento valioso em matéria de gestão e aproveitamento dos recursos hídricos. O programa é o fio condutor pelo qual passam todos os procedimentos que actualmente asseguram o acesso à água potável a cerca de quatro milhões de pessoas nas zonas rurais. É inovador porque permite o aproveitamento da água para a agricultura e geração de electricidade.

O programa do Executivo para o período 2012-2016, relativamente ao sector das águas, estabelece, como missão, agir no sentido de proporcionar à população acesso à água potável nas áreas urbanas e rurais, bem como o acesso a água para as actividades económicas e industriais.

Hoje, graças ao sucesso do programa "Água Para Todos", está assegurado o fornecimento de água potável a 80 por cento da população nos próximos dois anos.

O programa elaborado pelo Executivo para reabilitar e expandir a rede de abastecimento de água, que vai beneficiar 132 sedes municipais no país, é parte fundamental da estratégia que visa tornar a água um bem ao alcance de todos.

É verdade que estamos ainda longe dos níveis a que todos aspiramos, quando se trata da cobertura no fornecimento de água às famílias angolanas. O sector da água está presente na estratégia de desenvolvimento a longo prazo, até 2025, porque, como prevê o Estado angolano, a elevação do desenvolvimento humano passa também pelo acesso integral à água, em qualidade e quantidade.

A água está, hoje, no centro das atenções e preocupações da maior parte dos Estados do mundo atendendo às mudanças climáticas e meteorológicas que o mundo experimenta.

Numa altura em que escasseiam recursos como a água, é vital que se façam investimentos e se tracem

linhas de orientação para aumentar a cobertura em termos de abastecimento.

Não faltam prognósticos ousados que apontam, para as próximas décadas, a água como factor de instabilidade e até eventualmente de conflitos entre os Estados. Os prognósticos neste âmbito justificam-se com as incertezas relacionadas com o aquecimento global, acompanhadas dos seus efeitos perversos, que colocam os povos perante a escassez de recursos.

Logo, afigura-se como relevante a existência de políticas e procedimentos que, internamente, levem a melhor gestão e uso das águas e, externamente, à administração concertada dos recursos hídricos transfronteiriços.

Angola ensaia um conjunto de passos no sentido de conferir melhor uso e aproveitamento interno dos recursos hídricos, internamente, e ao nível da sub-região em que está inserida uma concertada gestão das águas.

Com as políticas actuais em matéria de uso, gestão e aproveitamento das águas, Angola antecipa-se aos desafios futuros que colocam o precioso líquido no centro de eventuais controvérsias entre Estados e regiões.

Neste capítulo, o nosso país dá exemplos dignos de elogios na medida em que foi bem sucedido, ao lado da Namíbia, Botswana, Zimbabwe e Zâmbia, na criação de um fundo para gerir as águas transfronteiriças do Okavango.

Os projectos conjuntos entre Angola e Namíbia, ainda em estudo, para o aproveitamento da água para gerar energia eléctrica, bem como para irrigação das zonas fronteiriças, constituem outros exemplos de gestão concertada das águas que limitam territórios fronteiriços.

Como defendeu o ministro da Energia e Águas, a política angolana sobre os recursos hídricos a nível da região visa a transformação da água em factor de união e concórdia entre os Estados e povos da África Austral.

Os países da SADC estão a provar que, com cooperação em matéria de gestão das águas transfronteiriças, a água é também factor de paz e estabilidade para a sub-região.

8.25 Moradores de costas viradas com a Administradora

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

Para constatar a verdade dos factos o F8 deslocou-se até Sambizanga onde obteve informações divergentes de alguns munícipes. Dani, morador da rua do Betão há mais de 15 anos alega, desde que começou a viver naquela rua nunca a administração se preocupou em reabilitar aquelas vias. "Vivemos aqui neste mísero condomínio onde o saneamento básico é precário, a falta de água e luz é constante". Já Virgínia, moradora da rua Lienge - Ankonda afirma estar decepcionada com as instâncias superiores por nada fazerem para o melhoramento daquela via. Pedimos para que reabilitem estas vias o mais rápido possível, está a chegar o tempo chuvoso e aí as coisas irão agravar-se ainda mais".

Por outro lado Sílvia Pedro que circulava na rua dos Candeeiros diz que os amortecedores da sua viatura já estragaram por mais de três vezes tudo por causa do estado de degradação da via. "Pagamos a taxa de circulação, será que este nosso dinheiro não chega para arranjar as estradas?", protestou. Núria, moradora do bairro operário rua Doutor Agostinho Neto, diz os buracos e a água obrigam as viaturas circularem nos passeios. Tudo porque os esgotos não suportam as enxurradas de água, lixo e lama que vêm das residências; estes ficam obstruídos originando com que as águas residuais transbordem para a estrada.

Porém, um outro interlocutor, que preferiu ocultar seu nome, lamentou igualmente o estado lamentável de habitação e a vida que vai mal, tendo em conta tratar-se de um distrito que viu nascer o camarada Presidente da República José Eduardo dos Santos, custa acreditar que os moradores vivam em condições precárias com saneamento básico péssimo, falta de água e luz, hospitais com péssimo atendimento sobretudo com ausência de médicos e medicamentos, estradas falsas ainda por cima asfaltam apenas as vias secundárias, outras que se lixem.

Portanto de lembrar que em edições passadas radiografamos o distrito de Kilamba Kiayi e o município do Cazenga. O cenário e as declarações dos moradores do Sambizanga não se diferem muito das informações colhidas. o que pode nos levar a concluir que por parte de alguns governantes e dirigentes não há seriedade, esperam simplesmente ao aproximar das eleições e fazem mil e uma promessas, que irão fazer tudo as mil maravilhas somente para caçar o humilde voto do cidadão.

Dirigimo-nos até a administração do distrito do Sambizanga onde fizemos os possíveis para falar com a administradora Mara. A mesma mostrou-se indisponível. Entretanto uma fonte ligada a Comissão Administrativa de Luanda adiantou-nos que a comissão administrativa já tem um programa definido para a reabilitação das vias, visto que já estamos em época chuvosa. O primeiro passo vai ser a reabilitação das redes de drenagem dos distritos de Luanda, depois a colocação de novas sarjetas e manilhas de fibrocimento com vista a garantir a conservação das vias e a melhoria do saneamento básico da capital.

Quanto às vias secundárias e terciárias, a comissão administrativa tem prevista a reabilitação de mais de 30 quilómetros de estradas que beneficiarão de novo tapete asfáltico.

8.26 Projectos do sector avaliados na Huíla

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2013

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, está desde ontem na cidade do Lubango, a avaliar projectos ligados ao sector.

Luís Filipe da Silva avalia as obras nas condutas do centro da cidade do Lubango, o laboratório de análise de qualidade de água e faz o lançamento da obra da Estação de Tratamento de Água (ETA), na comuna da Palanca, município da Humpata.

O secretário de Estado vai igualmente deslocar-se às obras dos sistemas de captação e distribuição de água nos municípios da Chibia e Gambos (Huíla).

Na comuna da Quihita, município da Chibia, o secretário de Estado das Águas visita as obras de construção da estação da Muvialola e as obras de desassoreamento da Chimpaca na localidade de Dongue.

Hoje, Luís Felipe da Silva vai ao município da Matala (180 quilómetros a leste do Lubango), onde procede ao lançamento da obra para construção de um sistema de abastecimento de água e saneamento.

8.27 Furos de água nos Gambos minimizam efeitos da seca

Jornal de Angola

25 De Agosto de 2013

Um sistema de captação e distribuição de água potável equipado com sistema solar foi inaugurado na localidade de Cauvi, município dos Gambos, província da Huíla, pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

Construído no quadro do programa de combate à seca, que afecta o município dos Gambos, o sistema tem capacidade para fornecer 2.000 litros de água por hora e beneficiar mais de 930 pessoas.

Sibolo de Oliveira, director-geral da Sela-grup, empresa encarregada da construção do sistema, informou que o furo está acoplado por uma lavandaria, bicas para tirar água, um reservatório de 10 mil litros e um bebedouro com capacidade para 100 cabeças beberem em simultâneo.

Para o êxito da construção do sistema de captação, equipado com sistema solar, o Governo investiu 70 milhões de Kwanzas.

Marlene Idalina, em nome dos beneficiários, disse que a população da localidade está satisfeita com o projecto de abastecimento de água potável. O Executivo, reconheceu, não tem poupado esforços para acudir à calamidade da falta de água que assola o município dos Gambos, como se viu com a inauguração do ponto que, para além de servir a população, beneficia também o gado.

Para o administrador dos Gambos, Elias Sova, a campanha agrícola passada foi um insucesso, porque cerca de 1.150 hectares preparados para o cultivo de cereais diversos foram comprometidos e como consequência cerca de 11.563 pessoas estão directamente afectadas pela seca.

A seca, informou Elias Sova, tem outras implicações negativas no domínio da saúde, pois regista-se um aumento do número de doentes por causa da fome. O fenómeno também afectou o sector da educação, registando-se o abandono de algumas crianças do sistema de ensino e aprendizagem. "De acordo com o nosso plano de contingência remetido aos órgãos superiores, defendemos que uma das melhores soluções para sanarmos este fenómeno era incentivar acções para a abertura de mais pontos de água", disse.

O administrador dos Gambos referiu que apesar das dificuldades que ainda enfrentam, a população

agradece o apoio do Executivo para minimizar os efeitos da seca.

8.28 Produção de água aumenta em Luanda

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2013

A Empresa Pública de Águas (EPAL) anunciou ontem, em comunicado, que desde Junho se verifica um aumento da produção de água potável na sequência do arranque da segunda fase da Estação de Tratamento do Candelabro. A estação do Candelabro, cujas obras, iniciadas em 2009, terminaram este ano, tem uma capacidade adicional de 60 milhões de litros de água por dia.

O documento sublinha que, na sequência do aumento do volume de água e do funcionamento dos centros de distribuição, a EPAL efectua testes, de forma gradual, para província de Luanda ser abastecida de forma satisfatória.

A cidade, refere o comunicado, regista uma melhoria significativa na distribuição de água e no aumento das horas de funcionamento dos centros de distribuição do Marçal, Maianga e Cazenga. O texto adverte que, embora tenha sido substituída grande parte das condutas, "a rede, em função do aumento da pressão, pode registar algumas roturas", que "são atempadamente solucionadas e controladas através dos serviços técnicos".

8.29 Rua 12 de Julho transformada num rio de esgotos

Semanário Factual

De 24 a 31 de Agosto de 2013

O saneamento básico está rebentado e os esgotos correm a céu aberto, o mau cheiro é insuportável e o trânsito automóvel é lento, por causa dos enormes buracos na via.

Os moradores também contribuem para o péssimo estado da rua, despejando lixo e água suja. Os esgotos, contendo terra, fazem uma lama pegajosa, enquanto água suja é lançada de moradias, fazendo com que mosquitos se reproduzam, pondo em risco a saúde dos locatários.

O Factual esteve no local e verificou a situação, tendo o morador Adriano Tavares informado que a rede do esgoto "está entupida há mas de três anos, e as coisas pioram a cada dia".

A administração distrital do Sambizanga não se importa em resolver a nossa situação, estamos cansados", garantiu Adriano Tavares a administração do Sambizanga chovem as queixas, mas nada acontece. O Factual dirigiu-se à administração, mas sem êxito.

A moradora da rua 12, Josefa Paulo, afirmou: "Temos tido problemas sérios de saúde, principalmente o paludismo é o mais frequente devido às águas paradas. As nossas casas estão à beira da rua, não há como fugir do mau cheiro dos esgotos entupidos. Temos de manter sempre as portas da casa fechada, devido à invasão dos mosquitos, quando não há luz eléctrica "é um deus nos acuda," asseverou Josefa Paulo.

Os moradores da rua 12 de Julho, sita no Sambizanga, pedem à administração que vele pela sua saúde e bem-estar e que acabe com o rio de esgotos, garantindo um mínimo de conforto.

8.30 Alunos devem cuidar da higiene escolar

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Conter a urina pode causar infecções ao nível da bexiga e nos rins, disse o doutor Simão Bom Ano. O urologista realçou que a urina deve ser expulsa obrigatoriamente. As consequências de prolongadas "travagens" não são imediatas, mas as pessoas devem precaver-se para evitar que no futuro adquiram uma doença. Simão Bom Ano informou também que respirar em áreas imundas pode causar problemas pulmonares.

O especialista aconselhou os alunos a unirem-se para cuidarem da higiene das escolas e não dependerem da direcção. "São os alunos que querem aprender, por isso devem cuidar do local onde recebem o conhecimento", disse.

8.31 Casas de anho escolares: Podres, infectas e perigosas

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Higiene e conforto nas salas de aulas e segurança nas escolas públicas têm sido motivo de preocupação para muitos alunos que as frequentam. Na escola 3081, no município do Cazenga, os alunos reclamam das condições das casas de banho. Nesta escola do ensino secundário do primeiro ciclo as casas de

banho não têm água e, ainda que houvesse, as sanitas não têm autoclismos. O problema não está apenas nas casas de banho. Um jardim, por exemplo, é coisa que não existe.

Kátia, aluna da 73 classe, diz que não faz o uso da casa de banho, não consegue nela entrar por causa do "cheiro horrível". Com 12 anos, a aluna tem outras queixas, diz que nem cantina a escola tem. Por seu lado, uma outra jovem, Márcia, colega de Katia, diz que a sua turma tem mais de 45 alunos, um número que ultrapassa o das carteiras disponíveis. A disputa pelos lugares sentados é feita sobretudo olhando para o relógio: quem chega tarde é obrigado a sentar-se no chão ou então a assistir às aulas em pé. Na verdade, Márcia é aluna da escola 3029, junto à administração do Cazenga, mas por as instalações estarem em reabilitação, alguns dos alunos foram transferidos para a escola 3081, os outros foram para a escola 3034, junto à casa Malange, na rua do Comércio, comuna do Tala-Hady, ambas recentemente reabilitadas. Mas a escola 3081, que Márcia e Kátia frequentam, tem um tanque que algumas vezes tem água. Porém, trata-se de água imprópria, com bichos como baratas e ratos, disse a menina.

Como a escola não tem cantina, depois das aulas os alunos recorrem às senhoras que vendem junto aos portões para adquirir o que beber e comer.

O PAÍS foi visitar a escola 3034, que também recebeu alunos da 3029. Aqui há cestos para o lixo nas salas de aulas e no pátio um tanque com água. O líquido não serve para o consumo humano, serve apenas para manter a escola limpa. Com sete salas, a 3034 tem carteiras para todos dos alunos. À entrada, os seguranças tratam de verificar se os alunos se apresentam devidamente uniformizados. Na Cuba Angola, vulgarmente conhecida como Escola Grande, as casas de banho encontram -se em péssimas condições. Sónia Malebo, estudante da 113 classe, disse que não as tem usado porque o cheiro que de lá vem causa enjoos. Sónia tem 20 anos, diz que a escola tem 28 salas de aulas e apenas três casas de banho. As senhoras da limpeza ocupam -se apenas da área administrativa.

A escola, que funciona desde os anos 80, tem um tanque para reservar água que não está activo. Os alunos com sede têm que comprar a água na cantina. Sónia disse que este ano as coisas estão a mudar para o positivo, antes as salas não tinham carteiras, "na minha turma somos 105 alunos, mas nem todos aparecem no período normal de aulas, o que facilita que todos encontrem um lugar. Na época de prova os que chegam tarde sentam no chão".

Já para Eliana Bento, da mesma escola, que prefere ir para casa quando se vê mais apertada, os alunos é que não são asseados, por usarem um lugar que sabem não ter condições. "As senhoras não limpam as casas de banhos", disse. Eliane revelou que os alunos que cometem alguma irregularidade "recebem o castigo de limpar as casas de banho".

No bairro da Fubú, comuna do Talatona, município de Belas, algumas escolas também apresentam um ambiente não saudável para os alunos. Na escola 6036 do ensino secundário, muitos alunos sentem-se obrigados a abandonar as aulas para ir às casas de banho das suas próprias casas. O pequeno Frederico Miguel desabafou que se sente muito mal com o cheiro que "polui toda a escola". "Não temos carteiras suficientes para nos sentarmos, temos que chegar uma ou duas horas antes do início das aulas, mas se encontrarmos as nossas já ocupadas, tiramos de outras salas para a nossa".

Uma realidade que carece de transformação

Maria Madalena Fernandes, chefe de secretaria da escola 7032, da FESA (Fundação Eduardo dos Santos) contou que a sua escola está ocupada com os estudantes da Angola e Cuba e os alunos da FESA foram inseridos nas escolas 7035 e 7037. Anteriormente cada sala albergava 30 alunos e não apresentava problemas de carteiras. Maria Madalena salientou que os alunos provenientes da Angola e Cuba têm dificuldade de carteiras e a sua estadia acelerou a degradação dos balneários.

Os cuidados higiénicos estão divididos para as duas escolas, a área administrativa é cuidada pelas senhoras de limpeza da escola FESA, já as salas, o jardim e os dois balneários para alunos estão sob o cuidado das auxiliares de limpeza da Angola e Cuba. A secretária acrescentou que as senhoras que receberam a responsabilidade de limpar o recinto não lavam as casas de banho, que já se encontram entupidas.

É impossível permanecer a menos de cinco metros de distância das casas de banho, pois o cheiro é pavoroso. De acordo com a senhora Maria Madalena as casas de banho não estão em condições de serem utilizadas, mas existem alunos que, pela necessidade, são obrigados a fazerem uso delas. Na escola há um tanque de água, mas com fissuras, pelo que o líquido serve apenas para a limpeza.

Os cestos de lixo que ficavam no canto das salas foram excluídos porque os alunos não ajudaram na sua conservação. Actualmente têm apenas os baldes no pátio da escola. O jardim perdeu o seu brilho desde que o jardineiro faleceu, disse.

"Já recebemos uma comissão da administração municipal que disse que iria melhorar as condições da escola, mas ainda não voltaram para começar com as obras, até ao momento continuamos a esperar uma resposta".

A direcção da FESA "7032" comunicou à Secção Municipal da Educação as dificuldades que a instituição vive. Situada no município do Cazenga, 5ª Avenida, a escola funciona desde 1999. Tem 13 salas e recebe alunos da iniciação à 6ª classe.

A escola 3043 (Escola Grande, ou Cuba Angola), que antes teve o número 7043, comporta 28 salas de aulas em três pisos. A manutenção é feita por oito funcionárias em idade de pré-reforma. Ainda assim, o seu número é reduzido para as necessidades da escola. Para acudir à situação, a direcção da escola trabalha

com os alunos todos os sábados, disse o subdirector pedagógico Júlio Barros.

"O estado do saneamento da escola não é dos melhores. É um problema que já encontramos e segundo os que cá encontramos é um problema muito sério. As casas de banho de cima estão com as tubagens entupidas e temos sacrificado os nossos alunos. Temos apenas uma casa de banho dividida em quatro compartimentos no piso de baixo e para o número de alunos que temos não chega".

O subdirector realçou que já se pensou em apresentar o problema à administração municipal, de forma a encontrar-se uma solução.

O outro problema apresentado pelo responsável é o acesso à escola na época chuvosa. A escola tem uma média de 55 alunos em cada sala, segundo o Júlio Barros, o número de carteiras corresponde ao número de alunos. A "Escola Grande" lecciona os cursos de Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências Económicas e Jurídicas. A segurança das instalações é feita por um total de dez homens.

8.32 Casos positivos

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Na entrada do município do Cazenga, pela Frescangol, nota-se o cor-de-rosa radiante de um novo complexo escolar, trata-se da escola 3081. No seu interior o jardim convida a que se lhe passem os olhos mais demoradamente. O equipamento moderno instalado nas casas de banho e as suas conversas fazem a diferença relativamente a outras escolas por onde a nossa equipa de reportagem passou. Conceição Bravo, directora do

novo complexo escolar do ensino secundário do primeiro ciclo, disse que para além das seis auxiliares de limpeza, a direcção trabalha com os delegados e chefes de higiene das turmas para manter a escola sempre limpa.

A escola funciona há dois anos, é composta por 15 salas de aulas que albergam 4S alunos cada. Dentro da instituição há um tanque de água potável com capacidade para 40 mil litros. Há uma electrobomba para auxiliar e, caso falte a energia eléctrica da rede pública, há um gerador bem conservado. Os cestos de lixo ficam no canto das salas e o lixo é recolhido regularmente pela empresa de saneamento básico do município.

Lelo Hilário, subdirector pedagógico da 3081 disse que a instituição que dirige tem boas condições de higiene. Mas o tanque de água tem problemas de fissuras, o que impossibilita a conservação do líquido. Para a limpeza da escola as seis auxiliares de limpeza são obrigadas a acarretar a água da escola vizinha, 3034, que tem sido abastecida pela Administração Municipal do Cazenga.

Os cestos de lixo ficam por de trás das portas das salas. O responsável comunicou que desde que a 3081 foi reabilitada, este é o primeiro ano a funcionar. Os alunos são provenientes da 3029, que se encontra também em reabilitação. Com todos os equipamentos necessários para as aulas, as oitos salas têm 4S carteiras, o mesmo número de alunos em cada turma. Há uma casa de banho com seis compartimentos em cada lado, o lado esquerdo para as meninas e o lado direito para os rapazes.

Lelo Hilário disse que as obras de reabilitação ainda não terminaram, por isso ainda se pode ver uma grande quantidade de capim à volta da escola. "Os alunos da 9ª classe nem sempre apresentam o comportamento desejado, muitos trazem de casa um mau comportamento". "A direcção da escola tem sensibilizado os alunos no sentido de preservarem a instituição e tudo quanto está à sua disposição. Temos estado a fazer um esforço para cuidarmos do jardim, mas a escassez de água é o problema maior. Para a segurança da 3081 trabalham dez homens em regime de turno.

Na escola 6051, dentro do projecto Nova Vida, município de Belas., dotada de sete salas de aulas, com turmas de 4S alunos cada, as aulas, vão da iniciação até a 6ª classe.

Para o asseio da escola trabalham duas senhoras a partir das 12 horas, para que o turno da tarde encontre tudo limpo e outras duas entram às dezassete horas para que o turno da manhã também

encontre tudo limpo. Há cestos de lixo num dos cantos de cada sala no no corredor.

Para segurança da escola e das próprias crianças, a direcção municipal da educação contratou quatro seguranças.

A escola 6051 existe há cinco anos, nela o verde do jardim transmite um ambiente saudável aos alunos. Aqui há água que jorra das torneiras e eles tomam as refeições numa cantina dentro da instituição escolar.

8.33 Cinco mil kwanzas para higiene de cada sala

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Segundo a directora de Repartição Educação do Cazenga Isabel Leitão, cuidado higiénico para cada sala de aulas está orçado no valor de S mil kwanzas por mês. Algumas vezes as direcções das escolas recebem o dinheiro, outras, recebem material higiénico, como vassouras, detergentes e baldes, no equivalente ao valor estipulado. As escolas que não têm água da rede pública, têm o abastecimento feito pelas administrações municipais.

O município do Cazenga tem 80 escolas públicas, entre as quais 6S são primárias, Todos os anos algumas escolas entram em reabilitação.

"De 2012 a 2013 foram reabilitadas dez escolas, para o próximo ano ainda não se sabe quantas serão", disse a responsável da Educação do município do Cazenga. Isabel Leitão garante que todas as escolas em estado de degradação serão reabilitadas e serão construídas novas escolas dentro do programa do combate a pobreza.

Na área da Educação há obras da responsabilidade do Governo Provincial e obras da Direcção Municipal. "As escolas com mais de seis salas de aulas são da responsabilidade do governo provincial, abaixo de seis a reabilitação está na responsabilidade municipal. Para além da reparação das escolas, também repara-se os tanques. Durante a reabilitação da escola 3081 foi construída um tanque mas, devido ao terreno, o tanque apresenta fissura. Mas já é de conhecimento da administração e do governo provincial e já se fez a observação, brevemente será feita a reabilitação do tanque", informou.

De acordo com a Isabel Leitão, a escola 3081 será ampliada, adicionando-se mais duas salas e passar-se-á para o segundo ciclo. A reabilitação da 3043 "Escola Grande" já consta no plano para o próximo ano, enquanto a escola Angola e Cuba será demolida.

Para a directora da repartição municipal, as escolas prioritárias seriam, as primárias mas, de acordo com o calendário do programa, o próximo ano serão reabilitadas as escolas 3023, localizada na Rua do Comércio e a escola 3024, localizada na Rua dos Aviários.

"Temos um corpo de inspecção, que vela pela parte administrativa e pela a área pedagógica das escolas", referiu.

No último concurso público foram admitidas algumas funcionárias de limpeza, mas o número não foi satisfatório, devido às exigências de habilitações literárias. "Estamos a negociar com Direcção Provincial da Educação, no sentido de haver outros concursos para se admitir novo pessoal, porque a maior parte das senhoras de limpeza que temos já são idosas e estão a passar à reforma.

Temos empregadas de limpeza casualmente recrutadas e paga-se um valor mínimo, mas ainda assim não chega", mencionou.

8.34 W.C. putrefactos afectam aprendizagem

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Rosalina, directora pedagógica da Escola nº 1100, localizada na Avenida Lenine, Distrito Urbano das Ingombotas, explicou a O País que a sua instituição "não tem água corrente, o que obriga as auxiliares dê limpeza a acarretarem à cabeça o precioso líquido".

A pedagoga lamenta o comportamento dos alunos que "em vez de urinarem e defecarem na sanita e urinol o fazem no chão. Eles são repreendidos mas nem com isso.

A directora pede aos pais e encarregados de educação que "conversem e orientem os seus filhos todos os dias antes de irem à escola para usarem de modo correcto o que há nela e colocarem na pasta da criança rolo de papel higiénico".

A escola tem alunos com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos a frequentarem a 6ª, 7ª e 8ª classe.

Para auxiliar as funcionárias de limpeza, a direcção da escola pede a colaboração dos encarregados e alunos mais crescidos, a participando nas campanhas de limpeza que de quando em vez realiza.

Sandra Joaquim Ribeiro é auxiliar de limpeza na escola primária nº 1100, e lamenta o comportamento

dos alunos que "depois de defecarem usam as fezes para escreverem nas paredes dos W.CS".

Segundo a auxiliar de limpeza, "os professores diariamente conversam com os alunos na "parada" para lhes ensinarem uma boa conduta".

Para a limpeza da Escola há dois grupos, constituídos por quatro senhoras cada. "Carregamos a água na cabeça, do tanque que está no quintal para o W.C, porque se não fazermos isso a urina e as fezes ficam na sanita", disse. Por outro lado, o director pedagógico da Escola Primária nº 1121, localizada no bairro da Boavista, rua Comandante Kima Kienda, identificado apenas por Paulito, mostrou-se satisfeito por a sua escola ter beneficiado no ano passado de obras de beneficiação, mas lamentou a péssima qualidade dos autoclismos montados nas casas de banho da escola e a falta de uma quadra desportiva para os alunos terem aulas de educação física. O director Paulito disse a O País que "além de disporem de professores e de contínuos é necessário que as escolas do ensino primário tenham vigilantes para acompanharem os meninos ao W. C porque os alunos que frequentam este nível são ainda muito pequenos".

"As escolas do ensino primário só têm um segurança para proteger a instituição por cada 24h, a nossa não tem um de jardineiro, sequer, o que me obriga, em conjunto com alguns alunos crescidos da 6ª classe, a tratarmos do jardim", terminou.

Sócrates e Abdenago têm 12 anos de idade, são alunos da Escola nº 1100, situada na Avenida Lenine, frequentam a 6ª e 7ª classe, lamentaram a falta de água corrente na escola e, explicaram que "quando as sanitas e urinóis estão cheios e entupidos, a urina por vezes escorre pelo chão e o cheiro "intoxica". Por isso é que os colegas mijam no chão".

Alunos da 2ª e 3ª classe, Arminda de 6 anos e Zulmira de 8 anos de idade, da Escola da Boavista disseram: "vamos sozinhas à casa de banho e o professor diz para fazer xixi e cocó na sanita".

Escola Primária 2015

A Escola Primária nº 2015 localiza-se no município de Luanda, Distrito da Maianga, bairro Cassenda junto ao Campo do Felício, apresenta um cenário desagradável e de atentado contra a saúde das crianças e professores. Não há carteiras em número suficiente para os alunos que alberga; as paredes das salas estão completamente sujas; há falta de cestos para o lixo dentro das salas; as casas de banho estão sujas e com as sanitas e urinóis entupidos; há líquidos

putrefactos escorrendo pelo chão, um cheiro fétido a urina.

Atenção

As crianças que frequentam a iniciação e as restantes classes do ensino primário, com idades compreendidas entre 6 e os 8 anos, utilizam a casa de banho sem um acompanhamento da professora ou de uma outra pessoa.

Segundo a Professora Isabel, da Escola Primária nº 1092 "os alunos já conhecem onde fica o W.C, na sala orientamos para não defecarem nem fazerem xixi no chão".

Por outro lado, o director Paulito disse: "as crianças vão sozinhas ao W.C. Precisa-se de vigilantes, como existem nas escolas privadas, de modos a dirigir a criança"

Paulito disse também que "há falta de auxiliares de limpeza para manter limpos os W.C. As que existem são em número reduzido para o que se pretende.

O director pedagógico explicou que "A urina contém ácido, e da sua junção com outros reagentes químicos resulta a amónia ou ureia, que pode intoxicar as nossas crianças e provocar doenças pulmonares, nervosismo, náuseas e, desta forma, baixar os níveis de assimilação do conhecimento que os professores transmitem.

Para a directora Rosalina é necessário que "as escolas tenham um posto médico para os primeiros socorros, para os casos de dificuldade respiratória ou ferimentos. "Só o quite não basta, é preciso também um técnico de saúde", disse.

8.35 Uma seca eterna?

Jornal Acapital

31 De Agosto de 2013

No caso específico do Cunene, segundo o engenheiro Vitorino Nhany, a esmagadora maioria do terreno tem topografia plana, por isso a evaporação de água é grande, fazendo com que a área esteja sujeita aos efeitos das secas periódicas.

Segundo esclareceu, no caso concreto de Angola, a questão da seca não se resume na falta de água, dando como exemplo a província do Cunene que tem o precioso líquido, embora não seja abundante.

Na sua óptica, o que deve acontecer, como nas noutras regiões áridas e semi-áridas dos outros países,

é aproveitar estes recursos hídricos na agricultura, por meio de irrigação.

Nhany, que também é deputado pela bancada parlamentar da UNITA de que é ainda Secretário-geral, afirmou que a realidade que se vive no Cunene dá mostras de que, o homem como medida de tudo que existe na terra tem de desenvolver esforços para que os efeitos da seca não incidam "tão drasticamente na vida das comunidades".

"A seca que é o atraso das precipitações ou da sua distribuição irregular; este fenómeno apresenta uma certa periodicidade e pode ser previsto com uma certa antecedência" , explicou, antevendo todos componentes da crise social como são os casos da fome, desnutrição, miséria e êxodo rural, caso não se tomarem medidas pontuais.

Uma delas, segundo sua visão, seria uma política de irrigação que adopte tecnologias de mais acesso aos trabalhadores rurais e que sejam mais adaptadas à realidade; medidas de apoio a fim de a agricultura suportar os períodos de seca.

Existem pressupostos para propiciar sucesso desta actividade, dentre os quais proporcionar o acesso ao uso da água com aproveitamento da água acumulada nas grandes represas, açudes e barreiras, perfuração de poços, construção de barragens subterrâneas e de cisternas rurais.

O deputado que falou aos jornalistas, mais nas vestes de agrónomo, do que de político, assegurou que a implantação de um projecto de transposição das águas do rio Cunene para outras bacias hidrográficas das áreas habitualmente afectadas, seria uma outra solução.

Relativamente às cheias que também têm assolado amiúde sobretudo a província do Cunene, Nhany diz que ocorrem porque, quando uma determinada época os níveis de precipitação aumentam ao contrário de uma distribuição irregular provocando transbordo do rio causando danos às culturas. Acrescem-se, outros elementos como a fraca educação cívica contra poluição, a falta de aproveitamento das águas através de pequenos regadios, a falta de dragas retroscavadoras e outros equipamentos afins. Contribuem ainda para o transbordo a não instalação de espécies vegetais que cubram bem o solo contrariando a erosão; ou seja espécies que contribuam para uma boa estruturação do solo. Sobre este pormenor, aconselha as autoridades angolanas a beberem da experiência da Namíbia, que apesar das cheias tem sabido com estes métodos contorná-la.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Moradores pedem exoneração do comandante

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

A ONDA DE CRIMINALIDADE, segundo os moradores, está a avassalar o bairro. Joana Raul, moradora do bairro da Nocal, atribui o agravamento à falta de patrulhamento. "Aqui só vimos polícias na estrada, não sabemos qual é o trabalho que o comandante Clemente Pontes está a fazer. Pedimos ao comandante de Luanda para substituir este homem porque aqui ele não faz nada".

A jovem, de 34 anos, lembra que Cazenga já foi um bom município. "Pensámos que, com ele aqui, as coisas estariam calmas, porque foi durante anos o 2º comandante do Cazenga e conhece o município, mas está a decepcionar-nos. Às 6h00, em plena manhã, somos assaltados, mesmo aqui em frente à fábrica da Nocal. Têm de tirar esse homem daqui", desafia.

"Não estou a dizer que não havia assaltos, havia sim, mas não como hoje. Os polícias aqui estão mais preocupados com outras coisas, como andar atrás dos taxistas. Parece até que não têm salário. Tudo isso só acontece porque o comandante Pontes não tem autoridade, só mesmo a ex-comandante de Luanda para colocar este homem a chefiar o Cazenga", insiste.

Dinis Ferreira, morador do bairro dos Ossos, no Sambizanga, compartilha a mesma opinião. "Nesta escola muitos alunos estão a deixar de estudar por causa da criminalidade.

Temos uma esquadra, não sabemos o que faz. A única coisa que fazem é andar atrás dos taxistas e das motorizadas, não resolvem o que têm de resolver. É muito triste o comportamento de alguns polícias", lamenta.

António da Costa, de 46 anos confirma o quadro. Também o seu filho, de apenas 16 anos, deixou de frequentar as aulas no período nocturno. "O meu filho deixou a escola por causa dos assaltos que têm sofrido quase todos os dias. A direcção da escola já contactou a divisão do Cazenga e a resposta que receberam é que muitas vezes não têm meios para ir ao local. Já não sabemos qual é o problema. Nos anos anteriores diziam que não iam lá por causa da falta de

energia, agora o bairro dos Ossos não tem problemas de energia e dizem que é por falta de meios".

O morador já enviou uma carta, dirigida ao comandante provincial de Luanda, a explicar o comportamento dos agentes, mas até agora não obteve resposta.

"A polícia tem sempre desculpas para tudo. Não sentimos a presença da polícia aqui. Só quando é para pedir dinheiro, é uma vergonha. Muitos agentes que, às vezes, aparecem aqui estão bêbados e só ficam a pedir dinheiro aos taxistas. E o comandante da divisão tem conhecimento disto. É muito triste, mas é a polícia que temos, o que fazer?", questiona.

DENUNCIAR É ARRISCADO'

Domingos Francisco, morador do bairro do Hoji-ya-Henda, dá conta do desespero por causa do sentimento de impunidade. O homem confessa que tem receio de apresentar queixa contra os criminosos. "A polícia prende, mas algumas horas depois os detidos são soltos, só que dizem às pessoas que vêm queixar-se que são os procuradores que soltam. A verdade é que muitos destes detidos não são apresentados aos procuradores", acusa.

Segundo ainda a fonte, vários moradores perderam a confiança na corporação. "Apresentar queixa acaba por ser um acto de elevado risco. Já não temos confiança na polícia, eles não fazem nada para diminuir a onda de assaltos", revela o homem, de 41 anos, que vive no bairro há 14.

Os moradores vão mais longe ao afirmar que o "vício" do dinheiro por parte de alguns agentes "tem falado mais alto".

"Hoje a polícia já ganha bem, não sabemos como é que eles continuam a fazer isso, manchando a própria imagem da corporação. Muito deles deveriam ser expulsos.

Os moradores dão a dimensão da gravidade do fenómeno, ao notar que os assaltos não ocorrem apenas durante a noite. Sucedem-se em pleno dia, sobretudo à tarde.

Todas as tentativas de contacto com o comandante da divisão da Polícia Nacional no município do Cazenga, para obter uma reacção sobre estas queixas, foram em vão.

9.2 Baixa o índice de crimes

Jornal de Angola
03 De Agosto de 2013

O procurador-geral adjunto da República, Adão Adriano António, ficou satisfeito com o baixo índice de criminalidade na província do Huambo, comparativamente à sua densidade populacional.

Em declarações à Angop, no final da visita de quatro dias à província, durante a qual foi apresentado às autoridades locais como acompanhante da Procuradoria-geral da República no Huambo, Adão Adriano António elogiou o trabalho eficaz do Comando Provincial da Polícia Nacional. O magistrado disse ter sido informado, durante as reuniões que teve, que a redução dos crimes na província tem a ver com a educação jurídica da população e o incremento de acções de prevenção criminal.

A título de exemplo, referiu que durante o mês de Julho foram registados 163 crimes na província, um número considerado baixo, em comparação com outras regiões.

O procurador-geral salientou que a construção, pelo Ministério do Interior, de uma unidade prisional moderna, recentemente inaugurada, demonstra a valorização do homem. "Os detidos devem orgulhar-se das condições dignas de habitabilidade, que muitos países que alcançaram a independência há mais tempo não possuem", realçou.

Durante a digressão ao interior da província do Huambo, foram apresentadas algumas dificuldades, designadamente a falta de funcionários, transporte, instalações degradadas, que vão ser encaminhadas para as estruturas superiores para serem solucionadas.

O procurador-geral adjunto da República visitou igualmente os municípios do Bailundo, Catchiungo, Caála e Ucuma.

9.3 Polícia desconhece origem das armas de fogo

Novo Jornal
09 De Agosto de 2013

EM ENTREVISTA exclusiva ao Novo Jornal, o porta-voz da Polícia Nacional, Aristófares dos Santos, afirmou que é preocupação do Ministério do Interior e do Comando Geral, a problemática da proliferação de armas de calibre de guerra na posse das empresas privadas de segurança.

"Onde tiram as armas? Quem as fornece? Em que condições e circunstâncias?" São questões que o porta-voz deixa no ar e cujas respostas não são ainda conhecidas.

"Em função disso é necessário pôr um ponto final a esse estado de coisas, porque se nós temos as empresas privadas de segurança para forças auxiliares da polícia não podem ser elas a prejudicar a ordem e a segurança públicas", salientou.

Contudo, Aristófares dos Santos disse que a PN está a tomar medidas e que a grande preocupação é a forma como essas empresas adquiriram ou adquirem as armas. "Como sabe, o Comando Geral não entrega armas a essas empresas. Naturalmente, não podemos escamotear que o processo lento e prolongado de guerra pelo país permitiu que muitas dessas armas fossem parar a essas empresas. Ainda assim, há a justa preocupação e por isso é que a gente vai começar agora um processo de recolha dessas armas para trocá-las por armas de calibre inferior", frisou.

No encontro de trabalho realizado esta semana, entre o ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares, e representantes das referidas empresas, ficou definido que, no prazo de 30 dias, a contar do dia 6 do corrente mês, a Polícia Nacional vai proceder à actualização do registo e controlo de todas as armas de fogo sob tutela e responsabilidade dessas empresas, pelo que todas aquelas que se mostrarem contrárias à lei vigente com indícios de irregularidades graves poderão ser submetidas à cassação das suas respectivas licenças.

Na ocasião, Ângelo Veiga Tavares manifestou preocupação em relação "às débeis capacidades técnico-profissionais dos efectivos das empresas privadas de segurança, agravadas com os baixos salários que auferem", que, referiu, "contrasta com os valores por homem que são cobrados às entidades a quem são prestados serviços, assim como a assistência alimentar a estes durante o período de serviço".

Como somatório desses factores, de acordo com o responsável do Interior, os efectivos dessas empresas são obrigados a recorrer a métodos menos correctos para suprir as dificuldades que enfrentam, que, enumerou, passam pelo abandono dos seus postos, execução de trabalhos complementares, como a arrumação e lavagem de carros na via pública.

"Preocupa-nos não só o débil trabalho de protecção dos objectivos sob sua responsabilidade, mas também e sobretudo, o envolvimento directo ou indirecto de efectivos dessas empresas no cometimento de crimes. Neste particular, destacamos o aluguer, a venda e a

simulação de roubos de armas de fogo que, por esta via, vão parar às mãos de marginais que as utilizam em crimes", afirmou o ministro do Interior,

NOVA LEI ALARGA RAIO DE ACÇÃO DAS EMPRESAS

O processo de aprovação, pela Assembleia Nacional, da nova Lei das Empresas Privadas de Segurança está em curso.

Ao referir-se sobre o assunto em questão, o porta-voz da PN, Aristófanos dos Santos, considera tratar-se de uma lei mais abrangente e completa.

"Enquanto a actual prevê, por exemplo, que as empresas privadas de segurança devem proteger bens, a nova refere pessoas e bens. E enquanto a actual refere que para ser da segurança privado é preciso ter cumprido o serviço militar obrigatório, a nova leijá refere que é preciso ter a situação militar regularizada.

Porque há pessoas que hoje em dia não cumprem o serviço militar obrigatório. Estamos no pós-guerra, e as quotas são limitadas. Nem toda a gente vai para tropa", explicou.

"Um dos problemas que havia ou há, é que quando o protector está a proteger, por exemplo, uma loja, ele cinge a sua protecção à loja e todos os factos que ocorrerem a 100 ou a 150 metros ele não actua porque o seu objecto social é a loja. Isso vai deixar de acontecer, porque uma força auxiliar à Polícia Nacional deve actuar. O que nós precisamos é que as empresas privadas de segurança sejam forças auxiliares da Polícia Nacional", afirmou expectante.

CALIBRE INFERIOR ÀS ARMAS DA PN

Ainda de acordo com o porta-voz da PN, as empresas privadas de segurança vão ter armas muito inferiores as que polícia usa. "Em qualquer país é assim. Está em estudo, neste momento, as empresas que vão importar as armas, empresas civis controladas pela polícia que vão importar as armas. Não é a polícia que vai importar as armas", aclarou. No entanto, de acordo com o porta-voz, estas ainda não existem, uma vez que o encontro entre o ministro do Interior e as empresas privadas de segurança serviu apenas para o lançamento daquilo que é a pretensão imediata. "O que tivemos a fazer é concertar ideias. Estamos a fazer um diagnóstico da segurança privada sobre o que está bem e sobre o que está mal", concluiu.

Por outro lado, Aristófanos dos Santos lembrou que nos termos da lei 19/92, de 31 de Julho, que actualmente está a ser revista, as empresas privadas de segurança são forças auxiliares da Polícia Nacional,

que coadjuvam toda a actividade policial, em razão do facto de não existir um polícia para cada cidadão e por existirem actividades menos gravosas em que estas são chamadas a intervir. O porta-voz da PN referiu que a grande preocupação, neste momento, tem a ver com a alguma dês regulação na forma de acção das empresas privadas de segurança.

De acordo com o Aristófanos dos Santos, uma série de efectivos dessas empresas encontram-se em clara violação aos normativos da lei, por não terem cumprido, por exemplo, o serviço militar obrigatório conforme exigido por lei, assim por não terem o mínimo de preparação, nem destreza, para o manuseamento de armas de fogo.

"Temos visto, de forma reiterada, seguranças deitados, mal fardados, com armas mal posicionadas, à sonega. Embriagados e depois daí os grandes acidentes e incidentes que vão ocorrendo um pouco pela nossa cidade e um pouco pelo país", referiu.

9.4 Procurado com o negócio de armas entre protectores e criminosos

Semanário Folha 8

10 De Agosto de 2013

Muitas das armas de fogo em posse dos delinquentes são fornecidas pelos efectivos das empresas de segurança privada. A acusação foi feita pelo ministro do Interior Ângelo Veigas num encontra, esta semana, com os responsáveis destas empresas.

"O motivo da realização deste encontro prende-se com o ineficiente serviço prestado pela maioria das empresas de segurança privada, no quadro do seu papel de instituições auxiliares dos órgãos de polícia. Preocupa-nos não só o débil trabalho de protecção dos objectivos sobre sua responsabilidade, mas também, e sobretudo, o envolvimento directo e/ ou indirecto de efectivos destas empresas no cometimento de crimes" frisou. Prosseguindo, destacou "a venda e aluguer e a simulação de roubos de armas de fogo que, por esta via vão parar às mãos dos marginais que as utilizam para cometer crimes".

O governante disse que, segundo do ministério, há empresas que não têm o controlo efectivo do seu pessoal, em termos de identificação, e até mesmo de residências, o que toma complicado detectar os mesmos em caso de envolvimento em crimes.

"O mais grave é que as empresas de segurança privada, de um modo geral, não têm o controlo do seu efectivo, não conhecendo sequer, a sua

residência, o que dificulta a sua localização, quando os mesmos participam em crimes, declinando amiúde a responsabilidade civil, decorrente das acções destes conforme estabelecido por lei", salientou.

Na ocasião garantiu estar para breve a entrada em vigor de uma nova lei sobre as empresas privadas de segurança. Enquanto isso, disse que "por imperiosa necessidade de Estado" ordenou a Polícia Nacional, no sentido de exercer uma actividade de fiscalização mais acentuada as estas empresas, sobretudo as que prestam serviços as instituições do Estado, institutos públicos ou outras que dependem do erário público.

A futura lei, segundo argumento do governante quando da apresentação da mesma na Assembleia Nacional, no passado mês de Junho, tem por fundamento melhorar a articulação entre a necessidade dos cidadãos criarem ou utilizarem os serviços de segurança privada e os interesses que emergem do serviço público de segurança, exercida pelo Estado.

Pretende-se ainda estabelecer padrões de recrutamento e admissão do pessoal de segurança, sugerindo-se, como tal, a obrigatoriedade dos efectivos dessas empresas frequentarem cursos ligados à segurança privada. cursos estes que seriam ministrados em centros de formação autorizados para o efeito.

A instalação e utilização de equipamentos de vigilância electrónica por parte de alguns actores públicos e privados, como garantia de prevenção de actos criminosos susceptíveis de ocorrerem em instalações onde estes funcionem será outras das obrigatoriedades da futura lei. A lei em vigor foi criada em Julho de 1992.

TARDE MAS ÚTIL

Para muitos a revisão da lei em vigor e, mais do que isso, a disciplinação da actividade da empresas de segurança é um imperativo que se impõe a vários anos devido aos atropelos das mesmas.

Além do envolvimento dos efectivos destas empresas em acções criminosas, muitos cidadãos também queixam-se do desrespeito dos mesmo nas estradas. Outra situação que preocupa os cidadãos e também autoridades tem que ver com o facto de o descontrolo do armamento permitir o uso de balas incendeias por algumas empresas. No entanto, algumas vozes acreditam que o Executivo terá dificuldades de pôr ordem no sector pelo facto de muitas empresas pertencerem a altas patentes, mas, determinada corrente, acredita que o citado factor

pode funcionar a favor da organização que se espera e deseja.

9.5 Sambizanga com altos índices de violência

Semanário Folha 8

10 De Agosto de 2013

O agora distrito do "Sambizanga" tinha a fama de ser a zona mais perigosa de Luanda, e registava quase todos os dias ocorrência de homicídios de vária ordem, assaltos, roubos, agressões, etc, mas hoje a situação tende a uma ligeira inversão, face aos esforços da corporação policial.

O patrulhamento e a luta contra a prevenção dos crimes tem estado a dar frutos e hoje, já é possível circular a pé do Largo da Frescura até a Dinimuca, mesmo no cair da noite. Antes, tal proeza era um chamado para a delinquência actuar, pois logo, nos 300 metros percorridos e surgia um assaltado, um roubo à mão armada, uma agressão ou, no caso das mulheres, uma violação, com a maior impunidade bandida.

Noutra zona, por exemplo, Linha férrea, a qualquer hora do dia, os integrantes de grupos marginais, como os "Bibi Squad, os "Tangas", entre outros chegavam a violar raparigas ou mesmo assaltar, bem na frente da Escola associada Vida Abundante, que tinha patrulheiros policiais.

Hoje o quadro começa a inverter-se, com a nova actuação do corpo policial, que actua com mais proximidade e pede o apoio da sociedade civil e religiosa da zona. "Esta política parece estar a dar relutados, pois hoje os grupos de bandidos já não têm muitos seguidores", denunciou Domingas João, moradora da zona da Madeira. Talvez por esta razão a baixa dos crimes dos vinte (20) para sete casos de ofensas corporais por semana e nenhum homicídio há mais de um mês. "Portanto, essa pacífica situação que se vive no Sambizanga é fruto de um programa bem elaborado e estruturado do 2º Comando da Divisão local que tem contado com o apoio incansável das igrejas e dos jovens, portanto, o mérito é de todos", garantiu um dos oficiais da polícia daquela circunscric o.

9.6 "Cacuaco é urna das cinco áreas mais críticas"

Novo Jornal

16 De Agosto de 2013

O PORTA-VOZ INTERINO da Polícia de Luanda, inspector-chefe Mateus Rodrigues, disse ao Novo Jornal que existe um plano de operações específico de actuação para a zona de Cacuaco devido a alguns acontecimentos que foram registados nos últimos meses, assegurando que a polícia está a trabalhar para esclarecer tais crimes.

Mateus Rodrigues garantiu que é do conhecimento da corporação que está a circular uma informação que dá conta que os moradores da zona da Boa Esperança I e II estão a viver dias difíceis devido às ameaças de morte feitas por um meliante conhecido por De Prata.

"Estamos a efectuar diligências no sentido de localizá-lo e ajustar as contas", contou, acrescentando que a pretensão da corporação é o esclarecimento deste s crimes, pelo que solicitam auxílio da população na prestação de qualquer informação valiosa.

Quanto à informação de que um agente terá sido alvejado numa troca de tiros, o representante do Comando Provincial de Luanda da PN assegurou que não é uma informação, confirmada, de acordo com os registos das ocorrências diárias.

O porta-voz salientou ainda que têm registado enormes êxitos em Cacuaco, mas qualquer informação que ajude a corporação a deter um meliante será benéfica.

"Não confirmamos a presença de grupos de marginais na área da Boa Esperança I e os que mataram o segurança e o jovem da Rádio 5 ainda são indivíduos não identificados", frisou, sustentando que "o município é uma das cinco parcelas de Luanda onde mais se cometem crimes diversos".

Questionado sobre a média normal de crimes, o inspector-chefe disse que não pode adiantar qualquer informação de momento. De referir que o plano de operações contempla medidas específicas para a contenção dos crimes que se vêm verificando, particularmente, na zona de Cacuaco. F.G.

9.7 Meliantes matam sem remorsos

Novo Jornal

16 De Agosto de 2013

DEPOIS DOS MELIANTES tirarem a vida a três agentes da Polícia Nacional, no bairro Paraíso, há dois meses, o índice de criminalidade voltou a crescer naquela zona.

Na madrugada desta terça-feira, 13, o bairro Boa Esperança entrou em pânico, quando marginais não identificados tiraram a vida ao segurança de uma empresa privada, a um jovem e alvejaram um agente da polícia.

Segundo relatos da população, agente foi atingido numa das pernas, na rua dos Nsumba Wé, arredores da Praça Antiga do Kicolo, durante um confronto com a Polícia.

Os moradores garantiram ao Novo Jornal que, por volta das 2h00 da manhã desse dia, os criminosos estavam de passagem pela rua e a polícia estava a efectuar uma ronda.

"Quando se cruzaram, começaram os disparos e o motorista da patrulha foi atingido ao ponto de outros colegas abandonarem a própria patrulha", relatou um morador.

Ainda no mesmo dia, António Manuel, de 30 anos, funcionário da empresa de segurança comercial Projecto Futuro, foi alvejado até à morte no seu posto de serviço, na estrada direita de Cacuaco.

O jovem estava destacado na empresa Enaser Lda, adjacente à dependência do Banco de Fomento Angola, da Boa Esperança I, quando na madrugada desta terça-feira, no período das 2h00 da manhã, foi surpreendido por meliantes que, inicialmente, efectuaram dois disparos, um deles atingiu a cabeça e outro o pescoço.

De acordo com uma testemunha no local, um número de, pelo menos, cinco jovens apareceu armado e começou a disparar. "Estávamos dentro do banco e bem acordados porque esta zona é de risco. Há muita delinquência e a polícia nada faz", frisou um dos seguranças, que testemunhou o acontecimento, sustentando que depois de terem morto o seu colega, os meliantes levaram a arma da empresa.

Um dos colegas de António Manuel salientou igualmente que desconhecia a realidade que terá motivado o comportamento dos marginais e lamenta o facto, esclarecendo que era primeiro dia de trabalho da vítima.

A VIOLÊNCIA NÃO SE FICOU POR AI

Neste mesmo dia, já pelas 3h00 da manhã, um outro acontecimento foi registado no bairro Kawelele.

Luzolo Daniel Nzinga, de 29 anos, foi igualmente alvejado até à morte com um tiro na cabeça, cerca das 2h45.

De acordo com um familiar, cuja identidade preferimos não revelar, tudo aconteceu quando Luzolo Daniel «Rádio 5» regressava do óbito de um familiar, na província do Uíge.

Quando chegou ao bairro da Boa Esperança I, apercebeu-se que estava a circular a informação de que os "amigos do alheio" andavam a matar inocentes.

Preocupado com a distância que tinha de percorrer da Boa Esperança I até ao bairro do Kawelele, zona onde residia, o jovem solicitou que a viatura o apoiasse até aos arredores da padaria Angonour, adjacente ao portão da unidade militar da Zero 8.

De acordo com os vizinhos, à medida que o jovem vinha da rua direita da Zero 8, em direcção a sua casa, deparou-se com marginais não identificados que dispararam um tiro na sua cabeça.

"Suspeita-se que os jovens que dispararam contra os agentes da polícia sejam os mesmos, devido à coincidência do horário dos acontecimentos", rematou uma vizinha, visivelmente transtornada com a situação.

"Ele não queria ir ao óbito porque no dia seguinte tinha de trabalhar e em sua casa não havia' nada para deixar aos seus filhos. Por várias vezes, o meu irmão estava com um mau pressentimento, mas mesmo assim, de forma insistente, acabou por ir ao óbito", frisou o irmão da vítima. FERNANDO GUELENGUE

9.8 Kapalanga no epicentro do crime

Jornal Acapital

17 De Agosto de 2013

Os moradores do Kapalanga reclamam, sobretudo, da acção de três grupos de marginais, nomeadamente, os Mais Pausados, K Squad e os De Gala. São os seus integrantes que, diariamente, confrontam os populares com crimes como assaltos à mão armada e violação sexual. A luta entre os mesmos grupos, que mantêm entre si uma rivalidade, interrompe, com frequência, a ordem pública por aquelas paragens.

Tão grande é a onda de criminalidade por aí que muitos moradores começaram a abandonar as suas residências em busca, de outras áreas com maior segurança.

Das explicações colhidas, por exemplo, do costureiro João Nkoloa, 55 anos, os integrantes dos grupos têm idades compreendidas entre os 15 e os 26 anos e não se coíbem de, várias vezes, exibirem anuas de fogo em pleno dia.

O terror é tal que as áreas dominadas por tais grupos de marginais estão a ser chamadas de Iraque para que se tenha noção do grande clima de insegurança que aí se vive.

A mobilidade popular, acrescentou munícipe, "é feita de forma receosa sobretudo na zona do mercado, junto à chamada ponte amarela", contou.

De acordo com ele, a população vive sob o medo de, a qualquer momento, poder ser alvo da acção de um dos grupos. Se de dia as acções dos bandidos são intensas, o que dizer da noite? Neste período, a circulação torna-se ainda mais difícil, tendo em conta a fraca iluminação pública naquela zona.

João Nkoloa, disse ainda que os integrantes destes grupos têm demonstrado, nas suas atitudes, o desrespeito pelas autoridades do país. Nos confrontos entre eles, e mesmo nas suas acções criminosas contra pacatos cidadãos, os seus integrantes fazem disparos de anuas de fogo sem qualquer medo.

"Eles não têm respeito Por ninguém", disse o cidadão que acrescentou ter já testemunhado, em alguns momentos, tais jovens "a torturarem brutalmente gente inocente com garrafas, catanas e anuas de fogo", explicou.

Por seu turno, o mecânico Benjamim Jerónimo disse que têm vivido, momentos de tremenda angústia. "Isso aqui mais se parece com a Líbia", considerou.

Por outro, segundo adiantou, a falta de policiamento constante e de energia eléctrica facilitam, de certo modo, a acção dos marginais. "Tudo isso faz com que a nossa zona esteja mergulhada em situações de total insegurança", opinou.

Por outro lado, os moradores afirmam que, apesar de o Comando de Divisão da Polícia de Viana encontrar-se mesmo no interior do bairro, pouco ou nada faz para minimizar a situação.

"Mesmo depois de a Divisão de Viana ter sido transferida para aqui, as coisas não mudaram. Continuamos a viver inseguros nesse bairro", afirmou

Paulo Jorge, funcionário público de 58 anos de idade, acrescentando que "se as coisas continuarem assim, as acções dos marginais, tanto no período diurno como nocturno, irão se intensificar", disse.

Os municípios daquela circunscrição apelam a uma rápida intervenção das autoridades, no sentido de se evitar que muitas vidas continuem a ser perdidas. "A polícia deve encontrar outros métodos de acção para que se poupe a vida aos cidadãos, tendo em conta que os assaltos a residências, bem como as constantes rixas entre os grupos, têm tomado contornos alarmantes, pondo em causa a paz social.

9.9 Armas por recolher são triunfo do regime

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

Desde Janeiro foram recolhidas, na província do Huambo, 14.752 armas de fogo que se encontravam ilegalmente na posse de civis, 8.368 engenhos explosivos e 52.245 munições. A informação foi dada pelo coordenador executivo da subcomissão técnica, subcomissário Manuel de Assis Neto.

O também segundo comandante provincial do Huambo da Polícia Nacional para a ordem pública disse que o armamento recolhido não espelha a redução significativa do índice de crimes com recurso a armas de fogo, pelo que se deve reforçar as medidas de controlo dos artefactos explosivos em uso pelas empresas de segurança privada e outras que se encontram fora dos quartéis e unidades policiais e militares.

Sublinhou também que o processo de desarmamento é de carácter multi-sectorial, envolvendo, para o efeito, diversas instituições do Estado e organizações não-governamentais, com realce para a "The Halo Trust", que tem contribuído, através dos seus especialistas, na selecção e destruição do material fora do uso.

"Esta actividade bastante difícil, cujos resultados consolidam a paz duramente conquistada pelo povo angolano, além de reduzir substancialmente o elevado número de crimes praticados com recurso à arma de fogo, passa, em primeiro lugar, pelo desarmamento da mente do cidadão", assegurou Manuel de Assis Neto, razão pela qual solicitou ajuda ao Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) e à Igreja Católica, autoridades tradicionais e aos administradores municipais, no sentido de continuarem a redobrar os seus esforços na sensibilização contra a posse e uso de arma de fogo

aos cidadãos civis, de modo a permitir a ordem e a segurança pública nas comunidades, evitando desgraças e fatalidades nas famílias.

O processo de desarmamento da população civil em Angola teve início com a resolução nº 47/2008, aprovada pelo Conselho de Ministros a 16 de Abril de 2008, sobre o programa de acção do Governo relativamente a recolha de armas de fogo aos cidadãos civis.

Também a fase de recolha coerciva de armas de fogo em posse ilegal da população civil vai continuar a merecer atenção especial dos membros da Comissão de Desarmamento, segundo revelou Maurício Likuto Dias, director da ordem pública do comando provincial da Polícia Nacional.

O processo de desarmamento é moroso porque, para além de realidades sociológicas específicas, interessa ao regime ter esse triunfo permanentemente na manga. Por alguma razão, nos areópagos internacionais, o Governo vai deixando a mensagem de que ainda existem por todo o país bandos armados que precisam de ser neutralizados.

Aliás, como também dizem os manuais marxistas que continuam válidos na mente de muitos, se for preciso o MPLA até sabe como armar uns tantos dos seus "paihama" para criar a confusão mais útil. Numa entrevista à LAC Luanda Antena Comercial, no dia 12 de Fevereiro de 2008, era então ministro da Defesa, Kundi Paihama, levantou uma suspeita que até hoje não foi esclarecida pelo denunciante. Disse ele que a UNITA mantinha armas escondidas e que alguns dos seus dirigentes tinham o objectivo de voltar à guerra.

Kundi Paihama, ao seu melhor estilo, esclareceu, contudo, que os antigos militares do MPLA, "se têm armas", não é para "fazer mal a ninguém" mas sim "para ir à caça". Ora aí está. São todos bons rapazes.

Quanto aos antigos militares da UNITA, Kundi Paihama disse que a conversa era outra e lembrou que mais cedo ou mais tarde seria preciso falar sobre este assunto. A entrevista à LAC disse textualmente: "Ainda hoje se está a descobrir esconderijos de armas".

No início de 2008, o regime colocou no circuito da sua propaganda notícias de que, no Moxico, "indivíduos alegadamente nativos criaram um corpo militar que diz lutar pela independência".

E, na ausência de melhor motivo para aniquilar os adversários que, segundo o regime, são isso sim inimigos, o MPLA poderá sempre jogar a cartada, tão do agrado das potências internacionais que

incendeiam muitos países africanos, de que há o perigo de terrorismo ou do regresso à guerra civil.

Sempre que se vislumbra uma ténue e remota possibilidade de haver alterações políticas, como é o caso das eleições, o regime redescobre, ou reedita, mais uns tantos exércitos espalhados pelas terras onde a UNITA tem mais influência política, para além de já ter dito que quem falar contra o MPLA vai para a cadeia.

Quando 300 jovens frustrados e desempregados, de acordo com a superior definição do Presidente Eduardo dos Santos, resolvem manifestar-se, o MPLA sobe o dramatismo para, paralelamente às enxurradas de propaganda, prevenir os angolanos de que só ele é o garante da paz, pelo que qualquer alteração ao "status quo" significa o regresso à guerra.

Afinal, na História recente (desde 1975) do regime angolano, nada se perde e tudo se transforma para que os mesmos continuem a ser donos do poder e, é claro, de Angola.

9.10 Nos Mulenvos, bandidos é que manda

Jornal A Capital
24 De Agosto de 2013

Com medo de represálias, uma moradora não quis ser identificada ao falar para a reportagem do jornal A Capital. Contou, no entanto, que teve a casa arrombada há uma semana, pouco antes de os marginais terem arremessado várias pedras sobre o tecto da sua residência para criar, então, um clima de medo que propiciasse o assalto. "Eram por aí 2 horas, da madrugada. Eles chegaram e dei logo conta que eram bandidos", disse. Com medo, ainda ligou, por quatro vezes, para a Polícia, que entretanto não apareceu e o assalto enfim se consumou.

A vítima vive apenas com os seus dois filhos numa casa que arrendou naquele bairro. Ainda dominada pelo susto, recorreu à polícia no dia a seguir ao assalto. "Fui para uma esquadra móvel que está mesmo aqui próximo", contou. Das autoridades ali estacionadas, ela recebeu apenas a justificação de que "não se aperceberam de nada".

Naquele bairro, conforme revelaram moradores com os quais falamos, histórias como essa repetem-se todos os dias. Segundo explicam, a falta de electricidade, o consumo exagerado de álcool, por parte da juventude, bem como de drogas pesadas e ainda o fraco patrulhamento policial concorrem para o crescimento da delinquência por aquelas paragens.

É o que pensa, por exemplo, Pedro Gomes, residente no bairro há oito anos. Na rua 6, onde se acha a sua residência, "todos os dias acontecem assaltos". As acções dos marginais, segundo disse, fazem-se sentir sobretudo durante a noite. Eles, muitas vezes, fazem os seus assaltos à luz do dia, transportados, normalmente, em motorizadas.

Na sua memória, referiu, ainda estão frescos dois assaltos que presenciou. No mês passado, tal como lembrou, a cantina de uma vizinha foi assaltada por mais de três vezes. Os ladrões tiveram a ousadia de, num desses assaltos, agredir o filho da proprietária de 12 anos de idade. "Disseram que ele estava a chorar muito, e que iria fazer com que eles fossem apanhados".

Na verdade, os moradores explicaram que os marginais, por ali, começam a actuar a partir das 18 horas. Grande parte deles é jovem da faixa dos 15 aos 27 anos. A idade reduzida, no entanto, não os inibe de andar armados e de fazer parte de gangs violentas cujos nomes são conhecidos pelos cidadãos daquele bairro.

Júlia Domingos queixou-se, ao semanário A Capital, que a sua roulotte já foi alvo de vários assaltos, só neste mês. Tanto assim que ela pensa em encerrar as suas actividades para, como disse, evitar "estar a trabalhar só para os bandidos". Contou que nos dois assaltos de que foi vítima, os marginais arrancaram a janela e ainda levaram as rodas que a suportam. Acto contínuo, os amigos do alheio levaram todos produtos por ela comercializados. Irritada, ela lamentou que "no bairro, as pessoas só andam bem de dia". Afinal, quando a noite chega, "ninguém mais sai de casa, nem mesmo na rua podemos ficar com medo de sermos encontrados por um grupo de marginais e sermos as suas próximas vítimas.

Os constantes assaltos na localidade são preocupantes. Mas, para os moradores, a tendência crescente de casos de homicídio é assustadora. Há três semanas, três cidadãos, com idades entre 30 e 45 anos de idade, foram mortos com recurso a arma de fogo.

Dentre os três, apenas um era residente do bairro. Anacleto Ferreira dos Santos, de 36 anos, era funcionário de um armazém que comercializa bebidas, localizado no zango 2, em Viana. Segundo testemunhas, o jovem foi abordado por quatro marginais, quando, por volta das 22 horas, regressava do trabalho. Transportados por duas motorizadas, os meliantes exigiram dinheiro e, uma vez em posse deles, desataram a disparar contra o jovem.

Neste caso também, a polícia só apareceu para recolher os cadáveres. Quando aparece, noutras ocasiões, é apenas para interpelar os chamados "kupapatas" e deles exigir alguns valores quando qualquer um deles seja apanhado em situação irregular.

Quanto ao que deveria ser a sua função principal, a garantia de segurança aos moradores, pouco ou quase nada fazem. "Vivemos num tremendo estado de insegurança: temos medo de denunciar os marginais à Polícia pelo facto de serem os próprios agentes a denunciarem as suas fontes aos marginais. Assim, quando estes forem, postos em liberdade, podem fazer-nos de vítimas".

Segundo a moradora Isabel João, a esquadra policial, que deveria garantir segurança ao bairro, encontra-se ainda em construção. Enquanto isso, as autoridades instalaram uma esquadra móvel para prevenir situações que possam perigar a vida dos munícipes. Mas, como se depreende das declarações dos populares, a eficácia é quase nula. De acordo com Isabel, a situação é de tal modo grave que muitos assaltos ocorrem mesmo nas barbas da polícia.

"Quando está acontecer um assalto no bairro, podemos telefonar para o piquete desta esquadra, mas eles só a parecem no dia seguinte depois dos marginais já terem feito todo o tipo de falcatrua", comentou a cidadã que, seguidamente, afirmou: "neste bairro estamos entregues à nossa sorte", frisou Isabel.

É costume, naquele bairro, os grupos de marginais fazerem autênticos "festivais" de tiro. Acontecem, regra geral, a partir das 22 horas, sempre acompanhados de gritos de socorro de pessoas que estejam a ser vítimas de assalto. "Mas naquela hora, ninguém se atreve a sair de casa para socorrer o vizinho que está aflito".

"Você pode ouvir o grito do seu vizinho e reconhecer a sua voz, mas não pode sair de casa. Afinal, podes ser atingido por um tiro disperso ou mesmo ser atacado pelos marginais. Eles fazem tantos tiros como se estivéssemos numa guerra".

. Os residentes apelam, por tudo isso, às autoridades policiais a prestarem mais atenção ao bairro. No mesmo sentido pedem ao governo provincial para interceda e retome o fornecimento de electricidade que há muito "desapareceu" dos Mulenvos.

9.11 Violações e homicídios nos subúrbios de Luanda

Jornal Acapital

24 De Agosto de 2013

O caso mas recente aconteceu no município do Rangel, na denominada rua da escola Ngola Bandi. Na sexta-feira, 16 de Agosto, Vánio Maneira Lubongo, de 16 anos de idade, mais conhecido entre os seus por Maravilha, foi morto com um golpe de faca por Elísio Andrade, de 23 anos.

Tudo aconteceu pelo facto de a vítima ter saído em defesa de joselma Gaspar, irmã do amigo que, então, estava a ser violada por um grupo de marginais. Os mesmos foram apanhados em flagrante e rendidos por um grupo de jovens predispostos a encaminhá-los para uma unidade policial. No entanto, um dos marginais sacou de uma faca e golpeou mortalmente Maravilha, pondo-se, seguidamente, em fuga.

No entanto, Elísio Andrade foi capturado pela polícia no dia seguinte, entregue pelo seu pai, estando, até ao fecho desta edição, detido na Cadeia Central de Luanda. A sua vítima mortal, Vánio Lubongo, foi a enterrar no Cemitério de Santana. Belita Madeira, a mãe da vítima, mostra-se inconsolável, manifestando desejo de ver o autor da morte do seu rapaz a pagar pelo crime cometido. "O meu filho não era bandido, era estudante, não pertencia a nenhum grupo, não usava tatuagem e nem brincos, era um miúdo bem comportado", recordou aos prantos aquela mulher.

Já no bairro Rocha Pinto, afecto ao distrito urbano da Maianga, o azar bateu à porta da família de Morais quim. Um dia de alegria transformou-se num dia de tristeza para aquela família. Tudo porque Joana de Oliveira Morais, a filha primogénita do Morais António Joaquim e Angelina de Oliveira, foi violada e estrangulada no dia em que completava 25 de idade.

Tudo aconteceu na quinta-feira, 08 de Agosto, quando Joana de Oliveira Morais, a vítima, por volta das 22 horas, regressava da comemoração do seu aniversário. A escassos 20 metros da sua residência deparou-se com três indivíduos. Aqueles, mais não fizeram senão abusar sexualmente da jovem e, posteriormente, a estrangularam.

Banhado em lágrimas, Morais Joaquim recordou que passou toda a noite em claro a espera da filha. Para o seu espanto, quando o dia amanheceu ao sair de casa deparou-se com corpo da mesma na rua. "Foi o dia mais triste da minha vida", frisou.

Morais recorda que encontrou o corpo da filha já semi-nu e com uma corda amarrada ao pescoço.

Mesmo perante o facto consumado, não queria acreditar que aquele corpo inerte e maltratado era o da sua filha que, um dia antes, comemorou o seu aniversário, espalhando alegria pela casa.

"No dia do seu aniversário, antes de ela acordar, pedi aos irmãos que fossem até ao seu quarto desejar-lhe feliz aniversário. Assim o fizeram e ela ficou bastante emocionada".

À noite, ela despediu-se dos pais dizendo que iria para a escola e, a seguir, para um jantar com os colegas.

Os familiares anuíram por entender ter sido, aquela, a oportunidade certa para prepararem uma surpresa. Mas ela não voltou a aparecer.

Mas a surpresa da família não ficou por aí. Depois de accionada a Polícia, uma investigação apurou que os três autores da violação eram simplesmente os vizinhos da vítima. Um deles, inclusive, mantinha relações de proximidade com a família embora tenha havido um pequeno incidente. Encarregue de guardar uma roulotte pela vítima, ele a vendeu, entretanto, a uma terceira pessoa. A Polícia acredita que matar a vítima foi, pois, a forma que ele encontrou para fugir de possíveis cobranças.

Dos três, dois já estão detidos e confessaram o crime tendo dito que venderam a Roulotte por 27 mil Kwanzas a uma outra vizinha. Confirmaram que, para evitarem as constantes cobrança de Joana, decidiram livrar-se da mesma no dia do seu aniversário.

Miopia ministerial?

Apesar das reclamações dos luandenses sobre os elevados índices de criminalidade, que se faz sentir nos diversos pontos de Luanda, para o Ministro do Interior Ângelo da Veiga Tavares a situação não é preocupante porque as estatísticas ao seu dispor sugerem uma diminuição da criminalidade em Luanda.

Ângelo da Veiga Tavares teceu tais comentários na quinta-feira, 22, quando fez a entrega de meios ao Comando Provincial de Luanda. Disse, então, que nos últimos meses registou-se uma redução acentuada de crimes, numa cifra de 15 para dez crimes, com realce para as ofensas corporais, roubos e furtos.

Na ocasião foram entregues, ao Comando de Luanda, 35 viaturas para patrulhamento, duas ambulâncias, duas motorizadas de combate a incêndios, bem como nove viaturas de apoio aos comandantes de unidades.

"A polícia Nacional ainda carece de meios humanos e de meios operacionais, por isso estão a ser enquadrados novos efectivos para garantir a segurança e tranquilidades às populações", sublinhou. Para além do combate à criminalidade, acrescentou que os meios servirão de suporte para o Mundial de Hóquei em Patins, previsto para Setembro do ano em curso.

9.12 Onda de agressoressexuais

Jornal Acapital

31 De Agosto de 2013

Não restam muitas dúvidas de que está-se perante o crescimento de uma nova espécie de delinquentes. Os agressores sexuais.

Factos são factos e contra os mesmos, não há argumentos. Os factos que se descrevem à seguir, foram noticiados pelo A Capital e, diga-se, todos tiveram lugar em Agosto. Quantos se passam em surdina?

Um grupo de três rapazes chegou à casa de dona Elisabete Pelinganga Xavier no princípio da noite de segunda-feira, 06 de Agosto no bairro Caope, Viana, em Luanda. Ela é mãe da adolescente jucélia Rodrigues, chamada de forma mimosa de Sani.

Os hóspedes convidam, então, Sani, 16 anos, para um passeio a ter lugar no dia seguinte. Jucélia não declinou o convite que os levaria lá para as bandas de Cacucaco. Com ela foi, também, a amiga jéssica, 20 anos. Os três amigos são gente conhecida pela vizinhança.

Lá foram. Ficaram até às 22h00.

Afinal de contas, o cerne do passeio era macabro. Abusar sexualmente das meninas. Tendo elas negado que tal se concretizasse, os agressores sexuais decidiram subir no carro com elas, simulando regressarem a casa.

Irados pelo insucesso, levaram-nas para lugar incerto, na mata, deixando-as lá. Os rapazes, que se faziam transportar por uma viatura de marca Kia, sumiram de regresso ao bairro com tudo bem planeado. Queriam, a qualquer custo, materializar o seu intento.

Da mata onde foram deixadas, as meninas tiveram que percorrer uma longa distância a pé, até alcançarem a estrada. Já eram altas horas da noite. Foram pedindo boleia, até que, um homem caridoso levou-as até um determinado ponto.

Como não podia prosseguir até ao destino, deu-lhes dinheiro para táxi. Aparece, depois, um camionista que as leva até Viana. E como já era muito tarde, telefonaram para um amigo do bairro a quem pediram que as fosse buscar. O amigo não foi.

Decidem, então, arriscar a pé. É aí que caem na emboscada da gang de agressores sexuais, insaciada. Uma delas, Jéssica, escapou, sorte que Jucélia não teve. Foi, simplesmente, maltratada. Violada, espancada e queimada.

A família estava aflita, antes o sumiço de Sani, algo que não era comum. Jéssica, a amiga, sabia de tudo, mas guardava tudo em segredo. Só depois de pressionada, revelou que os moços, os mesmos do convite da véspera, "mataram a amiga por se ter recusado a ter relações sexuais com eles".

A autópsia provou, para além de sinais de queimaduras, um orifício perto da orelha, sinal de que foi esfaqueada, e ainda extraídos cacos de garrafa do órgão genital. Foi assim que Jucélia Rodrigues, 16 anos, morreu, nas mãos de verdadeiros agressores sexuais, entretanto, já a contas com a Polícia.

Na verdade está-se, mesmo, diante do surgimento de gangs de agressores sexuais. Ainda em Luanda, mas desta vez na rua Ngola Mbandi, do bairro Rangel, Vánio Maneira Lumbongo, 16 anos, foi morto à facada por Elísio Andrade, 23 anos, no dia 16 de Agosto, só porque o primeiro saiu em defesa de joselma Gaspar, irmã do amigo, que estava a ser violada por um grupo de agressores sexuais. Andrade foi apanhado pela Polícia.

Quem, também, morreu, depois de atacada por esta espécie de gangsters, é joana de Oliveira Morais. Deu-se no bairro Rocha Pinto, quinta-feira, 08 de Agosto, quando ela, por volta das 22h00 regressava da comemoração do seu aniversário. A escassos metros da sua residência deparou-se com indivíduos que não hesitaram em abusá-la sexualmente, tendo, em seguida, a estrangulado.

O pai, Morais Joaquim, recordou que passou a noite inteira à espera da filha que nunca mais vinha, até amanhecer. Ao sair de casa, deparou-se com o corpo de joana, semi-nua, com uma corda amarrada ao pescoço.

10. AMBIENTE

10.1 Ruas da Comissão do Cazenga II entupidas" com dejectos

Novo Jornal

09 De Agosto de 2013

HÁ MAIS DE TRÊS meses que os moradores da Comissão do Cazenga convivem com águas paradas que deitam um cheiro nauseabundo. Pontes de pedras, de madeiras e de chapas são utilizadas como passagens pelos moradores, que se viram obrigados a improvisar para facilitar a circulação na zona.

As duas entradas principais do bairro, começando pela rua 1, já foram consumidas pela água verde que se vai espalhando pelo interior da zona. Os moradores estão desesperados e temem que a situação possa agudizar-se ainda mais com o cair das chuvas que se avizinham.

Para os munícipes, a enchente de água nas ruas 1, 2, 3, 4 e 5 deveu-se ao "mau trabalho prestado por uma empresa contratada pela administração municipal que tinha a missão de velar pelo saneamento básico e drenagem das ruas daquela urbanização.

Kilson Ferreira, de 24 anos, estudante e morador da zona há mais de 15 anos, narra ao Novo jornal o drama que se vive diariamente com a estagnação das águas. "Recentemente, estiveram cá alguns homens da administração a trabalhar para melhorar a questão da drenagem e do saneamento básico das nossas ruas. Abriram e fecharam as valas para limpeza. Mas, este trabalho não demorou e foram-se embora. Agora, a água está a inundar a cada dia que passa", relata o jovem, que teme o pior com o aumento do lixo nas águas paradas.

"Há muito lixo e as doenças também vão surgindo. As crianças, as mulheres e pessoas mais velhas caem na água quando tentam fazer a travessia nas pontes inventadas", reclama o jovem, notando que o entupimento das tubagens tem dificultado desassoreamento das águas.

Por outro lado, Kilson aponta ainda como proveniência das águas paradas outros pontos da zona, como a subestação de águas da EPAL, que fica a escassos metros da Comissão do Cazenga. "Dizem que a água vem do tanque da EPAL. Quando eles estão a limpar as tubagens, ao invés de a água ir para o esgoto mais próximo da empresa, tem feito retorno e desce para a parte baixa em que nos encontramos", explica o interlocutor, apoiado pelos seus vizinhos,

acrescentando que a situação já dura há mais de três meses.

"Estamos assim desde as últimas chuvas. Antes, a água desaguava, mas, lamentavelmente, hoje já não escoo fruto do mau trabalho dos homens da administração municipal", atira o jovem descontente, que teme as próximas chuvas.

"Se a chuva encontrar esta situação, as águas vão invadir as nossas casas e temos crianças pequenas, o que poderá ser pior para nós.

As pessoas que cá estiveram, fizeram trabalhos empíricos", critica.

PESSOAS DEVEM SER RESPONSABILIZADAS

Manuel Nicolau, morador de uma zona vizinha, pede que sejam apuradas responsabilidades à empresa que efectuou o trabalho naquela circunscção, em função do "mau resultado da empreitada".

"A empresa que esteve cá a fazer este trabalho tem de ser responsabilizada. Gastaram-se fundos públicos nesta obra, que resultaram em nada. Eram homens que trabalhavam sem uniforme e sem identificação. Mas, conhecemos o responsável que estava à frente das obras, que é o senhor Khiosa. Ele é o dono da empresa contratada pela administração do Cazenga. Agora que tudo está mal, desapareceu e ninguém mais dá a cara", denuncia o jovem morador do bairro Adriano Moreira, que faz fronteira com a Comissão do Cazenga

O jovem, que também acredita no entupimento das valas de drenagens como causa, explica que, para atenuar a situação, a administração tem feito, diariamente, a sucção das águas. "O trabalho deles tem resultado em nada, devido ao retomo da água. Os esgotos já não estão em condições. A administração municipal vem sempre puxar a água pantanosa, durante algumas horas, e depois vão embora e tudo fica na mesma. Até há bem pouco tempo, os carros e as pessoas circulavam sem sobressaltos.

Hoje temos de atravessar pontes com o risco de cair na água, onde há urina, fezes e lixo. Isto é doença", observa o vizinho da zona.

Rufino João Duarte, de 49 anos e morador na Comissão desde 1974, recorda que o bairro "sempre foi urna boa área para viver". Nota, porém, que o problema da estagnação de águas nas ruas é antigo e que afecta os moradores "somente" em época chuvosa.

"Isto é um problema desde os anos 80, mas a água sempre teve passagem. Podia chover, com maior ou

menor dificuldade, ela desaparecia toda. Agora, estamos há três meses com tempo seco, a conviver com os mosquitos e o cheiro nauseabundo", relata.

O mais velho critica igualmente as obras de "melhoramento da drenagem e saneamento que a zona observou. "Disseram que estavam a limpar as valas. Meteram passeios e agora os esgotos estão entupidos. Toda a água que vem de cima fica aqui estagnada.

Dizem que o problema está nas casas vizinhas da rua 1. Eu não acredito porque elas sempre estiveram lá. Com o entupimento das valas, os nossos carros já não têm acesso aos quintais e, corno agravante, a fiscalização leva-os por estacionarmos na rua", denuncia o cidadão.

"CASAS NÃO IMPEDEM PASSAGEM DAÁGUA"

Alguns moradores, que têm as casas erguidas junto às valas de desassoreamento das águas, negaram que o problema das águas paradas tenha a ver com a construção das suas residências. As cidadãs, que proferiram o anonimato, convergem igualmente na ideia de que tudo se deveu ao "mau trabalho prestado pela empresa de um conhecido, de nome Khiosa, por sinal morador da zona, que desde o início das enchentes deixou de ser visto naquelas paragens".

"As nossas casas sempre estiveram aqui e nunca impediram a passagem de água. A equipa do senhor Khiosa, contratada pelo administrador, Tany Narciso, limpava o esgoto e não acabava o trabalho. As valas corno não estão totalmente protegidas, toda a areia e lixo entra no esgoto e hoje entupiu na totalidade. Agora culpam as nossas casas, Essa água vem da lagoa de S. Pedro e do tanque. O senhor Khiosa é que piorou a situação por não ter arranjado bem as manilhas", atira urna das velhas, moradora da zona limítrofe da Comissão do Cazenga, sacudindo a água do seu capote.

10.2 Tecnicos da Epal acusados de garimpar água

Jornal Manchete

09 De Agosto de 2013 Artigo

Segundo os populares, a zona do Pia Marta, Pizzaria, Quintalão do Petro e Gipambo, estão privadas do fornecimento de água potável nos chafarizes, devido ao garimpo que tem vindo a ganhar corpo nos últimos tempos.

A acção envolve elementos das comissões de moradores e técnicos da EPAL que celebram

contratos com proprietários de tanques de água para a venda nas cisternas.

Face a esta situação, os moradores prejudicados dizem que caso as cisas não sejam revista o mais depressa possível, não terão outra saída que não seja a realização de uma manifestação pacífica, no sentido de pressionarem as autoridades a intervirem e responsabilizar os culpados.

"Nós vamos usar todos os mecanismos necessários para exigirmos a reposição do precioso líquido nos chafarizes", disseram a nossa reportagem. Isabel Maindo, residente na zona há mais de 10 anos, lamentou o facto de elementos ligados ao Estado estarem envolvidos no garimpo de água, prejudicando a maioria dos moradores.

Em seu entender, a situação é preocupante, na medida que força os penalizados a gastar valores avultados para a compra de água nos tanques. Contactado pelo Manchete, sobre o assunto, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, começou por esclarecer que alguns cidadãos têm contrato com a EPAL, mas a questão apresentada pelos residentes é preocupante, tendo prometido que aquela empresa irá investigar as denúncias.

"Caso os factos forem reais, a EPAL irá tomar as medidas necessárias", disse o nosso interlocutor.

Questionado sobre as razões que estão na base do corte de água nos chafarizes, referiu que, fundamentalmente, os populares também têm que ser mais educados, uma vez que são os próprios que têm estado a danificar alguns bens públicos.

Domingos Paciência salientou ainda que, a entrega de água domiciliar aos bairros de Luanda, vai permitir nos próximos dias, que os infractores não tenham oportunidades para o seu aproveitamento.

Por outro lado, o Manchete foi ao encontro da Comissão de Moradores, tendo conversado com Amador Kuissaqui, coordenador do bairro, que confirmou a existência de redes, envolvendo técnicos da EPAL, que se dedicam ao garimpo de água naquela zona. Exemplificou, de seguida, o episódio que ocorreu recentemente: "A EPAL havia construído um chafariz a beira do quintal de um morador, mas' este, depois, fechou o chafariz, canalizando a conduta para o seu tanque privado, e ninguém diz nada, o que se denota o envolvimento dos técnicos daquela empresa nesta acção".

10.3 Obras centradas no sistema de drenagem

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2013

As vias secundárias e terciárias de Luanda estão a ser alvo de uma intervenção destinada a melhorar a drenagem das mesmas para acautelar a época chuvosa que se aproxima, disse a directora provincial do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

Rosária Kiala, que deu este esclarecimento durante uma visita de campo do secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, adiantou que está a ser feito tudo para acautelar a questão do escoamento das águas pluviais das ruas e prevenir eventuais inundações.

"Estamos a trabalhar para poupar a população de constrangimentos derivados do acumular de águas pluviais durante a época chuvosa, com a conclusão da drenagem destas vias", disse.

Para ser mais concreta, referiu a situação de ampliação dos 13 quilómetros das estradas Camama-Luanda Sul e Golfe-Camama, que estão a ser alvo de acções de conservação relacionadas com as redes técnicas de água, energia e esgotos.

Na estrada Camama-Luanda Sul as obras seguem no eixo da Utanga até ao condomínio dos Cajueiros, com a instalação de toda a rede técnica e terraplenagem, enquanto na estrada Golfe-Camama as obras estão confinadas junto ao Hospital Geral, para o mesmo efeito.

Esta acção vai permitir melhor fluidez do trânsito automóvel, uma vez que vão passar a ter mais faixas de rodagem, ou seja, três em cada sentido, acrescentou.

O director dos Serviços Comunitários da administração municipal de Viana, Bunga Filipe, disse que os trabalhos de limpeza nas valas de drenagem devem ser contínuos, para que os espaços permaneçam sempre limpos, de modo a permitir uma melhor fluidez das águas no tempo chuvoso.

Escoamento das águas

Em declarações à agência de notícias Angop, explicou que as valas de drenagem, por serem vias que permitem o escoamento das águas das chuvas que se acumulam na superfície do terreno, devido normalmente ao excesso de precipitação que ocorre nesta época, devem ser limpas antes das chuvas. No Município de Viana, a administração está a limpar as

valas que se localizam junto da Igreja Católica, das Gembas e do Capalanga.

A vala de drenagem da vila sede tem sido limpa com frequência, mas para o êxito da drenagem devem ser concluídas as estradas 11 de Novembro e Hoji-ya-Henda, que se encontram em obras desde Julho do ano passado. Enquanto isso, a vala de drenagem das Jembas constitui a via de passagem que transporta

água para a Igreja Católica, culminando na Vila Nova, onde se situa uma bacia de contenção que evita a inundação.

Bunga Filipe garantiu que o trabalho de limpeza vai continuar. "Pensamos que nas próximas chuvas não vão registar-se casos graves de inundações no município", acrescentou, ao mesmo tempo que pediu à população para colaborar na limpeza do saneamento básico, que considerou uma componente importante de qualquer sociedade.

10.4 Reunião no Cunene definiu estratégias

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2013

O encontro dos comandantes do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) da região centro e sul do país, realizado em Ondjiva, traçou estratégias para uma intervenção conjunta e criou formas de actuação, relativamente às mudanças climáticas que afectam a região.

O encontro, que teve a duração de quatro dias, juntou os comandantes do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros das províncias do Kwanza-Sul, Huambo, Bié, Namibe, Huíla, Benguela e Kuando-Kubango.

Os participantes analisaram questões que têm a ver com os novos planos operativos de actuação conjunta, a intensificação dos programas de formação dos técnicos do sector, prevenção contra riscos de desastres naturais e desenvolvimento sustentável nas regiões afectadas pela seca, calemas e cheias.

No acto de encerramento, o chefe do departamento de planeamento de operações do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Vunge Bimba, disse que a realização deste encontro demonstra que os responsáveis estão atentos às situações de emergência que as populações da região centro e sul do país enfrentam, como a seca e as calemas, para encontrar soluções sustentáveis.

Francisco Bimba informou que encontro debateu as acções da Comissão de Protecção Civil perspectivadas para atenuar, de forma atempada, os efeitos dos desastres naturais que possam surgir. De acordo com o chefe de departamento, o encontro tomou decisões fundamentais para a Protecção Civil. A reunião foi dirigida pelo chefe do departamento nacional de planeamento de operações do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Vunge Bimba.

10.5 Calemas deixam 100 famílias sem-abrigo em Porto-Amboim

Novo Jornal

16 De Agosto de 2013

NO BAIRRO DAS SALINAS, cidade de Porto-Amboim, mais de 500 pessoas pertencentes a uma centena de famílias encontram-se ao relento por causa das calemas que se fizeram sentir com maior intensidade na madrugada de quinta para sexta-feira passada.

O número de casas afectadas não foi revelado pelas autoridades locais, mas informações dão conta que mais de 50 habitações foram totalmente destruídas.

Em consequência, Teresa Vidro e Josefa Alfredo temem pelas consequências que podem advir apontando que sem casa as pessoas estão sujeitas a doenças como a pneumonia, o paludismo, doenças respiratórias, diarreias, entre outras que poderão surgir.

Para manter a saúde dos sinistrados controlada, o chefe da repartição de saúde de Porto-Amboim, Fernando Gomes Troco, garantiu, no dia do sinistro, que iria fazer a distribuição de mosquiteiros impregnados.

Para acautelar a situação e permitir que as famílias afectadas não sintam directamente os efeitos, administrador local, Domingos Cruz da Fonseca, afirmou à rádio local que todos os mecanismos estavam a ser ensaiados por forma a beneficiar os sinistrados.

O aumento das calemas provocou uma escassez de peixe, para desagrado dos pescadores e o preço do pescado no mercado já se ressentiu, com uma subida assinalável.

Se o monte de oito peixes tipo carapau custava 2.500 kwanzas, agora é vendido a 3.500 kwanzas. O cachucho, que custava 3.000 kwanzas passou a

estar nas bancas a 4.500 kwanzas. O mesmo acontece com outras espécies.

A falta de peixe, que abalou continua a abalar os municípios de Porto-Amboim, atinge também os pescadores da Carimba, Primar, Candumba, Ouicombo, Barrote e Casa Branca, no município do Sumbe.

A agressividade com que as calemas se abateram em Porto-Amboim fez com que os pescadores permanecessem nas embarcações durante mais de 15 horas até ao desembarque. Uma das embarcações que tentou a atracagem no meio de tanta agitação marítima só não aconteceu o pior, porque, segundo relatos teve a mão de Deus. O jovem Russo, um dos tripulantes, não teve igual sorte. Russo deslocou a cintura e fracturou um dos braços, estando neste momento sob cuidados médicos em Porto-Amboim.

No Ouicombo, os pescadores dizem que o sinistro provocou a perda de muitas redes numa província que apenas dispõe de uma pequena loja de venda de material de pesca e onde o sector passa despercebido ao órgão da tutela.

"Compramos as redes na praça ou numa loja que está lá do outro lado. Aqui, as pescas nada fornecem", queixa-se um pescador.

"Até compramos no mercado paralelo. Graças a Deus, um senhor que está naquela área da Candumba, que vem de Luanda, é que nos tem vendido o material", acrescenta.

É de lembrar que para a construção dos barcos de pesca, os pescadores têm a tarefa dificultada porque a madeira vem do Gungo e do Amboim, facto que, muitas vezes, leva os mestres a paralisarem as suas actividades, devido à distancia na aquisição da matéria-prima.

10.6 Calemas desabrigam 500 pessoas

Semanário Continente

16 De Agosto de 2013

Pelas menos 575 pessoas se encontram sem abrigo no município de Porto Amboim, província do Kwanza Sul, devido às calemas que assolam a região do litoral do país, informou, em Porto-Amboim, o chefe do departamento de planeamento de operações do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Vunge Bimba.

Ao falar à imprensa, no final de um encontro de comandantes do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) da região centro e sul de Angola,

Francisco Vunge Bimba disse que o número de sinistrados corresponde a 165 famílias afectadas pelo fenómeno natural.

Indicou que o Serviço Nacional de Protecção Civil encontra-se no local, para garantir apoio aos sinistrados em bens de primeira necessidade.

Esta é a segunda vez que as calemas assolam a orla marítima de Porto Amboim. A primeira aconteceu em Maio último, tendo desalojado 100 Seiscentas e 56 latrinas e 481 aterros sanitários domésticos foram construídos, em Julho desse ano, no município de Kambundi-Katembo, província de Malanje, pela empresa de Soluções Higiene e Soluções (SHS).

O facto foi avançado, pela coordenadora assistencial da empresa, Maria Amélia Cruz, tendo realçado que as latrinas e os aterros sanitários vão ajudar a melhorar o saneamento básico da região.

Durante o mês de Julho, informou, a empresa atendeu em cuidados primários de saúde comunitária três mil 302 famílias, 15 mil 231 pessoas, 271 gestantes e três mil e 157 menores de cinco anos, acções realizadas em parceria com a Repartição de Saúde do município de Kambundi- Katembo. Os agentes comunitários da empresa, referiu, promoveram campanhas de sensibilização a favor de uma melhor higiene na comunidade na qual ensinaram a população a preparar soro de hidratação oral caseiro para prevenir desidratações provocadas por doenças diarreicas, originadas pela contaminação de lixo.

"As acções realizadas pelos nossos agentes sanitários de casa em casa tiveram o objectivo de levar os conselhos clínicos mais próximo do cidadão", precisou.

Segundo a responsável, a saúde preventiva é uma actividade de duração ininterrupta e fundamental para garantir o bem-estar da população e uma vivência saudável das pessoas. Disse que as acções dos agentes comunitários de saúde da empresa visam, fundamentalmente, sensibilizar e atender as gestantes, combate à desnutrição infantil, doença diarreica e desidratação, combate à malária, doença respiratória aguda e tripanossomiase.

10.7 Aldeias de Cabaia e Egipto Praia foram inundadas pelas altas calemas

Semanário Continente

23 De Agosto de 2013

A comissão de moradores, dos referidos bairros, coordenados pelo senhor Laurindo Domingos, disse ao Continente que a situação não é de hoje. "Nos anos passados muito antes do administrador Amaro Ricardo, ser indicado para a mesma administração, antes sob controlo do senhor Zeca Moreno, que hoje é administrador de um dos municípios da capital do país, já tínhamos escrito ao mesmo, e nunca obtivemos resposta, dessas autoridades locais", disse.

Aquele responsável avançou ainda que o bairro sofreu inúmeras sinistralidades por falta de interesse dos que governam. "Em 1984, esta cidade do Lobito já sofreu este fenómeno, e as ondas altas inundaram toda cidade, da Restinga até ao bairro da Caponte, onde as pessoas faziam pesca artesanal à peneira", fez saber. De acordo com o coordenador da comissão dos moradores, no ano passado, o Governo Provincial de Benguela, preocupou-se em colocar os porões para travar as calemas, que têm tirado o sossego aos moradores da Restinga, mas o projecto não continuou, finalizando infelizmente atrás da direcção dos CFB, o Compão ficou com este problema até hoje. "Desde o dia que as ondas invadiram as residências, o governo local não se pronunciou, nem conseguiu mandar as motos bombas para enxugar as águas que invadiram a população, graça as entidades religiosas, e as Caritas de Angola que estão a prestar atenção para este povo".

Egipto da Praia é uma das comunas situadas a norte do Município do Lobito, dista a 72 km, com uma superfície de 400 km², e com uma população estimada em 4 480 pessoas, localizado na costa marítima.

O representante tradicional MBumba Tchunchá, disse que o problema que afecta os moradores da Cabaia, não é só deste povo, mas sim de toda província de Benguela.

O Continente contactou o Regedor do Egipto Praia, Gabriel Tchitupi, que disse a este Semanário "ao meu povo foi virado às costas pela administração local". o Regedor fez saber que esta comuna foi uma das que mais produzia de tudo um pouco nos anos passados, tanto na pesca, agricultura, e na criação de gado.

O Regedor sublinhou ainda que a zona foi invadida pela seca e todos os animais morreram por falta de água, as chuvas não caíram durante os dois anos

passados. O cultivo não foi suficiente, porque os produtos secaram, e o mar não forneceu nada. "No princípio, fornecia marisco e muito peixe, hoje, os chineses e os espanhóis fazem pesca de arrastões, e não deixam nada para os nativos, e a administração local não se pronuncia". "A última coisa que mexeu comigo, foram as calemas, que desalojaram centenas de famílias que não têm onde se dirigir; dormem ao ar livre e estão com falta de sexta básica; o governo não tem programa de requalificação. Pedimos ao governo central para olharem a situação do povo do Egito Praia e Cabaia, rogo o Regedor.

10.8 Mina de Cuango envolta por mar de problemas

Jornal o País

23 De Agosto de 2013

Situado a aproximadamente 800 Km a Sul do Dundo, província da Lunda-Norte, o projecto diamantífero do Cuango, município de Cafunfo, é o mais importante projecto mineiro que a província nortenha alberga. Gerido pela Sociedade Mineira do Cuango, Lda. (SMC), é a única mina que sobreviveu à crise que do sector em 2008 e que agora tenta se recuperar. O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz visitou a mina e inteirou-se das suas dificuldades, grau de operacionalidade e estado actual.

O ministro, que esteve acompanhado pelo governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, e pelo PCA da Endíama-El; António Carlos Sumbula, viu de perto a exploração mineira de "Janange", a 15 Km e esteve também na Estação Central de Escolha. A mina de "Janange" é uma exploração mineira aluvionar que entrou em funcionamento em 2004, com a criação da Sociedade Mineira do Cuango. A área de concessão da mina é de 976 Km², com uma área e exploração de 797Km² e produz mensalmente 31 mil quilates de diamantes.

Com um capital social de 7.350 milhões de dólares, a SMC tem como accionistas a Endíama -EP, com 41%, a ITM- Mining Limited com 38% e a Lumanhe-Extracção Mineira, com 21 %. Emprega 767 trabalhadores, na sua maioria angolanos e filipinos.

Nos últimos sete anos a produção de diamantes foi de 2.767.624 quilates A previsão de investimentos para 2012 é de USD 8 milhões e 725. A empresa produz anualmente uma média de 400 mil quilates.

Uma das grandes dificuldades do projecto é a questão do combustível. A mina gasta diariamente 35 mil litros de gasóleo, ao custo de 450 a 500 mil dólares por mês. O Presidente do Conselho de Gerência

(PCG) do Cuango, Victor Nunes, disse que tem que fazer muito esforço para o projecto manter-se funcional. "A preocupação prende-se ao custo dos combustíveis. Como não temos electricidade hidroeléctrica fazemos com geradores térmicos. A energia térmica é muito cara. Qualquer alteração pode inviabilizar o projecto e se o preço do combustível sobe onde houver 20 a 30 metros de estéril já não poderemos explorar. Tem que se ir buscar às reservas mais ricas, como menos estéril, para tornar viável a exploração", referiu.

O PCG da Sociedade Mineira do Cuango, Victor Nunes, disse também que o preço médio do diamante explorado na mina do Cuango é de 280 dólares enquanto no Chitotold este preço chega aos USD 300. "Nós aqui temos que explorar mais, daí que haja mais dificuldades em gerir a produção neste projecto do que no Chitotolo". Se o preço dos combustíveis sobe como se aventou, se subir para este projecto vai ser muito difícil para nós", salientou, indicando que "a Sonangol não nos põe o combustível aqui na mina. Temos que ir buscar a Malange. Portanto, o transporte de combustível de Malange para aqui é da conta do projecto e é significativo".

Quanto às questões ambientais, Victor Nunes realça que "o que nós pedimos aqui é que o projecto ambiental tem que andar aqui de uma forma. No Chitotolo temos disponibilidade", disse, apontando que "enquanto aqui posso gastar 3 a 5 milhões de dólares, no Chitotolo posso ir um bocado mais além. Porque ai a rentabilidade é maior. Nos dois projectos vamos ter métodos uniformes. A empresa que vai trabalhar aqui vai também trabalhar no Chitotolo. O que eu queria é que o ministério do ambiente, no seu grau de exigência e na análise do grau dos programas ambientais, deveria ter em atenção a rentabilidade dos projectos".

10.9 Cidadinos preparam-se como podem

Semanário Factual

De 24 a 31 de Agosto de 2013

Actualmente, é visível a preocupação de muitos cidadãos, tendo em conta o cenário que as passadas quedas pluviométricas causaram em Luanda, onde o panorama se resumia a ruas e avenidas alagadas, residências, escolas e centros médicos inundadas, bem como constantes cortes no fornecimento de energia eléctrica.

Devido a estes constrangimentos, os cidadãos preferem antecipar-se em criar condições para que

não possam ser apanhados em contra pé. Mas a grande preocupação reside na não conclusão das obras de revitalização das vias primárias, secundárias e terciárias.

Por esta situação, muitos munícipes a nível da periferia de Luanda, resolveram pôr entulho em algumas ruas onde os trabalhos não concluídos oferecem certos riscos às pessoas, se nos últimos dias a capital do país registar alguma chuva.

Ainda no sentido de se prevenirem de algumas tragédias devido à chuva, muitos cidadãos que residem em zonas onde as residências são constantemente inundadas, começaram já a abandonar as suas casas a fim de arrendarem zonas de maior segurança.

Luanda não está preparada para enxurradas

A capital do país não se encontra preparada para as enxurradas que poderão se abater durante esta época chuvosa, alego m os cidadãos, devido aos múltiplos problemas que a província apresenta quanto à debilidade no saneamento básico e às vias estruturantes, secundária e terciárias danificadas.

Em várias zonas de Luanda e arredores são visíveis no período chuvoso enormes dificuldades quanto à acessibilidade. Os distritos do Rangel, do Kilamba-Kiaxi e do Sambizanga, assim como os municípios de Cacucaco, de Viana e do Cazenga, são notabilizados por serem áreas onde a situação é mais angustiante.

Durante o período chuvoso, em Luanda é possível verificar o funcionamento pleno do conjunto de procedimentos que visam proporcionar uma situação higiénica saudável para os habitantes, como a recolha do lixo, o tratamento dos esgotos e valas de drenagem devido à ausência de acessibilidade.

Francisco Paulo, morador do distrito do Rangel, falou ao Factual que "é muito difícil falar de saneamento básico durante o período chuvoso, as viaturas não conseguem chegar a algumas áreas, pois estas se tornam inacessíveis. Então, nós, os moradores, temos que conviver com esta situação".

No sentido de verificar o grau de comprimento de algumas obras a nível da capital do país, que tiveram o seu início em 2008, no âmbito do primeiro programa de reabilitação das vias estruturantes, secundárias e terciárias, o Factual deslocou-se a alguns município e distritos de Luanda.

Nos distritos do Rangel e do Kilamba-Kiaxi, assim como os municípios de Viana e do Cazenga, foi notória a insatisfação dos munícipes quanto ao actual estado em que se encontram aquelas áreas, receando

ainda que o problema venha a agudizar-se caso Luanda seja fustigada por fortes quedas pluviométricas.

Para os residentes nestes distritos e municípios, é necessário que as autoridades locais procurem maneiras de minimizar os problemas que poderão advir.

De recordar que mais trezentos milhões de dólares serão injectados para o reatamento do Programa de Reabilitação das vias secundárias e terciárias Este valor servirá para a requalificação de cerca de 250 quilómetros de vias na província da Luanda.

10.10 Prevenção é pouco levada em conta...

Semanário Factual

De 24 a 31 de Agosto

Sempre que chove em Luanda, o resultado é o mesmo: ruas intransitáveis, árvores caídas, detritos por tudo quando é lugar, enfim, as debilidades vêm ao de cima para mostrar que chover na capital é um desastre.

E isso já vem de longe, quando o índice demográfico era menor. Hoje, com a paz há onze anos, a circulação de pessoas quase quintuplicou, ou seja, a capital alberga mais de seis milhões de habitantes.

As infra-estruturas não acompanharam o índice demográfico, o fornecimento de energia "baqueou", o abastecimento de água "esmoreceu" e hoje paga-se pelo crescente número de locatários.

Depois, vem o argumento de que Luanda, quando foi fundada, previa apenas meio milhão de pessoas. Isso é natural, mas passadas quase quatro décadas, o que se esperava? O Mundo não é imutável mas está em constante alteração.

Porém, foi o cruzar de braços que permitia a instalação de milhares de angolanos na capital, sem falar da imigração de hordas de milhares de estrangeiros, a sua maioria na periferia, pondo em causa o já péssimo saneamento, o fornecimento de energia eléctrica e o abastecimento de água, superando a demanda por parte da EDEL e da EPAL.

Depois, a falta de abate de árvores, sazonalmente, é outro handicap para milhares de viaturas estacionadas em todo o lugar. Se uma força de vento se fizer acompanhar da chuva, as árvores vêm abaixo, danificando veículos, sem que alguém apareça para assumir os estragos.

E assim foi, porque o pensamento negativo vem prevalecendo! É comum ouvir-se: Luanda, já não muda no que toca ao péssimo saneamento porque, no tempo seco, ninguém se preocupou com o mau estado das vias, com o lixo espalhado em todos os lados, com ruas secundárias e terciárias sem reabilitação e sem sistema de drenagem, no tempo chuvoso vai ser um tormento, com casas precárias de chapas de zinco à espera do pior, porque o vento e a chuva andam de mãos dadas.

Parece mesmo a história da cigarra e da formiga: no tempo bom, a formiga preparou todas as condições para enfrentar o tempo mau. Este chegou com um frio de rachar. A cigarra, preguiçosa, não cuidou de garantir o tempo mau. Solicitou à formiga que lhe prestasse alguma ajuda. A laboriosa formiga somente perguntou: que fazias no tempo quente, ao que a cigarra respondeu: eu cantava, tendo a formiga dito: Ah, sim? Então, agora dança!

Deste episódio se tira uma lição: não garantir, a tempo, a criação de condições materiais e financeiras para a execução de diversas obras, é o mesmo que empatar dinheiro sem fim determinado.

Sabe-se que o Executivo já disponibilizou as verbas para aos empreiteiros. Depois, é olhar para o quadro apresentado pelo município do Cazenga onde as obras nas suas diversas ruas nunca chegam ao término.

Em todos os municípios há obras por terminar

Outros municípios e distritos de Luanda, vivem a mesma situação, com obras por acabar. Isso supõe que se vai esperar o tempo quente (chuvoso) para arrancar com as obras? "Precaver é muito melhor que remediar" e, no caso da chuva, é preciso reflectir que ela é necessária, mas pode também trazer dissabores.

Por isso, as empresas ligadas à reabilitação de vias têm de ficar atentas, pois se as obras decorrerem no período chuvoso, os buracos, a lama e águas paradas vão dar início à sua actividade: a reprodução de mosquitos da malária, com as consequências para as famílias, as mais desfavorecidas e a viver na periferia.

Exemplo palpável é os Zangos, onde obras de terraplenagem e asfaltagem de estradas são o dia-a-dia, com montanhas de barro vermelho retidas da terra, deixando buracos em todas as vias.

Se entretanto chover, as populações dos Zangos serão as mais afectadas, pelas enxurradas sequentes. Mas antes que São Pedro abra as torneiras do Céu, os empreiteiros não podem cruzar os braços, devendo empenhar-se para a conclusão, com êxito, dos empreendimentos a seu cargo.

10.11 Governo prepara terreno para vítimas das calemas

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2013

Pelo menos 200 lotes de terreno, numa área de cerca de 60 mil metros quadrados, foram terraplanados para ser entregues a 170 famílias assoladas por calemas ocorridas em princípios deste mês no município de Porto Amboim, província do Kwanza-Sul.

O director provincial do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), Leandro Sanito, garantiu, em Porto Amboim, que os terrenos vão beneficiar um total de 790 pessoas adultas e 435 crianças dos bairros Torre do Tombo, Salinas e Cauila.

Leandro Sanito garantiu igualmente que cada uma daquelas famílias vai beneficiar de uma parcela correspondente a 300 metros quadrados, destinado à construção de habitação.

Na área total já terraplanada, director provincial do INOTU rei riu que vão ser ali igualmente construídas 200 habitações com todos serviços e condições de habitabilidade, além de mercados, área de lazer, jardins, vias de drenagem das águas pluviais, escolas, centros e posto de saúde.

Leandro Sanito acrescentou que decorrem trabalhos de aplicação de taças divisórias para a delimitação dos lotes e para orientar as famílias durante a construção das casas, para obrigar ao respeito dos espaços reservados a passeios e ruas.

O director provincial assegurou que os trabalhos estão acelerados e que apenas a época das chuvas pode criar embaraços ao programa. O director do Ordenamento do Território exortou as populações da província a evitarem construir em zonas de risco.

10.12 Falta de água e alimentos tiram dignidade aos habitantes do Cunene

Semanário Continente

30 De Agosto de 2013

São milhares as pessoas que estão afectadas pela calamidade da seca na Província do Cunene, tendo como consequência a falta de água e alimentos, que na ausência destes dois elementos importantes, a vida humana fica, no entanto, sem sentido, tal como

referiram algumas famílias abordadas no local, por este semanário. A pouca ou quase inexistência de água, obriga aos populares socorrem-se de escavações profundas, com vista a se encontrar, nem que seja, um pouco do precioso líquido para satisfazer as necessidades vitais da alma.

Na viagem feita à Província do Cunene, o Continente constatou "in loco" a realidade daquelas populações, vítimas da seca e fome, e o calvário por que passam. Nos municípios de Namakunde, Ombanjda e Kuvelai, por exemplo, a nossa reportagem deparou-se com uma realidade algo dramática, pelo facto de as populações não terem saída à difícil situação que enfrentam. "A vida para nós está muito difícil, não temos água para beber e a comida também está cada vez mais escassa; não temos nenhuma saída", lamentou o senhor Jorge, que na altura em que fazíamos esta reportagem, encontramos-lo sentado debaixo de uma árvore, pois o sol estava ardente.

"Como vê", indicando para água que estava numa banheira, "é esta água turva que nós consumimos com todas as consequências à saúde", disse o cidadão, admitindo que, "não temos outra alternativa pois a sede nos obriga a usarmos, mesmo, assim", revelou com o rosto desanimado.

No mesmo local, encontramos o pequeno Vladimiro Miguel, de 14 anos de idade, que frequenta a 4ª classe. Quando abordado pela nossa equipa de reportagem, o relógio marcava 13 horas, altura em que, em condições normais, o menino estaria já na sala de aulas. Mas, o momento em que a Província vive não lhe permite ter uma frequência constante às aulas, pelo facto de a sua roupa

encontrar-se suja, por falta de água para lavá-la, nem mesmo para poder tomar banho, facto que está a repercutir-se no fraco desempenho do garoto na aprendizagem do "ABC". Entretanto, perante este quadro, o pequeno lança o grito de socorro às autoridades competentes, no sentido de se encontrar um meio-termo para a solução do problema. "Não fui à escola porque tive que ir a procura de água nas cacimbas; gostaria que o nosso governo nos metesse aqui um tanque de água para nós bebermos e tomarmos banho", implora o menino com um rosto sorridente como que estivesse a enfrentar uma situação normal.

O mesmo clamor foi transmitido pelos munícipes de Ondjiva, que, por sinal, é a capital da Província do Cunene, onde igualmente a nossa reportagem ouviu o descontentamento e o grito de socorro, à semelhança dos Municípios de Ombandja e Kuvelai. Durante o percurso à referidas localidades, foi visível observar a fúria da seca, pois, o fenómeno natural

consumiu todas as plantações cultivadas pelos camponeses, não obstante, a sua população ter no gado a sua principal riqueza.

A seca não poupou às árvores, tão pouco os rios, facto que perante esta triste realidade os moradores das "terras do Rei Mandume", estão privados de usufruírem de uma vida condigna.

"Estamos a enfrentar uma vida complicada devido da seca e fome; o gado está a morrer por não encontrar uma fonte de água e pastos para o alimento", revelou ao CONTINENTE a cidadã Paula Francineth, desempregada e mãe de sete filhos, que na altura em que colhíamos dados desta reportagem, esteve a lavar a loiça do almoço. "Não temos água nem comida e, porque a sede é ingrata, somos forçados a consumir água turva retida desta cacimba", disse a nossa interlocutora indicando para um buraco cavado mesmo ao lado da sua residência. Paula Francineth, disse que por falta de alimento, à localidade de "Santa Clara", já que faz a fronteira com a República da Namíbia, tem sido nos últimos a alternativa. Mas, Paula Francineth, revelou que a situação toma-se ainda mais complicado, pois são obrigados a pagar taxas aduaneiras aos produtos comprados para o consumo próprio. "Por falta de comida, procuramos ir à Namíbia, mas infelizmente temos que pagar à alfândega, até em duas lâminas de peixe e 50 quilos de fuba para o consumo", lamentou Paula Francineth, para quem, "o governo deve olhar para esta situação, por quanto, estamos mesmo mal aqui, no Cunene", argumentou a senhora.

10.13 Animais e pessoas consomem água turva.

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Todos os dias pessoas e animais caminham longas distâncias em busca do precioso líquido nesta região sequiosa, por ironia do destino, uma das que mais travou renhidas batalhas durante a época de guerra no tempo do regime do apartheid.

Apesar dos esforços do Governo do Cunene em minimizar a situação, distribuindo água e alimentação, a realidade é que a situação inspira ainda cuidados redobrados para contrapor às inúmeras dificuldades que enfrentam as populações flageladas pela fome.

Foi doloroso ver homens e animais a beberem água imprópria para consumo no Marco 16, porque o que é canalizada pelo Executivo da província, através de cisternas, não resolve o problema na generalidade, mesmo contando ainda com os poucos furos

artesanais que vão resistindo às intempéries do tempo.

Em função desta situação, o quadro clínico do município, aliás, das zonas mais afectadas da província, mudou desfavoravelmente, havendo a multiplicação da desnutrição entre as camadas mais vulneráveis, crianças e velhos, que são apontadas pelas autoridades como sendo as principais vítimas deste flagelo.

Um flagelo constatado em todas as localidades por onde a caravana passou, tanto na Huíla como no Cunene, sendo nesta província que a situação é mais dramática. Um flagelo que se repete de dois em dois ou de três em três anos.

Vítimas mortais

De Maio a Junho de 2013 morreram quatro pessoas vítimas de fome no município dos Gambos (Huíla), segundo declarações prestadas a este jornal, nesta quarta - feira, 28, pelo presidente da Associação Construindo Comunidades (ACC), padre Pio Wakussanga, que é também um dos responsáveis da Cáritas da Arquidiocese do Lubango. Segundo ele, poderão morrer mais pessoas expostas à fome e à seca, sobretudo velhos, se a situação não for rapidamente contornada, a julgar pela deterioração sistemática do quadro que se vai agudizando de região para região ao nível do Centro-Sul.

10.14 Drama da seca e fome continua na Huila e Cunene

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Respondendo ao apelo da "campanha de solidariedade às vítimas da seca no Centro-Sul, lançado pelo Comité Permanente da Comissão Política (CPCP), a UNITA levou entre os dias 24 e 26 de Agosto bens alimentares diversos às províncias da Huíla e Cunene para ajudar a minimizar as carências das populações afectadas pela seca e fome.

Desta forma, o partido do galo negro juntou-se aos esforços do Executivo e de organizações civis, nomeadamente religiosas, que têm acudido as populações.

A caravana automóvel, ida de Luanda na pretérita sexta-feira, transportando arroz, milho, fuba, óleo vegetal, feijão, peixe seco e roupa usada, depois de pernoitar no Lubango, capital da província da Huíla, no dia seguinte dirigiu-se ao sector da Mukuma, município da Chibia, onde entregou os primeiros géneros alimentícios à população flagelada.

o acto da entrega simbólica do donativo, o presidente desta força política, Isaias Samakuva, que dirigiu a caravana, que ainda integrava o secretário-geral, Vitorino Nhany, e deputados à Assembleia Nacional, disse que a oferta enquadrou -se no esforço de socorro lançado pelo Executivo, Igrejas e organizações não-governamentais (ONG).

"Viemos aqui para solidarizarmo-nos convosco, sabemos que o que trazemos é tão insignificante e não vai resolver o problema, mas pode atenuar, se cada um receber um pouco para comer", afirmou Samakuva, acrescentando que o partido que dirige está comovido com a situação por que passam as comunidades que sentem os efeitos nocivos da fome, derivados da estiagem prolongada.

"Não podíamos ficar indiferentes perante esta situação tão alarmante, em que estão a passar os nossos irmãos, e, por isso, lançámos um apelo para recolha de alguns bens alimentares", explicou, acrescentando que tais bens resultaram de ofertas dos secretariados provinciais que responderam ao apelo do partido.

Segundo a fonte, o apoio constituído por bens diversos e dinheiro que serviu para comprar mantimentos e roupa usada, veio das províncias do Uíge, Luanda, Lunda Sul, Kuanza Sul, Bié, Huambo e Kuando Kubango, que se juntaram neste acto de solidariedade às milhares de almas expostas à fome, em consequência da prolongada estiagem que estragou as culturas da época agrícola do ano passado.

Pediu que os bens fossem distribuídos equitativamente a toda a comunidade. "É para todos os que vivem nesta comunidade", disse.

Rumo aos Gambos

Depois deste acto, a delegação seguiu ao Chiange, sede do município dos Gambos, região agro-pecuária, que dista a 140 quilómetros a Sul do Lubango, onde, com o mesmo propósito que na Mukuma, fez também a entrega de algumas toneladas de alimentos para um universo de 12 mil e 563 pessoas afectadas.

Postal de seca

O PAÍS passou pela comuna da Quihita, ao longo da estrada nacional número 105, que liga Benguela, Lubango-Ondjiva. Durante o percurso foram notórios os estragos provocados pela estiagem, não havendo água nas chimpacas para o abeberamento do gado e campos de cultivo sem qualquer espécie de cultura, mesmo as mais resistentes, como o massango e massambala.

Com uma velocidade que oscilava entre 100 a 120 quilómetros por hora, silêncio imperava.

A aldeia de Ndongue, foi dos locais escalados, a escassos metros depois do desvio, à direita, que dá até à Missão Católica da Quihita, um ponto de referência de adoração para os cristãos da comuna.

Curiosidade

Havia outros jornalistas em reportagem na área. E como a maioria dos jornalistas, aliás, à excepção dos do Centro de Produção da Televisão Pública de Angola (TPA) da Huíla, não conhecia o Chiange, a curiosidade

era tanta para se chegar ao destino, mas ainda faltava uma enorme distância. A vontade era chegar tão cedo para constatar a realidade dos factos sobre este fenómeno que está a afectar o Centro-Sul do país.

Enquanto a viagem demorava, ao longo da via a situação do flagelo mostrava contrastes, pois, apesar da falta da água suficiente para o gado, via-se manadas bem nutridas, e outras com aspecto de desnutrição. A pergunta sobre esta contrariedade feita pelo jovem fotógrafo de A Capital, José Diogo, não teve resposta, pois ninguém sabia explicar exactamente o que se passava.

Ao longo do bonito tapete asfáltico, de um lado e do outro, viam-se pequenas cubatas maioritariamente de formato arquitectónico circular, feitas à base de pau-a-pique, barro e cobertas de capim. Embora em número reduzido, numa ou noutra aldeia divisavam-se furos artesanais para a captação de água, estando em volta dezenas de pessoas à espera do precioso líquido, que por estas terras escasseia.

E não tarda, escalávamos o sector de Viriambundo, já no território dos Gambos, depois de termos percorrido já 100 quilómetros de distância. Aliás, para trás ficava já o sector ou comuna do Rio D'Áreia, nome que resulta do próprio rio que é sequioso.

Devida à estiagem, os únicos produtos que estavam a ser comercializados eram sacos de carvão e bebida de fabrico caseiro.

Estiagem aumenta desnutrição Depois de atingirmos o entroncamento entre Lubango e Ondjiva, desviámo-nos para a direita e, em trinta minutos, estávamos no Chiange. À chegada, a caravana dirigiu-se ao Palácio Municipal dos Gambos, onde Isaías Samakuva foi apresentar cumprimentos de cortesia ao administrador local, Elias Sova, de quem recebeu explicações sobre a situação socioeconómica da região.

Em seguida a comitiva chefiada por Samakuva visitou o Centro de Saúde dos Gambos, onde, durante uma visita guiada pelo chefe da repartição local, Domingos Marcelo Capenda, recebeu explicações pormenorizadas sobre o funcionamento desta unidade hospitalar, que conta com salas de internamento para homens e mulheres, pediatria, sala de partos, laboratório de análises clínicas e farmácia.

O referido Centro, construído de raiz, é assegurado por funcionários administrativos, técnicos médios de enfermagem e ainda por três médicos "visitantes", pois realizam consultas duas vezes por semana, de forma intercalada. O paludismo, doenças diarreicas agudas e respiratórias foram apontados por Domingos Capenda, como sendo as patologias mais frequentes na região.

A desnutrição provocada pela escassez de alimentação em função da estiagem prolongada e das precipitações irregulares, tem afectado também algumas famílias, sobretudo crianças e velhos, esses últimos em função da sua avançada idade. Na altura em que visitávamos o hospital, encontrámos um petiz que padecia de malnutrição, segundo o administrador Cipriano António.

Estudos para conter a situação

Para esta comunidade mais numerosa que a da Mukurna, a UNITA deixou também quantidade de mercadoria diversa nas mãos de líderes religiosos. Os produtos não diferem os doados no primeiro local em que visitou. Antes, Samakuva teve um encontro com representantes destas congregações sedeadas no município.

Durante o encontro com responsáveis das igrejas Católica, Evangélica e Bom Deus, o político da UNITA inteirou-se sobre a real situação por, que passam os sinistrados deste fenómeno, e a forma como o assunto está a ser mitigado, numa altura em que o grito de socorro ainda continua a ser ouvido.

Em resposta, o padre Jacinto Pio Wakussanga, pároco da Pró-Pa-róquia dos Gambos, em nome do grupo dos religiosos disse que a situação tem estado a ser minimizada com a recepção de mercadorias do Executivo Central e local, pelas ONG, tais como a AJAPRAZ e as Organizações Henriques & Filhos, que já estiveram no município, mas ainda assim "os apoios não chegam para atender a necessidade das pessoas", declarou.

O religioso reiterou o que já disse à imprensa em várias ocasiões sobre o assunto, defendendo políticas concretas e eficazes para se resolver o problema que continua a repetir-se anualmente. Alertou que um

estudo feito por um académico irlandês, no ano passado, em Angola, dizia que a situação poderia prolongar-se por muito mais tempo.

"Esses estudos dizem que o problema vai continuar, não só nesta região dos Gambos, mas em toda a região Centro-Sul do país, pois é uma região semi-árida e tem características muito próprias e se forem geridas conseguem sustentar as comunidades que nelas vivem", disse citando o estudioso.

Pio Wakussanga explicou que com base nestas pesquisas, que pediu que fossem mais aprofundadas por outros académicos, toda a região Centro-Sul poderá ter chuvas irregulares. "Poderá chover muito ou pouco, ou termos uma estiagem prolongada", afirmou. Por isso, acrescentou, "tem de haver estudos aprofundados para se controlar a situação".

E no Cunene?

Em Ondjiva, o partido do "galo negro" fez igualmente a entrega de mantimentos e roupas às vítimas da comunidade de Kapanda, local onde está concentrada uma considerável moldura humana a viver em condições sub-humanas, derivadas pela fome e seca.

Como na Huíla, Isaías Samakuva não fez qualquer pronunciamento político durante a entrega dos bens à população, expressando apenas a sua solidariedade aos sinistrados, cuja situação remonta a Outubro de 2012, altura em que o quadro começou a deteriorar-se drasticamente.

O gesto da UNITA não se resumiu apenas a esta localidade situada a 6 quilómetros da cidade, estendendo-se igualmente até ao Ounongue, conhecido genericamente por "Marco 16", no município de Nacamanunde, no eixo fronteiriço com a vizinha República da Namíbia.

Durante o percurso de Santa Clara (sede do município) até a esta localidade foi chocante constatar as peripécias por que passam as pessoas e o gado, que estão a passar as piores agruras de sempre. Crianças, mulheres e velhos são os que mais sofrem os efeitos nefastos desta estiagem prolongada.

Depois de Nacamanunde, o gesto de solidariedade da UNITA foi levado também ao município de Ombandja (Xangongo), onde doou bens aos que vivem o fenómeno da seca há quase um ano. Por altura do fecho desta edição, a comitiva tinha viagem marcada para Namíbe, com o mesmo propósito.

10.15 Uma seca eterna?

Jornal Acapital

31 De Agosto de 2013

No caso específico do Cunene, segundo o engenheiro Vitorino Nhany, a esmagadora maioria do terreno tem topografia plana, por isso a evaporação de água é grande, fazendo com que a área esteja sujeita aos efeitos das secas periódicas.

Segundo esclareceu, no caso concreto de Angola, a questão da seca não se resume na falta de água, dando como exemplo a província do Cunene que tem o precioso líquido, embora não seja abundante.

Na sua óptica, o que deve acontecer, como nas noutras regiões áridas e semi-áridas dos outros países, é aproveitar estes recursos hídricos na agricultura, por meio de irrigação.

Nhany, que também é deputado pela bancada parlamentar da UNITA de que é ainda Secretário-geral, afirmou que a realidade que se vive no Cunene dá mostras de que, o homem como medida de tudo que existe na terra tem de desenvolver esforços para que os efeitos da seca não incidam "tão drasticamente na vida das comunidades".

"A seca que é o atraso das precipitações ou da sua distribuição irregular; este fenómeno apresenta uma certa periodicidade e pode ser previsto com uma certa antecedência", explicou, antevendo todos componentes da crise social como são os casos da fome, desnutrição, miséria e êxodo rural, caso não se tomarem medidas pontuais.

Uma delas, segundo sua visão, seria uma política de irrigação que adopte tecnologias de mais acesso aos trabalhadores rurais e que sejam mais adaptadas à realidade; medidas de apoio a fim de a agricultura suportar os períodos de seca.

Existem pressupostos para propiciar sucesso desta actividade, dentre os quais proporcionar o acesso ao uso da água com aproveitamento da água acumulada nas grandes represas, açudes e barreiras, perfuração de poços, construção de barragens subterrâneas e de cisternas rurais.

O deputado que falou aos jornalistas, mais nas vestes de agrónomo, do que de político, assegurou que a implantação de um projecto de transposição das águas do rio Cunene para outras bacias hidrográficas das áreas habitualmente afectadas, seria uma outra solução.

Relativamente às cheias que também têm assolado amiúde sobretudo a província do Cunene, Nhany diz

que ocorrem porque, quando uma determinada época os níveis de precipitação aumentam ao contrário de uma distribuição irregular provocando transbordo do rio causando danos às culturas. Acrescem-se, outros elementos como a fraca educação cívica contra poluição, a falta de aproveitamento das águas através de pequenos regadios, a falta de dragas retroescavadoras e outros equipamentos afins. Contribuem ainda para o transbordo a não instalação de espécies vegetais que cubram bem o solo contrariando a erosão; ou seja espécies que contribuam para uma boa estruturação do solo. Sobre este pormenor, aconselha as autoridades angolanas a beberem da experiência da Namíbia, que apesar das cheias tem sabido com estes métodos contorná-la.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Autoridades migratórias repatriaram estrangeiros

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire repatriou, de 31 de Julho a 6 de Agosto, 101 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), que viviam de forma ilegal nos municípios do Soyo e Mbanza Congo.

Os 101 estrangeiros em causa foram repatriados por decisão judicial e administrativa, através do posto fronteiriço de Quimbumba, no município do Soyo.

No período em análise, o SME recusou a entrada em território nacional a 20 cidadãos da RDC, por não se fazerem acompanhar dos documentos exigidos por lei.

O comunicado do SME informa, ainda, que foram detidos cidadãos de várias nacionalidades, entre os quais 19 da RDC, sete britânicos, um ucraniano e um filipino, por permanência ilegal em território nacional. As detenções resultaram de uma operação levada a cabo pelo órgão, no município do Soyo.

O movimento migratório a nível dos vários postos fronteiriços da província resultou em 88 entrada de estrangeiros. Houve o registo de 43 saídas, menos 44 em relação a período anterior.

Cunene

Efectivos da Unidade da Polícia de Guarda de Fronteira na província do Cunene interpelaram, recentemente, oito cidadãos por tentativa de violação do perímetro fronteiriço entre Angola e Namíbia.

De acordo com o porta-voz da Polícia no Cunene, intendente Piedade Pombal, os infractores são cidadãos nacionais que pretendiam entrar no território namibiano.

II.2 Estrangeiros são expulsos

Jornal de Angola
03 De Agosto de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire repatriou nos últimos sete dias, 89 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência ilegal em território nacional,

um comunicado de imprensa., o SME informa que os imigrantes ilegais foram expulsos por decisão administrativa nas localidades fronteiriças do Luvo (Mbanza Congo), Kimbumba (Soyo) e Minga, no município do Kuimba.

O documento refere que durante o período em análise o Serviço de Migração e Estrangeiros na região recusou a entrada em território nacional de 44 cidadãos estrangeiro sendo um dos Camarões e 43 da RDC, fac ocorridos nos municípios de Mbanza Congo, Soyo e Kuimba.

No quadro das acções de fiscalização e controlo de estrangeiros, o SME na província do Zaire interpelou e deteve, nos últimos sete dias, 122 cidadãos de diversas nacionalidades.

O documento informa que, no quadro do movimento fronteiriço Angola IROC, a instituição registou a entrada de 546 cidadãos nacionais, assim como a saída de 413 outros.

Quanto aos estrangeiros, a nota do Serviço de Migração e Estrangeiros aponta a entrada em território nacional de 51 cidadão da República Democrática do Congo e a saída de 87 outros.

II.3 Angolanos detidos por auxílio à imigração

Jornal de Angola
09 De Agosto de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros em Cabinda encaminhou no primeiro semestre deste ano para o Ministério Público 67 pessoas entre as quais 23 angolanos acusados de promoção e auxílio à imigração ilegal.

Entre os detidos, estão 32 elementos da República Democrática do Congo e quatro do Congo Brazzaville. Constam ainda da lista um gabonês, dois malianos, dois mauritanos, um somali, um camaronês, um da Guiné Conakry e outro da Guiné-Bissau. Numa nota enviada à imprensa, o Serviço de Migração e Estrangeiros diz ter registado a saída voluntária de 2.399 elementos da República Democrática do Congo que residiam na cidade de Cabinda em situação irregular.

O documento destaca ainda a expulsão de 50 elementos da República Democrática do Congo e um do Congo Brazzaville.

No total, foram feitas 402 operações de fiscalização que resultaram na detenção de 7.070 estrangeiros que

se encontravam na província em situação migratória irregular.

Entre os detidos, 6.795 são congoleses democráticos, 148 do Congo Brazzaville, 14 tchadianos, um nigeriano, outro centro africano, dois camaroneses, um brasileiro, outro maliano e igual número de guineenses.

Acções reforçadas

Em Malange, a Polícia anunciou que vai tomar medidas para evitar que haja no futuro violações ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo.

A garantia foi dada pelo comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira, comissário chefe António Pedro Candela, durante uma visita de trabalho. O comandante da Polícia de Guarda Fronteira esteve em Malange para avaliar o estado de prontidão dos efectivos destacados ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo.

Visitou a unidade de Tembo Aluma, em Marimba, os postos de Kicuto, Muheto e Mundondo, considerados pontos de transição dos imigrantes ilegais do Congo Democrático e Africa do leste.

O comissário chefe Pedro Candela referiu que a dimensão existente entre a fronteira da província de Malange com a RDC é extensa e notam-se ainda sinais de retorno de elementos congoleses.

Durante a visita de dois dias foram realizados encontros com os órgãos de Defesa e Segurança no comando da segunda divisão de Infantaria da Região Militar Norte.

Momentos antes de deixar Malange, o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira teve um encontro com o governador em exercício, Domingos Manuel Eduardo, a quem garantiu o apoio necessário aos efectivos da cooperação no sentido de desenvolverem o seu trabalho para impedir a entrada de imigrantes ilegais. O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) em Malange repatriou recentemente 35 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) que se encontravam a residir ilegalmente em Angola.

O repatriamento foi efectuado via terrestre, através do posto fronteiriço de Tembo-a-Luma, município de Marimba, província de Malange.

O porta-voz do SME em Malange, sub-oficial de migração de 38 classe José Luís, disse que os estrangeiros em causa foram detidos pelas forças da ordem durante operações de fiscalização levadas a

cabo no posto fronteiriço da comuna de Xandel (município do Quela), nas duas últimas semanas.

Os imigrantes ilegais, frisou, vinham da Lunda-Norte e tinham como destino Luanda, onde pretendiam instalar-se de forma ilegal. Referiu que as fronteiras da província estão protegidas.

11.4 Executivo tenta evitar “força” de angolanos na Zâmbia

Semanário Folha 8

10 De Agosto de 2013

Continuam as negociações entre Angola e Zâmbia no sentido de se assinar um acordo de extradição de angolanos condenados à morte naquele país vizinho, segundo o ministro das Relações Exteriores, George Chikoti.

Naquele país encontram-se 50 presos angolanos presos, 20 dos quais condenados a pena de condenação à morte e dois deles em prisão perpétua, devido a crimes diversos onde se destaca o homicídio.

O governante garantiu que os documentos estão em análise para a possível assinatura de um acordo de extradição de angolanos que estejam nesta situação, porque a angolana não prevê a pena de morte, pelo que estão a negociar para que esses angolanos possam eventualmente vir a cumprir a sua pena em Angola.

"É verdade que eles incorrem nessas penas, mas nenhum foi ainda de facto condenado à morte, pois a Constituição zambiana estipula que o Presidente é quem tem de autorizar a execução dessas penas", disse, acrescentando que nos próximos dias poderá deslocar-se aquele País para discutir o assunto. O entanto, em Abril último as autoridades angolanas haviam já garantido que o assunto estava adiantado. "Estamos agora a finalizar os documentos, porque é necessário que eles preencham alguns documentos, onde manifestem vontade de serem transferidos para as nossas cadeias", explicou na altura a embaixadora de Angola na Zâmbia, Balbina da Silva. Uma das questões que motivava alguma discussão é relacionada com os angolanos que possuem dupla nacionalidade na sequência de casamento com zambianas.

O grito de socorro dos detidos fez eco em meados do ano passado quando uma delegação de diplomatas, chefiada pela embaixadora de Angola na Zâmbia, Balbina da Silva, efectuou uma visita aos

presos angolanos das cadeias de Mokobeko, a 130 quilómetros de Lusaka.

No encontro com a embaixadora, os condenados à morte disseram que só a intervenção das autoridades angolanas pode livrá-los da sentença, pois um preso de outra nacionalidade, na mesma condição, escapou com vida depois da intervenção das autoridades do seu país.

A embaixadora de Angola na Zâmbia garantiu que as autoridades angolanas, ao mais alto nível, tudo fariam para evitar a sentença de morte.

11.5 Imigrantes ilegais expulsos do Zaire

Jornal de Angola
10 De Agosto de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros repatriou, nos últimos sete dias, na província do Zaire, 101 cidadãos da República Democrática do Congo, por entrada e permanência ilegal em território angolano.

Um comunicado do SME do Zaire, citado pelo Angop, esclarece que os cidadãos em causa infringiram o artigo 1040 da Lei n. 02/07, de 31 de Agosto, sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros, em vigor na República de Angola.

Dos 101 cidadãos, precisa o comunicado, 94 foram expulsos por medidas administrativas e sete por decisão judicial, saindo pelos postos fronteiriços do Luvo (Mbanza Congo) e Kimbumba, no município do Soyo.

O documento refere ainda que, durante o período, o SME recusou a entrada em território nacional de 20 cidadãos da RDC, por irregularidades migratórias, factos ocorridos nos municípios de Mbanza Congo e Soyo.

O comunicado indica que, no quadro das actividades de controlo e permanência de estrangeiros no país, o SME interpelou e deteve em diversos municípios da província do Zaire 30 cidadãos de diversas nacionalidades.

Relativamente ao movimento ao longo da fronteira entre Angola e a RDC, o SME registou, durante a semana, a entrada de 3.103 e a saída de 3.021 cidadãos nacionais.

Quanto aos estrangeiros, notificou a entrada em território nacional de 88 cidadãos e a saída do território nacional de 43 outros.

Semanalmente; dezenas de cidadãos estrangeiros são interpelados pelas autoridades migratórias do Zaire, por entrada e permanência ilegal em território nacional.

11.6 Imigração ilegal embaraça o Executivo

Semanário Factual
De 10 a 17 de Agosto 2013

A imigração ilegal tem vindo a afligir o Executivo que solicita a colaboração da população para denunciar os estrangeiros que se encontram nesta condição.

"O fenómeno da imigração em Angola preocupa não só a Polícia Nacional, como todos, pelo que o nosso apelo vai no sentido da contribuição de toda a sociedade, especialmente as populações residentes nas áreas fronteiriças mais vulneráveis.

A sociedade angolana deve prestar o maior controlo e vigilância, com vista a conter os efeitos nefastos dessa prática que tem causado danos a economia e à estabilidade social do país", apelou terça-feira, 06, o segundo comandante geral da Polícia Nacional, Salvador Rodrigues.

O segundo comandante fez este pronunciamento durante a cerimónia de abertura do 10º Conselho Consultivo da Polícia de Guarda Fronteiras, nesta cidade, com o propósito de analisar o actual estado organizacional e operacional do comando. O encontro serviu também para avaliar o nível de colaboração institucional entre os órgãos afins tutelados pelo Ministério do Interior.

Revelou ainda que o Executivo tem dedicado enormes investimentos no sentido de equipar a Polícia de Protecção de Fronteiras, com os meios modernos necessários e indispensáveis ao seu melhor desempenho.

O comissário chefe referiu que o controlo da fronteira terrestre e marítima, bem como o combate à imigração ilegal, têm sido encarado pelo Estado angolano como um dos principais imperativos de soberania, merecendo, por este motivo, atenção especial no seu tratamento pelos órgãos especializados, inclusive a Polícia Nacional.

Disse que são notáveis algumas necessidades de incremento em meios náuticos e fluviais, de entre outros, de forma a garantir maior operacionalidade das forças e conter a relutância dos imigrantes ilegais, que insistem na violação das fronteiras,

"A grande missão deste importante ramo da Polícia Nacional é garantir a inviolabilidade de toda a fronteira territorial, para além da manutenção da ordem e tranquilidade pública nas zonas populacionais junto das fronteiras", frisou.

11.7 Polícia reforça controlo nos postos fronteiriços

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2013

A Polícia Nacional vai intensificar a Identificação nos postos fronteiriços, aeroportos e controlos para evitar a entrada de Imigrantes Ilegais no país.

"Não está em jogo a presença de estrangeiros na nossa província ou no país, de forma geral. Eles são bem-vindos quando entram legalmente e devem inclusive ser acolhidos, porque ajudam no desenvolvimento do país. Mas, aqueles que entram ilegalmente por detrás da porta, esses sim, temos de os combater", afirmou o delegado do Ministério do Interior no Zaire, comissário Manuel Gouveia, em encontros separados com as autoridades tradicionais e com automobilistas, taxistas e motociclistas, no município do Soyo.

O também comandante provincial da Polícia Nacional reiterou a preocupação da corporação com a entrada e permanência ilegal no território da província de estrangeiros de diversas nacionalidades, com destaque para os da República Democrática do Congo (RDC). Nesse sentido, pediu a colaboração de todos na denúncia da presença de estrangeiros ilegais na província.

"Estamos a vender o nosso país. Não é com 1 00 dólares que o cidadão nacional que auxilia a imigração ilegal vai ficar rico. O dinheiro, hoje, vai poder ajudar, mas o problema é o país, temos de defender este país, porque a presença massiva de estrangeiros ilegais com objectivos inconfessos põe em risco a estabilidade e segurança de Angola", frisou. O oficial da Polícia Nacional reafirmou a importância de se combater a imigração ilegal através da colaboração e cooperação de todos, de debates na rádio, na televisão e noutros meios de difusão massiva, para em conjunto se defender a integridade do país.

O regedor do bairro Garra, Silvestre António, perguntou como era possível a entrada e permanência de imigrantes ilegais na província, quando a Polícia está presente nos postos fronteiriços e nas cidades existe o Serviço de Migração e Estrangeiros.

"Nós, as autoridades tradicionais, achamos que há alguma coisa de errado no seio dos efectivos da Polícia Nacional e dos agentes do SME que intervêm neste processo de entrada e permanência de estrangeiros no país, porque os sobas só têm acção dentro do país e não nas fronteiras", acrescentou. O secretário da autoridade tradicional conhecida por "rei do Povo", Timóteo Josefina, questionou a actuação da corporação a nível da província.

"Em relação à entrada massiva e permanência de estrangeiros ilegais na província e aqui no Soyo, em particular, alguns efectivos da Polícia Nacional é que não actuam bem. Se nós na RDC somos controlados quando lá chegamos, porque razão, aqui, não se pode controlar eficazmente este fenómeno? Temos de ter amor à Pátria, não trocá-la por 'gasosa'. Nós conhecemos estrangeiros ilegais que trabalham inclusive no Estado. Há que se combater este fenómeno, pelo que estamos prontos para em conjunto trabalharmos", acrescentou.

Taxistas

No encontro com os taxistas, o comissário Manuel Gouveia deu um prazo de 90 dias para os automobilistas, taxistas e motociclistas legalizarem as suas viaturas para, de forma organizada e disciplinada, exercerem a sua actividade.

Manuel Gouveia pediu aos presentes para serem porta-vozes dos demais, sobre a necessidade de conformarem as respectivas viaturas de acordo com a lei, sob pena de incorrerem numa ilegalidade. "Durante 90 dias vamos levar a cabo um trabalho pedagógico, no sentido de sensibilizar todos os taxistas que, além de licenciamento, devem pintar as viaturas com as cores recomendadas e pôr o letreiro de acordo com o estipulado pelo Decreto Presidencial nº 128/ I O de 26 de Julho, sob pena de sofrerem sanções após este prazo", acrescentou.

O director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Jeremias Timóteo, assegurou que está no Soyo uma equipa para licenciar todas as viaturas para qualquer tipo de serviço rodoviário, pelo que, não há necessidade de os interessados se deslocarem à capital da província para o efeito.

11.8 Vetada tentativa de entrada ilegal de estrangeiros

Jornal de Angola

14 De Agosto de 2013

A Polícia de Guarda-Fronteiras de Angola abortou seis tentativas de violação da fronteira que delimita a

província angolana do Cunene com a Namíbia, nos últimos sete dias, mais três casos em relação à semana passada, anunciou a Polícia.

Este facto foi anunciado ontem em Ondjiva pelo porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional do Cunene, intendente Piedade Pombal.

Na sequência das infracções, precisou, foram interpelados 14 indivíduos, entre os quais dois namibianos, que após o registo operativo foram encaminhados para a Direcção Provincial dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Os cidadãos angolanos foram postos em liberdade depois de serem advertidos sobre o seu comportamento e para passarem a proceder de modo correcto, sublinhou o porta-voz.

As infracções ocorreram nas áreas das unidades de Calueque, marco 12, e do posto de guarda-fronteira número 19, informou o oficial. A província do Cunene partilha uma fronteira de 460 quilómetros, dos quais 340 terrestres e 120 fluviais, com a Namíbia. Os dois países, através de um mecanismo de consultas bilaterais, têm reforçado as acções de combate ao crime transfronteiriço no espaço comum.

11.9 Angola quer conclusão do repatriamento

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2013

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu ontem, em Lusaka, o empenho do Executivo na conclusão do dossier elativo aos antigos refugiados que ainda permanecem em território zambiano.

" Esforços estão a ser desenvolvidos, contando sempre com a prestimosa colaboração do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, para que o maior número possível de cidadãos angolanos possa retomar ao nosso país beneficiando da devida assistência", sublinhou o ministro.

João Baptista Kussumua, que falou durante a abertura da reunião tripartida entre os governos da Zâmbia, Angola e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, agradeceu, em nome do Executivo, ao ACNUR pelos esforços empreendidos para ajudar os milhares de angolanos que, por diversas razões, foram forçados a procurar outras regiões do continente, em particular a Zâmbia, por questões de segurança e melhores condições de vida.

"Desde os primórdios da luta pela independência de Angola, a Zâmbia acolheu mais de 200 mil refugiados angolanos, tendo através da operação de repatriamento, de forma voluntária e organizada, e espontaneamente, sido repatriados, até Junho de 2012, 193.487, que participam activamente no processo de reconstrução nacional nas suas comunidades", salientou o ministro. Apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades envolvidas no processo, de acordo com dados do ACNUR, 23.500 antigos refugiados angolanos ainda permanecem na Zâmbia.

"Devemos estabelecer soluções duráveis que correspondam aos anseios dos cidadãos angolanos, em conformidade com os instrumentos internacionais que regem a matéria e a legislação da Zâmbia", afirmou o ministro da Reinserção Social, para quem Angola deve dar passos seguros e céleres. Mas para isso é necessária uma acção consertada entre todos intervenientes no processo. João Baptista Kussumua realçou que o Executivo reafirma o seu engajamento no apoio ao regresso dos antigos refugiados para as suas áreas de origem' mas espera que este esforço possa merecer a contribuição da comunidade internacional. Na abertura do encontro, o ministro da Reinserção Social manifestou o desejo de que o encontro venha a atingir os objectivos preconizados e que os resultados possam ser materializados.

11.10 Comunidade estrangeira no mercado angolano

Jornal o País

16 De Agosto de 2013

CHINESES NO NEGÓCIO DAS PLANTAS

Ninguém consegue passar despercebido na entrada do Zango sem ver a estufa da empresa chinesa erguida há mais de três anos. O estabelecimento recebe diariamente vários angolanos que criam plantas.

Os preços praticados por aqueles cidadãos variam dos dois a 10 mil kwanzas dependendo da espécie. Os mesmos não queriam dar nenhuma entrevista a este órgão.

Maria Malena é uma cidadã angolana que vive em Cacuo e que apesar da distância, não abre mão na compra daquelas plantas.

A funcionária pública revelou que gosta muito de plantas e lamenta o facto de haver poucos angolanos a dedicarem-se a este tipo de comércio. "Eles tratam

bem as plantas, sempre que posso venho aqui comprar plantas", disse.

NIGERIANOS, DA CANTINA A PEÇAS DE CARROS

A rua Machado Saldanha, situada no bairro Popular, distrito do Kilamba Kixi virou mercado de venda de acessórios de carros, onde os seus maiores vendedores são os cidadãos nigerinos. Este jornal constatou que, a cada 10 metros daquela área, há uma loja de peças dos nigerianos .

Salif Touré é nigeriano e vende naquela zona há três anos. Questionado sobre a origem destas peças contou que, alguns são acessórios de carros que se encontram imobilizados, outros de viaturas acidentadas. Muitas são importadas do continente europeu e asiático.

Os preços variam de acordo com o material que a clientela vai desejar. "Temos motores de dois mil e 500 dólares, e por ai fora", garantiu.

De acordo com Salif Touré, as peças mais solicitadas são os motores e vidros. Este jornal apurou que os maiores clientes são os taxistas que não têm condições financeiras para comprar peças nos representantes de marcas, devido aos preços altos que estes praticam.

Os nigerianos acusam os angolanos de não empregá-los. "Não temos outra solução senão vender estas peças. Os angolanos não aceitam empregar os estrangeiros, principalmente nós nigerianos, por isso preferimos abrir os nossos próprios negócios".

CUBANOS E CHINESES ENTRAM NA CARPINTARIA

Carlos Rodrigues é um cidadão cubano que, desde 2008, faz serviços de carpintaria em Angola. Escolheu a zona do Luanda-Sul, no município de Viana, para instalar o seu atelier onde, até hoje, fabrica camas, portas, janelas, guarda-fatos, cómodas e beliches.

"No Luanda-Sul temos muitos clientes", explicou o carpinteiro, que trabalha com quatro companheiros com a sua nacionalidade e somente um angolano.

Os preços dos móveis dependem sempre do seu tamanho, mas o mínimo, por exemplo, que cobra por uma cama com gavetas são 50 mil kwanzas. Garante ainda que o preço difere em muito do que é trazido de fora.

"Não estudei carpintaria, a profissão foi aperfeiçoada vendo os outros a fazerem o mesmo em Cuba. O

meu trabalho é bom e tenho a possibilidade de criar. Por isso, gosto de fazer", disse o cubano com um sotaque espanhol.

É do tamanho que se socorrem igualmente alguns técnicos provenientes do país do oriente que apostaram nesta área", como contou a O PAÍS a chinesa Ima. O segmento de negócio está centrado fundamentalmente na produção e montagem de roupeiros e móveis de cozinha, num mercado onde proliferam conterrâneos seus que comercializam mobiliários diversos provenientes do seu país.

"O cliente pede o feitio, o tamanho que quer e nós tiramos as medidas e fazemos a montagem posteriormente", disse Ima.

Um metro na produção de roupeiro custa 700 dólares, enquanto o da prateleira para a cozinha 900 dólares. A qualidade da madeira solicitada pode significar mais uns acréscimos no valor a ser desembolsado pelo cliente.

VIETNAMITAS E AS KÓNICAS

Não é novidade para ninguém que os cidadãos do Vietnam cá em Angola se dedicam sobretudo ao comércio de fotografias, tiragem de cópias, encadernação de cadernos, entre outros.

O mais curioso é que todos eles têm os nomes em português, como é o caso dos vietnamitas Mauro e Bela. São irmãos e têm uma 'Konica', no bairro Neves Bendinha. A 'Konica' é uma das mais afluídas pelos moradores daquele bairro.

Mauro contou que deixou o Vietnam há muitos anos, como no seu país já era fotógrafo não pensou duas vezes em abrir o seu estabelecimento aqui. Ele disse ainda que vive apenas da fotografia ao contrário de outros entrevistados. Mauro acrescentou que consegue fazer dinheiro com o seu negócio.

António é vietnamita e dono de uma Kónica. Trabalha com dois angolanos que lhe ensinam a falar o português. António disse que teve dificuldade em abrir o seu estabelecimento por causa da aquisição do alvará comercial.

Segundo o vietnamita, o mercado angolano na área de fotografia está a ficar concorrido e preocupa-se com a escassez de clientes.

TURCOS NA ZUNGA

Os cidadãos turcos optaram num método único e eficaz de ganhar dinheiro cá no país. "Se Maomé não vai a montanha, a montanha vai até ao Maomé", este parece ser o slogan dos turcos que diariamente

andam de porta a porta para comercializar os seus produtos e aceitam o pagamento em prestações.

Estes cidadãos vendem de tudo um pouco, desde mobiliários a artigos de decoração. Normalmente andam dois a dois cidadãos nas periferias e nos condomínios de Luanda, fazem-se transportar com as suas próprias viaturas, Eles comercializam o espelho a 20 mil Kwanzas, enquanto o jogo de painéis rondam os 30 mil, e podem ser pagos em um mês.

11.11 MINARS “procura” refugiados na Zâmbia

Jornal o País

16 De Agosto de 2013

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, manifestou em Lusaka (Zâmbia), o empenho do Governo angolano na conclusão do processo dos ex-refugiados que ainda permanecem em território zambiano.

"Esforços estão a ser desenvolvidos, contando sempre com a prestimosa colaboração ACNUR, para que o maior número possível de angolanos possam retornar ao nosso país, beneficiando-se da devida assistência", sublinhou o ministro.

Baptista Kussumua, que falava durante a cerimónia de abertura da 7ª reunião tripartida entre os governos de Angola, Zâmbia e do Alto Comissariado das ações Unidas para os Refugiados (ACNUR), exprimiu, em nome do Executivo angolano, o agradecimento a este órgão da ONU pelos esforços empreendidos para ajudar os milhares de angolanos que por diversas razões foram forçados a procurar outras regiões à procura de segurança e melhores condições devida.

"Desde os primórdios da luta para independência de Angola, a República da Zâmbia, país irmão, acolheu mais de 200 mil refugiados angolanos, tendo através da operação de repatriamento, de forma voluntária e organizada, bem como espontaneamente, sido repatriados, até Junho de 2012, 193 mil 487 cidadãos angolanos", salientou João Baptista Kussumua.

Apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades envolvidas no processo, e de acordo com dados do ACNUR, 23 mil e SOO ex-refugiados angolanos ainda permanecem na Zâmbia.

"Devemos estabelecer e implementar soluções duráveis que correspondam com os anseios desses cidadãos angolanos, em conformidade com os instrumentos internacionais que regem essa matéria, bem como a legislação da República da Zâmbia",

ressaltou o ministro da Assistência e Reinserção Social.

Segundo ele, Angola deve dar passos seguros e céleres, sendo necessária uma acção concertada entre todos os intervenientes no processo.

João Baptista Kussumua realçou que o Executivo angolano reafirma o seu engajamento no apoio ao regresso dos ex-refugiados para as suas áreas de origem, mas espera que este esforço possa merecer a contribuição multiforme da comunidade internacional. Durante a abertura deste encontro tripartido, o ministro da Assistência e Reinserção Social manifestou o desejo de que o referido encontro venha a atingir os objectivos preconizados e que os resultados possam ser materializados.

A 7ª reunião tripartida entre os governos de Angola, Zâmbia e ACNUR teve início quarta - feira, em Lusaka, termina hoje (quinta-feira).

A cerimónia de abertura foi presidida pelo ministro do Interior da República da Zâmbia, Edgar Lungu, e contou com a presença de outras entidades ligadas ao Governo zambiano e da Embaixadora de Angola neste país, Balbina da Silva.

Participam ainda neste fórum representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

11.12 Estrangeiros "engolem" angolanos

Semanário Factual

De 17 a 24 de Agosto de 2013

A imigração ilegal está a criar transtornos ao Executivo angolano, que tudo tem feito para travar esse flagelo.

Um diplomata ocidental alertou o Factual que se Executivo não tomar medidas "urgentemente", poderá haver no futuro consequências graves.

"Estão em toda a cidade da capital exercendo actividades comerciais. O angolano está acantonado num beco sem saída", alertou.

Segundo o diplomata, o Executivo deve definir políticas em termos de comércio no que diz respeito aos estrangeiros. "Eles (os estrangeiros) deveriam ser grossistas e os angolanos retalhistas. Isto ajudaria a resolver o problema do desemprego", sugeriu.

Aconselhou o Executivo a fazer um senso dos imigrantes em Angola, para se determinar o número exacto. "É complicado quando um Governo não sabe quantos estrangeiros vivem no seu país", frisou,

salientando que "pelas informações que possui há mais ilegais do que legais".

O fenómeno da imigração ilegal em Angola atingiu, nos últimos tempos, dimensões preocupantes, pelo que constitui ameaça à estabilidade política, económica e social, bem como à segurança nacional, afirmou recentemente, em Luanda, o ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares.

Referiu que tal fenómeno põe também em risco os pilares da organização do Estado angolano e os valores da sociedade.

Segundo aferiu, a maioria dos cidadãos estrangeiros que requerem asilo em Angola fazem-no com interesse no exercício de actividades comerciais, garimpo e tráfico ilícito de diamantes, em concorrência com a prática de outros tipos de crimes e comportamentos censuráveis.

Notou que isto constitui uma verdadeira ameaça à paz, à estabilidade político-económica, ao desenvolvimento e à segurança nacional.

Ângelo Tavares lembrou que o titular do Poder Executivo e Comandante em Chefe das FAA, José Eduardo dos Santos, criou a Comissão Interministerial para o Estudo e Revisão da Lei número 8/90, de 26 de Maio, sobre o Estatuto do Refugiado, com o objectivo de elaborar um diagnóstico ilustrativo da situação dos refugiados e requerentes de asilo em Angola.

Segundo explicou ainda o também coordenador da citada Comissão Interministerial, o objectivo é conhecer a relação entre a imigração e a realidade política, económica e social do país, recorrendo a metodologias de recolha e cruzamento de dados estatísticos, entrevistas, visitas a centros de acolhimento e campos de refugiados, entre outras acções.

Ângelo de Barros Veiga Tavares fez saber que, no cumprimento das suas atribuições, a Comissão Interministerial para o Estudo e Revisão da Lei nº 08/90 elaborou já um diagnóstico e estudo comparado exaustivos, que confirmaram a desactualização do preceituado em vigor, face ao contexto de paz, estabilidade política, económica e social que o país vive.

11.13 Polícia trava entrada ilegal de estrangeiros

Jornal de Angola
20 De Agosto de 2013

Na praia da Boca do Rio, no município de Cacucaco, província de Luanda, tem sido frequente a chegada de barcos com estrangeiros, que pretendem entrar no país de forma ilegal. O porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional, subcomissário Aristófanes dos Santos, disse que, deste número, 22 são da Guiné Conacri, dez da República Democrática do Congo e os restantes do Congo Brazzaville, Mali, Guiné-Bissau e Senegal.

Aristófanes dos Santos referiu que grupo de estrangeiros, que inclui duas mulheres e uma criança, foi detido às 21 h45, na foz do rio Bengo.

A praia da Boca do Rio é apenas um exemplo da entrada de ilegal no país, por via marítima. As pequenas embarcações a que recorrem os imigrantes têm capacidade para transportar dez pessoas, mas chegam a ter a bordo de 50 a 70 ocupantes, uma situação que muitas vezes transforma a viagem clandestina em tragédia.

Os imigrantes são provenientes do porto de Mwanda, na República Democrática do Congo (RDC). O superintendente chefe, Manuel Domingos (Mino), comandante da 16a Unidade da Polícia de Guarda Fronteira, disse que os estrangeiros foram detidos quando tentavam chega a Cacucaco, com a intenção de se furtarem ao controlo das autoridades angolanas. O objetivo dos imigrantes ilegais era desembarcar nas imediações do antigo Centro de Formação de Pesca (CEFOPES- CAS), onde poderiam ser acolhidos pelos seus familiares.

Manuel Domingos lembrou que a Polícia de Guarda Fronteira está igualmente engajada noutras tarefas. "Depois do registo operativo, os estrangeiros vão ser encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), para serem repatriados", disse. O superintendente afirmou que os reincidentes vão ser responsabilizados criminalmente. Manuel Domingos enalteceu a atitude dos pescadores "que mais uma vez jogaram um papel muito importante na denúncia destes imigrantes". Indocumentado, Salomão Kinavuidi disse ao Jornal de Angola que os seus pais são angolanos, naturais de Maquela do Zombo, província do Uíje. Ele tem tentado estabelecer-se em Angola desde 2010, mas antes esteve no Huambo como vendedor ambulante. Mais tarde, foi detido pela Polícia e depois repatriado para a República Democrática do Congo. Agora tenta

estabelecer-se no país e encontrar parte da família, que vive no bairro da Mabor.

Salomão Kinavuidi disse que saiu de Mwanda, República Democrática do Congo, na quinta-feira e a viagem demorou três dias com muitas dificuldades. "Foi uma viagem dolorosa. Tínhamos em mente que tudo podia acontecer, morte por fome ou sede e o medo de sermos capturados pelas autoridades a qualquer momento", disse.

Hamado Soul, natural da Guiné-Bissau, disse que no seu país vive na miséria, "por isso, pensei imigrar para Angola à procura de melhores condições de vida. O meu país é pobre", lamentou. Cerca de 100 jovens Igreja Metodista Episcopal A na Sião promoveram, durai fim-de-semana, em Ndala~ uma campanha de sensibilização aos automobilistas sobre preção rodoviária, visando a rede dos acidentes e mortalidade nas estradas da província.

Na atividade participaram igrejas locais provenientes províncias do Uíge, Kwanza Sul, Bengo, Huíla, Namibe e da. A campanha foi marcada distribuição de cartilhas e paní sobre prevenção rodoviária ao tomobilistas e motociclistas er rias artérias de N'Dalatando, a ria dos quais com mensagens! os perigos do incumprimento normas do Código de Estrado sobre a necessidade dos automoto as preservarem as suas vidas outros utentes da via.

O presidente nacional da juventude da Igreja Metodista Episr Africana de Sião, Sebastião P nio Pascoal Francisco, disse iniciativa constitui um contributo da igreja aos esforços do Exercem tomo da luta contra a sinistralidade rodoviária, cujo número mortos tem estado a superar as mas da malária.

O responsável referiu que m mortes que ocorrem no pais diam ser evitadas se os automobilistas listas cumprissem as normas Código de Estrada. Aquela organização juvenil está empenha promoção de várias actividade com destaque para campanha: evangelização, visitas a dividir instituições, promoção de cal nhas de limpeza e embelezar da cidade de Ndalatando.

11.14 Imigração ilegal facilita proliferação de seitas

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2013

A ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, afirmou em Mbanza Congo que a Imigração ilegal constitui uma das principais causas que tem contribuído para a proliferação de seitas religiosas no país. "As vezes

nós, os angolanos, é que facilitamos a entrada de estrangeiros Ilegais a troco de algumas moedas. Transportamo-Ios e concedemos terrenos para cultivo e construção de habitações, o que não é permitido por lei", disse, acrescentando que essa atitude faz com que o número de ilegais no nosso país cresça a cada dia que passa.

Rosa Cruz e Silva respondia à preocupação dos jovens quanto ao surgimento desordenado de seitas religiosas na província do Zaire, apresentada no encontro provincial de auscultação, realizado na semana passada, à luz do programa do Executivo "Diálogo Juvenil". Um outro factor de aparecimento de seitas no país, segundo a ministra, tem a ver com a adesão dos cidadãos, motivados pela descrença no seu futuro e do país, por altura da guerra.

Rosa Cruz e Silva lembrou que a Comissão Interministerial criada pelo Presidente da República para estudar o fenómeno religioso em Angola continua a trabalhar e vai apresentar sugestões eficazes sobre o procedimento a adoptar para melhor combater o surgimento desordenado de seitas religiosas.

Os ministérios da Justiça e do Interior, avançou a ministra, foram orientados a encerrar todas as seitas que eventualmente estejam a praticar actos de prevaricação absoluta dos hábitos, usos e costumes da cultura e da própria lei angolanas.

"As igrejas que actuam à margem da lei não estão reconhecidas, por falta de requisitos exigidos legalmente e já viram suspensas as suas actividades, de modo a salvaguardar a população da extorsão e outros males", indicou a ministra, para a qual não tem sido fácil combater as igrejas ilegais, devido ao longo período em que operam no país, facto que permitiu o seu enraizamento.

"Muitos jovens abandonaram a matriz cultural religiosa de Angola (cristianismo). Prestam atenção às insinuações de vida melhor oferecidas por essas seitas, o que contribui para a sua expansão", disse.

Rosa Cruz e Silva solicitou aos jovens que amem a pátria e a cultura nacional e contribuam nas acções que visam combater o fenómeno, através de denúncias às autoridades.

Mapa turístico

Durante o encontro de auscultação, os jovens solicitaram à titular da pasta da Cultura a criação de um mapa turístico com todos os monumentos e sítios de interesse histórico-cultural da província do Zaire, sem esquecer a necessidade de continuar a identificar

e registar outros pontos turísticos ainda desconhecidos.

A falta de incentivos aos promotores de actividades culturais e fazedores de artes na região constaram dos assuntos apresentados a Rosa Cruz e Silva, que lembrou aos jovens estar já inserido no Plano de Desenvolvimento do Zaire um conjunto de infra-estruturas para diversos ramos artísticos, como centros culturais, salas de cinema e equipamentos para os praticantes de teatro, música, dança e artes plásticas.

Cidadãos oeste-africanos

"Se conseguirmos potenciar todos os lugares históricos, teremos um turismo cultural rentável, capaz de transformar a realidade socio-económica da região com a oferta de numerosos postos de emprego", concluiu. Muitos cidadãos de origem oeste-africana continuam a entrar e a permanecer ilegalmente no território da província da Lunda-Norte, com o objectivo de exercerem actividades comerciais, extração e tráfico ilícito de diamantes, afirmou o governador Ernesto Muangala, na visita à vila do Cafunfu, município do Cuango.

Ernesto Muangala fez esta denúncia durante os encontros que manteve, em separado, com as autoridades tradicionais, grupo de mulheres e comunidade estrangeira residente no Cuango.

O governador disse estar preocupado com a forma como os imigrantes conseguem fixar-se na província de forma ilegal, solicitando a participação de todos no combate à imigração clandestina, por ser uma séria ameaça à soberania nacional.

Ernesto Muangala pediu ainda esforços conjugados entre a Polícia Nacional e os estrangeiros que têm a sua situação migratória regularizada na Lunda-Norte para que sejam denunciados aqueles que aproveitam a extensão da fronteira e entram ilegalmente em Angola.

Os cidadãos estrangeiros, apelou o governador, devem aproveitar as oportunidades de negócio que o país oferece, para poderem investir e dar o seu contributo ao desenvolvimento da província, obedecendo a todas as normas migratórias.

O maior ponto de entrada de estrangeiros ilegais de países da África do Oeste, segundo o governador, tem sido a vizinha República Democrática do Congo (RDC), a partir da província de Bandundu, que faz fronteira com três municípios da Lunda-Norte.

Ernesto Muangala recordou que prazo estipulado pelas autoridades locais para a retirada voluntária de

todos estrangeiros em situação ilegal terminou no mês de Maio e que apenas os cidadãos da RDC responderam ao referido apelo.

No mesmo período, revelou, saíram mais de 70 mil estrangeiros da República Democrática do Congo, que se encontravam em situação ilegal, e apenas cinco cidadãos de países oeste-africanos. O governo da Lunda-Norte, em coordenação com as forças de defesa e segurança, estabeleceu dez dias úteis como data-limite para o repatriamento voluntário de todos imigrantes ilegais, sob pena de se partir para a "via repressiva", adiantou Ernesto Muangala.

Depois das negociações com o governo da província de Cassai Ocidental (RDC), que culminou com a assinatura de acordos de cooperação para o reforço da segurança ao longo da fronteira comum, decorrem, segundo o governador da Lunda-Norte, contactos com as autoridades de Bandundu, com vista à redução do índice de entrada de imigrantes ilegais em Angola.

Muangala ressaltou que na sua deslocação à província de Bandundu, em Julho deste ano, foi informado de que as forças daquela região conseguiram travar um total de 270 estrangeiros oeste-africanos que tentavam invadir a fronteira da Lunda-Norte. "Peço a colaboração no sentido de denunciarem à Polícia todas as pessoas que vocês julgarem ser suspeitas, porque o Governo angolano quer viver em harmonia com os estrangeiros, desde que tenham a situação migratória regularizada", afirmou o governante.

Novos efectivos

O segundo comandante provincial da Polícia Nacional para a Protecção e Intervenção na Lunda-Norte, subcomissário Francisco Henriques, anunciou o envio de 200 novos efectivos da corporação para o Cuango, para reforço da capacidade operativa, tendo em conta as constantes violações ao longo da faixa fronteira e o crescente aumento da criminalidade. O governador entregou também duas viaturas de marca Land Cruiser todo o terreno ao comando municipal da Polícia do Cuango.

11.15 Polícia combate ilegais

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2013

Os efectivos da Polícia de Guarda Fronteira registaram nos últimos sete dias onze violações da fronteira que delimita a província do Cunene com a República da Namíbia.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional no Cunene, intendente Piedade Pombal, disse em Ondjiva que as violações resultaram na detenção de 15 infractores, dos quais onze são namibianos que, após o registo operativo, foram encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros.

Piedade Pombal sublinhou que as infracções ocorreram nos marcos fronteiriços afectos às subunidades de Calueque e Namacunde.

Quanto ao combate à fuga ao fisco, a Polícia apreendeu três viaturas e bens de consumo diversos, que foram encaminhados para as Alfândegas em Santa-Clara. As autoridades decidiram continuar a incrementar acções de policiamento de proximidade, micro-operações de buscas nas zonas de maior concentração populacional, urbanas, suburbanas e operações stop para a prevenção de acidentes de viação, fuga ao fisco, assim como reforçar a fiscalização dos Serviços de Migração e Estrangeiros no controlo dos imigrantes ilegais. A província do Cunene partilha 460 quilómetros de fronteira com a República da Namíbia, dos quais 340 quilómetros terrestres.

11.16 Efectivos combatem a imigração ilegal

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2013

O governador da Huíla, João Marcelino Typingue, apelou aos efectivos do Comando da Região Militar Sul a continuarem a dar o seu contributo no combate à imigração ilegal na região.

João Marcelino Typingue falava no final da visita que a diversas unidades militares de subordinação regional. O governador alertou para o facto de muitos estrangeiros "quererem a todo o custo infiltrar-se, de forma ilegal, nas províncias do sul de Angola", referindo que a Região Militar Sul, que abrange as províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Kuando-Kubango, faz fronteira com a Namíbia, Zâmbia e Botswana, "daí a necessidade de intensificar as acções que impeçam a entrada ilegal de estrangeiros".

A região sul de Angola liga-se com a Namíbia e Zâmbia através das fronteiras de Santa Clara, no Cunene, Catuiti, no Kuando-Kubango, além da via aérea a partir do aeroporto internacional da Mukanka.

"Terminada a guerra no país, frisou o governador, as Forças Armadas Angolanas têm outra acção. Para

além da defesa da pátria, o combate à imigração ilegal constitui também prioridade." "Os efectivos das FAA afectos ao Comando da Região Militar Sul são chamados a trabalhar com os órgãos do Ministério do Interior no combate ao fenómeno da imigração ilegal", sublinhou.

O governador da Huíla exortou os militares a estarem cada vez mais organizados e atentos para o combate à imigração ilegal. "pois por trás deste fenómeno há outros males, a exemplo do problema das drogas". João Marcelino Typingue lembrou que a imigração ilegal preocupa o Executivo e o Presidente da República, José Eduardo dos Santos. As FAA, reconheceu o governador, "estão envolvidas no processo de desminagem e muitas acções já foram realizadas na região, o que é positivo".

O comandante da Região Militar Sul, general Apoio Yakuvela, disse, por sua vez, que são cada vez mais evidentes e relevantes "os desafios de matriz militar, consubstanciados na ininterrupta e patriótica missão de produzir a segurança territorial", assegurando que os efectivos da Região Militar Sul "continuam a exercer as suas incumbências de forma abnegada".

11.17 Para combater a imigração no mar devemos potenciar a marinha com meios aéreos para uma melhor fiscalização.

Semanário Continente

23 De Agosto de 2013

Os imigrantes ilegais que procuram alcançar as zonas económicas a qualquer custo têm a intensão de criar instabilidade económica no nosso ou noutro país. Por esta razão, há necessidade de uma rigorosa fiscalização no mar, com o fim de combater qualquer tipo de ilegalidade, havendo uma cooperação a nível das fronteiras marítimas onde há o interesse dos Estados a nível da região.

Esta integridade marítima é para todos aqueles que partilham fronteiras marítimas impondo uma efectiva segurança, se existir um canal de comunicação e troca de informação regional entre os países com fronteiras marítimas adjacentes.

Para tal, deve haver encontros permanentes na busca de uma política de boa vizinhança e respeito mútuo, onde o desejável, seria a linha a seguir dentro dos interesses pretendidos por todos, uma vez que Angola tem como fim canalizar as suas prioridades evolutivas a nível da região que satisfaça todos os Estados localizados na costa marítima.

Todos os países devem empenhar-se cada vez mais na segurança marítima, principalmente aqueles que se sentem prejudicados, devem abraçar a política de engajamento entre os países, porque a imigração ilegal constitui uma ameaça interna para os países, e tendem a ter proveniência regional.

Para que haja respeito entre os Estados, a Organização Marítima da África, do Centro e Oeste, fez sair o regulamento sobre a Guarda Costeira, que teve o seu mérito, para uma melhor gestão dos mares. Angola está a liderar a presidência da Organização Marítima Africana do Centro e Oeste. Julgo ser um momento propício para o nosso país tomar a liderança na prevenção e combate às actividades criminais marítimas que atentam contra a viabilidade económica e estabilidade interna dos países da sub-região e do continente em geral. Há urgente necessidade de juntar a outros países e a outras organizações existentes na sub-região cujos objectivos relativos à segurança marítima se assemelham. Portanto, a Comissão do Golfo da Guiné, a Comunidade Económica dos Estados da África Central e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, apesar de terem características diferentes devem identificar as áreas em que podem cooperar, de modo a evitar desperdícios de recursos que tendem a ser cada vez mais escassos na sub-região.

É extremamente importante que o país comece a dar passos concretos para que se estabeleçam em Angola instrumentos jurídicos relativos à segurança marítima. A convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar existe para reduzir a ameaça de conflitos no mar, define os direitos e as responsabilidades dos Estados em relação ao mar e estabelece fronteiras marítimas. Esta convenção também inclui o direito internacional sobre a pirataria. Os Estados devem ter uma adoção e aplicação de normas para a utilização do mar, de acordo com instrumentos desenvolvidos pela Organização Marítima Internacional. As três mais conhecidas, talvez mais relevantes, convenções da OMI são a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, a Convenção para a Supressão de actos ilícitos contra a Segurança de Navegação Marítima e o Código Intencional de Protecção dos Navios e Instalações Portuárias independentemente do diferendo territorial marítimo com dois países vizinhos, Angola deve envidar esforços a fim de desenvolver uma segurança marítima capaz de prevenir e combater ameaças que têm o potencial de pôr em perigo, particularmente, a sua segurança energética, petróleo e gás e segurança alimentar. Deve também envolver todos os organismos nacionais ligados aos assuntos marítimos, já referidos, nos debates relativos à segurança

marítima, de modo a promover uma consciência da situação marítima-termo de origem americana, definida como a compreensão efectiva de quaisquer coisas associadas ao domínio marítimo que pode ter impacto na segurança, economia ou ambiente de um dado país mais dinâmica e assertiva. A inclusão dos ministérios chaves trazem mais-valia e os resultados são muito mais completos, uma vez que as responsabilidades operacionais de segurança às ameaças de hoje não são iguais às do sentido clássico do termo defesa.

A complexidade do sector marítimo exige que os assuntos de segurança ligados a este sector devem ser tratados ao nível multisectorial de modo a se obter uma visão ampla e coerente que facilite aos decisores políticos à tomada de decisões. A Marinha de Guerra dentro da cultura de cooperação e troca de ideias entre órgãos deve ser encorajada. Angola deve envidar esforços para criar medidas de segurança marítima de grande alcance estratégico, pelo facto de a nossa economia e segurança serem extremamente dependentes do petróleo e gás natural. As medidas urgentes e imediatas aqui propostas devem ser tratadas num clima de transparência tendo também em conta a participação de peritos nacionais civis. A segurança marítima de hoje só será completa e efectiva se existir uma pluralidade de esforços ao nível nacional entre os intervenientes dos sectores ou órgãos.

Ao nível sub-regional pela Organização Marítima da África do oeste e do centro, que aborda os desafios da segurança regional, que tende a construir e manter a capacidade de vigilância e aplicação da lei, através de um sistema combinado de guarda costeira, deve também ser considerado dentro do projecto estratégico de segurança marítima que o nosso país está a desenvolver.

Ao nível global, Angola deve envidar esforços e fazer-se representar, por vias de técnicos nacionais, nas conferências internacionais, que lidam com assuntos relacionados com a segurança marítima. O contínuo acompanhamento da dinâmica dos actos ilícitos cometidos no mar é hoje um instrumento indispensável para sanções, para poderem estudar analiticamente as mudanças relativas às actividades dos criminosos e preparar medidas preventivas para fazer face a tais mudanças da região. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

11.18 Polícia pede colaboração da população

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2013

O comandante-geral da Polícia Nacional, comissário geral Ambrósio de Lemos, pediu ontem a colaboração da população residente nas áreas mais vulneráveis à imigração ilegal para denunciar em a presença de imigrantes ilegais e os cidadãos nacionais que auxiliam a prática desses crimes.

Ambrósio de Lemos fez estas considerações na cerimónia de comemoração do 35º aniversário da Polícia de Guarda Fronteira, que decorreu no Centro de Instrução Mártires de Mongua, no município do Ambriz. E nesta escola que estão a ser formados os efectivos da corporação.

O comandante-geral da Polícia Nacional afirmou que a instituição e demais forças da defesa e segurança vão continuar a "apertar o cerco" com respostas adequadas aos actos ilícitos de permanência ilegal em Angola e o exercício de actividades ilícitas.

O comandante-geral da Polícia Nacional frisou que uma das consequências do fenómeno da imigração ilegal tem a ver com a desestruturação da economia nacional e a introdução de valores, usos e costumes estranhos à identidade cultural das populações angolanas.

Os danos sociais e económicos provocados pelos imigrantes ilegais têm graves repercussões nas comunidades. Por isso, têm todo o interesse em denunciar às autoridades as redes clandestinas que permitem a entrada dos estrangeiros clandestinos e a sua chegada à capital ou às zonas diamantíferas.

Para fazer face "à criminosa actividade dos imigrantes ilegais", disse, o comandante-geral da Polícia Nacional, está em curso a execução do Plano de Potenciação da Polícia de Guarda Fronteira, que vai reforçar a capacidade operacional dos efectivos, com a abertura de vias de acesso, construção de unidades e posto de guarda fronteira nas províncias. Em algumas áreas fronteiriças estão a ser abertas estradas que permitem o patrulhamento permanente. "Em Angola, as portas estão abertas para receber todos aqueles que queiram entrar legalmente, como turistas, investidores ou empresários, desde que obedeçam às leis vigentes, estejam imbuídos de boa-fé e vontade de contribuir para o desenvolvimento do nosso país", afirmou o comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos.

11.19 Estrangeiros capturados de surpresa no Mártires

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Estrangeiros do bairro Mártires do Kifangondo, no distrito urbano da Maianga, município de Luanda, na província com o mesmo nome, foram surpreendidos, na manhã de Segunda-feira, 26 de Agosto, por agentes do Serviço de Emigração e Estrangeiros (SME) e polícias, que detiveram mais de 50 elementos supostamente ilegais.

Como era de esperar, a famosa rua 15 do referido bairro, rapidamente se encheu de pessoas que assistiam à captura, um cenário que chamava a atenção de qualquer transeunte.

É que a polícia dispunha de uma equipa considerável de efectivos, e três viaturas de patrulha no local, onde eram inicialmente postos os presos, para depois serem transferidos para carros pertencentes ao Serviço de Migração e Estrangeiros.

Muitos estrangeiros residentes com a situação não regularizada foram levados para as esquadras da Maianga e do Cassequel, de acordo com as testemunhas ouvidas por O PAÍS, no local.

Entretanto, numa operação desenvolvida perante o olhar pressionante de residentes e outros circunstantes, as autoridades não conseguiram evitar levar estrangeiros com a situação legalizada, como foi o caso de um ivoirense, que se apresentou com o nome de Etiene, e que, segundo ele, reside legalmente em Angola, na condição de refugiado.

"Quando o grupo da polícia me apanhou, não queria saber de nada que eu dissesse, só me falaram para subir no carro", relatou Etiene, tendo-se queixado dos maus-tratos que sofreu, desde a sua entrada na viatura.

Ao descrever o calvário, começou por reprovar a forma como os detidos são posicionados, entre as pernas dos agentes da polícia, num veículo com velocidade que considerou descontrolada, para depois se referir à recepção numa esquadra do Cassequel, onde, durante o pouco tempo que lá esteve, levou empurrões.

O cidadão da Côte D'Ivoire não condena o Governo angolano por ter arquitectado uma operação com objectivo de deter os estrangeiros ilegais, mas opõe-se à forma como a acção foi levada a cabo, ao ponto de desabafar: "fomos tratados como cães, mas eu acho que a pessoa merece um pouco mais de dignidade".

Considerou pessoalmente que os africanos entre si deviam desenvolver relações mais amigáveis, mesmo quando se tratasse de ilegalidades, pois, para ele, está sempre em causa a pessoa humana.

Chamando a atenção para o facto de a sua opinião não dever suscitar uma interpretação de xenofobia em relação aos oriundos de outros continentes' não deixou de comparar esta acção com o bom tratamento que, supostamente os angolanos davam aos europeus.

"Se fosse um português não podíamos observar as mesmas situações", desabafou.

O que Etiene não sabia era que operação se estendia a qualquer estrangeiro em situação ilegal, independentemente das suas origens, pois, O PAÍS testemunhou, entre as 13 e 14 horas a saída de um carro da polícia com indivíduos que, antes se identificavam como chineses e vietnamitas.

Idoso maliano ressentido

Aos 71 anos de idade, Hamat Cisse, o maliano que responde pela Autorização de Residência número 0000194B06, revelou-se bastante chocado com a acção das autoridades angolanas.

"O país está em paz e as pessoas deviam ser bem tratadas", atirou o ancião que disse ter vivido momentos iguais na era em que a luta visava a libertação dos países africanos.

Confessou que, ao ser interpelado, não foi tratado de forma rude, mas acusou um sofrimento maior do que os capturados pelo sentimento de paternidade que disse nutrir no seio dos seus irmãos.

"Pela idade, sou como um pai para eles, por isso me senti muito mal, ao ver os meus filhos serem levados.

Questionado se não conhecia entre os capturados cidadãos ilegais, Hamat Cisse sofismou dizendo que nenhum homem permanecia ilícito no país do outro.

"O problema está em tratar os documentos, o que demora muito, e às vezes cobra outros sacrifícios", acrescentou papa Cissé, como é tratado entre os membros da sua comunidade.

Finalmente, o idoso considerou que a operação criou outros obstáculos ao nível profissional, já que, segundo alegou, por causa disso muitos comerciantes se viram obrigados a encerrar as portas, temendo roubos.

Angolano confundido

A adopção da religião islâmica e a consequente postura pessoal, acentuando em seu porte uma barba comprida e uma touca, como se à cabeça estivesse colada, custou ao angolano Kim Neto, morador do bairro Cazenga, um lugar entre os mamadous capturados.

"Por volta das oito horas, eu estava a regressar do jardim do bairro, como estava trajado assim de touca e a manejar o tass bíd, o instrumento que serve para recordar deus, então, fui interpelado por polícias que me engravataram imediatamente", contou Kim Neto, também conhecido por Mustafá Mohamed entre os irmãos da congregação islâmica.

Na ocasião, Kim Neto perguntou quais eram as razões para merecer tamanhos maus-tratos, ao que os agentes não responderam. Diz que preferiu suportar a investida, para evitar outros 'contornos'.

"Pediram-me o Bilhete de Identidade (BI), eu disse que o tinha perdido, mas apresentei o meu cartão eleitoral, mesmo assim não me largaram", sacudiu.

Fazendo alusão ao factor de insegurança para justificar a perda do exigido BI, questionou -se sobre a atitude dos polícias e outros agentes que não valorizam o cartão de eleitor, na ausência de outros certificados.

"Ninguém pede a substituição do bilhete por esse atestado, mas é necessário ter em conta que alguns dados são semelhantes", observou, reforçando que a maior parte dos cidadãos tratou estes cartões com o Bilhete de Identidade.

Voltando à carga, contou que se sujeitou a tortura psicológica até chegarem à esquadra da Maianga.

Ao chegarem ao posto policial, alguns agentes desabafaram perante a si, dizendo que tinha tido muita sorte pelo facto de não ter sido espancado devido à sua resistência, soube este jornal do seu interlocutor, que preferiu esperar pela decisão final das autoridades.

"Soltaram-me e voltei para a minha vida normal", atirou, tendo informado que, na esquadra, nenhum detido foi maltratado, por causa da presença de gente grande que reclamava pelos seus parentes entre os detidos.

Em jeito de apelo, recomenda aos dirigentes do sector que se pautem por uma conduta mais humana, para que os cidadãos lhes retribuam com o mesmo tipo de comportamento.

Residência vitalícia

Um maliano de 45 anos de idade exibiu o seu documento com o destaque válido, até vitalício, para mostrar a esta reportagem e a alguns presentes que não estava preocupado com a fiscalização.

"Se a polícia vem de manhã, de tarde ou de noite, eu não estou muito preocupado, porque o meu cartão me permite ficar aqui em Angola para toda a vida", gabou-se o estrangeiro, tendo informado que não foi fácil adquirir um documento com tamanha condição de privilegiado.

Na Autorização de Residência do Tipo B, via-se facilmente o timbre do Ministério do Interior e Serviço de Migração e Estrangeiro, acentuado com um carimbo onde se vislumbrava também o contrastante Migração e Fronteira, mesmo com a emissão datada de 31 de Agosto de 2010.

Outra tónica que saltava à vista tinha a ver com os registos 'xx' respeitantes ao dia e mês da data de nascimento do cidadão, o que indicava, de forma lógica, que o titular não possuía os referidos dados.

De acordo com o próprio, muitos conterrâneos seus e outros estrangeiros procuram ter o mesmo direito, mas por causa das exigências, que não aceitou mencionar, acabam por desistir, sujeitando-se ao processo normal de documentos renováveis.

Falando sobre o episódio ocorrido momentos antes de ser entrevistado, ele disse que, apesar de não ser um dos alvos desta perseguição, sentiu-se entristecido pela forma como aqueles que considerou seus irmãos foram levados. "Já estive em outros países africanos. Quando o Governo local tem intenção de apurar a legalidade dos estrangeiros residentes, primeiro manda uma notificação e até é o cidadão que vai ao encontrados serviços provar a sua legitimidade", mencionou, acrescentando que só uma resistência para além de prazos estabelecidos leva os homens da migração a ir com a polícia sob mandato de captura. Neste contexto, realçou o maliano, a busca já tem alvos definidos, contrariamente ao que registou no Mártires, onde, segundo referiu, qualquer indivíduo que aparentasse ter indicações de estrangeiro era colocado no carro da polícia.

SME: 'Não combatemos estrangeiros

Reagindo às queixas de muitos capturados, segundo as quais tinham sido violentados no momento da detenção, um dirigente do Serviço de Migração e Estrangeiro contactado por O PAÍs explicou que a sua instituição não está a combater estrangeiros, mas

sim a desenvolver uma operação de rotina que visa deter qualquer forasteiro em situação ilegal.

Segundo a fonte, os oficiais destacados no terreno não têm nenhuma orientação superior para maltratar os detidos.

"Mas pode ser que, por qualquer resistência oferecida por estes, tenha havido necessidade de os efectivos se imporem", reconheceu.

Quanto à autorização de residência eterna, recordou que, ao abrigo da antiga lei, eram concedidos a alguns cidadãos estrangeiros cartões vitalícios das categorias dois, cinco e um, direitos que já não são contemplados na norma actual.

"Se um deles perder o cartão com essas condições, ao tratar outro já não terá os antigos privilégios", ilustrou, admitindo a sorte dos conservadores da entidade perpétua.

Ao descrever as cláusulas contempladas nos novos princípios, referiu-se aos documentos que observam as condições de indivíduos com o estatuto de refugiado, com cartão de residência e visto de trabalho.

"Mas quem vem com o visto de trabalho da área de medicina e estiver cá a exercer funções noutra especialidade, tem de ser responsabilizado e aconselhado a sair do país, porque estaria a violar o acordo celebrado entre as embaixadas", exemplificou o interlocutor.

